

Expediente

Revista ADVir - ISSN 1518-3769

Sistema CNPq/Capes

Latindex - Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Directorio, catálogo e índice.

REVISTA ADVIR

Publicação da Associação
de Docentes da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro - Asduerj
Registro ISSN 1518-3769
Rua São Francisco Xavier, 524,
1º andar, Bloco D, Sala 1.026, Maracanã
Rio de Janeiro/RJ - CEP 20550-013
(21) 2264-9314 / 2334-0060 / 2334-0511
www.asduerj.org.br (menu publicações)
advir@asduerj.org.br
Esta edição (nº 33) foi impressa em julho
de 2015, na Cidade do Rio de Janeiro,
Estado do Rio de Janeiro, Brasil

DIRETORIA BIÊNIO 2013/2015

Presidente: Bruno Deusdará

1º Vice-Presidente: Fábio Iorio

2º Vice-Presidente: Paulo Alentejano

1º Tesoureiro: Juliana Fiúza

2º Tesoureiro: Hindenburgo Pires

1º Secretário: Lia Rocha

2º Secretário: Wilson Macedo

EQUIPE ASDUERJ

Assessoria de Comunicação

Jornalistas: Sérgio Franklin e Guilherme Schneider

Produção e Edição Visual: Leila Braile

Secretaria

Erick Cândido

José Luís de Souza

Mira Caetano

Apoio

Zita Alves

Departamento Jurídico

Advogado: Gustavo Berner

Estagiária de Direito: Vitória Pinheiro

DISTRIBUIÇÃO (GRATUITA)

Aos filiados da Asduerj

Seções Sindicais do Andes-SN

Instituições de Pesquisa e Ensino Superior

Bibliotecas Públicas

CONSELHO EDITORIAL

Décio Rocha (Letras/UERJ)

Deise Mancebo (Psicologia/UERJ)

João Araújo Ribeiro (Engenharia/UERJ)

João Pedro Vieira (Comunicação/UERJ)

Luiz Claudio de Santa Maria (Química/UERJ)

Hindenburgo Pires (Geografia/UERJ)

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Facina (História/UFF)

Antonio Celso Pereira (Direito/UERJ)

Bruno Corrêa Meurer (Biologia/USU)

Carlos Alberto Mandarim (Biologia/UERJ)

Cláudia Mônica dos Santos (Serviço Social/UFJF)

Edison da Silva Faria (Arte e Crítica da Arte/UFPA)

Eurico Zimbres (Geologia/UERJ)

Franceline Reynaud (Farmácia/UFRJ)

Francisco Portugal (Psicologia Social/UFRJ)

Gustavo Krause (Literatura/UERJ)

Heliana Conde (História da Psicologia/UERJ)

Jader Benuzzi Martins (Física/UERJ)

José Augusto Quadra (Nefrologia/UERJ)

José Carlos Pinto (Engenharia Química/UFRJ)

Josefina Lanzi de Zeitune (Linguística/UNT/Argentina)

Jussara Cruz de Brito (Saúde do Trabalhador/ENSP)

Lená Medeiros (História/UERJ)

Lilian Nabuco (Comunicação/UERJ)

Luciana Maria Almeida de Freitas (Educação/UFF)

Luiz Sebastião Costa (Engenharia/UERJ)

Luiz Satoru Ochi (Computação/UFF)

Maria Beatriz David (Economia/UERJ)

Miguel Angel de Barrenechea (Educação/UNIRio)

Rose Mary Serra (Serviço Social/UERJ)

Rubens Luiz Rodrigues (Educação/UFJF)

Solange Cadore (Química/UNICAMP)

Wang Shu Hui (Materiais/USP)

Yves Schwartz (Ergologia/UP/França)

EDITORES RESPONSÁVEIS (nº 33)

Paulo Roberto Pavão (Psiquiatria/UERJ)

Perciliana Rodrigues (Psiquiatria/UERJ)

Revista Advir / Associação dos Docentes da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. n. 33 (jul. 2015)- . – Rio de Janeiro : Asduerj, 2015-

28 cm.

Semestral
ISSN 1518-3769

Primeira publicação em agosto de 1992. Edições especiais
Publicadas em dezembro de 2002 e em julho de 1995.
Anual em 2014.

1. Docência - Periódicos. I. Associação dos Docentes da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CDD 370.05
CDU 37(05)

POLÍTICA editorial e NORMAS para submissão de artigos

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Advir** é uma publicação semestral editada pela Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj), **já indexada no sistema CNPq/Capes e Latindex** (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Directorio, catálogo e índice).

Objetivo: divulgar produções científicas nacionais e estrangeiras.

Público-alvo: comunidade científica do Brasil e exterior.

Os textos enviados para Advir devem ser inéditos. A critério do conselho editorial excepcionalmente poderão ser aceitos textos para republicação.

Todo material recebido será submetido a, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Consultivo, que decidirão, em caráter definitivo e com base em critérios científicos, sobre sua publicação ou não, ficando a critério do Conselho Editorial definir em que edição e seção da revista isso ocorrerá, tendo em vista apenas critérios de adequação editorial.

O Conselho Consultivo poderá sugerir ao autor modificações de estrutura ou de conteúdo, bem como rejeitar os trabalhos. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação. Os autores serão contatados, individualmente, para envio do resultado do parecer.

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

(Reprodução parcial, com acréscimos, da ABNT NBR 14724:2011)

Resumo/abstract/palavras-chave: o(s) autor(es) devem orientar-se pelo descrito na ABNT NBR 6028. Resumos de artigos acadêmicos em periódicos devem ter entre 150 e 200 palavras. As palavras-chave (no caso da Advir, até cinco) devem ser representativas do conteúdo do documento, escolhidas, preferencialmente, em vocabulário controlado.

Idioma: os trabalhos deverão ser redigidos em português ou espanhol. Textos escritos em outros idiomas deverão ser traduzidos para o português.

Envio: os trabalhos deverão ser enviados unicamente por *e-mail* para o endereço <advir@asduerj.org.br>, da seguinte forma: os arquivos deverão ser enviados separadamente no mesmo *e-mail*: 1) nomeado como DADOS AUTOR, o arquivo deve conter os dados de identificação do autor (nome, titulação, função e/ou cargo, unidade e departamento, endereço eletrônico, telefones para contato); 2) nomeado como TRABALHO 01, sem identificação do autor, inclusive nas autorreferências ao longo do texto, que deverão ser substituídas por “XXX”; 3) nomeado como TRABALHO 02, com identificação do autor.

Prazo: a submissão de textos deverá ser realizada, impreterivelmente, até o prazo estipulado nos editais de chamada de artigos da Revista Advir disponíveis em www.asduerj.org.br.

Número de páginas: o texto deve ter entre 8 e 15 páginas.

Espaçamento: todo texto deve ser digitado com espaçamento 1,5 entre as linhas, exce- tuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, que devem ser digitadas em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.

Notas de rodapé: as notas devem ser digitadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples entre as linhas e por filete de 5cm, a partir da margem esquerda. Devem ser alinhadas, a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da pri- meira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente, sem espaço entre elas e com fonte menor.

Citações: apresentadas conforme a ABNT NBR 10520 (ou última edição revisada disponível).

Siglas: a sigla, quando mencionada pela primeira vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo.

Equações e fórmulas: para facilitar a leitura, devem ser destacadas no texto e, se neces- sário, numeradas com algarismos arábicos entre parênteses, alinhados à direita. Na sequência normal do texto, é permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes, índices, entre outros).

Ilustrações: devem seguir o padrão preto (e seus matizes) e branco. Qualquer que seja o tipo de ilustração, sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa, organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem, entre outros), seguida de seu número de ordem de ocor- rência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título. Após a ilustra- ção, indicar, na parte inferior, a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja produção do próprio autor), legenda, notas e outras informações necessárias à sua com- preensão (se houver). A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

Tabelas: devem ser citadas no texto, inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem e padronizadas conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Referências bibliográficas: apresentadas conforme a ABNT NBR 6023:2002 (ou última edição revisada disponível).

Dossiê: Saúde Mental e Trabalho <7 a 121>

Rebatimentos do assédio moral no trabalho sobre o processo de alienação dos/as trabalhadores/as <7 a 24>
Terezinha Martins dos Santos Souza (UNIRIO) e Ivan Ducatti (UFRJ)

Violência obstétrica e depressão materna
Mariza Miranda Theme Filha (ENP/FIOCRUZ) <25 a 35>

Saúde mental e trabalho nas particularidades do serviço público
Conceição Maria Vaz Robaina (PUC-RIO) e Renata Mendes da Silva Pinheiro (FIOCRUZ) <36 a 46>

Entre o prazer e o sofrimento: o uso e o abuso de drogas por policiais militares do Distrito Federal
Francisco de Melo Catunda Martins (UCB) e Daniel da Silva Cordeiro (PM/DF) <47 a 66>

Trabalho, universidade e suicídio: uma análise da precarização/intensificação do trabalho docente desde o materialismo histórico-dialético
Nilson Berenchtein Netto (UFU) e Bruno Peixoto Carvalho (UFMS) <67 a 85>

Vida, saúde mental e trabalho: algumas pistas para compreender<-->transformar
Bernardo Suprani (BNDES), Vladimir Athayde (FAETEC) e Milton Athayde (UERJ) <86 a 98>

Saúde do trabalhador: a contribuição de um programa de saúde mental numa universidade pública
Perciliana Rodrigues (UERJ) <99 a 111>

O assédio moral "retira do homem a sua humanidade"
Entrevista com **Margarida Barreto** <112 a 121>
Entrevistadores: Sérgio Franklin e Perciliana Rodrigues

Suplemento Especial

Golpe Civil-Militar no Brasil de 1964: perspectivas <122 a 176>

Disciplinar o capital estrangeiro: o trabalhismo e o anti-imperialismo de Sérgio Magalhães <124 a 138>
Roberto Bitencourt da Silva (FAETERJ)

A organização dos trabalhadores e a ditadura militar no Brasil: fecha-se o cerco à autonomia e liberdade sindicais <139 a 153>
Cleier Marconsin (UERJ)

O Golpe Militar de 64 e o maniqueísmo político <154 a 168>
Valter Duarte (UERJ)

Golpe de 64: a face violenta de algo maior <169 a 176>
Pedro Senne (UERJ)

Editorial

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer à Asduerj o convite para edição da Revista ADVIR nº 33, 2015. Nunca um tema esteve tão de acordo com o momento vivido pela sociedade brasileira como o atual: trabalho e saúde. Qual a importância do trabalho na vida dos homens? E a relação entre trabalho e saúde, como descrevê-la?

O trabalho foi um recurso através do qual os homens, ao promoverem os meios da sua subsistência, modificaram a Natureza e, ao modificá-la, modificaram sua própria natureza, abrindo caminho para a linguagem e para a dimensão simbólica onde o humano se manifesta; o trabalho, como elemento principal da relação entre o homem e o mundo, tem assumido diversas feições ao longo da História.

Das primeiras práticas, dos primeiros momentos, quando os homens começaram a usar instrumentos e a desenvolver toda uma tecnologia na relação com o mundo, até o trabalho no mundo atual, muitas questões têm sido colocadas, dentre elas o trabalho como um direito fundamental dos homens. Porém, hoje, no mundo capitalista, o trabalho apresenta-se como fonte de alienação e sofrimento para milhões de pessoas, surgindo como fator de adoecimento da classe trabalhadora.

O trabalho como direito fundamental dos homens, e como elemento essencial no processo de hominização, aparece como fator determinante do que entendemos como saúde; a saúde, na sua essência, não é uma questão médica e, sim, uma questão política, entendendo-se a palavra política como participação nos negócios do Estado, na polis. Assim, falar de saúde implica falar em cidadania. Resgatamos aqui o conceito de saúde na relação com seus determinantes sociais.

A cidadania compreende direitos substantivos, a saber: direito ao trabalho seguro e protegido, à remuneração justa, à alimentação, ao lazer, à educação, ao saneamento básico, à segurança, e, fundamentalmente, à liberdade; liberdade no sentido concreto de realizar todas as possibilidades que os homens, através de sua história, construíram com projeto existencial. Assim, um povo só pode ser realmente saudável quando reúne a consciência dos seus direitos e a possibilidade de exercê-los.

Saúde e doença são construções historicamente determinadas. A doença não é apenas a ausência de saúde, as doenças têm significado social e político importante, assim, saúde e doença apontam inevitavelmente para a distribuição de riquezas; enquanto a saúde distribui renda e direitos, a doença concentra renda e limita direitos, não por acaso o mundo atual, onde 1% da população detém 50% de riqueza, é varrido por grandes epidemias (ebola, HIV, dengue).

Ao abordar o tema “Saúde Mental e Trabalho”, a Revista Advir traz aos seus leitores um imenso e importante debate, propondo uma séria reflexão sobre as grandes mudanças no mundo contemporâneo do trabalho e da saúde; a centralização do trabalho, apesar de sua aparente “descentralização”, o uso cada vez maior da tecnologia a serviço do lucro e controle da força de trabalho, fazendo com que, no mundo virtual, não haja mais uma separação nítida entre o público e o privado, e, no campo da saúde mental, novas formas de sofrimento apareçam.

Os artigos ora apresentados trazem uma importante contribuição, à luz de experiências de estudos, pesquisas e intervenções, abordando um variado temário, cujos autores trazem à tona questões tão caras aos trabalhadores, como os modelos de gestão, a precarização das condições de trabalho, sua relação com assédio moral no trabalho e as graves consequências para saúde da classe trabalhadora; a questão do sofrimento psíquico até o suicídio e as práticas no campo da saúde. Apesar dessa dura realidade, pautados numa perspectiva crítica e transformadora, os textos nos trazem o reconhecimento do potencial criativo e de um (re)fazer da força de trabalho, bem como as possibilidades de reinvenção das formas de atuação das equipes de saúde. Temas como a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade também fazem parte desse cenário de elaboração crítica.

Aproveitamos a oportunidade, portanto, para convidar todos os leitores da Advir a uma leitura prazerosa e tensa dos diversos artigos ora publicados, pois, ao publicá-los, nossa intenção é a de promover um grande debate em torno das relações entre o trabalho e a saúde, no momento em que a sociedade brasileira assiste a um forte ataque do Capital sobre o Trabalho, por meio da precarização e da terceirização, e a privatização das práticas e políticas públicas de saúde, com um incentivo à Medicina de Grupo e a não implementação, em toda sua plenitude, do Sistema Único de Saúde, conquista da luta dos trabalhadores.

O trabalho não alienado e a saúde como direito de todos são os apanágios deste número da Advir.

Editores Responsáveis

Paulo Roberto Chaves Pavão - Uerj

Perciliana Costa Rodrigues – Uerj

REBATIMENTOS DO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO SOBRE O PROCESSO DE ALIENAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS

Terezinha Martins dos Santos Souza

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Ivan Ducatti

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP/SP)
Professor Adjunto Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo:

Na tentativa de eternizar-se como modo de gerir a vida, o capital enfrenta sempre dois grandes obstáculos: a queda tendencial da taxa de lucros e a luta dos/as trabalhadores/as, sua união. Para minimizar os efeitos do primeiro obstáculo, per si ineliminável, no seu objetivo de valorizar o valor, o capital mais e mais acelera o ritmo de extração da mais-valia, aumentando a mais-valia absoluta e relativa, a depender do patamar da luta de classes e da reação dos trabalhadores; para enfrentar o segundo, na dependência do qual se encontra a boa resolução do primeiro, se faz mister que a consciência dos/as trabalhadores/as restem no patamar da alienação, no qual, alheios de si, alheios do outro, alheios da natureza, não se reconheçam como sujeitos portadores dos mesmos interesses e compitam entre si. Para promover tal alienação, o capital gesta diversos mecanismos, de variada complexidade e eficácia. Neste artigo, analisa-se um destes mecanismos, uma nova e eficaz tática denominada Assédio Moral no Trabalho. A eficácia do assédio moral no trabalho encontra-se, centralmente, no fato de que é uma tática que incide diretamente sobre as relações de trabalho, lá onde a possibilidade da emersão da consciência é dada pelo trabalho mesmo, pela sua produção, o que lhe dá enorme penetrabilidade. A maioria das práticas de submissão e alheamento dos trabalhadores se dá na vida cotidiana – também ela ineliminável, segundo Lukács –, mas que chega secundarizada na consciência dos trabalhadores. Para Marx, a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o circundam é o começo da consciência de que o ser humano vive em sociedade. Analisemos então quais as relações sociais gestadas no período da acumulação flexível do capital, para entender a especificidade da subsunção que emerge nas relações de trabalho e o papel que a gestão do trabalho – via Assédio Moral – nela desempenha.

Palavras-chave: Assédio Moral no Trabalho. Consciência. Materialismo Histórico-Dialético.

The Aftermaths of workplace bullying on the process of alienation of workers

Abstract:

In an attempt to perpetuate itself as a way to manage life, capital always faces two major obstacles: the fall trend of profit rate and the struggle of workers, via their union. To minimize the effects of the first obstacle – as ineliminable itself – aiming to enhance the value, more and more capital accelerates the pace of extraction of surplus value by increasing absolute and relative surplus value, depending on the level of class struggle and the reaction of workers; to face the second, which the proper resolution of the first must be previously reached, it is necessary that the consciousness of workers lay on the level of alienation in which they, oblivious of themselves, of the others, and of nature, do not recognize themselves as subjects with the same interests, competing with each other. To promote such alienation, capital has been gestating several mechanisms of varying complexity and effectiveness. In this article, we analyze one of these mechanisms, a new and effective tactic called Workplace Bullying. Its effectiveness is located centrally in the fact that it is a tactic that focuses directly on the working relationships, whence the possibility of an emerging consciousness is given by work itself, through its production, highly expanded. Most submission practices and alienation of workers takes place in everyday life – also ineliminable, according to Lukács – but brought to consciousness of workers in a second moment. For Marx, one's awareness of the need to establish relationships with individuals who surround him or her is the beginning of awareness that human beings live in society. We thus analyze which social relations are gestated in the period of Flexible Accumulation of capital, in order to understand the specific nature of subsumption that emerges in labor relations and the role that labor management – via Bullying – plays on such period.

Keywords: Workplace Bullying. Consciousness. Historical and Dialectical Materialism.

Gestão do Trabalho

A crise sócio-econômico-política dos anos 1960 reapresenta para o capital dois (eternos) problemas, ou seja, como enfrentar a queda tendencial da taxa de lucros, como aumentar a mais valia e como impedir a união/sublevação dos trabalhadores/as.

Para continuar cumprindo seu objetivo, que é valorizar o valor, o capital necessita sempre renovar-se, mudar para que tudo continue como está e, como saída para a crise, promove uma gigantesca reestruturação produtiva, que implementa mudanças no trabalho, especialmente no modo de geri-lo. Mudanças que não atingem a lógica da exploração do trabalho pelo capital mas se apresentam como se fora menos despóticas, aparentemente tornando supérfluo o controle. Mas o controle/gestão que o capital exerce sobre o processo de trabalho é um elemento determinante de materialização da submissão real do trabalho ao capital. As consequências das mudanças perpetradas sobre os processos de trabalho, bem como o controle que o capital exerce sobre eles, potencializam o capital, aumentando a extração da mais-valia e serve como instrumento de neutralização, obstrução e destruição das formas de resistência e organização dos/as trabalhadores/as, dois principais problemas do capital, como antes afirmado.

Vejamos, então, como ocorre o processo de trabalho, iniciando pela análise da cooperação no modo de produção capitalista. Os elementos gerais do processo de trabalho estão presentes enquanto determinações em qualquer forma que o trabalho humano possa desenvolver-se, independentes do caráter histórico e especificamente social do processo de produção. Para o capital, o processo de trabalho e a produção de objetos úteis são apenas suporte de valorização, posto que o tal processo só se torna possível se a força de trabalho atravessa a produção, deixando nas mercadorias mais valores que os inicialmente postos. O trabalho enquanto criador de valores de uso – concreto, individual e qualitativamente definido – não interessa ao capital, que necessita do trabalho apenas quantitativamente definido, representando autonomamente o seu valor em dinheiro. Para que tal ocorra, é necessário que o capital controle o trabalho para assegurar que este tenha a duração social média. Esse controle é uma determinação central: o capital não pode prescindir de sua existência. Mas, dependendo do estágio da luta de classes e do seu desenvolvimento histórico, esse controle pode assumir formas aparentemente menos despóticas, o que sói ocorrer na acumulação flexível.

Por que este controle é essencial ao capital? Para que ocorra a produção capitalista se faz necessária cooperação, ou seja, a força de trabalho reunida no mesmo local, potencializando as possibilidades (MARX, 1988). É a atividade de um número maior de trabalhadores/as, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, para produzir a mesma espécie de mercadoria. O mero fato de seres humanos estarem juntos, em um mesmo local, já é algo significativo para o modo de produção capitalista, pois mesmo que não se altere o modo de trabalho, as condições objetivas do processo de trabalho são revolucionadas pelo emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores/as. Da cooperação advêm ganhos significativos para o capital. O **primeiro** deles refere-se ao

fato de que estes meios de produção utilizados em comum cedem menor parte de seu valor ao produto individual e entram com um valor relativamente menor, diminuindo um componente do valor do capital constante, do que decorre a diminuição do valor total da mercadoria. O **segundo** ganho refere-se ao fato de que, comparando-se uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas e individuais com uma jornada de trabalho combinada, esta segunda produz maiores quantidades de valor de uso, o que diminui o tempo de trabalho necessário para produzir certo quantum de mercadorias, aumentando a extração da mais-valia.

Mas além da condição de que o capitalista deva empregar trabalhadores/as simultaneamente e reunidos/as no mesmo local, os capitalistas individuais também necessitam concentrar em suas mãos grandes quantidades de meios de produção, sendo que a extensão da cooperação depende do grau dessa concentração.

A gestão dos/as trabalhadores/as passa a ser função real e não apenas formal do capitalista. O controle que o capital exerce sobre o trabalho parecia inicialmente ser uma decorrência formal do fato de os/as trabalhadores/as trabalharem para o capitalista em vez de para si, isto é, apenas uma afirmação de posse, em que o capitalista somente tomava conta do que era seu. Mas o grande número de trabalhadores/as assalariados/as de que o capital necessita, para a cooperação, traz uma grande mudança no significado do seu controle sobre o trabalho: o comando do capital deixa de ser meramente formal, deixa de ser um controle fora do processo de trabalho, mesmo que exercido sobre ele, para converter-se numa verdadeira condição da produção, uma exigência para a execução do próprio processo de trabalho. O controle sobre o trabalho pode ser dispensado, quando esse trabalho é exercido por poucos/as trabalhadores/as; mas quando o trabalho social ou coletivo é executado em grande escala, o controle (direção) do processo se faz necessário. Esta função de mediação de controle do trabalho – não será exercida pelos que trabalham – torna-se função do capital, logo que o trabalho torna cooperativo. E, ao se tornar função do capital (e não do trabalho), este controle ganha características peculiares, que configuram o modo de ser do capital, como controle da força e do processo do trabalho.

Na Grande Indústria, quando a massa de mais-valia produzida se tornou suficiente para libertar o empregador do trabalho manual e transformá-lo em capitalista, o capitalista transferiu a função de gestão/supervisão para uma espécie particular de assalariados/as. Esses/as trabalhadores/as, que cooperam sob o comando do mesmo capital, durante o processo de trabalho, **comandam em nome do capital e formam seu exército**. O trabalho de supervisionar/controlar o processo de trabalho assume um caráter particular no capitalismo, cristalizando-se em sua função exclusiva. O comando supremo na indústria torna-se atributo do capital, faz parte do caráter do capital como função que ocupa uma centralidade e não forma acessória. O capitalista não se torna capitalista por ser dirigente industrial: ao contrário, ele torna-se comandante industrial pela condição mesma de ser capitalista.

A força de um/a trabalhador/a individual, isolado/a, nada significa para o capital; e desse fato se servem as classes dominantes para criar uma ideologia que desvaloriza o trabalho e o/a trabalhador/a, que faz com que cada trabalhador/a se sinta descartável. Sem força produtiva, o capital não pode extrair mais-valia. Contudo, isso não aparece à primeira vista como um sinal de potência para o/a trabalhador/a, porque o próprio processo de desenvolvimento dessa força produtiva obsta esse conhecimento. A força produtiva social do trabalho aparece para o/a trabalhador/a como se fosse propriedade do capital, como imanente a este. Estão plantadas aqui as bases objetivas que levam à consciência alienada: o/a trabalhador/a está separado/a do seu trabalho, que lhe parece estranho, como se pertencesse a outro (ao capital).

No que se refere ao Assédio Moral no Trabalho, este controle é exercido por pessoas designadas para este fim, que estão em posição de mando. Nega-se aqui a existência do Assédio Moral horizontal e vertical ascendente, reconhece-se a existência do assédio moral vertical descendente: quem tem o poder assedia os/as subordinados/as. Quem “pode” assediar, quem tem condições objetivas e subjetivas para tanto são os que estão em posição de poder (chefes, supervisores, gerentes). Afirmar que qualquer trabalhador/a pode assediar outro/a, como o fazem os teóricos que afirmam existir o Assédio Moral vertical (trabalhador/a humilhando trabalhador/a) e vertical ascendente (subordinado/a humilhando superior hierárquico), se inscreve entre as práticas naturalizantes, conservadoras, que buscam situar no indivíduo, na sua organização psíquica/biológica, a causalidade dos fenômenos sociais. Tais práticas, ao apontar a subjetividade dos trabalhadores como causalidade do Assédio Moral, além de culpabilizar a vítima, ainda desresponsabiliza perigosamente o sistema social que produz essa forma de violência (SOUZA, 2014).

Ora, se o capital gesta formas de impedir a união dos/as trabalhadores/as, a questão é compreender como se gestam as lutas por parte destes/as. A Grande Indústria, num mesmo local, aglomera uma multidão desconhecidas entre si, mas a concorrência entre elas divide os seus interesses. A manutenção do salário reúne-os num pensamento único de resistência, uma coalizão. A coalizão tem sempre um duplo objetivo para os/as trabalhadores/as: fazer cessar a concorrência entre eles/elas, para que essa possa transformar-se em uma concorrência geral aos capitalistas. Mas ao aumentar a coalizão dos/as trabalhadores/as, os capitalistas se reúnem para reprimi-los/las. E a coalizão que, no início era por salários e ocorria de forma isolada, faz com que os/as trabalhadores/as se agrupem com o objetivo de manter a própria associação, e torná-la mais importante que a manutenção dos salários.

Apesar da organização dos/as trabalhadores/as, a exploração dos/as mesmos/as se mantém com a imposição do aumento de produtividade: fenômeno que permite a dispensa de massas de trabalhadores/as, engrossando as longas filas de desempregados/as. Com o trabalho se transformando em apêndice da máquina, com o trabalho vivo sendo substituído pelo trabalho morto da máquina, com a maquinaria se apresentando como uma potência hostil, o capital consegue incidir sobre a subjetividade dos/as trabalhadores/as, construindo subjetividades adaptadas aos seus ditames históricos e buscando impedir o surgimento de contestações.

Vejamos então como ocorre o processo pelos quais os/as trabalhadores/as contestam o sistema do capital, a partir da tomada de consciência.

Consciência

Consciência é a capacidade dos seres humanos de representar a si mesmos e ao mundo, por meio de imagens e signos mentais. No entanto, afirma-se que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência” (MARX, 1982, p. 25). Para tal, os seres humanos utilizam o seu aparato orgânico, mas a consciência não pode ser reduzida a um processo orgânico, bem como não apresenta um resultado único para todos os humanos. Posto que o ser social ganha existência em condições sociais diferentes entre si – e desiguais, nas sociedades de classes – a consciência não é idêntica entre os seres humanos, guardando, no entanto, uma unidade entre si. Este processo possui elementos genéricos e particulares e ocorre como singularização de cada sujeito, atravessando fases diferenciadas em seu processo de constituição. Amadurecendo por fases diversas, cada fase é superada por meio de formas que, ao se romperem, geram novas formas, que contêm em si novos impasses e superações (IASI, 1999). O movimento ocorre em espiral, não linearmente, o que significa que elementos de fases que aparentemente haviam sido superadas reapareçam de forma diversa, com cada indivíduo vivendo uma superação particular. Transita de uma concepção de mundo para outra, vivendo a objetividade da trama que compõe a base material de sua concepção de mundo de forma subjetiva.

Todos os seres humanos têm consciência, posto que todos possuem uma representação mental de sua vida e de seus atos, formada a partir do espaço de inserção imediata do ser humano, do seu meio mais próximo. Desta forma, a consciência constitui-se como mera conexão limitada com pessoas e coisas situadas fora do indivíduo, conexão que se torna consciente. Ao modificar-se esse meio e essas pessoas, a consciência tende a se modificar. Advoga-se a gênese exterior da consciência, um processo pelo qual ela parte de fora até interiorizar-se.

Cada indivíduo nasce inserido em um conjunto de relações sociais, já estabelecidas. A história desse grupo social é uma história perpassada pelas determinações de classe, gênero, etnia, formas religiosas e culturais, relações afetivas, ou nas palavras de Marx:

Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos (MARX, 1988, p. 18).

Essa história antecede e precede o indivíduo, de forma que ele só consegue captar um momento abstraído do movimento, uma parcialidade. E é a partir dessa parcialidade, desse momento abstraído da totalidade que ele procura compreender o seu mundo,

ultrageralizando (ultrageralização que constitui um dos primeiros mecanismos do processo de consciência e que está na base da formação de preconceito) (HELLER, 1970). O indivíduo entra em contato com as informações sobre o seu meio, inicialmente, como vivência imediata, e que, no começo, desempenham um papel crucial na formação da sua consciência. Elas lhe chegam por meio de relações fortemente afetivas, no período em que o indivíduo ainda não dispõe de mecanismos mentais que lhe permitam avaliar racionalmente essas informações; que lhe chegam também de forma sistematizada, como pensamentos já elaborados, cujas relações vigentes de cada época o indivíduo busca compreender (ou justificar). No entanto, embora mantenha contato com essas manifestações da consciência (de compreender e justificar), desde o início de sua vida, elas só agirão na sua formação da concepção de mundo algum tempo depois, sob uma base já sólida, para que sejam aceitas como válidas.

Há um longo tempo de maturação dos seres humanos, cuja dependência dos outros determina fortemente seu desenvolvimento. A família é a primeira instituição a pôr o indivíduo diante de relações sociais, ela desempenha um papel crucial na interiorização das relações vividas pelos indivíduos, ou seja, na formação da consciência.

Se essas primeiras vivências sociais dos indivíduos, (que tendem a repetir o conteúdo do aprendido, uma consciência, pois, alienada) desempenham um papel significativo na formação da sua consciência, como se formam as consciências revolucionárias, como se produzem as transformações sociais e as revoluções, como se produz o novo? Se não houvesse a possibilidade de rompimento, ficar-se-ia diante de uma total reificação da consciência, da impossibilidade da ruptura revolucionária, rompendo assim com um ponto arquimédico da teoria marxista.

Uma consciência revolucionária, para Marx, está intimamente ligada à capacidade dos indivíduos ou das classes de desvendar a causalidade da sociedade e encontrar seu movimento próprio. Esse processo ocorre tão somente no interior da luta de classes, na qual o que se afirma não é uma “consciência social” em sua generalidade, mas a “consciência de classe” (seja de negação ou reprodução da ordem) e, desta forma, contra outras concepções de mundo (IASI, 1999b).

A primeira forma de consciência é uma forma alienada. A consciência numa primeira forma é o efeito subjetivo da objetivação (ineliminável) dos seres humanos. Mas a consciência, como processo que é, não para, necessariamente, nesse estágio. O processo de socialização dos seres humanos, que se dá premido pela necessidade do trabalho (transformar a natureza para dela extrair a vida), coloca os indivíduos em contato com realidades diversas (cada vez mais crescentemente diversas, como no atual momento de reprodução mundializada do capital), para além da vida familiar. As diversas instituições, com as quais os indivíduos entram em contato após o primeiro núcleo familiar (Escola, Igreja, Empresa), podem confirmar ou contestar, em maior ou menor grau, a representação mental que o indivíduo construíra até ali. Por que pode ocorrer a contestação dessas (primeiras) representações mentais, por que elas não podem apenas ser confirmadas,

visto que se referem, em princípio, à mesma objetividade? Tal possível contestação ocorre porque, em uma sociedade de classes, em determinado momento, essa sociedade se divide em interesses antagônicos, cujas ideias, representações e valores que compõem a consciência dos seres humanos, além de representar as relações reais a que se submetem, devem também justificá-las na direção de manutenção de determinados interesses, ou seja, a consciência pode se tornar ideologia (IASI, 1999b). Mas a vivência de uma contradição entre valores assumidos e novos valores só se transforma em uma nova forma de consciência, **quando esse processo ocorre em grupo, em que a identificação com o outro provoca um salto de qualidade**, no processo de consciência, rompendo com a forma inicial da alienação e transformando-se em consciência em si. Quando o indivíduo vivencia isoladamente a contradição entre valores e representações antigos e novos, quando esse processo não desemboca em identificação com o outro, que sofre o mesmo problema, essa consciência pára no estágio da revolta, que é vivido como “está errado, é injusto”. E, no caso de buscar solução, fá-lo de forma parcial, sem o recurso de uma visão totalizante, podendo engrossar inclusive as fileiras do inimigo, como formas fascistas, ou desembocar em conformismo que se revela como “é injusto, sem que eu possa agir, porque sempre foi assim e sempre será”. Quando ocorre a identificação com o outro, o indivíduo pode se juntar a ele para buscar uma ação coletiva. Quando ocorre o processo de contestação, de rompimento, seguido do processo de ação em grupo, fala-se na emersão da consciência em si ou consciência da reivindicação. O que une esse grupo particular é a percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhe são opostos (IASI, 1999b).

O estágio da consciência em si ainda se baseia na vivência das relações imediatas, mas agora não mais do ponto de vista imediato, mas do ponto de vista do grupo no qual esse indivíduo se insere. O estágio da consciência em si apresenta muitas contradições. Negar uma parte da ideologia pela vivência particular das contradições não destrói imediatamente as relações e valores anteriormente internalizados. Apesar de ter consciência de uma série de contradições, o sujeito ainda trabalha, vive, pensa e sente sob a influência de valores anteriores que, apesar de fazerem parte da mesma contradição, são vistos como verdadeiros.

Para superar esse estágio de consciência em direção a um estágio superior (consciência para si) é necessário que o indivíduo se conceba para além de sua particularidade (sua classe) e assuma a tarefa histórica de superar essa particularidade (classe), de lutar pela emancipação de toda a humanidade, pela destruição do capitalismo. Essa é a consciência de classe ou revolucionária.

Se, como afirma Marx (1993), em certos contextos materiais a consciência pode se autonomizar em relação à base material de que parte, podendo levar a consciência universal a ser uma “abstração da vida real”, opondo-se à própria vida com “hostilidade”, torna-se necessário que analisemos como, no processo da Acumulação Flexível, ocorre o processo de consciência dos/as trabalhadores/as. Algumas táticas e estratégias da luta de classes,

utilizadas pelo movimento dos trabalhadores e sua representação político-sindical, parecem autonomizadas da relação com a base material. Análises exaustivas que tomam como ponto de partida a conjuntura no qual viveram Marx, Engels, Lênin ou Trotsky – a depender da filiação política – que apenas declaram vivermos em tempos neoliberais etc, mas não levam em conta, nas análises, quais as mudanças concretas perpetradas pela reestruturação produtiva do capital, qual o rebatimento sobre o processo de consciência dos/as trabalhadores/as.

Transformações no Processo do Trabalho

O controle da vida do/a trabalhador/a no modelo fordista/taylorista era um desdobramento do controle do processo de trabalho enquanto que na acumulação flexível consolida-se, tornando-se determinante em relação ao controle do processo de trabalho. As características dos novos processos produtivos são variadas: efetua-se a substituição do trabalho desqualificado pelo/a operário/a polivalente (ANTUNES, 1995), em que o/a operário/a “aparece” como integrando uma equipe, ao invés da linha individualizada, produzindo elemento para a “satisfação” da equipe que está na linha, em vez de mercadorias para alguém que não se conhece. Este processo solicita todo um envolvimento emocional por parte dos/as trabalhadores/as, toda uma nova sociabilidade; a flexibilização da produção, assim como novos padrões de produtividade, novos padrões de gestão de força de trabalho emergem, baseados na “cooptação” dos/as trabalhadores/as, no seu envolvimento emocional com a empresa, na cooperação, no envolvimento manipulatório, que obedece à lógica das socialidades forjadas na lógica de produção de mercadorias.

O processo de submissão à ordem do capital é composto não apenas de métodos ideológicos e simbólicos, mas há uma estrutura que sustenta essa ideologia, uma materialidade que constrói a aderência aos ditames do capital. Para implantar alguns desses mecanismos de cooptação, o capital não conta apenas com o convencimento, ao contrário, constrói essa adesão em cima de uma forte base material de organização da produção. São várias as formas de envolvimento das novas instalações: trabalho em equipe, CCQ, Estoque Zero, Kanban. Detenhamos-nos sobre duas táticas de organizar a produção que se transformam em mecanismos de cooptação: a **flexibilização** e a **terceirização**. A flexibilização ocorre baseada em uma organização que, ao contrário das instalações fordistas nas quais havia uma máquina para cada trabalhador/a, na Acumulação Flexível, um/a trabalhador/a opera quatro máquinas. Tal fato traz uma cadeia de consequências: 1) cada trabalhador/a precisa ser flexível, isto é, ter várias habilidades para operar várias máquinas diferentes e não uma só, especializada; 2) como um/a só trabalhador/a pode operar várias máquinas ao mesmo tempo, o capital pode dispensar os outros trabalhadores/as; 3) o/a trabalhador/a que opera várias máquinas simultaneamente necessita de um grau tão grande de concentração no trabalho, que não lhe sobra tempo para entrar em contato com seus pares e eventualmente organizar qualquer resistência. A terceirização é processo em que uma empresa contrata uma outra, para que esta última efetue determinadas fases da sua

própria produção. A terceirização não é uma estratégia criada no toyotismo, mas em fases anteriores era apenas um processo suplementar, enquanto, no toyotismo, se tornou estratégia central, pois a instalação toyotista (ANTUNES, 1995) produz no máximo vinte e cinco por cento dentro dela, enquanto a instalação fordista produzia setenta e cinco dentro dela. A terceirização permite ganho duplo ao capital, que tanto economiza custos como, ao separar e fragmentar os locais em que se produz, separa e fragmenta também o/a operário/a – massa que fazia greves. A terceirização é tão exitosa nas suas consequências para o capital, que no período de escritura deste artigo (março/abril de 2015), o capital está envidando todos os seus esforços para torná-la a principal forma de contratação de trabalhadores, via aprovação do PL 4330, que terceiriza todas as atividades. A terceirização consiste em que um capitalista maior repassa para um capitalista menor certas tarefas da produção, provocando a redução dos salários bem como a degradação da proteção social, nas fábricas e outros locais de trabalho. Em vez de grande número de trabalhadores/as, juntos/as no mesmo local, e com possibilidades de comunicação e organização facilitadas, tem-se a divisão das unidades de produção em locais menores. Assim os/as trabalhadores/as isolados/as, numericamente pequenos, dividem-se e enfrentam dificuldades de se organizarem e reagirem, dificuldade aumentada pelas relações mais “próximas” que se travam, nas pequenas fábricas, em que predominam laços mais “afetivos” e uma maior vigilância. Ocorre, dessa maneira, uma diferenciação de contratos de trabalho, no interior da mesma fábrica, o que, até quando efetuam trabalho igual, no mesmo espaço, divide os/as trabalhadores/as em categorias (na aparência) muito diferentes: uns são permanentes, outros temporários, este é funcionário de uma empresa, aquele, de outra. A produção é organizada de modo que se criam pequenas unidades, cédulas de produção, competindo entre si, em que cada cédula é responsável por determinada cota de produção, funcionando como uma empresa dentro da empresa. Cada indivíduo é instado, desta forma, a se sentir diretamente responsável pelo sucesso ou fracasso da equipe, gerando um clima de fiscalização permanente de cada um sobre todos os outros e vice-versa.

A Acumulação Flexível tem uma diferença qualitativa com relação ao taylorismo: torna-se necessário que se envolva a classe trabalhadora, que se criem novos mecanismos de envolvimento e participação, o/a trabalhador/a deve pensar na empresa como sua casa, seu lar. Estes mecanismos de participação fazem com que o capital apareça como se fora menos despótico, construindo um estranhamento mais complexo, de mais difícil desvelamento.

Uma mudança significativa com relação à atuação sobre a subjetividade dos/as trabalhadores/as, entre o fordismo e a Acumulação Flexível: no fordismo, a preocupação com os trabalhadores (só homens) não era de natureza moral, para impedi-los de cometer erros contra os costumes, mas apenas uma preocupação com as consequências que uma noite de farra pudesse causar na produtividade daquele trabalhador, no dia seguinte. Era um controle formal, exercido de fora, pelo supervisor, que não exigia que o trabalhador se envolvesse afetivamente com esta vigilância, muito pelo contrário, ele estava livre

afetivamente para burlar a vigilância que o supervisor lhe fazia. O controle na Acumulação Flexível é exercido sobre a subjetividade dos/as trabalhadores/as e se dá de forma implícita, subjacente, que implica o/a trabalhador/as com a empresa, com a qual ele/ela estabelece laços afetivos, havendo um deslocamento do sentimento de refúgio para a empresa, que até então era oferecido exclusivamente pela família. Isso não significa que o capital prescindia da forma família patriarcal para dar conta das tarefas da reprodução. Mas se desenha no horizonte um movimento, que, por muito recente e em formação, torna difícil sua apreensão e análise, mas que se configura como significativas mudanças no que se refere à ligação do/a trabalhador/a com a família, o que trará, inclusive, mudanças importantes no exercício dos papéis de gênero (SOUZA, 2006). Dessa forma, a vigilância exercida de fora passa a ser, aparentemente dispensável, o/a trabalhador/a internaliza as regras, toma-as como suas, adota-as. O que dificulta (mas não impossibilita) as possibilidades de rompimento, pois não há como burlar aquilo que não se reconhece como controle, não há como burlar a autovigilância.

Este modo de organizar o trabalho produz então o conjunto de circunstâncias que fazem emergir o Assédio Moral, não como uma consequência indesejável dos atos de gestão mas como **modo de gerir** a força de trabalho.

Assédio Moral no Trabalho

O **Assédio Moral** surge como uma forma de restrição àqueles que, consciente ou inconscientemente, por escolha (ativista sindical) ou por acaso (técnicos competentes e/ou adoecidos do trabalho), não obedecem às exigências formuladas pela empresa. Barreto (2000) define o Assédio Moral como a exposição dos/as trabalhadores/as a situações de humilhações repetitivas e prolongadas ligadas à situação de trabalho e no exercício de suas funções. São atos de intimidação e práticas vexatórias ligadas ao exercício do trabalho. Algumas características do Assédio Moral: 1) ocorre na situação de trabalho, diferentemente do dano moral, que pode ocorrer em qualquer situação da vida cotidiana; 2) envolve repetição no tempo, não é um fato isolado. O que se repete não é o mesmo gesto sempre, mas um conjunto de gestos, que configuram o processo de perseguição; 3) envolve poder, nem sempre sinônimo de hierarquia, mas poder real, direcionado, emanando de uma fonte objetiva, não subjetiva, isto é, poder de transferir, designar tarefas, demitir, enfim, atuar sobre o trabalho.

Neste artigo, introduzo uma determinação central do processo, ainda não presente na literatura da área. Para que o Assédio moral ocorra, não como uma violência qualquer, sempre presente no modo de produção capitalista, para que ele ocorra como uma forma de gestão, uma violência com uma clara intencionalidade instrumental, se torna necessário que o assédio se expresse necessariamente enquanto três tipos de ações. Estas ações envolvem tanto uma atuação sobre a objetividade do trabalho como uma atuação sobre a subjetividade dos/as trabalhadores/as. Estas ações expressam os três momentos da vivência da alienação, conforme a análise de Lukács (1997). Sendo as relações sociais determinantes

baseadas na propriedade privada dos meios de produção e no assalariamento da força de trabalho, engendram condições para a que a atividade humana denominada trabalho, em vez de humanizar os seres sociais, os aliene. A alienação significa que o/a trabalhador/a está separado do fruto do seu trabalho, que não reconhece a autoria daquilo que produziu, mas sua vivência expressa no psiquismo em três níveis, quais sejam: o ser humano se aliena da natureza, se aliena de si mesmo e de sua espécie.

Vejamos como se expressam estes momentos, na análise luckácsiana. O primeiro momento refere-se à relação do/a trabalhador/a com a natureza. Imerso/a em relações sociais que o/a coisificam, nas quais o produto de seu trabalho não lhe pertence e aparece como algo que lhe é estranho, a relação do/a trabalhador/a com aquela é de distanciamento e fetichizada. Como é por meio do trabalho que ele/a se relaciona com a natureza, alterando-a (e alterando a si mesmo/a), ao ter o produto desta relação separado de si mesmo/a, ele/a não reconhece sua atuação no mundo e a potência desta atuação, posta pelo trabalho que controla a própria natureza e frente aos fenômenos da natureza lhe atribui poder sobrenatural, a teme ou lhe presta culto.

O segundo momento refere-se à alienação do/a trabalhador/a da sua própria atividade. Posto que o trabalho, no sistema do capital, se transforma em meio de vida, deixa de ser o meio de vida, se transforma em mercadoria, torna-se uma obrigação, extenua, cansa, não gera prazer em sua execução. O trabalho é atividade imposta, tripalium, gera sofrimento, dor, humilhação e aflição. Alienado da atividade que o humaniza, o/a ser humano aliena-se de si próprio, não sabe quem é pois não sabe o que faz, é a auto-alienação.

O terceiro momento ocorre quando, ao alienar-se de si mesmo o ser humano torna-se coisa – como o trabalho é algo que ele/a vende para viver, ele não humaniza, mas o transforma em coisa, mercadoria – este ser humano rompe os vínculos que o unem o gênero humano, à espécie. Para que o trabalho possa acontecer é necessária a cooperação entre os seres humanos, pois juntos o potencial de cada um é elevado, o trabalho é social por natureza, o que o torna o elo do indivíduo com sua espécie. Mas no modo de produção capitalista a produção social da vida metamorfoseia-se em meio individual de prover a própria sobrevivência particular, se rompe o ele que une cada indivíduo à espécie.

São relações matérias que produzem a alienação, no entanto ela se expressa como ideologias. Deste modo o ser humano não vivencia a si mesmo como agente ativo de seu controle sobre o mundo, pelo contrário, o mundo no qual está imerso (ele mesmo, os outros e a natureza) lhe aparece como estranho, como alheio a ele. Como não se reconhece como autor do trabalho que executa, este mundo lhe aparece como acima dele e contra ele (ser humano), como objetos nos quais ele não se reconhece. A alienação ocorre quando o sujeito vivencia o mundo e a si mesmo de forma passiva, apenas receptivamente.

Evidenciando o acerto da análise luckácsiana acerca da alienação, bem como tornando explícito o caráter intencional, de gestão do trabalho e não de problema psíquico, que o Assédio Moral assume, o caráter dos três tipos de atos perpetrados pelos assediadores atua sobre os três momentos descritos acima, ou seja:

1) Visando alienar o/a trabalhador/a do seu trabalho, perpetraram atos que impactam o processo do trabalho do/a trabalhador/a alvo do assédio. Estes atos vão desde retirar os meios de comunicação até retirar os instrumentos de trabalho ou não fornecê-los, que constroem a “incompetência” do/a trabalhador/a, que frente ao mau resultado do seu trabalho, não o reconhece, o “estranha”, e estranha a si mesmo enquanto identidade anteriormente construída pelo e no trabalho.

2) Visando separar o/a trabalhador/a de seu colega, para obstar a possibilidade de união entre eles, são perpetrados atos nos quais o/a trabalhador/a alvo do assediador aparece como “não-solidário”, “folgado”, “problemático” etc. Como a fase anterior (retirar os meios de trabalho) foi exitosa, o trabalho que não foi realizado pelo trabalhador-alvo é repassado para os colegas, que se sentem (pois o são) sobrecarregados e como não notaram o caráter intencional e provocado da “incompetência” construída, atribui ao alvo-assediado a culpa, se ressentido com ele.

Mas, para o/a assediador/a, não basta perpetrar atos que impactam a imagem que o/a trabalhador/a tem junto aos seus colegas para impedir que se solidarizem com ele/a, se faz necessário garantir que este/a trabalhador/a também não reaja. Aqui entra o conjunto de ações que visa incidir sobre a imagem que o sujeito tem de si, a sua identidade. Este é o aspecto que responde pelo conceito “moral” quando se utiliza o termo “Assédio Moral no Trabalho”. Trata-se de um conjunto de atos que incide sobre a subjetividade do/a trabalhador/a, sobre a sua identidade. Rompidos já os laços que unem o/a trabalhador/a à classe, resta agora atacar sua identidade. Como se dá esse processo?

É mister analisar o trabalho de duas perspectivas: a ontológica e a histórica. Do ponto de vista ontológico, em Marx e Lukács, o trabalho é a ação transformadora da realidade, dirigida por finalidades conscientes que responde aos desafios da natureza na luta pela sobrevivência. Esse animal, que se torna humano por meio do trabalho, é um ser que dá respostas aos seus carecimentos. As mediações próprias dos seres humanos, tais como a linguagem e o pensamento, surgiram e existem em função do trabalho, da sua satisfação. Essa satisfação engendra e exige uma cadeia de mediações, que ininterruptamente transformam a natureza, a sociedade e os seres humanos que nela atuam. As relações entre natureza e sociedade são recíprocas e, posto que os seres humanos liberam e dominam essas forças, ao fazê-lo põem em si um processo de desenvolvimento das próprias capacidades, elevando-se sempre no sentido de níveis mais altos. Desta forma, com o trabalho está posta a possibilidade do desenvolvimento superior dos seres humanos que trabalham.

Do ponto de vista histórico, o trabalho no modo de produção capitalista se transforma em mercadoria e o conhecemos pelo conceito de “emprego”. A formação da identidade se dá fortemente ancorada na profissão/ocupação principal que cada ser humano tem. Os/as trabalhadores/as referem-se a si próprios como “professores”, “pedreiros”, “metalúrgicos”, a depender de que ramo profissional vendem a sua força de trabalho (emprego) e esta identificação é tão forte que, mesmo quando estão desempregados/as, os/as trabalhadores/as se referem a si mesmos/as pela ocupação que tinham.

Retirar os meios de trabalho, impedindo que o/a trabalhador/a o desempenhe bem, exerce sobre este/a trabalhador/a um profundo impacto. A percepção de que não está executando corretamente seu trabalho aparece com frequência, mas como ele/a não reconhece a gênese social do processo, não tem como saber que se trata de uma incompetência programada pelos/as superiores/as. Sem ter consciência de que é vítima, o/a trabalhador/a se culpabiliza, internaliza a sensação de “incompetência”. Ao mesmo tempo que sente que está sendo injustiçado, o/a trabalhador/a também se sente “em falta”, sem saber direito porquê (SOUZA, 2014). Essa sensação de “falta” decorre do fato de que o/a assediador/a objetivamente se utiliza de características próprias do/a assediado/a, para humilhá-lo/a. Retirando-lhes os meios de executar o trabalho, o resultado é o trabalho mal feito, que é vivido como incompetência, pelo/a próprio/a trabalhador/a e pelo grupo no qual está inserido.

Ao lado dessas medidas objetivas, de construção da “incompetência” do/a trabalhador/a, no que concerne à sua identidade profissional, o assediador atua sobre a personalidade do sujeito, sobre seu psiquismo. Este processo se dá transformando as características de cada um em defeitos, a partir dos quais se “xinga” o/a trabalhador/a. Toda ideologia age para encobrir o real, justificando-o, mas não é uma mentira, se apropria dos elementos parciais da realidade e generaliza, tornando supérfluo o principal e tornado essencial o desnecessário, invertendo o real. Desde modo, no Assédio Moral, o assediador utiliza-se de características que o/a trabalhador/as realmente tem e as transforma em defeito. Em uma sociedade de classes, sexista e racista, os seres humanos portadores de determinadas características de sexo e cor de pele – mulheres, negros/as, homossexuais – são mais facilmente assediados/as, posto que se torna mais fácil desvalorizar alguém portador de características que já são socialmente consideradas desvalorizadas. Ao enfatizar determinadas características, desvalorizando seus/as portadores/as, tal desvalorização se insere em um universo ideológico que concorda com esta desvalorização, mesmo quando não os explicita. Ganha veracidade o ataque, posto que não é falso que tal trabalhador/a seja mulher, ou homossexual ou negro/as; o que se oculta de todos/as – inclusive do/a próprio//as trabalhador/as - é que essas são características humanas e não um defeito.

A humilhação no trabalho é nomeada como Assédio Moral (mobbing, bullying ou psicoterror), porque a dimensão emocional é o indicador mais forte, difere de formas anteriores de controle, no qual o elemento do ataque à personalidade, expressos em atos vexatórios e humilhantes dirigidos a trabalhadores/as, não tinha centralidade.

O Assédio Moral **NÃO É** uma disfunção psicológica do/a trabalhador/a. A reestruturação produtiva, que **objetivamente** produz o desemprego, ritmo acelerado, globalização, multifuncionalidade necessita **que a subjetividade** dos/as trabalhadores/as seja gestada de acordo com suas exigências, sejam as econômicas, que é valorizar o valor, fabricando mercadorias em ritmo cada vez mais acelerado, sejam as políticas, que é a de evitar a união da classe trabalhadora.

Ideologicamente, a nova forma de acumulação (Acumulação Flexível) exige a

cooperação afetiva/cooptação dos/as trabalhadores/as, a supervalorização das relações afetivas, a empresa como a casa: o/a trabalhador/a que não “está bem afetivamente” está fora, ele/ela é culpabilizado/a pelo/a outro/a, ele/a é visto/a como um/a desajustado/a.

As razões objetivas que produzem as condições favoráveis ao surgimento e disseminação do Assédio Moral, ou seja, o capitalismo como modo de produção que inviabiliza a vida, são escamoteadas: o/a trabalhador/a internaliza a culpa pelo seu “fracasso”. Como no atual momento, politicamente a organização da classe trabalhadora tem conhecido momentos de descenso, com parcelas das direções da classe indo da “contestação à conformação” (TUMOLO, 2003), cada trabalhador/a se sente fragilizado/a e só e sucumbe à grande opressão que sobre ele/ela recai.

Impactos sobre a Saúde do/a Trabalhador/a

Numa análise materialista histórico-dialética o ser humano é analisado como uma totalidade, corpo e mente guardam entre si uma relação de unidade, jamais de identidade; assim, o impacto da humilhação, da perseguição é sobre a totalidade do ser, sobre a saúde como uma totalidade, mas se expressa de forma diversa.

Os **aspectos psico/biológicos** são o aumento das doenças mentais, aumento do sofrimento mental, a irritabilidade, as dores generalizadas, os distúrbios do sono, o aumento das fobias, o agravamento de dores e os problemas de saúde preexistentes, a depressão, os tremores, o choro fácil, o aumento da pressão arterial, a diminuição da libido, as dores de cabeça, os distúrbios digestivos, a ideação e/ou as tentativas de suicídio etc.

Consciência de Classe, Resistência e Assédio Moral

Mas por que os obstáculos que recaem sobre a vida dos trabalhadores, denominados como a “questão social”, são tão concretos em suas consequências e, muitas vezes, para estes/as mesmos/as trabalhadores/as, sobre as quais eles recaem, eles não são conscientes?

Para analisar o processo da consciência, parte-se da premissa de que (LEONTIEV, s/d, p.17) a consciência não é um campo contemplado pelo sujeito, sobre o qual as imagens e seus conceitos são projetados, mas trata-se de um movimento interno, particular, engendrado pelo próprio movimento da atividade humana.

Ao analisar como os/as trabalhadores/as têm reagido às mudanças implementadas pelo capital neste período, o que aparentemente se vê é um processo de aprisionamento das suas consciências à lógica do capital, que se expressa seja na maioria das direções sindicais, seja na Academia, seja nas atuações individuais dos membros da classe trabalhadora. Esse aprisionamento da consciência dos/as trabalhadores/as à ordem vigente não significa uma rendição consciente, mas o resultado de uma estratégia bem bolada (para seus interesses, é claro) do capital, que é o uso das emoções no mundo do trabalho (característica distintiva do toyotismo). Em época de subsunção real e não mais formal dos/as trabalhadores/as à lógica do capital, o que deve ser analisado no bojo da constatação

de que o toyotismo é uma forma de gerir a força de trabalho menos despótica, tem, no entanto, um estranhamento mais complexo (ANTUNES, 1999), o que torna mais fácil ao capital capturar as subjetividades e dificultar o desvelamento da opressão. Esta captura das subjetividades não é um ato sem importância para o capital. Para ele, se faz necessário capturar a subjetividade para extrair dela mais valor e é importante que esta subjetividade não se volte contra o capital. Este capital se arma de todas as formas, objetivas e subjetivas, para impedir a revolta. Faz-se, assim, mister sempre lembrar a máxima de que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1986, p. 17). Esta passagem do pensamento marxiano afirma que o que determina a história é a ação dos seres humanos – portanto subjetiva, do sujeito – mas que essa determinação ocorre sob certas condições objetivas. As ideias, o pensamento e a consciência de épocas passadas, bem como a tradição na qual se movem os seres humanos, isto é, os fatores subjetivos, agem como objetividades.

A “aderência” aos ditames do capital, que parcela significativa das classes trabalhadoras e suas direções parecem apresentar, tem raízes objetivas na forma como se organiza o trabalho, nas estratégias utilizadas pelo capital, neste momento de reestruturação produtiva. Quanto a isso, nos mostra Gounet que

Quanto mais o capitalismo avança, mais os empresários e seus servidores introduzem métodos sofisticados para, ao mesmo tempo, aumentar a distribuição de cada trabalhador para a criação de riqueza, no sentido geral, e reduzir a capacidade de resistência coletiva dos operários (GOUNET, 2002, p.9).

Os dados referentes aos/às trabalhadores/as, que ocupam funções de mestres, contramestres e assemelhados (isto é, funções de vigilância e controle), apresentam um declínio numérico significativo. Pode-se analisar este declínio como uma incorporação acentuada (pelos/as trabalhadores/as) da ideologia que permeia o modo de acumulação produtiva atual, visto que uma das consequências basilares de sua aplicação é que a figura do capataz/supervisor se torna supérflua, desnecessária. Os/as trabalhadores/as não só internalizam o controle, sentem-se responsáveis pela sua cédula de produção, como passam a exercer esse controle (de forma não paga) sobre os/as seus/as companheiros/as de trabalho. Esta internalização é construída pacientemente pelo capital e tem uma forte base material: como cada trabalhador/a é responsável por várias máquinas, ao mesmo tempo, como os tempos mortos foram reduzidos e cada cédula é quase uma unidade autônoma, cada trabalhador/a, que falte ou atrase sua tarefa, prejudica a do/a outro/a, de modo que o/a trabalhador/a se sente – e é efetivamente – prejudicado/a, sobrecarregado/a, com a falha do/a outro/a. Por todo o processo de constituição do toyotismo, em que os valores da empresa são internalizados, este/a trabalhador/a culpa o/a companheiro/a e o/a vigia, dispensando assim o supervisor.

No modo de produção capitalista, gestam-se, ao mesmo tempo, as contradições e as condições para a superação. O modo capitalista de explorar o trabalho torna inevitáveis as crises econômicas, potencializa os antagonismos entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado), processo que traz consequências em todos os âmbitos sociais, visto que o capital é um processo totalizante (e totalitário). Os interesses vitais da maioria dos seres humanos são incompatíveis com o modo de produção capitalista, de forma que se torna imperativo, para que a humanidade exista, o rompimento com essa ordem societal. E esse processo de rompimento não é automático, mas função da vontade política organizada da classe dos que trabalham (NETTO, 1998).

O proletariado ocupa a centralidade nos processos de transformação revolucionária. Ao efetuar uma análise histórico-social da sociedade capitalista do ponto de vista da totalidade, em que as condições da produção material determinam a reprodução da vida social, o proletariado ocupa uma função ineliminável, diferentemente de outras classes sociais (NETTO, 1998).

Quais os setores da classe trabalhadora que podem defrontar-se objetivamente com o capital, enfrentá-lo e destruí-lo?

Para configurar o perfil da classe, necessita-se da dimensão objetiva e subjetiva, sob pena de se cair no politicismo ou no economicismo mecanicista. Os fatores subjetivos são importantes; sem a vontade dos sujeitos sociais concretos, sem a vontade da classe e de seus aliados de perspectiva, não é possível a ocorrência da revolução socialista, da superação da ordem do capital. Mas os fatores objetivos são centrais e imprescindíveis para esse enfrentamento, pois o capital não se move (e, portanto, não pode ser destruído) por razões de considerações morais ou éticas, mas por razões econômicas, objetivas. São essas razões, é essa lógica de submeter o trabalho, que devem ser combatidas e aniquiladas, tarefas que podem ser empreendidas por todos/as que possuem uma **perspectiva** revolucionária de classe. Para tanto, essa distinção entre trabalhador/a produtivo/a e improdutivo/a deve ser tomada com rigor, não para estabelecer hierarquias valorativas morais – como a noção religiosa de classe escolhida – mas para que se possam identificar quais são as premissas que sustentam a ordem do capital – que é a valorização do valor – e quais os sujeitos que podem destruir essa ordem.

As metamorfoses que ocorreram no mundo do trabalho construíram uma nova morfologia da classe, obrigando a estender os limites da classe para além do proletariado industrial (o/a operário/a) que, em O Manifesto Comunista (MARX et ENGELS, 1998), é o sujeito revolucionário. O capital com sua inaudita capacidade de se movimentar globalmente, para além dos limites da fábrica, bem como de esconder velhos conteúdos em fórmulas novas, estende os limites tradicionais de trabalho produtivo e improdutivo, submetendo todos e extraíndo mais-valia de espaços anteriormente improdutivos. O capitalismo tenta diminuir o trabalho improdutivo, fazendo com que o trabalho improdutivo (do qual o capital não pode abrir mão) seja realizado pelo/a mesmo/a trabalhador/a produtivo/a. Ocorre uma redução de trabalhos produtivos, um aumento do trabalho improdutivo, contribuindo, entretanto, na produção da mais-valia. De forma que resta a indagação: quem são os/as trabalhadores/as?, como está composta a classe?, quem partilha esse projeto? O capital imprimiu derrotas à classe trabalhadora, mas também potenciou de uma forma inaudita o trabalhador coletivo.

Os/as trabalhadores/as assalariados/as e improdutivos/as no geral, bem como outros setores hegemônicos e submetidos ao capital, que não se transformam em seus servidores conscientes (por escolha), mas buscam romper com ele, são parte necessária do processo de construção da revolução.

A classe trabalhadora exclui os/as gestores/as do capital (às vezes são altos/as assalariados/as), porque exercem uma função de mando. As sociedades anônimas não dependem mais diretamente do papel direto do dono, mas dos/as gestores/as – é uma subjetividade dominada. É um papel de mando; apesar de ser assalariado/a, ele/a é um/a gestor/a. São coproprietários/as, sem ter a propriedade jurídica. Estão excluídos da classe trabalhadora os/as que vivem da posse do capital acumulado, os/as que vivem dos juros e da especulação financeira.

As consequências do Assédio Moral para a saúde do/a trabalhador/a são enormes mas o impacto sobre a organização da classe trabalhadora ainda é mais profundo. Isolado/a pelo sofrimento, cuja gênese é social mas é vivida como individual, o/a trabalhador/a se aliena de si e do seu meio, não atentando para a construção de saídas. **Mas as saídas existem e devem ser construídas necessariamente no coletivo.**

Saídas

Quanto à forma de reação, podemos afirmar que o Assédio Moral é vivido diferentemente conforme a classe/gênero/raça/etnia a que o/a trabalhador/a pertença. Como as subjetividades são gestadas diferentemente, conforme o sexo, conseqüentemente a forma de adoecimento desses sujeitos é diferenciada: a forma de assédio (xingamentos ou sussurros) significa um tipo de humilhação para cada um/a (ser chamado/a de “feio/a” ou de “incompetente” tem significado diferenciado do que é humilhante para homens, ataques à virilidade, e para mulheres, ataque à honra e à aparência; e como esses sujeitos reagem (mulheres compartilham, mas os homens escondem o problema).

Reportemo-nos, agora, às saídas coletivas contra o Assédio Moral no Trabalho e outras formas de violência no trabalho, iniciando pelas lutas pontuais, que devem ser travadas até o limite, forçando conquistas e organizando a classe nesse processo. A luta deve ser travada como uma luta de classe e não como uma luta cidadã: o Assédio Moral se inscreve nas estratégias do capital para sua perpetuação e não simplesmente em processos de exclusão de cidadania.

A resposta não está em fortalecer os/as trabalhadores/as um/a a um/a (apesar de não se descartar a psicoterapia como uma das saídas), mas em mudar as condições de trabalho, organizar os/as trabalhadores/as no local de trabalho e não só mobilizá-los/as, fortalecendo as representações de classe, denunciando por todos os meios possíveis e criando mecanismos coletivos em que os/as trabalhadores/as se reconheçam como sujeitos com o mesmo interesse (o fim da exploração/opressão), que, na relação de luta e resistência com o outro, seja possível construir laços de solidariedade e, assim, romper a **alienação de si, do outro e do mundo.**

Faz-se mister porém, que se trave a luta mais ampla pela construção do socialismo, pois, enquanto estivermos sob o jugo do capital, que transforma o trabalho – que foi

responsável pela nossa transformação de macacos em seres humanos e é a gênese da vida – em instrumento de morte, não haverá saídas definitivas para aqueles/as que vivem da venda da sua força de trabalho.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez, 1995.
- BARRETO, Margarida M S. Uma jornada de humilhações. Dissertação de mestrado em Psicologia Social da PUC/SP. São Paulo, 2000.
- GOUNET, Thomas. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- IASI, Mauro. O Dilema de Hamlet. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- _____. Processo de Consciência. São Paulo: CPV, 1999b.
- LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Moraes, s/d.
- LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In NEAM (Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP. Ontologia Social. Cadernos n.º 1. Profissional e Política. São Paulo: NEAM, 1997.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Volume I. São Paulo: Nova cultural, 1988.
- _____. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl & ENGELS, F. A ideologia alemã. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- NETTO, J P. Prólogo. In MARX, K et ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.
- SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Formas de enfrentamento do Assédio Moral pelo sindicalismo: uma proposta marxista. In Anais de MARX 2014 – Seminário Nacional de Teoria Marxista. Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Acesso em: 08.04.2015. Disponível em: <http://seminariomarx.com.br/eixo04/Formas%20de%20enfrentamento%20do%20Assedio%20Moral%20pelo%20sindicalismo.pdf>.
- _____. Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). São Paulo 2006.
- TUMOLO, Paulo. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. Educação & Sociedade. V. 24, n. 82. Campinas, 2003, pp. 159-178.

Recebido em 5 de maio de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E DEPRESSÃO MATERNA

Mariza Miranda Theme Filha

Pesquisadora em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ

Resumo:

Discute-se a violência obstétrica entre as gestantes e puérperas brasileiras e sua associação com a depressão materna. Considerou-se indicadores de violência o tempo de espera para o atendimento, o respeito dos profissionais, a privacidade na realização de exames, a clareza das explicações e o tempo disponível para fazer perguntas, a participação da mulher nas decisões e a ocorrência de violência física, verbal ou psicológica. As mulheres também avaliaram a satisfação com o atendimento durante o parto. Os dados foram obtidos da Pesquisa Nascer no Brasil, estudo nacional de base hospitalar que entrevistou 23894 puérperas no pós-parto. Foram realizadas duas entrevistas telefônicas, a primeira após 45 dias e a segunda entre 6 e 8 meses após o parto. Utilizou-se a *Edinburgh Postnatal Depression Scale* com ponto de corte igual ou maior que 13 para o rastreamento de depressão. Menos de 50% das puérperas avaliaram seu parto como excelente e piores desempenhos foram para o tempo de espera e para fazer perguntas, clareza das explicações e participar das decisões. Foi verificado um gradiente inverso entre a avaliação da puérpera e a prevalência de depressão. A insatisfação da mulher com o parto pode ter efeitos imediatos e de mais longo prazo e ser um gatilho para a depressão pós-natal. A redução deste quadro deve estar ancorada na ampla implementação das ações de humanização do parto.

Palavras-chave: Violência. Desrespeito. Parto. Brasil.

Obstetric violence and maternal depression

Abstract:

This study discusses the obstetric violence affecting the Brazilian pregnant and postpartum women and its association with maternal depression. Were considered indicators of violence the time between arrival at the maternity and the care, respect for professionals in addressing women, ensuring privacy exams, clarity of explanations and the time available to ask questions, participation in decisions and the occurrence of physical, verbal or psychological violence. Women also evaluated the satisfaction with care offered during labor and childbirth. Data were obtained from the research Born in Brazil, national hospital-based study that interviewed 23,894 mothers in the postpartum. Two follow-up telephone interviews were conducted, the first 45 days after delivery and the second between 6 months and 8 months postpartum. Edinburgh Postnatal Depression Scale with cutoff point equal or higher 13 were used for the screening of depression. It was observed that less than 50% of mothers rated their birth as excellent and worst results were the waiting time, time to ask questions, clarity of explanations and participate in decisions. An inverse gradient between the women's evaluations and the prevalence of postpartum depression was found. The dissatisfaction with birth experience can have immediate and longer-term effects and be a trigger for postnatal depression. The reduction of these kinds of violence should be anchored in broad implementation of labor humanization actions.

Keywords: Violence. Disrespect. Childbirth. Brazil.

Introdução:

No campo da saúde materna e neonatal tem havido crescente preocupação com o momento do trabalho de parto e parto de forma a reduzir a morbi-mortalidade materna e neonatal. Apesar dos esforços, com produção de recomendações baseadas nas melhores evidências científicas, os resultados não têm alcançado o impacto esperado. Isto tem levado a uma crescente preocupação com a qualidade da atenção que as mulheres estão recebendo durante a internação para o parto. Um dos aspectos que tem sido destacados é a violação dos direitos à saúde da mulher, caracterizado pelo excesso de medicalização e práticas clínicas não recomendadas e atendimento desrespeitoso e abusivo¹.

O direito internacional defende que o direito à saúde requer serviços de saúde que estejam disponíveis, acessíveis, aceitáveis e de boa qualidade. Mas, apesar de numerosas interpretações oficiais e documentos que orientem quanto a esta questão, relatos de tratamento desrespeitoso e abusivo durante o trabalho de parto continuam a aparecer em muitas partes do mundo².

O atendimento desrespeitoso e abusivo engloba muitos aspectos, com caráter multifatorial, e pode ser percebido diferentemente por provedores da assistência e usuários, chegando mesmo a ser normalizado por ambas as partes, dependendo fortemente da dinâmica política e social de cada sociedade. Entretanto, especialistas em saúde materna concordam que o desrespeito e o abuso durante o parto são causa de sofrimento para as mulheres e impõe barreiras importantes na procura por cuidados especializados, particularmente em países de baixa renda³⁻⁴. O parto é um momento fundamental na vida da mulher e quando é vivenciado com dor, angústia, medo e isolamento, pode levar a distúrbios psicológicos, afetivos e emocionais, com potencial de influenciar o relacionamento mãe/filho, além de sua vida afetiva e conjugal.

A depressão perinatal tem sido associada com a percepção global negativa da mulher com a qualidade da atenção recebida pela equipe de saúde durante o parto. A precária relação entre os profissionais e a mulher compromete sua autoconfiança e autoestima, levando a maior vulnerabilidade psicológica, contribuindo para o trauma psicológico e depressão pós-parto⁵.

A depressão acomete entre 10% a 15% das gestantes e puérperas nos países desenvolvidos⁶, com prevalências mais elevadas nos países de média e baixa renda⁷. Os sintomas apresentam duração variável e podem persistir por longos períodos, trazendo efeitos adversos sobre a relação da mulher com seu parceiro, a família e o estabelecimento de vínculos com o recém-nascido. Particularmente em relação à criança, a depressão materna compromete o seu desenvolvimento emocional, comportamental e cognitivo, com reflexos até a adolescência⁸.

Vários fatores de risco para depressão materna são descritos na literatura como baixo nível socioeconômico, multiparidade, antecedentes de doenças crônicas, história de transtorno mental, uso de álcool e fumo, e gravidez não desejada⁹⁻¹⁰. Entretanto, poucos estudos têm se dedicado a investigar a relação entre o atendimento dispensado durante o

parto, particularmente o desrespeito e abuso perpetrados nesta ocasião, com o desenvolvimento da depressão materna. O objetivo deste estudo é determinar o nível e o tipo de desrespeito e abuso enfrentado pela mulher durante sua internação para o parto com base em suas experiências subjetivas e analisar sua associação com depressão materna a partir dos dados da Pesquisa Nascido no Brasil.

Métodos:

A pesquisa “Nascido no Brasil” é um estudo nacional de base hospitalar, realizado no período de fevereiro de 2011 a outubro de 2012. O processo amostral foi desenvolvido em três estágios, com estratificação pelas cinco macrorregiões geográficas, capital e interior e o tipo de hospital (SUS, misto, e privado). Foram selecionadas 266 unidades hospitalares em 191 municípios, incluindo todas as capitais dos estados e o distrito federal, totalizando 23.894 puérperas entrevistadas, em média, 6 horas após o parto.

Considerou-se elegíveis todas as puérperas cujo resultado da gestação fosse um nascido vivo, independente de peso ou idade gestacional, ou um nascido morto com peso maior que 500 g ou idade gestacional maior que 22 semanas. A pesquisa constou além da entrevista, da coleta de dados do prontuário da mãe e do bebê, anotações do cartão da gestante e entrevista com gestores obtendo-se informação sobre a estrutura das unidades de saúde.

As puérperas foram contatadas por telefone em outros dois momentos, o primeiro após 45 dias do parto e o segundo entre 6 e 18 meses após o parto. Na primeira entrevista telefônica elas foram questionadas sobre seu estado de saúde e do recém-nascido e avaliação do atendimento recebido durante o parto. Na segunda entrevista responderam ao questionário de rastreamento de depressão pós-parto utilizando a Edinburgh Postnatal Depression Scale (EPDS) e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) por meio da Impact Events Scale (IES), versão disponível para uso no Brasil. Em virtude da perda de seguimento nas duas entrevistas telefônicas (32% na primeira e 50% na segunda, respectivamente) utilizou-se procedimento de imputação de dados de forma a restituir a composição da amostra original. Informações detalhadas sobre o desenho amostral e coleta de dados estão disponíveis em outra publicação¹¹.

Neste estudo foram analisadas as informações sociodemográficas obtidas na entrevista no hospital (idade, cor da pele, estado marital e classe econômica), avaliação da atenção dispensada durante a internação para o parto, avaliação da puérpera quanto ao atendimento recebido e resultado do rastreamento de depressão. As informações relativas à atenção dispensada durante a internação foram obtidas através das perguntas: (i) Na sua internação para o parto, como a Sra avalia o tempo de espera desde que chegou na maternidade até ser atendida? (ii) Na sua internação para o parto, como a Sra. avalia o respeito dos profissionais ao recebê-la e ao falar com a Sra? (iii) Na sua internação para o parto, como a Sra avalia a maneira como sua intimidade foi respeitada durante o exame físico e o

atendimento? (iv) Na sua internação para o parto, como a Sra avalia a clareza com que os profissionais de saúde explicaram as coisas para a Sra? (v) Na sua internação para o parto, como a Sra avalia o tempo disponível para fazer perguntas sobre a sua saúde ou o seu tratamento? (vi) Na sua internação para o parto, como a Sra avalia a possibilidade de participar junto com a equipe de saúde das decisões sobre o seu trabalho de parto e o parto? (vii) Na sua internação para o parto a Sra. considera que foi vítima de algum maltrato (violência física, verbal ou psicológica)? A avaliação sobre o atendimento ao parto foi obtida pela questão: Na sua opinião, o atendimento ao seu parto foi...”. As respostas a todas as perguntas foram obtidas por meio de escala Likert com 5 opções de respostas: excelente, bom, regular, ruim e muito ruim. Na apresentação dos resultados as categorias ruim/péssimo foram agrupadas.

O rastreamento de depressão pós-parto foi aferido pela Edinburgh Postnatal Depression Scale (EPDS) que inclui dez itens em que as mulheres avaliaram quão sintomáticas elas se sentiram nos últimos sete dias. Cada item é pontuado de 0 a 3, com um alcance de 0-30 pontos. O ponto de corte igual ou superior a 13 foi utilizado para indicar "provável" depressão.

Adotou-se a definição de classe econômica segundo os critérios preconizados pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), que estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, baseado na posse de bens e no grau de instrução do chefe da família. As classes são divididas em cinco categorias, variando de A (classe mais elevada) a E (classe mais baixa). Em função do pequeno número de mulheres nas classes A e E, as classes econômicas foram agrupadas em três categorias (A e B; C; D e E).

Inicialmente procedeu-se à descrição das variáveis sob estudo apresentando as distribuições de frequências e proporções. Posteriormente as variáveis relativas à atenção dispensada foram analisadas segundo a presença de sintomas de depressão (ponto de corte igual ou maior que 13), calculando-se a homogeneidade das proporções pelo teste de qui-quadrado, considerando-se o nível de significância de 5%.

As análises foram realizadas no software SPSS (Statistical Package for Social Science for Windows – Chicago, IL, USA) versão 20, e por se tratar de uma amostra complexa utilizou-se o módulo Complex Sample para correção do efeito do desenho.

A entrevista hospitalar foi realizada após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constando a autorização para a realização dos contatos telefônicos posteriores. A Pesquisa Nascer no Brasil foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, sob o número CAAE 0096.0.031.000-10.

Resultados:

A amostra foi composta majoritariamente por mulheres entre 20 a 34 anos (70,6%), de cor da pele parda (57,1%), que viviam com companheiro (81,6%) e pertencentes às classes econômicas C e D/E (respectivamente, 53% e 23,1%). Entre as variáveis utilizadas para avaliar o tratamento dispensado às mulheres durante a internação para o parto nenhuma apresentou mais de 50% de avaliação excelente e os piores desempenhos foram para o tempo de espera para ser atendida (24,8% ruim/péssimo), tempo para fazer perguntas (18,6% ruim/péssimo), clareza das explicações (17,3% ruim/péssimo) e a possibilidade de participar das decisões (17,2% ruim/péssimo). Este resultado se refletiu na avaliação do atendimento ao parto, quando menos de 50% das mulheres o considerou excelente. A prevalência de depressão materna foi de 26,3% (Tabela 1).

Tabela 1 – Característica sociodemográficas, avaliação do atendimento durante a internação para o parto e escore de depressão. Pesquisa Nascer no Brasil, 2011/2012

Variáveis	n	%
Idade		
10-19	4550	19,1
20-34	16839	70,6
35 e mais	2472	10,3
Cor da pele		
Branca	7947	33,3
Preta	1943	8,1
Parda	13649	57,1
Amarela	277	1,2
Indígena	77	0,3
Situação conjugal		
Vive sem companheiro	4404	18,4
Vive com companheiro	19481	81,6
Escore socioeconômico		
Alto (A + B)	5643	23,9
Médio (C)	12537	53,0
Baixo (D + E)	5454	23,1
Avaliação do tempo de espera		
Excelente	6785	28,4
Bom	11189	46,8
Regular	3678	15,4
Ruim/Péssimo	1080	9,4
Avaliação do respeito dos profissionais		
Excelente	10208	42,7
Bom	10408	43,6
Regular	2142	9,0
Ruim/Péssimo	461	4,7
Avaliação da preservação da intimidade		
Excelente	10133	42,4
Bom	10996	46,0
Regular	2005	8,4
Ruim/Péssimo	352	3,2
Avaliação da clareza das explicações		
Excelente	8702	36,4
Bom	11055	46,3
Regular	2798	11,7
Ruim/Péssimo	648	5,6
Avaliação do tempo para fazer perguntas		
Excelente	6767	28,3
Bom	12668	53,0
Regular	3117	13,0
Ruim/Péssimo	690	5,6
Avaliação da participação nas decisões		
Excelente	7867	32,9
Bom	11906	49,8
Regular	2723	11,4
Ruim/Péssimo	724	5,8
Considera que foi vítima de violência verbal, física ou psicológica		
Não	22487	94,1
Sim	1407	5,9
Avaliação do atendimento ao parto		
Excelente	11436	47,9
Bom	9801	41,0
Regular	1816	7,6
Ruim/Péssimo	841	3,5
Screening para depressão materna (EPDS)		
< 13	17603	73,7
≥ 13	6291	26,3

Violência obstétrica e depressão materna

Observou-se uma associação inversa entre a avaliação da atenção dispensada e a avaliação do atendimento ao parto e a presença de sintomas de depressão aferidos pela EPDS. Quanto pior a avaliação do atendimento maior a prevalência de depressão. Este comportamento foi observado para todas as variáveis e foram estatisticamente significativos. As prevalências mais elevadas de depressão estiveram associadas com pior avaliação do respeito dos profissionais e a possibilidade de participar das decisões (45,3% e 45,4% ruim/péssimo, respectivamente) (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição proporcional das variáveis relativas a avaliação da puérpera sobre o atendimento durante a internação para o parto e segundo screening positivo para depressão. Pesquisa Nascer no Brasil, 2011/2012.

Variáveis	Screening positivo para depressão		
	Não	Sim	Valor de p
Avaliação do tempo de espera			
Excelente	77,1	22,9	< 0,001
Bom	75,5	24,5	
Regular	70,3	29,7	
Ruim/ Péssimo	59,3	40,7	
Avaliação do respeito dos profissionais			
Excelente	77,0	23,0	< 0,001
Bom	74,1	25,9	
Regular	65,8	34,2	
Ruim/Péssimo	54,7	45,3	
Avaliação da preservação da intimidade			
Excelente	77,6	22,4	< 0,001
Bom	73,0	27,0	
Regular	64,3	35,7	
Ruim/Péssimo	56,3	43,7	
Avaliação da clareza das explicações			
Excelente	77,6	22,4	< 0,001
Bom	73,8	26,2	
Regular	66,5	33,5	
Ruim/ Péssimo	61,9	38,1	
Avaliação do tempo para fazer perguntas			
Excelente	76,3	23,7	< 0,001
Bom	75,5	24,5	
Regular	66,6	33,4	
Ruim/Péssimo	59,4	40,6	
Avaliação da participação nas decisões			
Excelente	76,3	23,7	< 0,001
Bom	74,7	25,3	
Regular	71,2	28,8	
Ruim/Péssimo	54,6	45,4	
Considera que foi vítima de violência verbal, física ou psicológica			
Não	74,8	25,2	< 0,001
Sim	55,2	44,8	
Avaliação do atendimento ao parto			
Excelente	77,2	22,8	<0,001
Bom	72,8	27,2	
Regular	64,6	35,4	
Ruim/Péssimo	55,5	44,5	

Discussão:

Este estudo revela que as instituições de saúde que realizam partos no Brasil não estão preparadas para oferecer um tratamento respeitoso às mulheres. O respeito, em seus vários aspectos abordados nesta pesquisa, inclui a forma de falar, realizar exames garantindo a privacidade, explicar os procedimentos que serão realizados compartilhando a decisão, preservar a intimidade e não submetê-la a qualquer tipo de tratamento humilhante ou com violento, seja físico, verbal ou psicológico, como negar uso de procedimentos para alívio da dor. O tratamento respeitoso e digno durante um período tão especial e sensível na vida das mulheres é um dos atributos da humanização do parto, que significa colocar a mulher no centro do processo de decisão.

A desumanização do parto e nascimento e a insatisfação com o atendimento durante o trabalho de parto e parto tem sido relatado em vários países, com maiores prevalências naqueles de média e baixa renda.

Particularmente nos países africanos, o grau de violência, desrespeito e abuso atinge níveis alarmantes. Estudo realizado na Etiópia revelou que 81% das mulheres referiram uma ou mais categorias de desrespeito ou abuso, com destaque para violação ao direito de informação, consentimento informado e escolha/preferência pela posição no momento do parto⁴. Vale destacar, entretanto, que diferentemente do Brasil, observa-se nos países africanos baixa proporção de partos hospitalares realizados por equipe de saúde habilitada (médicos, enfermeiros e obstetrias)¹³. No Brasil, 98% dos partos são realizados em instituições hospitalares com equipe formada por médicos e enfermeiros, e em menor proporção por obstetrias. Num contexto totalmente diferente do africano, entretanto, encontramos menos da metade das puérperas avaliando seu atendimento como excelente, tendo piores avaliações o tempo de espera entre a chegada na maternidade e o atendimento, a clareza nas explicações e a direito de participar das decisões sobre o seu parto.

Muitos estudos têm revelado que o senso de controle é o principal fator para uma boa experiência do parto e subsequente bem-estar emocional da mulher. Estudo realizado na Suécia revelou que 10% das mulheres não ficaram satisfeitas com a atenção dispensada durante o trabalho de parto e 25% no período pós-parto. Entre os fatores que se associaram a insatisfação foram citados o pouco envolvimento na tomada de decisões, a insatisfação com a ambiência e a falta de apoio para o aleitamento¹⁴. Semelhantemente, estudo realizado no EUA revelou que o controle durante o parto e o nascimento foi altamente preditor da satisfação das puérperas. Além disso, as gestantes que tiveram acompanhamento do trabalho de parto e parto por obstetrias referiram maior satisfação do que aquelas acompanhadas por médicos obstetras, levantando a questão do modelo de atenção e a composição da equipe de saúde como fatores importantes¹⁵. Um novo modelo de atenção obstétrica como alternativa a excessiva medicalização e violação dos direitos reprodutivos também foi abordado em pesquisa realizada no México. Segundo os autores, é necessário repensar as práticas, num contexto caracterizado por violência social disseminada, que contamina as relações interpessoais, e em particular as relações que se estabelecem entre usuários e equipe de saúde¹⁶.

No Brasil, pesquisa realizada com obstetras e profissionais de enfermagem de serviços públicos e privados na cidade de São Paulo revelou que os profissionais de saúde reconhecem a existência de práticas discriminatórias e desrespeitosas contra as mulheres durante o pré-natal, parto e pós parto. Citam como exemplo o uso de termos pejorativos, ameaças e negligência, especialmente em relação ao alívio da dor. Entretanto, tais práticas não são vistas como violentas, mas como comportamento necessário para manter a autoridade profissional. Desta forma, a violência é trivializada e travestida de uma prática necessária, tornando-se invisível na rotina das maternidades¹⁷.

A insatisfação da mulher com sua experiência do parto pode ter efeitos imediatos e de mais longo prazo, afetando sua saúde e a relação com o bebê, podendo ser um gatilho para a depressão pós-natal. A depressão é o transtorno psiquiátrico mais prevalente durante a gestação e no período pós-parto e está associado a diversos fatores psicossociais e obstétricos¹⁸, destacando-se também o papel da violência entre parceiros íntimos¹⁹. Entretanto, nenhum estudo nacional abordou a sua relação com a violência obstétrica. Este é um tema de relevância em nosso país dada a elevada taxa de intervenções desnecessárias durante o trabalho de parto, de cesarianas sem indicação médica e de um modelo assistencial que priva a gestante de seu protagonismo no parto²⁰. Observamos a partir dos dados da Pesquisa Nascer no Brasil que gestantes submetidas a tratamento desrespeitoso e violento apresentam forte associação com sintomas depressivos.

Observamos coerência entre a avaliação negativa (regular, ruim ou péssimo) dos diversos aspectos da qualidade da assistência e a presença de violações de seus direitos e a avaliação global da assistência ao parto, sugerindo uma “normalização” do desrespeito e abuso na atenção à gestante, com se as mulheres não considerassem anormal ou eticamente condenável o atendimento dispensado. Como resultado da normalização, as mulheres não são capazes de distinguir entre os padrões aceitáveis de cuidado e a violação de seus direitos.

Chamamos a atenção que tratamento desrespeitoso e violento é um fator potencialmente modificável e, portanto, medidas devem ser tomadas para garantir melhores condições de assistência nos serviços de saúde, reconhecendo seu impacto na prevenção de situações de estresse, ansiedade e depressão.

Diversas iniciativas relacionadas à humanização do parto são uma reação a situação atual. Iniciativas governamentais e da sociedade civil em direção à construção de casas de parto, da atuação de parteiras e doulas, e do parto domiciliar foram geradas como crítica ao modelo atual e uma alternativa ao cuidado às gestantes e puérperas, desenvolvido com sucesso em países desenvolvidos como Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália há várias décadas.

Frente aos enormes desafios que se apresentam para qualificar a atenção ao parto e nascimento no Brasil, o Ministério da Saúde publicou a Portaria 1459 de 24 de junho de 2011, instituindo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha. Ela tem como objetivos assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção

humanizada na gravidez e parto, bem como o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudável das crianças. Para atender aos objetivos é imprescindível uma mudança no modelo assistencial, incluindo um ambiente acolhedor e uma prática clínica baseada nas melhores evidências científicas.

Outros aspectos que devem ser destacados são o estímulo à implementação de equipes horizontais do cuidado nos serviços de atenção obstétrica e neonatal, o direito a acompanhante durante a internação, a oferta de métodos de alívio da dor, a liberdade de posição no parto, o contato pele a pele mãe-bebê e o acolhimento adequado às especificidades étnico-culturais.

A implantação da Rede Cegonha é uma estratégia de governo que certamente redundará em redução da violência obstétrica e suas diversas consequências sobre a saúde da mãe e do bebê, particularmente sobre a saúde mental materna e o desenvolvimento de depressão pós-parto.

Algumas limitações deste estudo devem ser apontadas. Primeiramente, a perda de seguimento das puérperas nas duas entrevistas telefônicas, quando foram obtidas as informações sobre avaliação da atenção dispensada no trabalho de parto e parto e aplicada a escala de depressão pós-parto. O processo de imputação de dados, através de procedimentos de estatísticos, foi capaz de reconstituir a amostra original, sem perda da qualidade da informação. Um segundo aspecto é relativo à avaliação dos sintomas depressivos, que ocorreram apenas uma vez, entre 6 e 18 meses após o parto. Existe, portanto, uma impossibilidade de inferir causalidade entre as variáveis do estudo e depressão, uma vez que não podemos afastar uma possível causalidade reversa, isto é, piores avaliações podem ter sido devidas à existência de depressão prévia ao parto, seja pré-gestacional ou gestacional.

A despeito das limitações do estudo apontamos dois pontos fortes: este é o primeiro estudo de base nacional sobre depressão materna, com tamanho amostral de quase 24.000 puérperas, representando todos os nascimentos hospitalares ocorridos no Brasil no período 2011/2012 e a prevalência de depressão encontrada foi coerente com achados de outros estudos nacionais e internacionais²¹⁻²².

Referências:

1. Jansen L, Gibson M, Bowles BC, Leach. First Do No Harm: Interventions During Childbirth. *J Perinatal Education* 2013; 22(2), 83–92.
2. United Nations High Commissioner for Human Rights. Technical guidance on the application of a human rights-based approach to the implementation of policies and programmes to reduce preventable maternal morbidity and mortality [A/HRC/21/22]. New York: United Nations; 2012.
3. USAID: exploring evidence for disrespect and abuse in facility-based childbirth: report of a landscape analysis. USAID; 2010.

4. Asefa A & Bekele D. Status of respectful and non-abusive care during facility-based childbirth in a hospital and health centers in Addis Ababa, Ethiopia. *Reproductive Health* 2015;12(33).
5. Sorenson DS, Tschetter L. Prevalence of negative birth perception, disaffirmation, perinatal trauma symptoms, and depression among postpartum women. *Perspect Psychiatr Care* 2010;46(1):14-25.
6. Gavin NI, Gaynes BN, Lohr KN, Meltzer-Brody S, Gartlehner G, Swinson T. Perinatal Depression: A Systematic Review of Prevalence and Incidence. *Obstetrics & Gynecology* 2005;106(5):1071-1083.
7. Halbreich U, Karkun S. Cross-cultural and social diversity of prevalence of postpartum depression and depressive symptoms. *Journal of Affective Disorders* 2006;91:97–111.
8. Sutter-Dallay AL, Murray L, Dequae-Merchadou L, Glatigny-Dallay E, Bourgeois ML, Verdoux H. A prospective longitudinal study of the impact of early postnatal vs. chronic maternal depressive symptoms on child development. *European Psychiatry* 2011, 26:484–489.
9. Silva R, Jansen K, Souza L, Quevedo L, Barbosa L, Moraes I et al. Sociodemographic risk factors of perinatal depression: a cohort study in the public health care system. *Rev Bras Psiquiatr* 2012;34:143-148.
10. Rubertsson C, Waldenström U, Wickberg B, Râdestad I, Hildingsson I. Depressive mood in early pregnancy and postpartum: prevalence and women at risk in a national Swedish sample. *Journal of Reproductive and Infant Psychology* 2005;23(2):155-166.
11. Vasconcellos MTL, Silva PLN, Esteves-Pereira AP, Schilithz AOC, Souza Junior PRB, Szwarcwald CL. Sampling design for the Birth in Brazil: National Survey into Labour and Birth. *Cad Saúde Pública* 2014;30(sup):S49-S58.
12. ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Critério de Classificação Econômica Brasil [Accessed on Mar 10 2015]. Available at: <http://www.abep.org>.
13. Warren C, Njuki R, Abuya T, Ndwiga C, Maingi G, Serwanga J et al. Study protocol for promoting respectful maternity care initiative to assess, measure and design interventions to reduce disrespect and abuse during childbirth in Kenya. *BMC Pregnancy and Childbirth* 2013, 13:21.
14. Waldenström U, Rudma, A, Hildingsson I. Intrapartum and postpartum care in Sweden: women's opinions and risk factors for not being satisfied. *Acta Obstet Gynecol Scand* 2006; 85: 551–560.
15. Fair CD, Morrison TE. The relationship between prenatal control, expectations, experienced control, and birth satisfaction among primiparous women. *Midwifery* 2012;28(1):39-44.
16. Dixon LZ. *Obstetrics in a Time of Violence: Mexican Midwives Critique Routine Hospital Practices*. *Med Anthropol Q.* 2014. doi: 10.1111/maq.12174.

17. Aguiar JM, d'Oliveira AF, Schraiber LB. Institutional violence, medical authority, and power relations in maternity hospitals from the perspective of health workers. *Cad Saude Publica*. 2013;29(11):2287-96.
18. O'Hara MW, Wisner KL. Perinatal mental illness: Definition, description and aetiology. *Best Practice & Research Clinical Obstetrics and Gynaecology* 2014;28(1):3-12.
19. Sørbø MF, Grimstad H, Bjørngaard JH, ML, Schei B. Adult physical, sexual, and emotional abuse and postpartum depression, a population based, prospective study of 53,065 women in the Norwegian Mother and Child Cohort Study. *BMC Pregnancy and Childbirth* 2014, 14:316
20. Leal MC, Pereira APE, Domingues RMSM, Theme-Filha MM, Dias MAB, Nakamura-Pereira M, Bastos MH, Gama SGN. Obstetric intervention during labor and childbirth in Brazilian Low-risk women. *Cad. Saúde Pública* 2014; 30 sup:S17-S32.
21. Woolhouse H, Gartland D, Mensah F, Brown SJ. Maternal depression from early pregnancy to 4 years postpartum in a prospective pregnancy cohort study: implications for primary health care. *BJOG* 2014; DOI: 10.1111/1471-0528.12837
22. Santos IS, Matijasevich A, Domingues MR, Barros AJD, Barros FCF. Long-Lasting Maternal Depression and Child Growth at 4 Years of Age: A Cohort Study. *J Pediatr*. 2010 September; 157(3-3): 401–406.

Recebido em 5 de maio de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

SAÚDE MENTAL E TRABALHO NAS PARTICULARIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO

Conceição Maria Vaz Robaina

Assistente Social da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Professora da Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio

Mestre em Serviço Social

Renata Mendes da Silva Pinheiro

Psicóloga da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Mestre em Saúde Pública e Meio Ambiente

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo problematizar os processos de atenção em Saúde Mental e Trabalho, a partir do paradigma da Saúde do Trabalhador, com particularidade para o segmento dos servidores públicos. Pretende-se pautar desafios à construção de ações neste campo, norteadas pelos princípios ético-políticos herdados da Reforma Psiquiátrica e da própria Saúde do Trabalhador e da abordagem do materialismo histórico-dialético. Nosso objeto, portanto, refere-se à análise da realidade do serviço público e as relações de trabalho frente à possibilidade de implementação de uma política de assistência integral aos servidores. As principais categorias de análise utilizadas neste estudo foram o processo de trabalho como produto histórico, o processo saúde-doença, reestruturação produtiva e seus reflexos no serviço público e para a saúde de seus servidores. Serviu-se do conceito de desgaste na saúde do trabalhador como importante norteador. Utilizou-se fontes bibliográficas, documentais e a experiência profissional no campo. Assim, esperamos contribuir para a construção de novas práticas no campo da saúde do trabalhador, particularmente no âmbito do serviço público, onde ainda há muitos avanços a serem registrados.

Palavras-chave: Saúde mental do trabalhador. Serviço Público.

Mental health and labour in the particularities of Public Service

Abstract:

This article aims to problematize the processes of care in Mental Health and Labor from the Occupational Health paradigm, with emphasis on the segment of public servants. It plans on discussing the challenges to the construction of actions in this field, guided by the ethical and political principles inherited from the Brazilian Psychiatric Reform and from Occupational Health itself, and the dialectical historical materialist approach. Our goal, therefore, concerns the analysis of the public service reality and labor relations view of a possible implementation of a integral care policy for the servants. The major categories of analysis used in this study were the labor process as a historical product, the health-disease process, and productive restructuring and its consequences on public service and its workers. The notion of exhaustion on occupational health was an important reference. We used bibliographic and documental sources, and professional experience in the field. Thus, we hope to contribute to the construction of new practices in the field of occupational health, particularly within the public service where plenty of advances are still needed.

Keywords: mental occupational health. Public Service.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva levantar elementos para reflexão sobre um campo do conhecimento ainda recente, embora com alguns amadurecimentos de grande magnitude. Aqui trataremos da relação entre saúde mental e trabalho, campo instigante e desafiador, delimitada aos processos de trabalho no serviço público, por constituírem um espaço complexo e peculiar para o estudo das relações de trabalho.

Nessa breve abordagem propomos reafirmar um determinado enfoque para o estudo da Saúde Mental a partir de outro campo, cuja matriz teórico-política é a mesma: a Saúde do Trabalhador. Um campo político-estratégico que busca a transformação nas relações de trabalho e do próprio projeto societário e não apenas relacionar saúde-doença de quem trabalha. Destaca-se sua origem de classe com a experiência do Movimento Operário Italiano (MOI), na década de 70.

Ressaltam-se elementos importantes nas análises e reflexões, ainda que neste texto não sejam abordados especificamente, como: a análise da divisão sócio-técnica do trabalho e os estudos de processos de trabalho; a inserção dos setores na economia/produção, passando pela vigilância em saúde e saúde do trabalhador; o papel do Estado, através de sua estrutura político-burocrática e jurídico-administrativa e o conjunto das políticas sociais (e econômicas). Apenas as ressaltamos para que não nos furtemos de uma perspectiva ampliada sobre a saúde da classe que vive do trabalho.

A partir de uma abordagem teórico-metodológica de base marxista, tratamos as mudanças nas relações de trabalho e as (Contra) Reformas do Estado e seus impactos no processo de saúde-doença dos servidores públicos, considerando o papel e o lugar que ocupam como trabalhadores na estrutura estatal.

Esperamos, assim, contribuir com a construção de novas práticas, no campo da saúde do trabalhador, especialmente no âmbito do serviço público, onde há muito o que avançar. Diferentemente do setor privado, que tem uma trajetória na área da medicina do trabalho e saúde ocupacional e, em determinada conjuntura dos anos 80, ensaiou uma nova prática no campo da saúde do trabalhador, falta aos servidores públicos, de conjunto, uma experiência que possa interferir na real mudança de suas condições de trabalho e consequentemente nas suas condições de saúde.

2. O TRABALHO E SEU CARÁTER HISTÓRICO

O Trabalho é constituído historicamente, num processo constante de transformação, produto do desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, é preciso apreender suas características históricas para compreender a realidade em que vive o trabalhador. O homem se distingue de outros animais (não humanos) através do trabalho (consciente). Numa perspectiva marxista, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho.

Um diferencial importante no modo de produção capitalista é a exploração da força de trabalho, extraindo do trabalhador algo que antes lhe pertencia, transformando-o em “coisa”.

No capitalismo, o trabalho é produzido coletivamente e apropriado individualmente e seu produto não pertence ao trabalhador, passando a ser totalmente estranho a ele. Daí o sentimento de não pertencimento. Esse “estranhamento” (Antunes, 1995) faz com que o trabalho perca o sentido para o homem. A relação com a natureza se dá como uma relação entre objetos. O trabalho alienado é trabalho mortificado, forçado, sofrido e limitado para a sobrevivência física. A dialética do trabalho está na sua própria condição contraditória de ser ao mesmo tempo ato de criação e omnição e ser fonte de sofrimento, na sua capacidade de escravizar e libertar.

A produção em massa, introduzida pelo modelo fordista, padronizou o consumo e o perfil do consumidor (Pinto, 2007). No entanto, esgotado esse modelo, o Capital inicia um processo de transformação, mantendo a sua lógica essencial (Capital X Força de Trabalho) para garantir as taxas de lucro. A partir dos anos 70 e com a crise da primeira década dos anos 2000, o mundo do trabalho passa por importantes transformações, o que se chamou de reestruturação produtiva, flexibilizando todos os elementos que antes (no Taylorismo/Fordismo) faziam parte de uma estrutura rígida.

Conforme retrata Antunes, o processo de reestruturação produtiva realmente se faz avançar no Brasil na década de 90 e atinge tantos setores tecnológico, industrial, financeiro como de serviços.

Foi nos anos de 1990, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da lean production, [grifos do autor] do sistema just-in-time, kanban, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho (ANTUNES; SILVA, 2004:18).

Esse processo de reestruturação se fez refletir no nível de desemprego no país, que mesmo havendo crescimento no setor de serviços, não chegou a compensar o enxugamento dos postos de trabalho. A baixa remuneração e ao mesmo tempo a exigência da polivalência pode dificultar o avanço tecnológico, que exige uma mão de obra qualificada. Embora tenham ocorrido importantes mudanças no setor produtivo, a convivência simultânea de modelos tradicionais dificulta uma maior percepção dessa realidade.

A flexibilização, desregulamentação, terceirização, as novas formas de gestão da força de trabalho etc. estão presentes em grande intensidade, indicando que, se o ‘fordismo’ parece ainda dominante quando se olha o conjunto da estrutura produtiva industrial e de serviços no país, ele também se mescla com novos processos produtivos, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos da acumulação flexível e das práticas ‘toyotistas’ que foram (parcialmente) assimiladas no setor produtivo brasileiro (ANTUNES, 2004:25)

Considerando as mudanças do setor produtivo e seus reflexos, especialmente nos serviços públicos, destacamos alguns elementos desse novo modelo, conjugados com

outras iniciativas de caráter jurídico-política, que atuam diretamente no processo saúde-doença dos servidores:

- Privatizações: Estado mínimo (para o trabalhador) e máximo (para o Capital).
- Novos modelos de gestão: Organizações Sociais e Fundações “estatal” de direito privado e as (Contra) Reformas do Estado, com esvaziamento da função pública do Estado e do papel dos servidores públicos.
- Precarização do trabalho: desregulamentação dos direitos e diferentes formas de contratação nas instituições públicas, com contratos precários e terceirizações, gerando instabilidade, alta rotatividade da mão de obra e fragmentação da classe trabalhadora.
- Lógica salarial meritocrática com base na produtividade/metras, quebra de carreiras, polivalência e maior ritmo de trabalho e exploração.
- Captura da vida subjetiva e intelectual com integral ocupação do tempo do trabalhador.

As transformações no mundo do trabalho vão refletir novas normas, valores, costumes, alimentando a cultura do individualismo, quebra dos laços de solidariedade, enfim, um novo consumidor, um novo trabalhador e um novo perfil de adoecimento.

3. A SAÚDE DEIXARÁ DE SER UM DIREITO UNIVERSAL?

A saúde está entre as principais preocupações da população (24,2%), à frente do desemprego (22,8) e da violência (14%). Mobiliza 7,9% do PIB. No Brasil, gasta-se mais com o adoecimento do trabalhador (4% do PIB) do que com investimento público na saúde (3,5% do PIB).

A concepção da Saúde como Direito de todos e dever do Estado, um novo paradigma sobre a Política de Saúde no Brasil, vira letra morta, na Carta Magna (CF de 1988). As conseqüências da política neoliberal nas últimas décadas podem ser percebidas no esvaziamento do Estado, na fragilização do seu papel de “agente público”, cumprindo assim uma agenda internacional, definida por órgãos do Capital (Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e os Acordos internacionais, definidos pelos países mais ricos e os “emergentes”). É importante identificar essa situação como parte de uma ação consciente e deliberada do Capital, para enfrentar suas crises e superar suas dificuldades, além de atender seus interesses de lucro.

No setor público, nas três esferas de Poder, vivemos um tempo histórico de grandes mudanças, onde a ação pública estatal passa a cumprir um papel regulamentador e a execução das políticas é assumida por entes privados, de todos os tipos e nomenclaturas, sangrando um volume de recursos financeiros inacreditável.

O Estado como agenciador e financiador do setor privado se reproduz e se concretiza através dos milhões de reais repassados à iniciativa privada, vide o volume financeiro transferido nos contratos firmados pelos gestores públicos.

Assim, nas palavras de Freire:

[...] foi sendo ditada uma nova cultura e ações políticas de inspiração neoliberal no mundo do trabalho, que buscam flexibilizar ao máximo não somente as estratégias de produção e racionalização, através de novas tecnologias, políticas, processos de trabalho, estoques, tempo de giro do capital, produtos, padrões de consumo como também condições de trabalho, os direitos e os compromissos do Estado para com a população, conquistados no período anterior (2003:32).

O desmonte dos serviços públicos reflete diretamente na saúde de seus trabalhadores e na exclusão crescente da população em geral do acesso aos seus direitos sociais.

4. A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

A histórica experiência da classe trabalhadora na Itália, na década de 70, e se tornou referencial para os trabalhadores. Portanto, falar em Saúde do Trabalhador é também falar de um campo político de luta, pautado na crítica ao sistema capitalista e a perspectiva de uma nova ordem social, onde a saúde não pode ser tratada como mercadoria. O Movimento Operário Italiano desenvolveu uma experiência capaz de retomar o trabalhador na sua condição de sujeito histórico. A Saúde do Trabalhador surgiu como fruto de uma crítica ao modelo trabalhista-previdenciário, cuja identidade está fortemente vinculada aos campos técnicos da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional (Vasconcelos, 2011).

Nasce como necessidade da classe operária e como proposta de confronto ao sistema capitalista. Sua origem de classe é oposta ao modelo da Saúde Ocupacional. Destaca-se a visão do trabalhador como sujeito de transformação da realidade social. Sendo o trabalho constitutivo de significado na vida do trabalhador, formador de identidade social, constitui também seu psiquismo e o processo saúde-doença mental. A doença mental ocorre justamente quando situações de fortes significados são atingidas e daí a importância de falar sobre o trabalho (Jaques, 2003).

No campo de estudo Saúde Mental e Trabalho é possível identificar o predomínio de três perspectivas diferentes: a) a teoria do estresse e do esgotamento profissional (burn-out); b) a abordagem da psicodinâmica do trabalho que estuda os processos psíquicos e intersubjetivos relacionados ao prazer e sofrimento no trabalho; e c) o modelo centrado no conceito de desgaste mental no trabalho.

Estudos diversos demonstram a importância da análise do processo de trabalho para maior aproximação e compreensão da realidade que provoca ou agrava o sofrimento psíquico. Destacamos nesse estudo o enfoque a partir do conceito de desgaste, como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica. Conforme Laurell e Noriega:

[...] como um modo específico de trabalhar – desgastar-se de exploração e de resistência, que, por sua vez, determinam padrões específicos de reprodução. A combinação especial entre os processos de desgastes e de reprodução origina o nexó biopsíquico humano, historicamente específico. Nesta concepção, não

há uma separação entre o social e o biopsíquico, que logo se unem por um vínculo de mediação, pois o processo de trabalho é ao mesmo tempo social e biopsíquico. (1989:36)

Alguns fatores são destacados para a análise do processo de trabalho como: a divisão do trabalho, a exigência permanente de qualificação do trabalhador e a quebra de carreira, as condições de trabalho e a perda de autonomia do trabalhador frente às estruturas de trabalho. Acrescentam-se sentimentos relacionados ao trabalho como o de impotência, isolamento, falta de reconhecimento e significação do trabalho e tarefas repetitivas. Além das relações hierarquizadas, rígidas, autoritárias, facilitadoras de assédio moral.

Por entender a tipologia de “cargas” como insuficiente, Freire propõe acrescer a noção de “carga social”. Na definição da autora:

Ela é construída e reproduzida no próprio processo de trabalho, expressando-se em fatos como desigualdade, autoritarismo, privação de poder de enfrentamento direto, coerção, chantagem e outras decorrentes da posição social na divisão, processo e organização do trabalho, incluindo-se as questões de gênero, idade e etnia, embutidas nas demais. Ela se revela sob todas as formas de ‘violência simbólica’, implicada nas relações sociopolíticas dos sujeitos em face da realidade deste processo [...] (FREIRE, 2003:41).

Nessa abordagem não são priorizados os diagnósticos psicopatológicos. A ênfase se dá nas categorias de vivências, cotidiano, modos de ser. Algumas situações podem ser vivenciadas também no contexto do serviço público assim como, as particularidades de seus diversos processos de trabalho poderiam agregar outros itens como (grifos nossos):

- **A descontinuidade de projetos em função da periódica alternância de poder.**
- **O confronto direto com as insatisfações dos usuários dos serviços públicos, diante do progressivo sucateamento do Estado.**

A complexidade de seu manejo clínico, do reconhecimento e estabelecimento da relação causal, da disponibilidade de dados epidemiológicos e o desenvolvimento de ações de vigilância e promoção são temas de destaque nas equipes de saúde do trabalhador, instituições, serviços de recursos humanos e sindicatos.

As diferentes abordagens que “constroem o campo da subjetividade e trabalho, buscam as experiências dos sujeitos e as tramas que constroem o lugar do trabalhador, definindo modos de subjetivação relacionados ao trabalho”. (NARDI, TITTONI E BERNARDES, 1997:245)

Sobre a construção da subjetividade, conforme Souza:

Para analisar este ser social, dotado de um psiquismo produzido na história, se faz mister conhecer a história das relações de produção que nos fornecerá as pistas do porquê e do como, do motivo da ação humana. Em cada momento histórico o capital exige e produz um ser humano dotado de determinadas características, que lhe permitem – a ele, capital- cumprir seus ditames de valorizar o valor.

[...] Os seres humanos, que produzem as relações sociais segundo sua produção material, criam também as ideias, as categorias, isto é, as expressões abstratas ideais destas mesmas relações sociais. Estas categorias são produtos históricos e transitórios, e a subjetividade é um destes produtos históricos e transitórios, subjetividades diversas gestadas diferentemente conforme a classe, o gênero e a etnia a que o indivíduo pertence, em cada um desses momentos históricos (2011:99).

5. ALGUNS DADOS NOS REVELAM UMA REALIDADE DESAFIANTE

A realidade de saúde no mundo nos mostra a gravidade da situação dos trabalhadores com 5000 mortes/dia durante o trabalho. Para cada registro estima-se 3 mortes sub-notificadas. 160 milhões/ano adoecem pelo trabalho, segundo relatórios da OIT. Exemplo da France Telecom, com alto nº de suicídios, inclusive no próprio espaço do trabalho, com mortes violentas ou trágicas. Da população ativa: Os transtornos mentais menores acometem 30% dos trabalhadores e os mais graves de 5 a 10%. (OMS, 2003). Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), na América Latina, incluindo o Brasil, são notificadas apenas 1% a 4% das doenças do trabalho (considerando-se a sub-notificação e a situação de informalidade).

Entre 1998 e 2002, a depressão foi a principal doença mental, com 65% dos afastamentos. Essa doença (dentro o adoecimento mental) está apontada, pela Previdência Social, como a principal causa de afastamento. Em 2007 o Brasil ocupou o quarto lugar em relação ao número de mortes provocadas por acidente no local de trabalho.

No Ceará, estudo sobre administração pública, entre 2008 e 2009, os transtornos mentais estiveram entre as maiores causas de afastamentos (30%), índice mais alto comparado a estudos em outros estados. Dentre esses trabalhadores, a maior parte era de professores, e entre esses, 74,28% tinham transtornos mentais, sendo a violência na escola e a dificuldade de lidar com os alunos a principal causa do adoecimento¹.

Estudos mais abrangentes, Cunha, Blank e Bong (2009), de 40.370 afastamentos de servidores estaduais em Santa Catarina, durante dez anos (1995-2005), 25,30% eram de transtornos mentais, mais do que por motivos osteomusculares (20,54%).

Em São José do Rio Preto (Faria, Barboza e Domingos, 2005), no período de 1995 a 2004, os afastamentos pelo mesmo motivo alcançaram o índice de 28,9%.

Estudo feito em Juiz de Fora sobre o deferimento das perícias por transtornos mentais, foi demonstrada queda de mais de 20% (de 69% para 44%) em três meses de estudo feitos. É necessário enfrentar o preconceito, inclusive pelas equipes de saúde e dos responsáveis pelas perícias. (Nogueira et al, 2010)

Segundo Selligman (2011) estudos vem demonstrando forte relação entre o desemprego e transtorno mentais. A OIT, incluiu a doença mental e de comportamento, dando destaque para o transtorno de estresse pós- traumático (TEPT), ligado ao trabalho.

6. OS DESAFIOS POSTOS À CONSTRUÇÃO DE AÇÕES DE ATENÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL E TRABALHO

Numa sociedade em que a expressiva maioria da população vive às expensas do seu próprio trabalho, a ideia de uma “aproximação” entre saúde mental e saúde do trabalhador pode soar como uma redundância. No entanto, observa-se que a Saúde Mental e a Saúde do Trabalhador se desenvolveram paralelamente como campos de investigação, mesmo nascendo na mesma conjuntura histórica e da mesma concepção de reforma sanitária.

A política de Saúde Mental no Brasil se desenvolveu na perspectiva de ser referência a todas as ações em saúde mental, em todos os seus níveis de complexidade. Acumula um precioso arsenal de recursos nas formas de lidar com o sofrimento psíquico.

Por sua vez, a política de saúde do trabalhador também vem se consolidando nas ações de vigilância e atenção ao trabalhador. Especificamente ao tema aqui abordado, observamos um extenso ferramental teórico-metodológico, porém poucas experiências consolidadas que viabilizem a adequação à Política de Saúde Mental.

Dentre os pontos em comuns podemos destacar: a interdisciplinaridade e horizontalidade na relação entre os sujeitos do cuidado e da ação; intersetorialidade/atuação em Rede; o reconhecimento do trabalhador/usuário do sistema público como sujeito, bem como os sujeitos coletivos diretamente envolvidos e a perspectiva de transformação social.

Aqui destaca-se a importância de uma intervenção fundamentada na causa do sofrimento, ou seja, se conduzir por uma abordagem que não se limite à medicalização e à hospitalização, mas na possibilidade da construção de novos significados do trabalho e um olhar sobre a subjetividade do trabalhador.

Se é possível aqui tecer uma crítica as políticas de saúde mental e saúde do trabalhador esta estaria dirigida dois aspectos especialmente:

- Na saúde mental, além de seu foco na psicose e neurose graves, o pouco investimento na articulação entre sofrimento psíquico e a inserção no processo de produção, ou seja, na materialidade da vida dos sujeitos acometidos.
- Na Saúde do Trabalhador uma análise crítica do seu desenvolvimento distanciado das transformações da política de saúde mental, mesmo considerando a subjetividade do trabalhador em interação com o processo de trabalho.

Talvez uma nova compreensão possa nos auxiliar na construção de ações de atenção integral a saúde do servidor adequado à política oficial de Saúde Mental e aos princípios e dispositivos destinados ao cuidado ao trabalhador. Destaca-se que o serviço público ainda guarda forte inexperiência nesse campo, diferentemente do setor privado, embora limitado pela concepção da medicina do trabalho e saúde ocupacional. Tem-se ainda um longo percurso.

Assim, destacamos os desafios a seguir:

- Num cenário de franca diminuição do Estado e de retração dos direitos dos

trabalhadores um forte desafio é constituir uma equipe mínima de saúde mental nas instituições, composta de assistente social, psicólogo e médico do trabalho, com um psiquiatra de referência.

- A equipe de Saúde Mental e Trabalho deve ter por objeto de intervenção a dimensão coletiva do processo de trabalho, de preferência articulados às diferentes formas de organização sindical ou de representação dos trabalhadores (sujeitos coletivos), na perspectiva da proteção e promoção de saúde. Nesta direção, a necessária criação de política institucional neste campo deve incluir estes atores, da mesma forma que requerem pactuação com os gestores locais.
- Implicado nesta postura está o reconhecimento do trabalhador como sujeito de sua história, perspectiva essa que deve se estender ao próprio processo de cuidado, quando as escolhas do trabalhador devem ser respeitadas e estimuladas. Não obstante, a direção do cuidado deve pautar-se pelo sentido que o trabalho ocupa na vida daquele servidor e de seu adoecimento, assim como pela preservação de seu direito ao trabalho.
- O modelo de cuidado deve evitar a reprodução da lógica individualizante, tendo a identidade e a vida do trabalhador subjugada a um diagnóstico e medicalização.
- Decorre desta ótica a necessidade de problematizarmos o ato pericial, cujo modelo ainda está centrado no paradigma médico. Urge que se tome por base os pareceres dos demais profissionais que por ventura acompanhem o trabalhador, na avaliação de sua capacidade laboral. Da mesma forma, é imperativo que se quebre a hegemonia dos afastamentos e aposentadorias por invalidez como principal modo de lidar com o adoecimento psíquico; estes devem figurar como último recurso, preferencialmente com a aquiescência do trabalhador.
- Há que se rebater ainda a tendência de revestir as ações de cuidado em medidas disciplinar-administrativas. À equipe de saúde cabe a assistência dentro dos limites da missão do serviço, referenciar os trabalhadores a serviços especializados e mediar a interface cuidado/ relações de trabalho. A atenção ao sofrimento psíquico é direito do trabalhador.
- Uma perspectiva de atenção em Saúde Mental e Trabalho deste matiz exige uma ambiência e dispositivos peculiares. Sistematizar espaços de educação permanente para a equipe de referência, com incorporação progressiva de outros atores institucionais estratégicos (setor de gestão de pessoas, por exemplo) e instituir mecanismos que acolham e dêem providências às situações de sofrimento psíquico e assédio moral, são iniciativas potentes para fazer frente a esses desafios.

7. À GUIA DE CONCLUSÃO:

Numa conjuntura de aprofundamento de um projeto privatista do serviço público e de rebaixamento dos direitos dos trabalhadores, como ação de resposta à necessidade estrutural do Capital, torna-se cada vez mais central o debate no campo da saúde do trabalhador, como campo histórico de disputa de projetos societários.

Ao vivermos uma verdadeira era da “regulamentação da desregulamentação”, da transformação de todas as dimensões da vida em mercadoria, da super exploração da força de trabalho e da (re) criminalização das questões sociais e dos movimentos sociais que “ousem” o embate com esse projeto, está colocado para os trabalhadores em geral, incluídos os servidores públicos, o desafio da (re)construção de seu protagonismo, enquanto sujeito social das efetivas transformações sociais necessárias nesse cenário tão complexo.

O pensar sobre as políticas sociais efetivamente públicas e as ações de saúde do trabalhador, particularmente aquelas afetas à saúde mental e trabalho, torna-se nossa responsabilidade. Incorporar estas reflexões à práxis é nosso grande desafio.

Enfim, “Saúde não se vende nem se delega: se defende” (MOI).

Referências

AMARANTE, P. O homem e a Serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

_____, P. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ANTUNES, RICARDO. Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Cortez. Campinas: São Paulo, ed. Universidade Estadual de campinas, 1995.

ANTUNES R.; SILVA, Maria A. M.(orgs). O Averso do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CUNHA, J. B.; BLANK, V. L. G.; BOING, A. F. Tendência temporal de afastamento do trabalho em servidores públicos (1995-2005). Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 12, p. 226-236, 2009.

FARIA, A. C.; BARBOZA, D. B.; DOMINGOS, N. A. M. Absenteísmo por transtornos mentais na enfermagem no período de 1995 a 2004. Arquivos de Ciências da Saúde, v. 12, p. 14-20, 2005

FREIRE, LÚCIA M. B. O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez ed., 2003.

JACQUES, MARIA DA GRAÇA C. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental e trabalho. Revista Psicologia Social, v.15, Belo Horizonte: Jan/Junho, 2003.

LAURELL, ASA CRISTINA & NORIEGA, MARIANO. Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, K. Introdução à Crítica da Economia Política. Contribuição à Crítica da Economia política. Ed. Martins Fontes, 1977.

NARDI, H.; TITTONI, J.; BERNARDES, J. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, A. (Org.) Trabalho e tecnologia; dicionário crítico. 2.ed., Petrópolis: Vozes, 1997, p.240-6.

NOGUEIRA, CARLA VALÉRIA ET AL. Afastamentos por transtornos mentais entre servidores públicos do estado do Ceará. VI Congresso Nacional de Excelência em gestão, de 5 a 7 de agosto de 2010, Niterói, RJ, Brasil.

PINTO, GERALDO A. Origens da Expressão Organização do Trabalho. In A Organização do trabalho no Século 20 – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. Ed. Expressão popular, S. Paulo, 2007.

SELLIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste Mental: o direito de ser dono e si mesmo. SP: Cortez, 2011, p 523 – 528.

SOUZA, TEREZINHA M. DOS S. Formas de gestão na acumulação flexível: o assédio moral. Do Assédio Moral à Morte de Si. São Paulo: Matsunaga, 2011.

VASCONCELLOS, L. C. FADEL DE. Entre a Saúde ocupacional e a Saúde do trabalhador: as coisas nos seus devidos lugares. Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória, Rio de Janeiro: EDUCAM, 2011.

Notas

¹ Dados publicizados no VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão, realizado de 5 a 7 de agosto de 2010, na cidade de Niterói, RJ, Brasil.

Recebido em 5 de maio de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

ENTRE O PRAZER E O SOFRIMENTO: O USO E ABUSO DE DROGAS POR POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL

Francisco de Melo Catunda Martins

PhD pela Universidade de Louvain

Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB

Daniel da Silva Cordeiro

Psicólogo da Polícia Militar do Distrito Federal

Resumo:

O objetivo principal desta pesquisa é realizar um levantamento sobre o uso de drogas psicotrópicas entre os policiais militares do Distrito Federal que se tornaram usuários de drogas ilícitas. O presente trabalho parte de uma investigação empírica clínica-exploratória acerca do uso de drogas por policiais militares do Distrito Federal. Buscar-se-á, sob enfoque psicanalítico, elucidar o valor do uso da droga como fonte de prazer e suporte no enfrentamento do sofrimento diário do exercício profissional. Na construção do questionário é utilizada a triangulação droga - pessoa - momento sócio cultural, modelo proposto por Claude Olievenstein (1990). Neste sentido, buscam-se compreender a construção do conceito de droga e a experiência com a droga entre policiais militares do Distrito Federal usuários de drogas que se encontram num programa institucional para tratamento e reabilitação laboral. Dez policiais militares respondem a uma entrevista semiestruturada composta de doze questões abertas, onde releva um conceito moralista com respeito ao uso de drogas, esta sendo definida devido aos seus efeitos nocivos. A droga é vista não apenas como um objeto material, mas também, como algo que atua modificando o psiquismo e o comportamento da pessoa. Investigara-se ainda os motivos que levam os policiais militares ao uso da droga, destacando: o estresse da profissão, o não reconhecimento do serviço por parte da instituição policial e da sociedade brasileira e o contato diário com a droga, devido a constantes apreensões do produto, este mais ligado à personalidade do usuário. Desta forma o estudo se propõe, através de procedimento de análise de conteúdo, elucidar a relação que o policial militar mantém com a droga, como se define um usuário de drogas; enfatizando a experiência vivida do usuário.

Palavras chaves: Psicopatologia. Toxicomania. Droga. Policial Militar.

Between pleasure and suffering - the use and abuse of drugs by Military Police officers of the Federal District

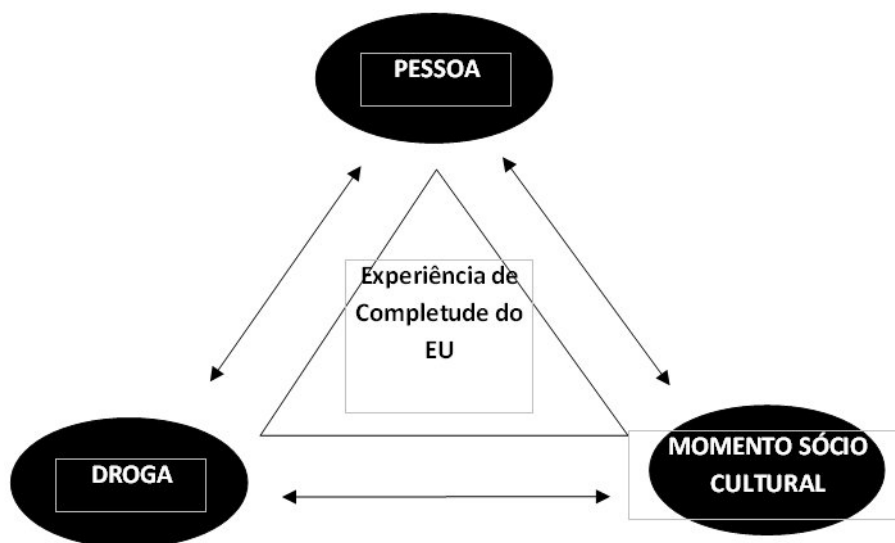
Abstract:

The main objective of this research was to conduct a survey on the use of psychotropic drugs among the military police officers of the Federal District that became illegal drug users. This paper presents an empirical investigation on the clinical and exploratory drug use by police officers in the Federal District. The aim will be, under the psychoanalytic viewpoint, to elucidate the value of drug use as a source of pleasure and support in facing the daily suffering of professional practice. In the construction of the questionnaire was used triangulation “drug-person-socio cultural moment” model proposed by Claude Olievenstein (1989). In this sense, we will seek to understand the construction of the concept of drug and drug experience among police officers of the Federal District who are participants in institutional program for treatment and rehabilitation. Ten police officers responded to a semistructured interview consisting of twelve open questions, which conveyed a moralist concepts regarding drug use, drug being defined by its harmful effects. The drug is seen not only as a material object, but also as something that acts by modifying the psyche and behavior of the person. The reasons why the police officers began taking drugs were also investigated, specially: the job stress levels, the lack of appreciation of police work by the police comand and local community, daily contact with the drug due to regular drug seizures, this more related to the personality of the user. The study aims, through content analysis procedures, to elucidate the relationship between these officers and the drug substances, what defines a drug user, emphasizing the personal experience of the user.

Keywords: Psychopathology - Substance Abuse - Drugs - Military Police.

O uso e abuso de drogas por profissionais diretamente relacionados com a lei é de grande relevância tanto para o entendimento da toxicomania, quanto para a sociedade e a instituição policial. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento sobre o uso de drogas psicotrópicas entre os policiais militares do Distrito Federal. O serviço policial militar se diferencia dos demais, pois além de impor uma disciplina pessoal, uma estrutura de hierarquia que exige estrita obediência aos superiores e respeito aos pares e subordinados, exige ainda o cumprimento dos deveres éticos que coloca o policial militar como um cidadão diferenciado dos demais. Além deste fator, o exercício da profissão coloca o policial frente à criminalidade e situações geradoras de sofrimento psíquico que causam crises ansiogênicas, como conviver com risco de morte ao vestir a farda, sob a exigência do Regulamento Disciplinar do Exército, aplicado à Instituição policial. Outro fato é a necessidade de ser agente do estado para fazer cumprir a lei na coibição da violência, além do uso e a provável dependência de droga por parte do policial militar, ressaltando ainda que nem todo o uso leva à dependência física ou psíquica da substância.

Em estudos anteriores "A Representação Social da Droga em Brasília: O Produto" (Martins, F. e Cols. 1991) e "A Atitude diante da droga em um grupo profissional" (Martins, F. e Cols. 1991), foram assentadas as bases de metodologia e investigação da situação brasileira concernente a toxicomania. Estes estudos e o presente permitirão agora estudos comparativos e aprofundamentos acerca do uso e abuso de drogas no Brasil e no DF. Todos estes trabalhos se inspiram no chamado modelo da triangulação droga-pessoa-momento sócio cultural, proposto por Olievenstein (1989), tomando-o como aporte teórico a fim de mostrar "a experiência de um sujeito que deseja e se vê envolvido nas agruras e no gozo da droga" (Martins, 2003, p. 287). Uma das situações que merecem especial atenção é o uso de drogas no ambiente de trabalho, notadamente em instituições que necessitam de constante concentração e equilíbrio emocional nas atividades laborais.



A figura anterior descreve mais corretamente o fenômeno da dependência da droga, apresentando as seguintes evidências, conforme Olievenstein (1990, p. 14). A primeira é que a droga existe sem o usuário. O objeto droga, matéria inerte, existe, sempre existiu, em todos os tempos e em todos os lugares. Diante deste objeto, a atitude do homem é variável, conforme o espaço, a ideologia, o lugar e o momento sócio cultural. Em um mesmo momento sócio cultural, a atitude dos indivíduos é variável, conforme a vulnerabilidade pessoal ligada à sua história diante da falta. Toda falta no ser humano remete a outra falta arcaica, e é neste que se situa a especificidade da dependência humana. Tudo isso é resumido na seguinte equação: o encontro de um produto, com uma personalidade e um momento sócio cultural. Não podendo haver dependência senão em estreita ligação, permanente e transcendida entre os três parâmetros desta equação. No encontro dos três polos o usuário “procura encontrar na dupla-face, uma completeza para sua identidade fragmentada” (Olievenstein, 1985, p. 17).

Claude Olievenstein (1990, p. 58) compreende a droga como uma tentativa de preencher a falta simbólica da pessoa. A instalação da falta simbólica inaugura a possibilidade inconsciente de desejar, o que rompe com uma ideia de completude. Essa falta exige um recobrimento real, de um objeto, como a droga, para na ilusão de preencher a falta, restabelecer uma completude imaginária. O usuário de drogas busca repor a incompletude com objetos ideais; tenta defender-se da angústia com um objeto postiço. As drogas constituem uma promessa irrecusável de tapar esse buraco, impreenchível. É a falta significativa que impulsiona o usuário a essa necessidade de completude. Tal busca de completude, nos objetos como as drogas, se repetirá infinitamente. A droga, portanto, é usada para que o sujeito não se depare com a falta, é o “único produto capaz de alucinar o real, único capaz de anulá-lo” (Olievenstein, 1990, p. 25). A droga é comparada a argamassa que preenche as trincas de uma parede: “A droga atuará somente como preenchedor de lacuna” (Olievenstein, 1985, p. 38). No usuário a droga, por meio de seus efeitos, conduz ao sentimento de inteireza na sua vivência, desta maneira na relação com a droga o usuário forma um duo, pessoa-droga, de forma que ele não se vê independente dela. A sua experiência é de estar pleno em sua identidade.

Costa (2004, p. 91-107) complementa esta ideia. De acordo com este autor, o toxicômano busca repor a incompletude com objetos ideais; tenta defender-se da angústia com um objeto postiço. As drogas constituem uma promessa irrecusável de tapar esse buraco, impreenchível. É a falta significativa, pela castração, que libera o sujeito da dessa necessidade postiça de completude. No toxicômano, tal busca de completude nos objetos, como as drogas, se repetirá infinitamente, na angústia do sujeito para encontrar o objeto que a causa. Essa busca totalizante dispensa o falante de confrontar-se com o desejo, pois o que ele não quer é, justamente, pagar o preço da castração.

As colocações de Conte (1994, p. 58-64) vão ao encontro destas ideias. Quando o bebê diferencia-se da mãe pela intervenção da função paterna, esta divisão provoca-lhe uma falta, que funcionará como castração simbólica. É a falta que permite que surja o desejo. Para o toxicômano, falta a falta, falta sua simbolização. A droga cumpre, então,

uma função na vida psíquica, como diz Conte (2001), de anteparo à castração. Ela é usada, para que o sujeito não se depare com a falta, “único produto capaz de alucinar o real, único capaz de anulá-lo” (Olievenstein, 1990, p. 27).

No interior do campo da psicanálise, o recurso às drogas é entendido como uma resposta possível do sujeito ao mal-estar que é inerente tanto ao processo de formação das sociedades e culturas como também à própria constituição psíquica do ser humano (FREUD, 1930/1996). Para Sigmund Freud, o criador da psicanálise, o desenvolvimento das civilizações, bem como do psiquismo, impõe sacrifícios à sexualidade e agressividade constituintes do humano e, dessa maneira, a vida torna-se árdua demais. A fim de suportar tais sacrifícios, temos que lançar mão do que Freud chamou de “medidas paliativas”, que, de acordo com o mencionado texto freudiano, podem ser basicamente de três tipos: os derivativos poderosos, as satisfações substitutivas e as substâncias tóxicas.

De acordo com Freud, destes, o método mais interessante de evitar o sofrimento são as substâncias tóxicas, por agirem diretamente sobre a química do corpo humano e, assim, tornar os homens insensíveis à própria desgraça. Pois, segundo ele, “todo sofrimento nada mais é do que sensação; só existe na medida em que o sentimos, e só o sentimos como consequência de certos modos pelos quais nosso organismo está regulado” (FREUD, 1930/1996). Nesse sentido, certas substâncias tóxicas “quando presentes no sangue ou tecidos provocam em nós, diretamente, sensações prazerosas, alterando tanto também as condições que dirigem nossa sensibilidade, que nos tornamos incapazes de receber impulsos desagradáveis” (FREUD, 1930/1996,).

Apesar de em todo este texto considerar o recurso às drogas de forma geral, em alguns momentos Freud refere-se a este fenômeno utilizando o termo intoxicação e, em outros trechos, fala em intoxicação crônica. O primeiro termo é apresentado como um meio de buscar a felicidade e realizar o programa do princípio do prazer e o último como um consolo para o homem que fracassa em alcançar tal finalidade pelo caminho da neurose. Nessa perspectiva, o adjetivo crônico usado por Freud parece caracterizar uma determinada forma de satisfação obtida a partir de uma específica utilização do tóxico e estabelecer uma distinção em relação às demais.

Metodologia

A amostra estudada é composta por 10 (dez) policiais militares do DF usuários de drogas, que se encontram em tratamento para dependência química e reabilitação sócio profissional. Inicialmente foi elaborado um roteiro para o desenvolvimento de entrevistas com os usuários de drogas. As pesquisas anteriores: A Representação Social da Droga em Brasília: O Produto (Martins, F. e Cols. 1991) A Atitude diante da droga em um grupo profissional (Martins, F. e Cols. 1991), serviram de orientação geral para este trabalho, fornecendo o modelo do questionário para a entrevista semiestruturada que foi utilizada. A entrevista foi organizada em questões relativas a cada uma das dimensões do consumo de drogas: o produto, o sujeito e o momento sócio-cultural. Estas questões serviram para

levantar possíveis hipóteses a respeito do motivo que conduz um policial militar a se tornar dependente de drogas; buscar os pensamentos que o policial militar constrói quanto ao conceito de drogas, dependência, consequência do uso para o serviço policial prestado a sociedade brasileira e efeitos causados; investigar a experiência vivida de policiais militares atualmente em tratamento, visando sua relação com a droga no exercício da profissão.

Cada um dos entrevistados assinou o TCLE-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após terem lido e entendido o propósito da presente pesquisa.

As questões, submetidas a uma análise semântica inicial, foram apresentadas aos sujeitos da amostra da seguinte maneira:

1. Para você o que é droga? (Tabela 2).
2. Quando você pensa em droga, em primeiro lugar, você pensa em quê? (Tabela 5).
3. O que o uso de drogas provoca numa pessoa? (Tabela 6).
4. Quais drogas você conhece e que efeitos elas provocam? (Tabela 8)
5. Quais fatores relacionados à profissão policial militar que influenciam o uso de drogas? (Tabela 9).
6. Quais as consequências para o serviço policial do uso de drogas por policiais militares? (Tabela 11).

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e transcritas na íntegra, sendo então posteriormente submetidas à análise de conteúdo (Moscovici, 2012; Bardin, 1977). Os critérios para a escolha da amostra foram: os entrevistados encontrarem-se pela primeira em tratamento; contarem mais de 20 anos de serviço policial militar; ter sido apresentados ao tratamento pelos seus Comandantes de Batalhão devido a não terem condições de continuar exercendo o serviço policial militar. Outro aspecto relevante na escolha foi que todos os entrevistados exercessem sua atividade policial na área fim, isto é, trabalham no serviço externo, em contato direto com o público e o fenômeno da violência urbana.

Tabela 1 – Dados demográficos da amostra

Variáveis		n°	%
Sexo	Masculino	10	100
	Feminino	0	0
Idade	38 – 40	5	50
	42 – 45	3	30
	46 – 48	2	20
	50 – 55	0	0
Escolaridade	Ensino Médio	6	60
	Superior incompleto	2	20
	Superior Completo	2	20
Tempo de serviço	22 anos	5	50
	24 anos	3	30
	26 anos	2	20

A tabela 1 apresenta a estatística dos dados demográficos referentes a amostra estudada. A população estudada é somente do sexo masculino haja vista que instituição na qual se encontram não contemplar uma programação para o efetivo feminino, embora seja misto o efetivo que compõe o quadro da Polícia Militar. A média de idade é de 38 anos, a escolaridade variou entre o Ensino Médio e Ensino Superior Completo, a média de tempo de serviço é de 23 anos. Trata-se, portanto de profissionais que estão na plenitude da carreira, com experiência e diferenciação na carreira. Estes dados sugerem que o policial que se encontra em tratamento para dependência química está com 24 anos de serviço (80%) de um total previsto de 35 anos de efetivo serviço e com a média de idade de 42 anos (80%). Diferentemente do que poderia ser esperado, os participantes da amostra não são iniciantes na carreira policial. O local de seu serviço se destaca por serem Unidades Operacionais, que exigem do policial maior dedicação ao serviço de rua, em áreas onde a criminalidade é mais acentuada no que concerne a diversas modalidades do crime, tais como roubos, furtos, latrocínios, homicídios e o tráfico de drogas, conforme afirmado pelos entrevistados. Os locais de residência dos policiais da amostra se caracterizam como áreas em que se concentram os maiores percentuais de tráfico de drogas no Distrito Federal. Estes dois dados, local de atuação no serviço policial e local de residência, pela sua tipicidade em ocorrência do tráfico de drogas, coloca a amostra estudada, por serem já usuários de drogas, como pessoas vulneráveis ao contado com a droga, tornando-a um recurso à manutenção do seu *modus vivendis* do policial militar. Destaca-se ainda que dos entrevistados que moram na cidade satélite de Ceilândia (30%), (20%) atuam no serviço policial em Samambaia e (10%) na cidade de Santa Maria, cidades consideradas como tendo alto percentual de tráfico de drogas.

Constou da entrevista uma questão (Questão 4) referente a obtenção de informações sobre o tema drogas, e as respostas foram: trabalho (20%), cursos realizados pela PMDF (20%), grupos de ajuda mútua (30%), televisão (40%) e jornais (20%). Percebe-se que as fontes de obtenção de informações sobre as drogas estão concentradas em dois polos principais. Os grupos de ajuda mútuas (30%), no caso AA (Alcoólicos Anônimos) e NA (Narcóticos Anônimos) de um lado, e a televisão (40%), referindo-se às campanhas educativas e notícias do Governo. O trabalho e os cursos realizados pelos policiais exercem grande influência totalizando o percentual de 40%, o que reflete um conhecimento também educativo a respeito do tema droga proporcionando uma aprendizagem tanto empírica quanto formal sobre o assunto. Isto sugere ainda, que o conhecimento obtido da ideologia e moral dominantes é oriundo da instituição policial e da sociedade sobre a droga e a toxicomania.

Análise dos dados e discussão

Conforme apontam Martins e Cols., 1991, três aspectos sobressaem e interligam-se com respeito à dimensão do produto: o conceito, a fenomenologia e o referente. Estes aspectos serão abordados na investigação da representação social da droga pelos policiais militares, bem como na compreensão da sua realidade como usuários, e a forma como

policiais militares dependentes de drogas são vistos pela Corporação e pela sociedade brasiliense.

O conceito de droga é variável na amostra estudada. Os policiais militares compreendem a droga a partir de três aspectos: da ação da droga, do julgamento moral e do produto. Os dados obtidos são apresentados nas tabelas 2, 3 e 4.

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA		PORCENTAGEM	
		Por ocorrência		Por categoria
Ação da Droga		10		100%
Julgamento Moral		10		100%
Produto		9		90%
Não opinou		1		10%

Os dados da tabela 2 evidenciam que o conhecimento da droga na amostra estudada é construído a partir da ação do produto na experiência vivida dos usuários, o que foi mencionado por 100% dos participantes. Não é um conceito oriundo do conhecimento científico do produto. Trata-se de conhecimento adquirido na mundaneidade. Arelado a este conhecimento vem o julgamento moral a respeito da droga (mencionada por 100% dos participantes). Este aparece no discurso como a droga sendo: “é um mal que destrói a sociedade”; “uma substância muito perigosa quando se faz uso” que “traz um mal para quem usa”; a droga “destrói a saúde, a família e a sociedade”; “denigre o policial militar perante a sociedade”. Não se concebe a ação da droga sem este julgamento. Noventa por cento das respostas apontam para a droga como um produto, uma substância identificada posteriormente com diversos nomes, mas sempre algo que pertence ao mundo objetivo da amostra em questão. O que se destaca nesta análise é que 100% dos participantes identificaram a droga por sua ação e de acordo com o seu julgamento moral. A droga não é vista sem este julgamento moral que forma o imaginário social dos policiais militares, o que reflete o imaginário social da sociedade brasiliense.

Tabela 3 – Categorias de respostas e distribuição da frequência em relação à Ação da droga.

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA		PORCENTAGEM	
		Por ocorrência		Por categoria
Ação da Droga Negativa		7		70%
Positiva		2		20%
Dupla		1		10%
Total		10		100%

Os dados da tabela 3 referenciam que a ação da droga é vista pela amostra estudada como negativa (70%), ou seja, entre os entrevistados a droga “é um mal que destrói a sociedade” é “Toda e qualquer substância, que cause ou possa causar dependência física ou psíquica.”, desta forma sua ação é ressaltada como extremamente negativa. A ação positiva (20%) se refere a uma ação que pode contribuir para o “alívio do estresse da profissão”. A ação dupla (positiva e negativa) (10%) é atribuída a uma atitude diante da droga, “a droga é uma substância que prejudica a saúde, se não for usada para fins terapêuticos”, e não a droga propriamente dita. Porém prevalece o caráter extremamente negativo da droga, de acordo com o discurso dos entrevistados, e ela está relacionada à situação laborativa secundariamente.

Tabela 4 – Ocorrências e co-ocorrências mais significativas.

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
	Por ocorrência	Por categoria
Ação negativa + julgamento moral	6	60%
Produto + ação negativa	10	100%
Produto + julgamento moral	9	90%
Produto + ação positiva	1	10%

Estes três aspectos, como salienta Martins e Cols., 1991, “a ação da droga, o julgamento moral, e o produto” formam a concepção policial militar a respeito da droga. A droga é vista como uma substância que possui a ação de alterar o comportamento do usuário. Uma ação que é má em si mesma e que causa destruição tanto física, psíquica e socialmente.

A droga “é um mal que destrói a sociedade”. Desta forma, a droga é concebida como algo com poder destrutivo, não é vista como afirma Olievenstein “matéria inerte”, mas tem o potencial de modificar a estrutura psíquica da pessoa, suas relações sociais e seu estado físico.

A droga é vista como, “...toda substância que leva a dependência e que muda o humor do usuário.” “Toda e qualquer substância, que cause ou possa causar dependência física ou psíquica.” e, ainda, como um objeto externo “...que altera o estado normal das pessoas.” Sendo, portanto definidor do padrão de normalidade e anormalidade.

O caráter moralizante da droga é percebido quando ela é concebida como uma “Substância proibida, que altera o comportamento das pessoas.” “É qualquer substância que vem alterar o comportamento humano, que pode ser lícita ou ilícita”. Sendo um objeto externo capaz de alterar o comportamento das pessoas é ainda vista como “uma substância muito perigosa quando você faz uso. São perigosas!”. O discurso da população estudada é que a droga é vista do ponto de vista de sua ação (Tabela 2 e 3), uma ação vivida como maléfica e destruidora. O objeto-droga é entendido preponderantemente

pelo crivo do julgamento moral, pois do ponto vista sensorial ela certamente tem seus efeitos prazerosos e aliviadores das agruras da vida policial. Uma negação aqui se faz presente. "A droga faz mal, mas uso drogas" resumiríamos, centrando a negação no, mas que consiste em um sim ("a droga faz mal") global com uma porção de "não" expressa pela conjunção adversativa "mas". O Policial Militar está dividido.

Destaca-se aqui que a alteração do comportamento é o efeito ruim e destruidor da droga. Logo ela é “É todo produto ilícito. É aquele que traz más consequências para sua saúde”. “Totalmente prejudicial à saúde.” Inferimos destas declarações que a pessoa que tem seu comportamento alterado pela ação da droga julga-se uma pessoa doente e que oferece perigo para a sociedade. Este pensamento a respeito da droga conduz a construção do conceito de que o policial que é dependente de determinada substância ilícita é uma pessoa anormal, doente e que tem o seu comportamento alterado, o que, por conseguinte, o torna mal visto pela própria instituição militar, e ainda alguém que é perigoso. Esta ideia não é suportável por todos. Tal como o religioso que reconhece a si mesmo como pecador, o policial militar que pede ajuda para se livrar do seu mal moral deve ser respeitado por sua instituição. O tratamento oferecido pela instituição, ainda que tenha o aspecto de voluntário, torna-se imposto ao policial usuário, por tal conduta ferir os princípios da moral e do dever policial. No entanto este caráter impositivo não foi percebido na amostra estudada, porquanto todos afirmaram estar em tratamento por se verem dependentes do produto e perceberem que tal conduta incompatível com o perfil policial.

Mesmo que todos os entrevistados afirmem que a droga é “uma substância”, sobressaem os predicados morais atribuídos a droga, e não o conceito técnico-científico a respeito do produto, conforme definido por Martins “Droga é qualquer substância natural ou sintética, cujas propriedades químicas provoquem alterações na estruturação psíquica da pessoa e, por conseguinte mudanças no seu comportamento e em sua forma de atuar na realidade” (Martins, 2003, p 288). O saber que os participantes da pesquisa evidenciaram sobre a droga recai sobre sua ação, que construído pela sua vivência (Erlebnis), “experiência vivenciada pelo seu desejo e gozo com a droga” (Martins, 2003, p. 287). Portanto é pela experiência que se constrói, nos usuários, o tema droga, que perpara seu imaginário passando a constituir a própria realidade concebida acerca da droga. Uso e justificativa do uso são, portanto diferentes.

O uso tem uma expressão de espontaneidade, de auferir a experiência buscada e de desconhecimento da lei. A justificativa corresponde a um discurso arrazoado que torna o policial aceitável para os outros, em especial dentro da instituição. Tal concepção passa a ser construída não somente pelas vias de acesso às informações sobre a droga, às quais foram apontadas como oriundas, principalmente dos diversos cursos que os policiais fazem na PMDF, mas pelos meios de comunicação que veiculam o efeito maléfico e destruidor que o produto traz sobre aqueles que o usam, bem como pela experiência dos entrevistados como usuários e dependentes do produto. No discurso da amostra estudada a droga passa a ser definida como: “É qualquer substância que vem alterar o comportamento humano, que pode ser licita ou ilícita”. Nota-se que tal definição corrobora com o conceito

de matéria inerte, pertencente ao mundo externo da pessoa, mas que no encontro com esta produz mudanças no comportamento. Há ainda, presente neste discurso o julgamento moral, definindo a droga como lícita ou ilícita.

Tabela 5 – Categorias de respostas e distribuição da frequência em relação à pergunta

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA		PORCENTAGEM por	
	Por ocorrência		ocorrência	
Produto	5		50%	
Ideia	5		50%	
Consumo	1		10%	
Efeito	1		10%	

Tabela 6 – Ocorrências e co-ocorrências mais significativas.

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA		PORCENTAGEM por	
	Por ocorrência		ocorrência	
Produto	7		70%	
Produto + ideia	4		40%	
Produto + efeito	5		50%	
Consumo + efeito	5		50%	
Produto + ideia + efeito	7		70%	

Como mostram as tabelas 4 e 5, a primeira imagem que surge ao pensar em droga se relaciona com um referente externo, imaginado como algo mal, ruim e destruidor que pode alterar o comportamento normal de uma pessoa, assim como causar a desgraça da sociedade. Um conceito construído pelas informações obtidas nos cursos realizados, jornais e pela mídia, formando o imaginário e a vivência dos policiais. Pensamos que a realidade conceitual é diferente da realidade vivida, sentida do uso de droga. Nem sempre uma se articula com perfeição com a outra. Se a experiência é o viver em ato, o conceito trata do pensar a respeito do evento passado vivido.

A droga é percebida no mundo real como um objeto concreto nomeado como: “Maconha, cocaína, crack, bebidas alcólicas”, “Benzina, cola de sapateiro, éter, lóól”.

A droga é vista como algo que pertence ao usuário, onde já se vê instalada a dependência, “A minha droga de preferência é o álcool”. Olievenstein (1990) afirma que se estabelece uma relação de dualidade entre indivíduo-droga, na qual tudo o que não é pertinente a essa relação passa para um segundo plano na existência do dependente. Esse duo permanece indissociável enquanto a droga for capaz de propiciar essa alteração de percepção de uma realidade, respondendo assim pela manutenção de uma situação de equilíbrio, ainda que instável, desse indivíduo. Vive-se assim uma relação totalitária, de forma que o usuário depende da droga como depende do ar para viver, ou mesmo vive um caso de amor, permeado pela paixão. (Martins, 2003, p. 289). O que acontece na dependência é “semelhante a “uma lua-de-mel” eternamente buscada, transformando a economia libidinal de uma pessoa e fazê-la funcionar de outra maneira”. (Olievenstein, 1985, p. 63).

Eis proferimentos que estão associadas a estas substâncias, principalmente relacionadas à violência na sociedade e destruição da família:

“Violência e destruição das famílias”, Na minha família, no mal que isso pode trazer a ela e a mim”, “Algo que tem o poder de destruir uma vida correta”.

Pensar na droga, portanto é pensar no caos que se instala na vida de uma pessoa, na perturbação e ruptura do equilíbrio do seio familiar (Angel e Angel, 1990). Por vezes o temor se manifesta com uma profecia deletéria. Um entrevistado manifestou o seu medo diante do produto: “Que eu posso me arruinar e ficar viciado”. Este medo pode ser entendido como denegação, impotência diante do produto que demonstra sua compulsão pelos efeitos que a droga lhe proporciona. Jaspers (1973), aponta a compulsividade (Sucht) compreendendo a dependência e busca de um alívio e/ou prazer.

Outros a associam ao consumo e ao efeito, primeiramente como “Prazer momentâneo, fuga da realidade”, mas também como um meio de gozar a vida social “...penso no prazer que ela proporciona, vida social e mulheres”, “Em festas”. Aqui a uso da droga tem a função de colorir o imaginário do usuário, como em um devaneio, protegendo-o da mediocridade insuportável da realidade. Tem ainda como função o restabelecimento de uma unidade que, embora alucinada, encontra na concretude do prazer da droga a possibilidade de existência enquanto indivíduo. (Olievenstein, 1989). O usuário estabelece uma relação tão intensa, que, sem usar a droga, não consegue obter prazer de viver, e nem de dar continuidade ao fluxo do existir (Martins, 2003) e, no caso da amostra estudada o serviço policial só ganha significado devido ao efeito da droga. A dor do trabalho, tripalium, é suplantada pelo prazer do produto, ou seja a relação da pessoa com o trabalho é alterada pela relação com a droga que entra como um terceiro, um quebra desgosto (Bucher, 1987). Tripalium era um instrumento de tortura. Será que todos vivem a situação de trabalho como provocadora de dor, sofrimento? Não acreditamos. O trabalho pode ser fonte de prazer e de corrupção para obter o prazer pela via mais curta. A droga como “solução final”, liquitadora da necessidade de troca simbólica, de aceitação de regras impostas, aqui se faz presente. O prazer é idealizado, não real, se situa no irrealis da

experiência vivida com o produto, como afirma Olievenstein “É na repetição e na busca, ao longo de sua história, o usuário inscreve em sua memória a imagem idealizada e superestimada do prazer” (Olievenstein, 1989, p. 45).

Observa-se que vinculado ao produto está a consciência do mal que ele pode acarretar não somente a vida pessoal, ser uma pessoa arruinada, ou ficar viciada, mas relaciona-se à droga a violência que assola a sociedade e a destruição da família. Mas também está associado ao produto o prazer, a fuga da realidade, um ingrediente que proporciona vida social e sexual.

A droga é concebida como algo exterior e objetivo entendido a partir de sua ação e de seus efeitos que tem consequências subjetivas e sociais. A droga provoca consequências em quatro níveis: a) nível psicológico; b) nível social, c) nível financeiro e d) nível pessoal, como mostram as tabelas 6 e 7.

Tabela 7 – Categorias de respostas e distribuição da frequência em relação à pergunta: O QUE O USO DE DROGAS PROVOCA NUMA PESSOA?

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA Por ocorrência	PORCENTAGEM por ocorrência
Nível Psicológico	9	90%
Nível Social	9	90%
Nível Financeiro	1	10%
Nível Pessoal	1	10%

A relação com a droga é vista como totalitária (tabelas 6 e 7), desta forma percebe-se o que (Martins, 2003, p. 288) afirma o que vem a ser esta relação pessoa-droga, como totalizante, consequência de uma impulsão sem medida e também de um desejo que se vê aí imiscuído. Alguém dependente vive uma relação totalitária com a droga, relação que prejudica todas as outras relações que ele pode estabelecer, inclusive na esfera social e financeira. Olievenstein chama atenção para o aspecto voluntarista ativo e passivo da pessoa que usa a droga, “Ao lado do fenômeno passivo físico-químico, inscreve-se este fenômeno ativo voluntarista, que se torna um modo de existência, uma relação com a vida” (Olievenstein, 1985, p. 25). Destacamos esta relação com a droga a partir das consequências dos quatros níveis discriminados abaixo:

Consequências no nível psicológico: “Desequilíbrio emocional, perda da moral e do respeito”, “mudanças de comportamentos, loucura, perda da razão” “depressão”, “Insanidade”.

Consequências no nível social: “perda da moral e do respeito” “torna a pessoa mais agressiva” “a pessoa fica irresponsável”

Consequência no nível financeiro: “endividamento” “prejuízo nas finanças”.

Consequência no nível pessoal: “Um estrago na vida da pessoa destruindo sua moral, respeito, dignidade”, “perda da autoconfiança”.

O produto é vivido como tendo consequências negativas, mesmo quando se afirma que um dos efeitos seja “Uma falsa sensação de liberdade, leveza e superioridade, quando passa o efeito, as consequências são agravantes”. Não foi aventado por nenhum dos entrevistados consequências positivas. Uma pessoa afetada pela dependência da droga é alguém que tem sua vida pessoal e social afetada. Não somente o aspecto subjetivo da vida é atingido pelos efeitos das drogas, mas aspectos objetivos como a saúde física e os relacionamentos.

Além do pensamento a respeito da droga e de suas consequências foi investigado o objeto específico, a substância, que faz parte do conceito de droga. Entre os policiais militares desta pesquisa sobressaíram as seguintes como referentes ao tema droga: “Álcool, cocaína, maconha, crack, crack juntamente com álcool, benzina, cola de sapateiro, lóló”. Destes os mais conhecidos pelos entrevistados foram a cocaína (80%), maconha (70%) e o álcool (70%).

Tabela 8 – Distribuição das drogas, números de usuários e efeitos que as drogas provocam relativa à questão: QUAIS DROGAS VOCÊ CONHECE E QUE EFEITOS ELAS PROVOCAM?

Droga	Nº de Usuários	Efeitos relatados
Álcool	01	Embraguez, tontura, perda de equilíbrio, alegria, coragem, bem-estar, agressividade, sonolência, apagões, esquecimento, depressão, fala pesada, amnésia, tristeza.
Maconha	04	Fome, perda da noção do tempo, raciocínio lento, alucinação auditiva.
Cocaína	02	Euforia, excitação, alucinação, tranquilidade, calma, sentir arrebatamento, percepção de grandeza corporal, ideação de fazer o que imaginar.
Crack	02	Sensação de leveza, estar fora de si.
Crack + Álcool	01	Muita felicidade.
Total	10	

A tabela 8 apresenta os efeitos das drogas citadas pelos usuários destacando que elas se incluem na classificação geral das substâncias psicoativas proposto por Lewin, como pertencentes aos grupos: Euphorica (Calmantes da vida psíquica), a cocaína e o crack; Phantastica (Agentes alucinógenos), a maconha cannabis e Inebriantes (Substâncias embriagantes), o Álcool.

Como afirma Olievenstein (1984, p. 14,16), em 1924, Lewin, propôs uma classificação das substâncias que agiam no psiquismo. Deste três grupos pode-se afirmar que: o primeiro grupo Euphorica. São agentes que diminuem e eventualmente suspendem as funções da emotividade e da percepção no sentido maior do termo, em todos os níveis, tanto com conservação, tanto com redução ou supressão da consciência, colocando-se o indivíduo em estado agradável de bem estar físico e psíquico, com liberação dos estados afetivos. A este grupo pertencem o ópio com seus compostos (morfina, codeína, heroína) assim como a coca e a cocaína.

Um dos efeitos citados por um entrevistado é apresentado aqui, “A cocaína, o pó falado, o efeito é,... dar insônia, a pessoa fica agitada, ansiosa, não sente vontade de dormir, fica com o físico dela fica avantajado, a pessoa consegue fazer coisa que ela não faria, no caso da cocaína”.

O segundo grupo Phantastica, compreende um conjunto de substância de origem vegetal muito diferentes por sua composição química e às quais convém, no sentido próprio do termo, a denominação de Phantastica, ou agente das ilusões. Os representantes desta série como a maconha, cannabis sativa, dão lugar a uma excitação cerebral evidente, que se manifesta sob a forma de deformação das sensações, de alucinações, e ilusões e visões.

Dois entrevistados apresentaram efeitos diversos quando do uso da maconha:

“Quando usei maconha, talvez por ter associado com álcool, mas usei mais maconha, tive a sensação de que estava entre o céu e o inferno, gritava muito, era tudo muito rápido”.

“Eu sempre ouvia o som de um piano. Só numa nota tum tum tum. Isto todas as vezes que usei. Usei juntamente com crack e o efeito era o mesmo tum tum tum, sempre, não mudava”.

O terceiro grupo, Inebriantia, são corpos acessíveis aos meios de síntese química, como o álcool, clorofórmio, éter. Benzina. Após uma primeira fase de excitação cerebral, dá-se lugar a uma depressão da excitabilidade, indo eventualmente até um estado de supressão da consciência.

Até o momento foi exposto apenas um dos lados da triangulação de Olievenstein, o produto, e explorado a relação que o policial militar mantém com ela. Uma relação fundamentada no conhecimento da sua ação que é concebida com má em si mesma, mas que provoca prazer e fuga da sua realidade. Vive-se uma relação com a droga (Olievenstein, 1985, p. 42). Uma vivência de completude. Olievenstein (1990, p. 15) define esta vivência como um fenômeno tanto ativo como passivo, que põe em cena o desejo. É na falta que se exprime melhor este desejo totalitário. Ao lado do fenômeno passivo físico-químico, inscreve-se este fenômeno ativo voluntarista, que se torna um modo de existência, uma relação com a droga na qual o dependente encontra carências específicas constituídas na primeira infância, acarretando uma incompletude, uma falta, que é preenchida pelo encontro com o produto.

Deste ponto em diante será explorado um outro polo da triangulação que Olievenstein propõe como um aspecto que causa a dependência de drogas, o momento sociocultural. O momento sociocultural em que se situa o policial militar se apresenta como uma situação que tem gerado desmotivação com a profissão, principalmente decorrente do não reconhecimento pela instituição e pela sociedade. O momento sociocultural gera a falta, ou seja, o não reconhecimento sócio profissional, que no encontro com o produto, a droga, completa a triangulação do modelo proposto por Olievenstein.

Dentre os fatores que levam um policial militar ao uso e a conseqüente dependência da droga, pode-se observar, conforme a tabela 9 mostra quatro categorias relacionadas que conjugam para que o momento sociocultural influencie na busca de alívio do estresse que a profissão impõe ao policial.

Tabela 9 – Categorias de respostas e distribuição da frequência em relação à pergunta: QUAIS FATORES RELACIONADOS À PROFISSÃO POLICIAL QUE INFLUENCIAM NO USO DE DROGAS?

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	
	Por ocorrência	PORCENTAGEM por ocorrência
Desmotivação	5	50%
Produto	1	10%
Trabalho Negativo	4	40%
Finanças	1	10%
Família	1	10%

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	
	Por ocorrência	PORCENTAGEM por ocorrência
Desmotivação + Trabalho Negativo	9	90%
Produto + Desmotivação	3	30%
Trabalho Negativo	6	60%
Produto + Trabalho Negativo	1	10%
Trabalho Negativo + Finanças	2	20%

A desmotivação com a profissão vem em primeiro lugar, pois o valor policial neste caso não é reconhecido, a profissão policial exige do policial dedicação integral, constante aprimoramento técnico-operacional, a fim de melhor prepara-lo para servir a sociedade. Desmotivação que surge devido a,

“Falta de reconhecimento da sociedade e com comando,”.

“Falta de reconhecimento da sociedade”,
“O descaso da sociedade”.

Foi notado que ao falar da falta de reconhecimento os participantes demonstravam revolta, raiva, indignação e sentimento de inadequação, o que gera sofrimento diante da realidade de ser policial e não obter o reconhecimento. Vivendo este momento psicossocial a droga é usada, “único produto capaz de alucinar o real, único capaz de anulá-lo” (Olievenstein, 1990, p. 28).

Outro fator que pode influenciar no uso de droga é “O contato direto com todo o tipo de drogas, tanto lícitas como ilícitas”, Este aspecto se torna relevante, conforme um entrevistado afirmou “se o policial tiver o impulso para usar, tiver vontade”. Um aspecto da personalidade é aqui realçado pela impulsão, o contato com o produto tende ao consumo a fim de obter o máximo de prazer e a retirada de um incômodo, a fim de viver e dar continuidade ao seu *modus vivendis* (Martins, 2003), como também ao seu *modus operandis*, ou seja, o atuar como policial militar vivenciando prazer e a evitação da angústia que a profissão lhe consequência no dia a dia.

A tipicidade do serviço policial é o aspecto que mais pode influenciar o policial ao uso de droga, pois, é visto com gerador de estresse, observe as seguintes afirmações,

“O dia a dia no serviço, estresse”,

“Muitos serviços extras, estresse”,

“Creio que seja o sistema militar onde o policial tem mais deveres do que direito e o estresse do serviço”,

“Má remuneração”.

O excesso de serviços extras, as mudanças de escadas e o sistema militar que impõe rigorosa disciplina são geradores de estresse. “O trabalha de cada dia...falta de apoio e todas as pressões” que inerentes a atividade policial militar surge como fator objetivo que desestabiliza a subjetividade de cada policial. Situações estressantes provocam no policial militar o fator precipitante que se alia a insatisfação de não ser reconhecido pelos serviços que presta à sociedade que o conduz ao uso da droga. O estresse, portanto, surge não somente da natureza do serviço, mas da busca de um reconhecimento que lhe é furtado pelo estigma de que o policial somente atua contra os interesses da sociedade, mesmo quando no cumprimento da lei, a defende dos cidadãos transgressores das normas sociais. Desta forma no fácil acesso a substância, ou seja, ao produto, neste momento de busca de um reconhecimento a droga surge como um recurso ao alívio deste sofrimento.

Outro aspecto que sobressai é o descontentamento com a remuneração, “má remuneração”, onde o policial se vê sem condições de boa moradia, devido “as dívidas”, aliado a este fato está “as contendas com a família”. O bem estar familiar corrobora para o bom desempenho profissional, no entanto a estrutura familiar é afetada devido a má remuneração e ao excesso de serviço extraordinário, que impede o policial de gozar sua folga com a família.

Como mostram as tabelas 11 e 12, as consequências do uso de drogas pelos policiais militares acarreta primordialmente o descredito em três níveis:

- a) O nível profissional,
- b) O nível institucional e
- c) O nível da qualidade do serviço,
- d) além de causar a perda da função por meio da exclusão da instituição PMDF a bem da disciplina.

Todos esses níveis acabam por refletir na pessoa do policial usuário de drogas. Estes níveis apresentam um julgamento moral sobre o policial que faz uso de droga, colocando-o como um “péssimo exemplo para a sociedade”, bem como classificando o serviço policial “O trabalho feito fica desacreditado pela sociedade”. O que não exime também de que o julgamento recaia sobre o próprio policial, pois este fica “Desacreditado perante seus pares, perante a sociedade”.

Tabela 11 – Categorias de respostas e distribuição da frequência em relação à pergunta **QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DO USO DE DROGAS POR POLICIAIS MILITARES SOBRE O SEU SERVIÇO?**

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA		PORCENTAGEM	
	Por ocorrência		por ocorrência	
Descredito do Profissional	3		30%	
Descredito da Instituição	1		10%	
Descredito do Serviço	5		50%	
Neutro	1		10%	

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA		PORCENTAGEM	
	Por ocorrência		por ocorrência	
Descredito do Profissional + Descredito da Instituição	4		40%	
Descredito do Serviço+ Descredito da Instituição	4		40%	
Descredito do Serviço+ Descredito do Profissional	1		10%	
Neutro	1		10%	

Uma das consequências que sobressaíram relaciona com a imagem da instituição que passa a ser desacreditada perante a sociedade, pois os seus representantes, apresentam “falta de credibilidade” e “Atrapalha o serviço da instituição perante a sociedade”.

Um fator de importância fundamental é que, mesmo sendo os entrevistados usuários de drogas, um chega a afirmar incompatibilidade entre o uso da droga por policiais e a sua profissão, que no seu discurso se assemelha a uma vocação que exige uma postura ética inexecuível.

“Não! o policial de maneira nenhuma deve usar isso aí. Por que nos servimos, nos somos chamados para combater este tipo de coisa. Então jamais o policial militar pode fazer uso, pela postura, dignidade e honra, não devemos fazer uso nem em serviço nem fora dele.”

Desta forma a principal consequência está no serviço, pois o policial usuário de drogas apresenta “Baixo rendimento, estresse...”, e assim o “Serviço fica desacreditado”, prestando um “Serviço de péssima qualidade. Mal atendimento ao público”.

Neste sentido, as drogas alteram o psiquismo e o comportamento do policial o torna incapacitado para o exercício da profissão policial, pois compromete a qualidade do serviço que é voltado para promover a segurança da sociedade.

Conclusão

A fim de compreender o fenômeno da droga entre os policiais militares do Distrito Federal, foi exposto o seu pensamento a respeito de drogas que é definida pela sua ação, julgamento moral a respeito da mesma e a identificação da substância com um referencial nomeado. Este conhecimento é partilhado pelos meios de comunicação, bem como é oriundo dos cursos de formação, aperfeiçoamento e qualificação profissional. A droga provoca consequências em quatro níveis: nível psicológico; nível social, nível financeiro e nível pessoal o que torna a imagem do policial usuário desacreditada perante a instituição e a sociedade. Um policial militar dependente de drogas passa a ser considerado portador de uma patologia que o desqualifica para o serviço. Um dos principais fatores que compõem o momento sócio-cultural verificado na pesquisa foi o não reconhecimento da profissão pela sociedade e o estresse que a atividade policial ocasiona na pessoa do policial.

Percebe-se ainda, que as drogas usadas pelos policiais surgem com fonte de alívio ao sofrimento que o dia a dia da profissão ocasiona, sendo que elas estão classificadas segundo Lewin, como pertencentes aos grupos: Eufhorica (Calmantes da vida psíquica), a cocaína e o crack; Phantastica (Agentes alucinógenos), a maconha cannabis e Inebriantes (Substâncias embriagantes), o Álcool. Destacando-se o uso da maconha como a droga mais usada e conhecida, pertencente ao segundo grupo Phantastica, causando no psiquismo excitação cerebral evidente, que se manifesta sob a forma de deformação das sensações, de alucinações, ilusões e visões. As consequências do uso de drogas colocam em descrédito a instituição Polícia Militar sendo uma das preocupações dos entrevistados, desqualifica o serviço perante a sociedade e causa queda no rendimento profissional do policial, bem

como o deixa desacreditado perante os demais profissionais. A autoimagem, portanto, fraturada pelo não reconhecimento interno, na instituição pelos colegas de trabalho e externo pela sociedade, somente agrava a busca por uma identidade profissional.

Na missão de proporcionar à sociedade brasileira a segurança pública, o policial militar ver-se em muitas situações que o coloca na linha de frente à criminalidade e à repressão ao uso e ao tráfico de drogas. No cumprimento do seu dever, investido do poder do estado, simbolizado pela farda que enverga, se percebe como sendo desvalorizado como profissional pela Instituição; bem como não tendo reconhecimento da sociedade a quem fez o compromisso, mesmo com sacrifício da própria vida de defendê-la. Estes dois aspectos do exercício profissional, vistos como os dois polos da triangulação de Olievenstein: a droga e o momento sócio cultural criam condições para o encontro da pessoa do policial militar com a droga neste momento sócio cultural, tornando-o um dependente, a partir da sua experiência de prazer, entendido como o alívio do sofrimento que o momento causa em seu psiquismo e o gozo, alucinação do real, como *modus vivendis* da vida e da profissão. No processo de escalada característica da dependência e da necessidade da repetição e repetição da necessidade com o material fornecido pelo produto e seus efeitos, constata-se que o policial militar chega ao fundo do poço e a uma identidade profissional fraturada pela relação totalitária com a droga que lhe traz isolamento social e profissional.

A pesquisa evidencia os resultados dos trabalhos pioneiros nesta área constantes nas seguintes pesquisas: *A Representação Social da Droga em Brasília: O Produto* (Martins, F. e Cols. 1991) e *A Atitude diante da droga em um grupo profissional* (Martins, F. e Cols. 1991), bem como o que é proposto por Olievenstein, ou seja, é o encontro da pessoa com a droga num determinado momento sócio-cultural. O que este estudo abarcou foi o produto e sua dimensão e o momento social, que é a tipicidade do serviço policial. pois, o serviço policial coloca o profissional de segurança pública em contato com o referente; no entanto nem todos desenvolvem a busca pela droga com alívio do seu sofrimento ou inserção do prazer em sua vida pessoal e profissional. Isso demonstra que não é dependente quem quer, (Olievenstein, 1985) a questão é mais complexa, pois envolve a compreensão da estruturação psíquica do policial, (Bergeret, 1991) aspecto que não foi abarcado neste trabalho, o que será feito num posterior com o mesmo grupo de profissionais.

Referências

- Angel, P., Angel, S., In: Olievenstein, C. e Cols. *A Clínica do Toxicômano. A falta da falta*, pp 77-84.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Persona. Edições 70, 2009.
- Bergeret, J e Leblanc, J. (1991) *Toxicomanias: uma visão multidisciplinar*. Tradução: Maria Teresa Baptista. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bucher, R. E totugui, m. (1987) *conhecimentos e uso de drogas entre alunos de Brasília*.

Revista: Psicologia: Teoria e Pesquisa 3(2), 96-112.

Conte, M. (2001) O luto do objeto nas toxicomanias. In: Os nomes da tristeza. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, nº 21, p. 91-107.

www.unicap.br/pathos/vicongresso/anais/MR.F2.doc, acesso em 01.04.2013.

Costa, A. L, L da. (2004) Drogas. Pagar com a carne? In: Tóxico e Manias. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, nº 26, p. 58-64. www.apoa.com.br/.../Revista%2026%20-%20Drogas.%20Pagar%20. Acesso em 01.04.1013.

Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. In: Freud, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. 2.ed. Rio de Janeiro : Imago, 1987. v.XXI, p.81-171

_____. (1912) “Sobre a tendência universal à depreciação na esfera amorosa (contribuições à psicologia do amor II)”, v.XII, p.185-195.

Jaspers, K. (1973) Psicopatologia Geral. Vol. I. Tradução: Samuel P.A. Reis.

Lewin, L (1928). Les “Paradis Artificiel”. Ed. Payot.

Martins, F. (2003) Psicopathologia II - Semiologia Sindrômica. 1ª. ed. Brasília DF: Laboratório de Psicopatologia e Psicanálise - ABRAFIPP.

Martins, F. e Cols. (1991) A Representação Social da Droga em Brasília: O Produto. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, Vol. 7, nº 1, p. 47-58.

Martins, F. e Cols. (1991) A Atitude diante da droga em um grupo profissional. PSICO, Porto Alegre, Vol. 22, nº 2, p 41-64.

Moscovici, C. (2012) A Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público - Col. Psicologia Social. Editora: VOZES

Olievenstein, C. e Cols. (1990) A Clínica do Toxicômano. Tradução: Francisco Frankie Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas.

Olievenstein, C. (1985) Destino do Toxicômano. Tradução: Marie Dominique Grandy. Artmed.

Olievenstein, C. (1984) A Droga. Tradução: Maria Camargo Celidônio. Editora brasiliense, 2ª edição.

Recebido em 5 de maio de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

TRABALHO, UNIVERSIDADE E SUICÍDIO: UMA ANÁLISE DA PRECARIZAÇÃO/INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DESDE O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Nilson Berenchtein Netto

Professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Bruno Peixoto Carvalho

Professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Resumo:

Este artigo discute o fenômeno do suicídio entre trabalhadores docentes a partir da compreensão da natureza desta atividade no interior das relações sociais capitalistas de produção e das atuais formas de gestão do trabalho. A presente análise parte da exposição marxiana a respeito daqueles elementos que caracterizam o trabalho em geral, bem como daqueles que caracterizam o trabalho em sua forma capitalista. Na sequência, problematiza-se a forma como o capital – que é uma relação social – espraia o seu modo de ser mesmo para aquelas esferas da vida social que não guardam relação direta com a produção de valor e mais-valor. Como todo trabalho, também o trabalho docente está subordinado à totalidade social regida pelo capital. A ampliação do capital e a subordinação do trabalho docente a este tem repercussões diretas na saúde e vida dos/das trabalhadores/as. Tal ampliação significou para os trabalhadores docentes precarização das condições de trabalho, intensificação do trabalho e produtivismo, cujos efeitos que produzem na saúde dos/as trabalhadores/as levam, muitas vezes, ao adoecimento, sofrimentos psíquicos graves, à morte ou ao suicídio. No setor das Universidades Federais, o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi o principal instrumento do Estado burguês para a submissão do trabalho docente ao capital. Por fim, discute-se alguns casos de suicídio de trabalhadores docentes à luz da discussão empreendida a fim de instrumentalizar o debate sobre as condições de trabalho docente no capitalismo.

Palavras-chave: Materialismo histórico-dialético; Trabalho docente; Suicídio.

Work, university and suicide: an analysis about the precarisation/intensification of the teaching work from dialectical-historical materialism.

Abstract:

This article discusses the phenomenon of suicide among teaching workers starting from the comprehension of the nature of this activity within the capitalist social relations of production and the current forms of labor management. This analysis starts from the Marxian exposition of those elements that characterize the work in general, as well as those featuring the work in its capitalist form. Following, we discuss how the capital - which is a social relationship - spreads its way of being even for those spheres of social life that has no direct relationship to the production of value and surplus value. Like any work, also the teaching work is subject to the social totality governed by the capital. The expansion of capital and the subordination of teaching work to this has direct impact on the health and lives of the workers. This expansion meant for teaching workers precarious working conditions, work intensification and productivism, whose effects they produce on the health of the workers induce often to illness, severe mental suffering, death or suicide. In the sector of Federal Universities, the Program of Support to the Restructuring and Expansion of Federal Universities was the main bourgeois state's instrument for submission of teaching work to the capital. Finally, we discuss some suicides of teaching workers in the light of the discussion undertaken in order to instrumentalize the debate on the working conditions of teachers in capitalism.

Keywords: Historical dialectical materialism; Teaching work; Suicide.

Introdução

A relação entre suicídio e trabalho tem se tornado cada vez mais evidente e mesmo que constantemente hajam tentativas de invisibilizar o nexos estabelecido entre esses dois fenômenos tipicamente humanos e social, histórica e culturalmente determinados, principalmente por meio de estratégias ideológicas como a patologização, o biologismo, o psicologismo e o sociologismo, a centralidade do trabalho no processo de humanização e organização da vida não permitem ignorá-lo no processo de constituição do suicídio.

Sendo assim, discutir o suicídio dos/as trabalhadores/as docentes na sociedade capitalista exige também analisar e entender como se dão as relações de produção submetidas a esse modo de produção e reprodução da vida e dentro delas, localizar as especificidades do trabalho dessa categoria para compreender a saúde, a vida e a morte desses/as trabalhadores/as.

O trabalho em geral e o trabalho sob o capitalismo

O trabalho é – para Marx – condição necessária e ineliminável da vida humana, a forma própria de intercâmbio entre ser humano e natureza. O trabalho é aquela categoria que tornou objetivamente possível a emergência do ser social e da qual deriva o conjunto dos complexos categoriais que conformam a legalidade deste nível do ser. Como paradigma de toda práxis, deve ser o ponto de partida investigativo mesmo daquelas esferas da vida social que não se vinculam diretamente à esfera da produção (LUKÁCS, 1970/2013), como é o caso do trabalho docente.

Em sua obra magna, *O capital*, Marx (1867/2006) faz saltar do trabalho determinações de duas ordens: aquelas referentes ao processo de trabalho em geral e aquelas referentes aos processos de trabalho que se realizam sob o domínio do capital.

Como processo metabólico de relação com a natureza, o trabalho faz desta uma extensão do próprio ser humano. Do processo simples de trabalho fazem parte: a) a atividade orientada a um fim (ou o trabalho mesmo), b) o objeto de trabalho, e, por fim, c) os meios/instrumentos de trabalho. Tudo aquilo que o ser humano arranca da natureza, conferindo-lhe forma própria ao uso humano e sobre o que incidirá a atividade orientada a um fim, figura como objeto de trabalho. O meio de trabalho, por sua vez, refere-se àquilo que o trabalho faz interpôr-se entre ele e o objeto de trabalho. O trabalhador coloca em movimento as propriedades materiais destes objetos para atuarem como forças sobre o objeto de trabalho. No processo de trabalho, em que o ser humano faz os meios atuarem sobre os objetos de trabalho, aquilo que era ação, movimento e potencialidade transforma-se no seu contrário, um objeto distinto daqueles que participaram de sua feitura, uma cristalização de trabalho passado. O valor-de-uso produzido pelo trabalhador pode servir ao consumo individual ou ao consumo produtivo, como condição material de outros processos produtivos (como é o caso, por exemplo, dos valores de uso produzidos na indústria extrativista).

O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas, de arrancá-las de sua inércia, de transformá-las de valores-de-uso possíveis em valores-de-uso reais e efetivos. O trabalho, com sua chama, delas se apropria, como se fossem partes do seu organismo, e, de suas funções; elas são consumidas, mas com um propósito que as torna elementos constitutivos de novos valores-de-uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção. (MARX, 1867/2006, p. 217).

Trata-se, pois, do processo de produção de valores-de-uso, independente da forma social em que tal processo é realizado. Ocorre que no modo de produção capitalista é a totalidade do capital que sobredeterminará os elementos do processo de trabalho em geral. Senão, vejamos.

O capitalista controla o processo de trabalho e garantirá que os meios de produção (objeto e instrumentos de trabalho) sejam apropriados à natureza particular do trabalho. Como elementos do processo de trabalho, meios de produção e o uso da força de trabalho lhe pertencem; como coisas que adquiriu no mercado e lhe pertencem, colocará em movimento os elementos necessários ao processo de produção, fazendo com que a força de trabalho consuma os meios de produção com o fim de produzir mercadorias (forma particular do valor-de-uso universalizada pelo modo capitalista de produção). Uma vez pago o valor da força de trabalho (sob a forma salário), a jornada de trabalho e, por extensão, tudo o que for produzido durante o intervalo de tempo são coisas que pertencem ao dono dos meios de produção.

O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivo do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adegas. (MARX, 1867/2006, p. 219).

Ao colocar em movimento os elementos que comprou para realizar o processo produtivo, o capitalista obterá – ao final do processo – um valor maior que aquele com que o iniciou. Parte deste valor reporá os meios de produção (um valor já existente no início do processo e que é transferido durante o processo de produção), outra parte ira remunerar o trabalhador e o restante do novo valor produzido forma a mais-valia.

O trabalho interessa ao capitalista na medida em que permite produzir valor e mais-valor. As necessidades a que devem satisfazer o processo de trabalho, no capitalismo, portanto, são as necessidades do capital (valorização do valor) e não as do sujeito que trabalha, de sua classe ou do gênero humano; os meios de produção pertencem ao capitalista; os valores-de-uso produzidos pelo trabalho, sob a forma de mercadorias,

apenas importam na medida em que veículos materiais do valor; a atividade orientada a um fim é realizada pelo trabalhador e seu ritmo, duração e forma é determinado pelo capitalista (mais especificamente pelo estágio em que se encontra a produtividade do trabalho); por fim, a finalidade mesma do trabalho (teleologia) guarda uma relação de exterioridade com aqueles/as que trabalham. Deste modo, os elementos que conformam o processo do trabalho em geral encontram-se – baixo o capitalismo – parcelizados entre agentes mui distintos.

O estranhamento, mediatizado e aprofundado pelas categorias do capital, fora por Marx assentado em suas principais determinações nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. Nesta obra não preparada para publicação, Marx assenta as quatro principais determinações do estranhamento. Como ser social que produz mercadorias,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 1844/2008, p. 80).

A primeira relação estranhada do trabalhador, diz Marx (1844/2008), é aquela entre o trabalhador e a objetivação do seu trabalho. Tanto mais o trabalhador enriquece o mundo de objetivações, tanto menor são suas possibilidades de apropriação deste mundo objetivado. A apropriação do mundo objetivado pelo trabalhador verte-se em apropriação estranhada de um mundo que não lhe pertence e contra ele se volta como exterioridade hostil. A segunda determinação do estranhamento, é a relação estranhada com a própria atividade, com o ato da produção. A relação do trabalhador com os meios de produção é de exterioridade (é a outrem que pertence os meios necessários à produção social da vida) e é desde esta exterioridade que se determina o ritmo da produção, os meios a serem utilizados, como e quanto produzir e para quem produzir. Trata-se, pois, de elementos do processo produtivo que lhe são alheios. O trabalho, assim, não satisfaz as necessidades do trabalhador, mas é, nesta qualidade, apenas meio para que o trabalhador possa adquirir aquelas mercadorias – por intermédio do salário – que supram suas carências. Destas duas formas do estranhamento do trabalho, Marx faz derivar uma terceira, a saber, o estranhamento do gênero humano. A apropriação do gênero humano, formado pelo conjunto das exteriorizações produzidas pelos seres humanos em seu curso histórico, deixa de ser um fim a se alcançar e somente é apropriado parcialmente pelo trabalhador na exata medida em que as exteriorizações do gênero humano podem ser úteis ao trabalho. Exemplo contemporâneo deste processo pode encontrar-se na atual relação estabelecida entre universidade e mercado, em que os conteúdos que não dialogam diretamente com a vida profissional (como por exemplo, as humanidades e as artes) ou são subestimados ou

são apropriados com a parcialidade necessária à aplicação direta destes conteúdos (por discentes e docentes) à vida individual. O gênero humano deixa de ser um fim e transforma-se em um meio para o trabalho. Estar estranhado do gênero humano, por derivação, implica em estar estranhado dos outros humanos (quarta determinação do estranhamento).

Ora, se o produto do trabalho e a atividade do trabalhador não lhe pertence, então pertencem a outro se que não o trabalhador; o penar de sua atividade é fruição para outrem na mesma medida em que lhe são vetadas os gozos da vida humano-genérica. Na base de todo o estranhamento, reside a propriedade privada, fundamento material da divisão da sociedade em classes. Segundo Marx (1844/2008): “A propriedade privada resulta portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado.” (p. 87).

Em síntese, a efetivação do trabalho reaparece do outro lado como desefetivação do trabalhador, a objetivação do mundo reaparece como perda do objeto para o trabalhador, quanto mais objetivado o mundo, maior é a miséria do trabalhador e tanto mais este mundo se volta contra o próprio trabalhador como uma força hostil. Quanto mais avança a divisão social do trabalho, mais se aprofunda o estranhamento do trabalhador e as diversas formas de gestão do trabalho sob o capital (taylorismo, fordismo, toyotismo) cumprirão a tarefa de aprofundar mais e mais o estranhamento do trabalho.

O trabalho docente nas Universidades Federais

Como relação social, o capital tende a espriar-se para a totalidade das esferas do ser social, mesmo aquelas mais afastadas de uma relação direta com a produção material da vida; o ensino público superior brasileiro não foi uma exceção a essa tendência de alargamento das relações estranhadas do trabalho. A busca pela produtividade, necessidade imanente do capital, impor-se-á às particularidades do trabalho docente. Segundo Bosi (2007):

Esquece-se que as circunstâncias em que muitos docentes estão escolhendo o produtivismo são historicamente determinadas, obviedade que deveria desmistificar tal escolha como espontânea. Em grande medida, a produtividade (recompensada monetária e simbolicamente) representa a perda da autonomia intelectual, a perda do controle sobre o processo de trabalho, a forma atual da subsunção do trabalho intelectual à lógica do capital. (p. 1518).

A flexibilização/precarização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior (IES) passa desde a flexibilização das relações contratuais de trabalho até à própria rotina das atividades de ensino, pesquisa, extensão e, mais recentemente, administrativas. Tal processo encontra suas raízes no conjunto de transformações ocorridas no mundo do trabalho como resposta (a reestruturação produtiva) a uma das crises cíclicas e periódicas do capitalismo, no início da década de 1970 (BOSI, 2007).

Entre as medidas tomadas pelos capitalistas e o Estado burguês para recuperar as taxas de lucro, está a incorporação ao circuito de produção capitalista, de setores periféricos à produção de valor e mais-valor. No Brasil, isso vem sendo feito via transferência de serviços públicos à esfera da iniciativa privada, sendo uma das formas centrais da reestruturação do ensino superior público nesse país e interferindo diretamente sobre o trabalho docente, ampliando sua mercantilização (BOSI, 2007). A nível federal, tal mercantilização/precarização, na Universidade, se efetiva por intermédio de algumas ações: a) diminuição relativa do orçamento da educação, o que significa que, embora o curso do investimento educacional tenha se ampliado, tal aumento é desproporcional na relação com a ampliação de vagas (expansão das universidades) e com as exigências produtivistas; b) criação de cursos pagos de pós-graduação lato sensu, sob a justificativa de que ajudariam a recompor o orçamento das universidades e contribuir para a recomposição dos salários e investimento em estrutura física e materiais; c) incentivo à ampliação dos cursos de Educação à Distância (EAD) nas Universidades Federais com a contratação de professores temporários (chamados de tutores) sem concurso público; d) transferência de algumas atividades de trabalho para a iniciativa privada (como segurança, serviços gerais, manutenção de restaurantes universitários e, mais recentemente, gestão dos hospitais universitários pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares); e) transferência do orçamento público para a iniciativa privada, com o que o Governo Federal pode fazer política social financiando a iniciativa privada, como no caso do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e no Programa de Financiamento Estudantil (FIES); f) incentivo à realização de pesquisas financiadas pela iniciativa privada (chamadas de pesquisas com fomento externo) como forma de “captação de recursos” (uma expressão eufemística para mascarar a privatização das atividades de pesquisa e sua consequente subordinação ao interesse privado); g) mercantilização dos direitos do trabalhador, como no caso da criação do Fundo de Previdência Complementar (FUNPRESP), com o que o Servidor Público Federal deve contribuir acaso não deseje aposentar-se apenas com o teto do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e cujo resgate – quando da sua aposentadoria – depende do sucesso ou fracasso das aplicações desse fundo de pensão no mercado de capitais. Em síntese, o trabalhador sabe quanto irá contribuir, mas não sabe o quanto irá receber.

A sanha produtivista na Universidade brasileira, iniciada nos anos 1990, encontra-se, atualmente, em franca expansão. Até os anos 1980, havia certo equilíbrio na relação entre as matrículas nas instituições públicas e privadas. No fim da década de 1990, as instituições privadas já concentravam 70% das matrículas no ensino superior (BOSI, 2007) e, em 2013, as instituições públicas eram responsáveis por 26% das matrículas, contra 74% das matrículas em instituições privadas (INEP, 2014). Para o caso de haver vagas ociosas no ensino privado, os empresários da educação poderão contar com o fato de que o Estado brasileiro poderá pagar por elas, seja por meio do ProUni ou do FIES (neste último caso, o estudante, após formado, devolve ao Estado, com juros, o financiamento de sua educação). Ao lado da mercantilização do ensino público superior, caminha a precarização

do trabalho docente nas instituições públicas.

Uma importante ação governamental de intensificação do trabalho docente ocorreu em 1998, quando, após uma greve de 104 dias que contou com a adesão de 51 Instituições Federais de Ensino Superior, Fernando Henrique Cardoso instituiu a Gratificação do Estímulo à Docência (GED), que condicionava o recebimento da integralidade do salário a uma quantificação/pontuação das atividades acadêmicas e implicava no aumento da carga horária do/a professor/a em sala de aula. A isto, acrescenta-se: a diminuição do tempo para a conclusão dos cursos de pós-graduação stricto sensu, a avaliação da carreira e da própria capacidade dos docentes pela quantidade de publicações, produção e participação em eventos, participação em comissões, cargos administrativos, qualificação profissional, produção de relatórios, entre outras atividades.

[...] a pressão exercida para aumentar a quantidade de trabalho dentro da jornada de 40 horas tem se concretizado, principalmente, alicerçada na ideia de que os docentes devem ser “mais produtivos”, correspondendo à “produção” a quantidade de “produtos” relacionados ao mercado (aulas, orientações, publicações, projetos, patentes etc.) expelidos pelo docente. Por um lado, evidencia esse processo o direcionamento empresarial da ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, presente nos editais dos órgãos de fomento à produção científica (BOSI, 2007, p. 1513).

Há que se considerar ainda a ampliação da relação entre estudantes e técnicos administrativos/docentes. Esta relação que, em 1998, era de 8 alunos por professor, passou para 12 alunos por professor em 2004. De acordo com dados divulgados pelo ANDES-SN, entre os anos de 2003 e 2011, a quantidade de vagas ofertadas IFES aumentou em 111%, enquanto a contratação de docentes teve uma ampliação de apenas 44% e servidores técnico-administrativos, somente 16%. Em números, esses percentuais expressam a passagem de 579.719 estudantes de graduação e pós-graduação, para 941.900, enquanto entre os docentes, os números foram de 40.523 para 67.635 e os servidores técnico-administrativos, que eram 85.343, passaram a ser 93.364 (OLIVEIRA, 2013).

A forma vigente da precarização do trabalho docente nas IFES patenteia-se no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em abril de 2007, tendo como prazo limite para sua aplicação o ano de 2012 e responsável pela inflação do número de ingressos anteriormente apresentados. A expansão proposta pelo REUNI implicava na ampliação da quantidade Universidades Federais, dos campi das universidades já existentes, dos cursos oferecidos, das vagas existentes para estudantes, da quantidade de servidores, tanto professores, quanto técnico-administrativos, impondo metas às gestões universitárias, que, evidentemente, são cumpridas por aqueles que compõem os “recursos humanos” das universidades, ou seja, os servidores e os estudantes. A adesão ao projeto não foi compulsória, todavia, as universidades foram constrangidas a aceitá-lo às custas de obter fomento diminuto, caso não o fizessem e mesmo aquelas que não aderiram sofreram o processo de sua

implementação. O próprio orçamento das universidades passa a estar condicionado às metas de expansão do REUNI e, como resultado, aumenta-se a pressão das gestões universitárias para aprovar aquelas resoluções que garantissem que docentes e servidores respondessem a tais metas, assim, mantendo ou ampliando seu orçamento.

A expansão foi feita, abriram-se as universidades, os campi, os cursos e as vagas. Todavia, em lugares provisórios e/ou inapropriados, compartilhando o espaço físico com outras instituições, em alguns casos, fazendo contêineres de sala de aula, superlotando salas de aula, entre outras questões que contribuíram com a precarização das condições de trabalho e estudo. Novos servidores foram contratados, tanto técnico-administrativos quanto professores, mas, ainda, em quantidades aquém das necessárias, o que implicou em um aprofundamento da discrepância quantitativa (e certamente qualitativa) na proporção aluno-professor/servidor. Para diminuir essa lacuna, o governo federal ampliou a contratação de professores com contratos ainda mais precarizados, na condição de substitutos e conferencistas e ampliou a utilização de estudantes de pós-graduação por meio da implantação dos estágios docentes como requisito obrigatório para a obtenção do título, fatos que desvalorizam ainda mais as condições de trabalho. Em 2012 foram criados 24.306 novos códigos de vaga para professores efetivos de terceiro grau e 27.714 códigos de vaga para cargos técnico-administrativos, que não precisariam ser utilizadas, necessariamente, nas universidades expandidas, podendo manter um processo de expansão precarizada. (OLIVEIRA, 2013)

Esta situação-limite, conduziu a um processo de mobilização de servidores públicos federais da educação que resultou numa greve de 112 dois dias com adesão de praticamente 100% das IFES. O desfecho dessa greve resultou num reajuste salarial de 15%, escalonado em três anos, e num plano de carreira que desestruturava ainda mais a carreira anterior e subordinava ainda mais a ascensão na carreira à avaliação de desempenho (produtividade), em virtude de acordo selado entre o Ministério da Educação e a Federação de Sindicatos e Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), federação de sindicatos criada por sindicalistas governistas para dividir a base da categoria e selar acordos mais consonantes com os interesses do Governo Federal. À época do acordo, o PROIFES representava apenas 3% dos docentes das Universidades Federais.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é exemplo ilustrativo do processo pelo qual o trabalho docente está cada vez mais submetido às exigências e ao ritmo do capital. Nesta universidade, a hora-aula de 50 minutos foi transformada em hora-relógio com duração de 60 minutos. Possui ainda resolução específica delimitando o número mínimo de horas em que o docente deve passar em sala de aula, mas jamais fixou o máximo de horas. Nesta instituição, a Reitora aprovou Resolução ad referendum instituindo o Plano de Atividades Docentes (PADOC), que consiste numa tabela em que cada atividade docente recebe sua quantificação em tempo. Na primeira versão do documento, às atividades de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso e de Supervisão de Estágio eram tributadas 0,5 hora por aluno!

Baixo a lógica do capital, a natureza particular do trabalho docente verte-se em gelatina de trabalho humano abstrato, trabalho simples, despojado de todas as suas propriedades particulares e reduzido a tempo de trabalho socialmente necessário.

A declaração de Jorge Almeida Guimarães em setembro de 2014, à época presidente da CAPES, em que defendia a contratação de docentes por intermédio de Organizações Sociais (OSs), o recente julgamento do STF da constitucionalidade do PL4330/04 (que prevê a terceirização das atividades-fim) e sua recente aprovação na Câmara são mostras de que o processo de privatização e precarização do Ensino Público Superior no Brasil (e do conjunto dos serviços públicos) não apenas está em curso como encontra-se em pleno processo de expansão.

Diante do exposto, acirra-se a competitividade pelos poucos recursos financeiros e os editais tornaram-se ainda mais ligados aos interesses de desenvolvimento das forças produtivas para o uso do setor privado, que também passa a ter sua intervenção direta sobre a Universidade ampliada. Conforme se privatizam os meios de produção do trabalho docente no interior do ensino público, recai mais severamente sobre os professores a necessidade de criar, como indica Bosi (2007), “suas próprias condições de trabalho, combinando 'competição', 'empreendedorismo' e 'voluntarismo’” (p. 1514), resultando da dinâmica imposta “consequências comuns ao mundo do trabalho, tais como o estresse, o estado permanente cansaço, a depressão e até o suicídio” (p. 1517).

Trabalho precarizado, personalidades mutiladas

O filósofo francês Lucien Sève (1979), em seu *Marxismo e Teoria da Personalidade* formula a ideia de que as relações constitutivas entre as categorias de atos, capacidades e necessidade formam a chave interpretativa para o desenvolvimento da personalidade. Cabe destacar que a personalidade não é, para este autor, uma entidade metafísica, mas antes, um conjunto organizado de atos. Atos que, na sociedade capitalista, estão condicionados por um conjunto de determinações do capital que constroem sob certos limites o livre desenvolvimento da personalidade e, em alguns casos, se interpõem como limites para o desenvolvimento da vida (como no suicídio). Um ato, como ação orientada à satisfação de uma necessidade, pressupõe, sempre, uma exteriorização e é nela que o ato ao passo que se prolonga, desvanece. A qualidade de uma exteriorização, por sua vez, pressupõe um dado conjunto de capacidades que – antes de ser algo inato – é determinado por uma série de atos que as preparam e desenvolvem.

Sève (1979) classifica, ainda, os atos em dois tipos: a) aquelas atividades que atuam no sentido da ampliação das personalidades, ou seja, que produzem e desenvolvem novas capacidades (atividades do setor I), e b) aquelas atividades que colocam em ação as capacidades já existentes (atividades do setor II).

Ora, uma vez que na organização do uso do tempo por parte dos docentes se está cada vez mais pressionando pela ampliação das atividades em sala de aula e que a

necessidade de responder aos índices de produção da Universidade e das agências de fomento (quando não da iniciativa privada) se impõe como exigência puramente qualitativa, então seus atos passam a estar circunscritos cada vez mais ao setor II, o que significa dizer que as possibilidades de expansão da personalidade pelo desenvolvimento de novas capacidades é algo que passa a deparar-se com limites severos (para o docente e para os discentes). Como consequência, o domínio do/a professor/a sobre o trabalho e a exterioridade (condições de trabalho) é cada vez menor e, com o estranhamento cada vez mais ampliado do trabalho, amplia-se também o estranhamento da própria personalidade, o que não é outra coisa que não o que Marx assinalara como o estranhamento do humano consigo mesmo. A perda de si, muitas das vezes, pode significar o adoecimento, a loucura, o suicídio.

Suicídio e Universidade

O professor Stefan Grimm tinha 51 anos e ministrava aulas de Toxicologia na Faculdade de Medicina no Imperial College London, onde também desenvolvia pesquisas sobre um novo tratamento para o câncer. Grimm tirou a própria vida em 25 de setembro de 2014, depois de ser questionado por seu chefe de departamento acerca de quais seriam suas fontes de fomento e ameaçado de ser demitido caso não conseguisse um fomento de £ 200,000. Em um e-mail em que o professor relatou o ocorrido, afirmava:

A realidade é que esses cientistas de carreira sobem na hierarquia desta organização e apenas olham para os gráficos para julgar os seus colegas, seja pelos fatores de impacto ou concessão de subsídios. Posteriormente, como você pode convencer o seu chefe de Departamento de que você está trabalhando em algo excitante se ele nem mesmo atende aos seminários regulares do departamento? O objetivo é apenas manter o fomento de seus departamentos para suas próprias carreiras. (GRIMM, 2014, in DC'S IMPROBABLE SCIENCE, 2014, s/p).

Grimm prossegue relatando que fora informado por seu chefe de que era o professor de todo o campus com a maior quantidade de pedidos de financiamento para pesquisa e apresenta um pouco de sua produção naquele ano: “Tivemos quatro artigos com dados originais deste ano, até agora, em Cell Death and Differentiation, Oncogene, Journal of Cell Science e, como informei o professor Wilkins¹ esta semana, um aceito no EMBO² Journal³. Fui também o editor de um livro e escrevi duas resenhas. Não conta”. Diante do que conclui: “Isto leva a uma inversão interessante para o velho ditado 'publicar ou perecer'. Aqui é ‘publicar e perecer’” e prossegue afirmando que

Esta não é uma universidade mais, mas um negócio com muito poucos na hierarquia, como o nosso formidável duo⁴, especulação e o resto de nós são ordenados por dinheiro, sejam professores para a sua receita de subvenção ou estudantes que pagam 100 libras, apenas para estender o seu status de autor” (GRIMM, 2014, in DC'S IMPROBABLE SCIENCE, 2014, s/p).

Grimm deixa claro o significado de Publicar e perecer: “Mesmo que o seu trabalho seja submetido a esta avaliação de pesquisa e traga dinheiro para a universidade, você é rotulado se sua renda de subsídio é considerada insuficiente”; acrescenta que “Aqueles submetidos à avaliação de pesquisa, portanto, dão suporte aos colegas que são improdutivos, mas que têm subvenções. Renda de fomento é tudo o que importa aqui, não produção científica” (GRIMM, 2014, in DC'S IMPROBABLE SCIENCE, 2014, s/p).

Ao falar sobre as expectativas de um estudante que entraria como doutorando em seu grupo de pesquisa, afirma: “O que esses jovens não sabem é que eles destroem vidas. Bem, eles certamente destruíram a minha”. Importante ressaltar que a Imperial College London está ranqueada entre as 10 melhores universidades do mundo, de acordo com o periódico Daily Mail (2014).

O e-mail do professor Stefan Grimm termina com a reflexão a seguir: “Por que um professor deve ser tratado dessa maneira? Um de meus colegas aqui no College, a quem relatei minha história, olhou-me; havia silêncio, e então disse: ‘Sim, eles nos tratam como merda’”.

O ocorrido com Grimm na Inglaterra não está muito distante de ocorrências no Brasil, corroborando a afirmação de Barreto (2011, p. 10) acerca de um concurso público para professor titular no qual “o que foi considerado na avaliação da banca foi o quanto o candidato iria trazer para o departamento, em dólares. Isso representa uma mudança da forma de pensar o conhecimento”. Nesse mesmo sentido o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN denunciou em matéria publicada em seu site que:

A lógica produtivista traz consigo outra intencionalidade, destacada pelo professor do departamento de Medicina do Trabalho da Universidade Federal do Pará (UFPA), Jadir Campos: a responsabilização da categoria docente pela captação de recursos orçamentários, uma vez que a universidade pública vem sofrendo cada vez mais com os cortes de verbas”. (ANDES-SN, 2015, s/p).

Essas questões estão diretamente relacionadas com o produtivismo acadêmico, com a relação quantidade e qualidade do que se produz, com o como e o porquê se produz e as expressões disso na saúde e na vida dos professores. Como explicita Bosi (2007, p. 1513), “a qualidade da produção acadêmica passa então a ser mensurada pela quantidade da própria produção e por valores monetários que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição”. Diante disso, acaba por se estabelecer uma hierarquia entre professores produtivos e não produtivos, diante da qual “geralmente passa despercebido que sua suposta genialidade é eleita por critérios definidos pelos interesses do mercado e que, ela mesma, é produto da própria escassez dos recursos que se tornam alvo de disputa” (BOSI, 2017, p. 1516).

O professor James Aune, de 59 anos, era catedrático do departamento de comunicação

da Texas A&M University. Em 8 de janeiro de 2013, pulou do estacionamento do campus. No ano anterior mataram-se pelo menos outros três professores em universidades estadunidenses; David Primeaux, 62 anos, da Virginia Commonwealth University; Pablo Mora, 41 anos, do Departamento de Psicologia da University of Texas at Arlington (UTA) e Ian J. Scofield, professor de psicologia, California State University at Fullerton.

A jornalista Colleen Flaherty (2013) afirmara algo semelhante ao que averiguamos em nossas pesquisas, ou seja, que não parecem existir dados específicos acerca do suicídio entre professores, que os grupos responsáveis pelas universidades não costumam se interessar em investigar ou acompanhar esses casos de suicídio, mas que os suicídios de professores costumam ter cobertura diferenciada de jornais locais. Entrevistando John L. McIntosh, ex-presidente da American Association of Suicidology, a jornalista reproduz:

Eu nunca vi nada no corpo docente da universidade [em qualquer estudo] que implicaria alto risco [...] Em vez disso, há um conjunto de fatores de proteção associados, tais como altos níveis de educação, que foram indiretamente indicados como redutores do risco de suicídio. Mas se outros fatores tipicamente associados com o sofrimento psíquico inferior - vidas moderadas e flexibilidade para gastar o seu tempo em atividades prazerosas - aplicam-se à academia, depende de 'alguém querer olhar para as [suas] ideias quase românticas ou as realidades'. (FLAHERTY, 2013, s/p).

As ideias românticas podem dificultar a percepção e compreensão dos fenômenos expostos, mas não extinguem o sofrimento. Pelo contrário, com a hegemonia das perspectivas teóricas individualizantes, uma parcela considerável desses e de outros sujeitos encontram a explicação para os sofrimentos e outros fenômenos, em si próprios, o que só aumenta o sofrimento.

Essas questões remetem-nos também à captura do tempo livre dos docentes pelo trabalho. A flexibilidade de horários e local para o desenvolvimento do trabalho apenas requintam a forma de se explorar essas forças de trabalho, submetidas, para além da intensificação e do aumento de produtividade (produtivismo), típicos das gestões tayloristas-fordistas da força de trabalho, os a condições tipicamente toyotistas de gestão, como a mencionada.

Flaherty (2013) também entrevista o pesquisador Mark Kaplan, que afirma a possibilidade de se fazer “correlações entre estilo de vida e suicídio, e a natureza mutável do mundo acadêmico, tais como diminuição de financiamento disponível para a pesquisa, menos cargos estáveis (tenure-track positions) e aumento da pressão para publicar, podem causar sofrimento psicológico”. "Eu acho que a vida acadêmica é esquecida como um grande estressor", particularmente entre os docentes mais jovens, disse Kaplan. A padronização de programas de orientação para novos professores – e encontrar dinheiro para financiá-los – deve ser uma prioridade para as faculdades e universidades, disse ele (FLAHERTY, 2013, s/p).

O professor espanhol, Antonio Calvo, tinha 45 anos e era professor de língua espanhola na Princeton University. Matou-se em 12 de abril de 2011, depois de ter sido demitido, tendo suas aulas imediatamente suspensas, sem qualquer explicação por parte da administração, que ainda disponibilizou um segurança para impedir o acesso a seu escritório. Os contratos da Princeton University são renovados a cada cinco anos, sendo que já havia dez anos que Calvo lecionava na instituição, todavia, antes de renovar seu contrato, a universidade submeteu-lhe a uma avaliação, em que pediu referência a estudantes e professores relacionados com o professor. O conteúdo das cartas desses “avaliadores” é desconhecido, bem como os motivos que a universidade lançou mão para demitir Antonio Calvo, já que a mesma argumenta que a manutenção do sigilo é para preservar os professores que são demitidos. O jornal El País demonstrou, através de uma pesquisa na hemeroteca da universidade que, em outras ocasiões, esta divulgou os motivos da demissão de professores. Os estudantes de Calvo se organizaram e cobraram explicações, mas os motivos da demissão seguem obscuros.

Calvo fora demitido no meio do semestre e, como era a universidade que sustentava seu visto de permanência nos Estados Unidos, com a demissão, sequer poderia permanecer no país. De acordo com a matéria publicada no jornal espanhol El País (ALANDETE, 2011, s/p), “a reitoria de Princeton tardara três dias em reconhecer a morte de Calvo e outros 10 em emitir uma nota na qual se referia claramente a seu suicídio” tratando apenas de notificar a comunidade universitária de que o professor Calvo morrera enquanto estava afastado, admitindo somente depois que o haviam expulsado por “conduta inadequada”.

Philip Rothaus, também professor da universidade explicou ao The Daily Princetonian, jornal da universidade, que se “**proibiu aos professores e empregados** do departamento de falar publicamente da situação”. Aparentemente, também foram proibidos de conversar com o professor Antonio Calvo no dia em que fora demitido (EL MUNDO, 2011, s/p).

Barreto (2011) relata uma situação ocorrida em Portugal, em que um professor que fizera críticas à reitoria e a uma ministra foi perseguido; primeiro, retiraram-lhe os alunos e, posteriormente, as disciplinas, até convidarem-no a manter-se em sua casa para refletir. Foi proposto, então, pelo reitor, que o professor retirasse publicamente as críticas, porém, como a proposta não foi acatada, seu salário fora cortado. Em condições precárias de existência, viu-se obrigado a vender seus livros para sobreviver, terminando por suicidar-se posteriormente.

Até abril de 2011, o Instituto Avançado de Ciência e Tecnologia da Coreia do Sul (KAIST, como é conhecido pela sigla em inglês) teve 4 suicídios, entre os quais o de um professor, que fora alvo de uma auditoria por suposto desvio de verbas de pesquisa (MCDONALD, 2011, s/p).

No cenário de competição e disputa que tem se instaurado mundialmente nas universidades, as perseguições, o assédio moral, as humilhações e outras formas de violência vêm tomando proporções cada vez maiores. O denunciamento tem se tornado cada vez mais frequente, geralmente atrelado à judicialização das relações acadêmicas e também às

trapaças, e sua institucionalização, como a prática da salami science e os “bolões” para escrever artigos, em que se juntam diversos “pesquisadores” para produzir artigos e colocarem, em cada publicação, os nomes de outros tantos e aumentarem, coletivamente, a quantidade de publicações individuais.

Nos últimos 14 meses (2014/2015), foram registrados seis suicídios de estudantes do Massachusetts Institute of Technology (MIT), além do suicídio do professor de ciências da computação, engenharia e robótica, Seth Teller, de 50 anos, lecionando há 20 na instituição. Sobre os suicídios dos discentes, encontram-se ainda algumas referências e matérias de jornais; nenhuma informação sobre o suicídio do professor, no máximo homenagens. Muitas especulações e justificativas se encontram para os suicídios entre os estudantes do MIT, e também sobre outras renomadas universidades estadunidenses, mas não há nenhuma reflexão que ultrapasse as tradicionais manifestações de consternação, sobre a morte voluntária do professor.

Os índices de suicídios entre estudantes do MIT chegam a ser maiores do que os índices nacionais dos Estados Unidos da América e em outras instituições, como Harvard, Cornell e Pennsylvania University também costumam alarmar. De acordo com a JED Foundation⁵, uma fundação para a promoção de saúde emocional e prevenção do suicídio entre universitários, estima-se que, anualmente, 1.100 estudantes estadunidenses tirem as próprias vidas, fazendo desse fenômeno a segunda maior causa mortis dessa população no país, perdendo apenas para os acidentes.

Essas informações, que serão tratadas em passim, remetem-nos à existência de situações diretamente relacionadas às condições de trabalho nas universidades e o suicídio de servidores técnico-administrativos e de discentes, já que os servidores técnico-administrativos estão também submetidos, com as especificidades de suas atividades, às mesmas condições degradantes e à mesma competitividade e produtivismo. Por seu turno, os estudantes sofrem a reprodução da pressão que seus professores e orientadores sofrem, além de, consumidos pelas atividades em ritmo cada vez mais intenso e com um contingente de alunos cada vez maior, passam a estabelecer uma relação distante e acabam por não perceber as necessidades e sofrimentos que muitas vezes estão expressando e que outras pessoas, o próprio professor, inadvertidamente, está impingindo, reproduzindo as relações às quais está submetido, evidenciando que a precarização, a intensificação e o produtivismo não atingem exclusivamente aos docentes, mas a todos os partícipes das Instituições de Ensino Superior.

No Brasil, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN vem demonstrando, por meio de cartilhas, publicações em seus informes e artigos publicados no periódico científico Universidade e Sociedade, o quanto as condições de trabalho às quais os professores estão submetidos são degradantes e adoecedoras, assim como a crescente tendência de deterioração de tais condições, o que tende a ter um impacto ainda maior na saúde, na vida e na morte de professores e professores universitários.

O professor Sandro Silva e Costa, de 41 anos, lecionava Física e era vice-diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH) da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde estava lotado desde 2006, quando viera para a instituição por remoção da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Na noite anterior à sua morte publicou em seu blog uma mensagem intitulada O mito de Sísifo (ou Orfeu e Eurídice), em que, entre outras coisas, afirmava:

Ontem cheguei ao fundo do poço. No começo do dia encarei o abismo por longos minutos, decidindo se dava um passo à frente ou não, depois vaguei o dia todo a pé sem rumo, sem lugar para ir e sem praticamente falar com qualquer pessoa, só para terminar o dia muito cansado.

Na verdade, dizer que eu estava muito cansado é pouco. Em minha sala de trabalho há um gaveteiro móvel pequeno, de três gavetas; apaguei as luzes da sala e da frente dela, movi o gaveteiro alguns centímetros e deitei no chão, entre ele e a parede, pateticamente escondido do mundo. Oito de cada dez pensamentos meus eram realmente deprimentes e os outros dois não significavam nada. Dormi sentindo o frio do chão e balbuciando qualquer coisa[...].

E hoje às seis da manhã eu estava de pé de novo. Para quê?

Estou acabado, e acho que este blog deve também acabar: assim seja.

Sandro tirou sua vida no dia 21 de outubro de 2010, pulando de sua sala, no 11º andar do prédio da UFABC, em Santo André. São desconhecidas as efetivas causas dele ter abdicado à vida. A universidade limitou-se a uma nota formal por parte do reitor à comunidade acadêmica, afirmando a consternação da instituição e informando que a morte do professor ocorrera “em circunstâncias trágicas”. Afirma ainda que “Sua ausência será muito sentida, pois sua presença sempre foi garantia de retidão e espírito crítico diante dos dilemas do nosso cotidiano”.

O título de sua publicação traz uma clara referência ao livro do existencialista argelino Albert Camus, O mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo em que o autor discute, entre outras questões, o suicídio. Alguns dias antes de sua morte, o professor Sandro publicara em seu blog a mensagem que segue, sob o título “Publicar ou perecer”:

A relatividade geral, teoria elaborada por Albert Einstein, está prestes a fazer cem anos. Quase cem anos, e eu ainda a estudo com admiração.

É bastante possível que em cinquenta anos eu esteja morto. E que daqui a cem anos estejam mortos os que tiveram lembranças de mim. Antes de tudo isso, porém, o mais provável é que tudo que eu escrevi - poemas, textos soltos, este blog, artigos científicos - já tenha sido esquecido e apagado.

Na academia, o lema é publicar ou perecer: e assim pilhas de palavras, gráficos e equações são produzidas apenas para aumentar a quantidade das coisas que irão, rapidamente, para o lixo da história, inflando por algum tempo o ego e a reputação local de alguns. Meus colegas cientistas contemporâneos são todos

Trabalho, universidade e suicídio: uma análise da precarização/intensificação do trabalho docente desde o materialismo histórico-dialético

mais produtivos e de maior reputação científica que eu. No entanto, duvido que daqui a cem anos algo que algum deles - e que eu - tenha publicado até hoje venha a ser lembrado...

Pois é, não quero entender como tanta energia pode ser gasta em tanto trabalho vazio: acho mesmo que eu já deveria estar no lixo. Só que, enquanto isso não acontece, irracionalmente continuo produzindo textos vazios como estes.

Ironicamente, matéria publicada no jornal Folha de São Paulo em 2013, a Universidade Federal do ABC, onde trabalhava o professor Sandro, aparecia como a primeira do ranking de universidades com maior número de citações nos 49.014⁶ artigos científicos produzidos em 2010, o exato ano da morte do docente. O título da citada matéria era: “Brasil cresce em produção científica, mas índice de qualidade cai”. Tal queda é expressão do produtivismo, da salami science, da subsunção da qualidade à quantidade.

Essa questão também se expressa em uma entrevista do então Diretor de Avaliação da CAPES, no ano de 2006, Renato Janine Ribeiro, em que este afirma: “Cada programa de pós-graduação, muitas vezes cada departamento de graduação, quer editar a sua revista. Quem vai ler isto? É óbvio que se você publica artigos que não são lidos é um desastre” (RIBEIRO, 2006, p. 42).

Em 10 de julho de 2011 a professora Maria da Glória do Nascimento, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) arremessou-se da janela do sétimo andar, no prédio em que morava. O ocorrido teve lugar após a professora ser afastada de suas atividades, por se ter constatado que vinha sofrendo assédio moral.

Rosemberg (2011, n.8) relata o suicídio de um professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), porém, sem maiores detalhes, afirma apenas que

A convivência com o professor, restrita aos encontros nos corredores, nas cantinas, em eventos acadêmicos e técnico-científicos, levava-me a constatar que parecia ser um professor muito alegre e bem-humorado. Mas pouco antes de seu falecimento, provocado por suicídio, soube-se que ele havia voltado a poucos dias de um afastamento de dois anos para tratamento de um forte estado depressivo.

Josenildo Brandão Santos, 39 anos, foi o terceiro professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Itapetinga, a tirar a própria vida em um período de menos de seis meses. Josenildo lecionava Matemática e jogou-se do 4º andar do prédio em que morava, em Itabuna. O professor e ator Roberto de Abreu Schettini, do curso de Artes da UESB, lançou-se na frente de um carro na BR-116, próximo à Vitória da Conquista. Afirma-se que parou seu carro no acostamento e lançou-se abruptamente diante de um caminhão. A polícia especula ter sido uma crise psicótica. Em agosto de 2014, o professor Reginaldo Pereira Costa, do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET), que trabalhava na instituição desde 1999, como professor assistente,

principalmente no curso de Matemática, também tirara sua vida no apartamento em que morava. Alguns meses antes dos três professores, uma estudante de 20 anos, do curso de Química dessa mesma universidade, enforcou-se com um cinto em Jequié.

Tanto no caso do professor relatado por Rosemberg, quanto no caso de um dos professores da UESB, a justificativa que se busca para que tenham tirado suas vidas é a associação com algum tipo de transtorno psíquico, como se isso, de per si resolvesse a questão. Comumente, tanto a ciência, quanto o senso comum, lançam mão de explicações patologizantes (de origem orgânica ou psíquica ou ambas associadas) para explicar o fenômeno do suicídio sem sequer mencionar as determinações sociais desse fenômeno.

Para além dessas elucubrações, não há praticamente informações sobre as razões desses suicídios e quais os fatores da vida de seus praticantes mais diretamente ligados a suas decisões, poderiam ter contribuído para o ato. Nem mesmo quando ocorre um número expressivo de suicídios numa mesma instituição, como no caso da UESB, tais versões são problematizadas.

Há que se por em questão a qualidade das relações travadas na Universidade e de que modo elas ocultam angústias e sofrimentos, podendo levar ao suicídio.

Conclusão

Esse artigo apresentou uma síntese das condições de trabalho de docentes universitários, com especial ênfase nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Apresentar essas condições e suas implicações para a saúde, a vida e a morte dos docentes permitenos avançar, nos limites das possibilidades e exigências de um artigo acadêmico, para a qualificação da luta dessa categoria por melhores condições de trabalho, de saúde e de vida para esses/as trabalhadores/as e dos/as outros/as partícipes dessas instituições. Somos cientes dos limites do alcance do que ora foi apresentado diante da tarefa histórica de superação das condições degradantes que nos são impostas, enquanto classe, nas mais diversas esferas de nossas vidas.

Referências

- ALANDETE, David. ¿Qué pasó con el profesor Calvo? El País. 1 de mayo de 2011. Disponível em: http://elpais.com/diario/2011/05/01/domingo/1304221966_850215.html. Acessado em: 15 de fevereiro de 2013.
- BARRETO, Margarida. Violência acadêmica gera assédio moral e suicídio. Informandes. nº1, jul. 2011. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-inf-11949073.pdf>. Acessado em: 20 de março de 2014.
- BASTOS, R. L. Suicídio de trabalhadores na universidade. Disponível em: <http://www.adufpi.org.br/noticias/artigos/suicidio-de-trabalhadores-na-universidade>. Acessado em:

BOSI, A. P. A precarização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>. Acessado em: 13 de abril de 2015.

DC'S IMPROBABLE SCIENCE. Publish and perish at Imperial College London: the death of Stefan Grimm. Disponível em: <http://www.dcscience.net/2014/12/01/publish-and-perish-at-imperial-college-london-the-death-of-stefan-grimm/>. Acessado em: 10 de maio de 2015.

DC's IMPROBABLE SCIENCE. The death of Stefan Grimm was “needless”. And Imperial has done nothing to prevent it happening again. Disponível em: <http://www.dcscience.net/2015/04/09/the-death-of-stefan-grimm-was-needless-and-imperial-has-done-nothing-to-prevent-it-happening-again/>. Acessado em: 10 de maio de 2015.

FLAHERTY, Colleen. After a Professor's suicide. *Inside Higher Education*. jan. 2013. Disponível em: <https://www.insidehighered.com/news/2013/01/11/campus-and-academic-communities-left-wonder-why-after-professors-suicide>. Acessado em: 10 de maio de 2015.

GARCÍA, B. Un profesor español de Princeton se suicida en extrañas circunstancias. 23/04/2011. Disponível em: www.elmundo.es/america/2011/04/23/estados_unidos/1303516733.html. Acessado em: 10 de maio de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – INEP. Censo da educação superior: 2013. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf. Acessado em: 10 de maio de 2015.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. [1970]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. [1844]. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. [1867]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MCDONALD, M. Suicídios de estudantes chocam Coreia do Sul. *Folha de São Paulo*. 30 de maio de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny3005201108.htm>. Acessado em: 10 de maio de 2015.

OLIVEIRA, J. Problemas extrapolam a infraestrutura e avançam sobre os direitos trabalhistas. Precarização das condições de trabalho I. Dossiê nacional – Publicação especial do ANDES-SN 3. Brasília: Coronário. pp. 23-33.

Professor found dead after cash row: Cancer scientist said to have told fellow academics that chiefs treated him 'like s***'. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2861588/Professor-dead-cash-row-Cancer-scientist-said-told-fellow->

- academics-chiefs-treated-like-s.html. Acessado em: 10 de maio de 2015.
- PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO). Professora é vítima de assédio moral e se suicida. Causa Operária On-line. Disponível em: <http://www.pco.org.br/movimento-estudantil/professora-e-vitima-de-assedio-moral-e-se-suicida/eoja,a.html>. Acessado em: 10 de maio de 2015.
- RIBEIRO, R.J. Entrevista. Revista ADUSP, São Paulo, n. 36, p. 36-51, jan. 2006.
- ROCHELEAU, M. MIT sued after 2009 suicide of student. The Boston Globe. January 26, 2015. Disponível em: www.bostonglobe.com/metro/2015/01/26/mit-faces-lawsuit-over-student-suicide/mMyYreBGm4IceKcixczOfI/story.html. Acessado em: 10 de maio de 2015.
- ROCHELEAU, M. Suicide rate at MIT higher than national average. Disponível em: <http://www.bostonglobe.com/metro/2015/03/16/suicide-rate-mit-higher-than-national-average/1aGW7r7IRjiEyhoD1WIT78I/story.html>. Acessado em: 10 de maio de 2015.
- ROSEMBERG, D. S. O trabalho docente universitário em análise: tessituras de vidas em uma universidade federal brasileira. Universidade Federal do Espírito Santo: Tese de Doutorado em Educação: 2011.
- SÈVE, L. Marxismo e teoria da Personalidade. Lisboa: Horizonte, 1979.
- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN. Professores adoecem mais por conta da precarização de condições de trabalho. 21/05/2015. Disponível em: www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7511. Acessado em: 10 de maio de 2015.
- Missing UTA Professor's Death Ruled Suicide. Disponível em: <http://www.examiner.com/article/missing-uta-professor-s-death-ruled-suicide>. Acessado em: 10 de maio de 2015.

Notas:

- ¹ Martin Wilkins era o chefe do departamento de Stefan Grimm.
- ² *European Molecular Biology Organizational Journal*.
- ³ Sendo três delas, publicações do Nature Publish Group, uma das principais editoras de periódicos em Ciências Naturais e Medicina e outra publicação em *The Company of Biologists*.
- ⁴ Refere-se ao diretor de seu instituto e outro professor.
- ⁵ <http://www.jedfoundation.org>
- ⁶ Dados obtidos na plataforma *SCImago Journal and Country Rank* (<http://scimagojr.com/>), uma instituição mantida pela rede *Scopus*.

Recebido em 5 de maio de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

Recebido em 5 de abril de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

VIDA, SAÚDE MENTAL E TRABALHO: ALGUMAS PISTAS PARA COMPREENDER<-->TRANSFORMAR

Bernardo Suprani

Psicólogo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Mestre e Doutorando em Psicologia Social
(Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ)

Vladimir Athayde

Professor de Psicologia da Fundação de Apoio à
Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC
Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP-FIOCRUZ

Milton Athayde

Pós-doutorado em Ergologia e em Psicologia do Trabalho
Professor do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IP-Uerj

Resumo:

O artigo tem por objetivo apresentar uma caixa de ferramentas epistemológica-teórica-metodológica que tem no ponto de vista da atividade sua pedra de toque. A partir de uma breve reflexão sobre a própria noção de saúde que defendemos, a qual já propõe um posicionamento no campo, discutimos a pertinência e potencialidades da adoção do conceito de atividade como operador central na busca por compreender<-->transformar as relações entre saúde mental e trabalho. Sob a orientação da Ergologia, mobilizamos uma transdisciplina (Ergonomia da Atividade) e duas das abordagens de Clínica do Trabalho que temos utilizado em intervenção-pesquisa em situações concretas de trabalho, em diálogo crítico e sinérgico com os protagonistas do trabalho. Em seguida apresentamos algumas pistas que vimos seguindo para identificar e explorar, no próprio movimento do real presente em cada contexto de trabalho, o campo de possíveis que aí já se apresentam, reforçando o que nele seja indicador de transformações.

Palavras-chave: Saúde mental e trabalho. Atividade. Ergologia. Clínicas do Trabalho.

Life, Mental Health and Work: some leads to understand/transform

Abstract:

Life, Mental health and work: some leads to understand<-->transform

This article aims to present an epistemological, theoretical and methodological toolbox that has in the point of view of activity its touchstone. From a brief reflection on the very notion of health we stand for, which already offers a positioning in the field, we discuss the relevance and potential of the concept of activity as core in the search for understand<-->transform the relationship between mental health and work. Under the guidance of Ergology, we mobilize a transdiscipline (Activity Ergonomics) and two approaches in Clinics of Work that we have been using for intervention-research in concrete work situations, in a critical and synergistic dialogue with the very protagonists of the work. Later we discuss some leads we are following to identify and explore, from the very movement present in each work context reality, the field of possibles that are already there, reinforcing what in it is indicator of transformations.

Keywords: Mental health and work. Activity. Ergology. Clinics of Work.

Introdução

Apresentamos para o debate sobre o tema Saúde Mental e Trabalho (SM&T), a caixa de ferramentas epistemológica e teórico-metodológica com a qual temos operado (ATHAYDE, M.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C., 2015; ATHAYDE, M.; SOUZA, W. F., 2015; ATHAYDE, M.; ZAMBRONI-de-SOUZA, P. C.; BRITO, J., 2014; ATHAYDE, M., 2013; ATHAYDE, M.; BRITO, J., 2011).

Compreender<-->transformar a complexidade que envolve as relações entre SM&T, entre o viver e o trabalhar – atravessado pela luta por se manter no campo da normalidade em saúde mental – tem se mostrado uma urgente, mas difícil tarefa. Sim, urgente, considerando dentre outros fatores o grave quadro epidemiológico de nocividades que envolvem essas relações, e que persiste dramaticamente no início do século XXI, tornando-as cada vez mais complexas, dadas a qualidade e extraordinária rapidez das inovações organizacionais e tecnológicas.

Difícil tarefa, inclusive porque contempla diferentes modelos sobre o humano, no plano individual e coletivo, em suas relações com o trabalho. Estão presentes diferentes modos de colocar e encaminhar a problemática as questões. Em um cenário em que predomina internacionalmente (especialmente nos países anglo-saxões e escandinavos) uma linhagem positivista com teorias do estresse, seja no que tange à produção acadêmica e o financiamento da pesquisa, seja no das orientações dos profissionais de intervenção. Como elas são naturalmente mais e melhor conhecidas e não fazem parte das nossas opções, o foco das considerações no artigo está em outra vertente, a das Clínicas do Trabalho (BENDASSOLI & SOBOL,). Privilegiamos duas de suas abordagens – a Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2012) e a Clínica da Atividade (CLOT, 2006). Temos a orientação mais geral da Ergologia (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), contando com o patrimônio de uma transdisciplina – a Ergonomia da Atividade (GUÉRIN et al., 2005).

Dado o referido quadro epidemiológico, em um contexto de precarização e até mesmo de degradação do trabalho no Brasil, sem dúvida é da maior importância que a sociedade esteja informada com resultados de pesquisas acerca das relações entre o trabalhar e os possíveis transtornos mentais (não só os mais graves) a ele relacionados. Não obstante, esse empreendimento é necessário, mas não suficiente, correndo o risco, dentre outros, de nos limitarmos à denúncia e à outra face da mesma moeda, a chamada resistência (empobrecidos de pistas propositivas de transformações). Buscamos atuar com base em um modelo de promoção da saúde a partir das situações de trabalho (SILVA et al., 2009).

Entendemos que é imprescindível a clareza quanto ao potencial afirmativo da vida presente no viver dos sujeitos-trabalhadores e dos coletivos de trabalho do qual fazem parte, tendo como ponto de partida e de chegada o pulsar da vida (“o pulso ainda pulsa”, cantam os Titãs).

Nesta perspectiva, vamos apresentar no texto, além dessa caixa de ferramentas, algumas das pistas que já temos para compreender<-->ransformar. Dizemos transformar, embora em alguns casos, trata-se mais de buscar manter, garantir as conquistas já obtidas e que com tanta frequência vêm sendo mais recentemente esboroadas.

1. Viver e buscar a saúde

Desde a Antiguidade as relações entre saúde e trabalho têm sido objeto de atenção, mas só a partir do século XIX as primeiras iniciativas sistemáticas, sempre de tipo médico-centradas, “tiveram início na Europa, com a criação da Medicina do Trabalho e a implantação dos serviços médicos dentro das empresas” (SELLIGMANN-SILVA, BERNARDO, MAENO, KATO, 2010, p. 185). Estruturas que assumiam formalmente a responsabilidade pela prevenção de acidentes e adoecimento no trabalho (ver Recomendação 97 da OIT, 1953), mas buscando garantir a produção (de um ponto de vista da acumulação ampliada do capital), não a saúde daqueles que, com seu trabalho, majoritariamente nocivo, garantiam tal (re)produção de valor de capital. No Brasil, só em 1977 (Lei 6.514) tais serviços passaram a ser previstos. Tratava-se da instituição de um sistema que se limita, quando muito, ao diretamente visível e mensurável. Um quadro que só foi tensionado pela interferência de lutas pela vida, pela saúde (SADER, 2001), que levaram à constituição de um campo que se denominou Saúde do Trabalhador¹. A epidemia internacional das LER/DORT que emerge nos anos 1980-90, colaborou, com sua complexidade e gravidade, para revelar a fragilidade do sistema em sua forma instituída. A partir dos anos 1990 passou a ter um papel disruptor a questão dos agravos à vida psíquica dos trabalhadores (ATHAYDE, 2007), exigindo novos rumos de atenção. Novos tipos de diagnósticos vêm sendo incorporadas à Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e reconhecidos como relacionados ao trabalho.

Assim, é compreensível que no chamado processo saúde-doença, prevaleça o olhar sobre a doença (mental), podendo-se estar perdendo a bussolada da luta pela saúde. Damos destaque a uma linhagem materialista que busca afirmar a potência da vida. Como o que encontramos em pensadores como Epicuro e Lucrecio, Spinoza, Marx, Nietzsche e Canguilhem.

As definições de saúde e doença são uma construção histórica, atravessada por contradições e relações de força e poder. Como afirmam Czeresnia, Maciel e Oviedo, “podemos dizer que não há um conceito de saúde cientificamente fundamentado” (2013, p. 11), trata-se de uma noção, um valor situado no concreto da existência de cada um, mais ou menos compartilhado nos diferentes predomínios de modos de produção, nas diferentes conjunturas e momentos históricos, nas diferentes formações sociais. Considerando no trabalho não só as relações sociais de classe como as de gênero (HIRATA; KERGOAT, 1988).

Saúde e doença estão sempre envolvidas em uma complexa dinâmica processual, com a presença de perturbações. Ficar doente e poder recuperar-se constitui o viver, é um sinal de saúde como busca, sempre marcado por tensionamentos, desafios vitais, vida como intensidade e não só duração. Trata-se da capacidade de reverter os revezes (DEJOURS, 2010), da vontade de viver, reinvenção de si e do mundo.

Assim, tanto a definição da Organização Mundial de Saúde (1946), quanto a da VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), têm sido criticadas (DEJOURS, 1986; CAPONI,

1997), com base nas reflexões de Canguilhem (2011, 2006), para as quais remetemos enfaticamente os leitores. Em sua reflexão, saúde remete à potência criativa (capacidade de criar novas normas) e doença como “sentimento de vida contrariada”, limitação e impotência frente às “infidelidades do meio”. Ele assinala a diferença entre conceito científico (que busca a generalidade) e experiência vivida (que tem como marca as singularidades). Conforme assinalam Czeresnia, Maciel e Oviedo (2013), existe uma diferença entre a intuição, a percepção de estar doente (illness) – relativa ao sofrimento, marcado sócio-histórica e culturalmente – e o conceito de doença enquanto objeto de conhecimento (disease), permitindo um diagnóstico em bases objetivas, segundo critérios preestabelecidos. Enfatizamos que o diálogo entre ambos é o fundamental.

2. Atividade de trabalho

Conforme Schwartz (2007), o conceito de atividade não pertence a nenhuma linhagem de pensamento ou ciência específica. Segundo sua análise, existem duas fontes do conceito, que se configuram em dois eixos: o eixo do “impossível” e o eixo do “invivível”. No primeiro entende-se que a atividade humana não pode ser plenamente antecipada, o que seria impossível (ainda que venha sendo tentado com afinco), pois nem tudo pode ser previsto. No segundo eixo, entende-se que uma vida em saúde não pode coexistir com a predeterminação completa das normas de sua atividade. Isto seria invivível, pois em uma tal situação já não caberia mais falarmos em ser vivo ou em meio, mas tão somente em variáveis e suas relações de determinação. A aposta está na relação dinâmica, sinérgica entre esses dois eixos.

O conceito de atividade (de trabalho) pode ter um caráter transversal, um papel articulador entre as diversas ciências que de alguma forma têm o trabalho como objeto de suas reflexões e as diferentes abordagens no interior da Psicologia. Com ele considera-se tudo o que aquele que trabalha faz para dar conta de uma tarefa previamente estruturada e proposta/imposta, comportando, todas as tensões e eventos que emergem na complexidade de sua realização.

Foi no interior da intervenção ergonômica – em particular a corrente da Ergonomia da Atividade (GUÉRIN et al., 2005) – que se descobriu no campo científico o que pode hoje ser considerado óbvio: a permanente defasagem entre tarefa prescrita e atividade. Predomina uma lógica baseada na tarefa prescrita, como se ela fosse “a” verdade sobre o trabalho. Chega-se a ter a pretensão de com ela dispensar a inteligência e mobilização psíquica (individual e coletiva) dos trabalhadores, que recebem seus salários como se fosse para fielmente reproduzirem o prescrito. Há quem afirme que os trabalhadores, sob o capitalismo, estariam alienados. Ora, isso é impossível e invivível. A démarche ergológica, a Ergonomia da Atividade, as Clínicas do Trabalho que evocamos, cada uma a seu modo, permitem compreender que sempre, mesmo que no infinitesimal, trabalhar é mobilizar-se para fazer o sistema funcionar, é pensar (HUBAULT, 2001), ação inteligente (JOBERT, 2001), pensamento em ato (JOUANNEAUX, M., 2001), simultaneamente intelectual e

vital (DURRIVE, 2011). Enfim, trabalhar é criar (MENDEL, 2001), envolvendo cognição, afetividade, trocas sociais (DEJOURS, 1980, 2012).

A práxis da intervenção ergonômica deixou claro o quanto diferentes pontos de vista encontram-se presentes em qualquer empreendimento em nossas sociedades, como o ponto de vista econômico, o do marketing, da comercialização, o ponto de vista sindical. Nenhum deles contempla o ponto de vista da atividade, não obstante sem ele nada aconteça. Esse ponto de vista tem que ser construído, é preciso conquistar espaço em um contexto que não lhe é amigável. Não estamos falando do que se costuma denominar ponto de vista do trabalhador, pois a atividade não é diretamente observável nem se encontra diretamente no plano da consciência. Com muita frequência, ao ser perguntado sobre o que faz ao trabalhar, o trabalhador fala da tarefa prescrita.

A inteligência operada no trabalho é, antes de mais nada, enraizada no corpo, só em um momento seguinte pode estar presente no plano da consciência. E mais: precisa estar acompanhada de outra inteligência, a deontica (remetendo às regras do trabalhar), deliberativa (DEJOURS, 2010). Desta forma, a atividade, seja em uma perspectiva individual ou coletiva (cooperação), para ganhar visibilidade e legitimidade, deve passar pela fala daqueles que trabalham, ganhando elaboração ao passar pelo crivo do pensamento consciente. O que permite a confrontação e avaliação dos modos singulares com que cada um procura dar conta do que precisa fazer, conformando um patrimônio que pode fortalecer o gênero profissional (CLOT, 2006), muitas vezes exigindo a parceria com profissionais psi. Trata-se do princípio (teórico-epistemológico-metodológico) da confrontação.

Nessa linhagem é que encontramos a criação da técnica das Instruções ao Sósia (ODDONE, RE ; BRIANTE, 1981;), posteriormente a técnica da autoconfrontação cruzada (CLOT, 2010; 2006). Todo esse patrimônio tem como pano de fundo a proposição do paradigma ergológico com o Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P), conforme Schwartz (2010), envolvendo o diálogo sinérgico entre os polos dos saberes da experiência da prática e o dos conceitos científicos, confrontação-diálogo todo o tempo negociado e agenciado por um terceiro polo, ético e epistêmico.

3. Vida, saúde (mental) e trabalho: o ponto de vista da atividade

Apresentamos, no campo da SM&T, uma “caixa de ferramentas” epistemológica e teórico-metodológica visando compreender<-->transformar o que se mostra necessário no trabalho, buscando as possíveis compatibilidades entre as exigências societárias de ganhos de produtividade&qualidade com garantias de saúde&segurança. Nossa orientação vem sendo a démarche da Ergologia, que tem no ponto de vista da atividade seu horizonte, configurando-se em um DD3P, um encaminhamento do processo de compreender/transformar em diálogo crítico e sinérgico com os protagonistas das atividades. Schwartz (2010) registra as proposições que marcam a démarche ergológica. A primeira é a distância entre tarefa prescrita e atividade, entendida como ancestral e universal. A segunda vai no

sentido inverso: se por um lado tal distância é universal, por outro ela é sempre parcialmente (re)singularizada, pois cada situação é única e não (completamente) reprodutível. Sabemos então que aquela defasagem vai ocorrer, mas se prevê-la e preenche-la é uma tarefa necessária (quanto mais bem estruturada a tarefa, melhor), ela é impossível, pois nunca teremos instrumentos suficientes para inteiramente antecipar variabilidades e eventos.

A terceira proposição diz que essa distância remete à atividade do corpo-si (evita-se aqui o uso das noções de comportamento e subjetividade), ente que remete a um sujeito em debate constante e complexo consigo mesmo e com o meio, mobilizando de forma heterogênea recursos que vão do cultural ao intelectual, ao fisiológico, ao muscular, ao sistema nervoso, ao afetivo; “tudo ao mesmo tempo agora”. Nunca encontramos uma única racionalidade possível para fazer algo, não existe o one best way taylorista. Em cada situação concreta é o corpo-si quem define e decide a racionalidade empregada.

A quarta proposição envolve as relações entre a atividade e um mundo de valores em jogo. Cada um de nós faz escolhas ao trabalhar, consciente e inconscientemente. Ou melhor, tem que fazer escolhas, impossível escapar. Daí se pergunta: que critérios, que valores orientam essas opções? São debates consigo mesmo (com o corpo-si) e debates no plano social.

Entendemos a Ergonomia como um primeiro esforço vitorioso no sentido de construção de uma transdisciplina do campo do trabalho, tendo suas bases no trabalho de campo, atuando sempre sob demanda, visando compreender<-->transformar. Ela afirma o projeto de adaptar o trabalho aos humanos contrapondo-se ao adaptar o homem ao trabalho, desde seus começos alimentada por uma Psicologia Ergonômica (HOC; DARSEZ, 2004), fluindo e de forma ampliada, no interior do paradigma internacionalmente construído que veio a ser denominado “(Se) Formar para transformar o trabalho” (TEIGER; LACOMBLEZ, 2013). Uma formação para e pela análise crítica do trabalho, para e pela ação.

Após a emergência da Psicopatologia do Trabalho (PPT) no pós 2ª Guerra (BILLIARD, 2001), nos anos 2000 vêm sendo publicados materiais a respeito do que se denomina “Clínicas do Trabalho” (LHUILIER, 2006; CLOT; LHUILIER, 2011; BENDASSOLI; SOBOLL, 2011 e 2014). Do seu leque de correntes, mobilizamos para nossa caixa de ferramentas a Psicodinâmica do Trabalho e a Clínica da Atividade².

Foi no interior da PPT que Dejours e seu grupo desenvolveram sua corrente, desde o final dos anos 1970, na França. Em 1980 publicou seu primeiro livro, um Ensaio de Psicopatologia do Trabalho, apresentando as pesquisas desenvolvidas pelo grupo e uma tentativa inicial de compreendê-las, já afirmando uma diferença. Malgrado o título do livro quando publicado no Brasil (A loucura do trabalho, 1987), o que os desafiava era entender por que, apesar das predominantes condições e formas de organização do trabalho nocivas, um número muito limitado de trabalhadores chegava a um quadro de adoecimento mental constatado. Foi então que propuseram outra lógica de pensar, revelando este quadro em que se persevera (mal ou bem, mais mal do que bem) no campo da normalidade como

enigmático. As defesas psicológicas contra o adoecimento psíquico se tornaram objeto de análise, mais que os mecanismos de defesa (Freud) tratava-se de sistemas de defesa (de tipo “ideológico” e “estratégico”) construídos e operados pelos coletivos de trabalho. Descobriu-se então que são estes sistemas coletivos de defesa que têm a potência de dar um rumo de prazer ao sofrimento psíquico no trabalho, e não o do adoecimento mental, ressaltando o perigo representado pelos sistemas de tipo ideológico, que se limitam a ocultar do plano da consciência as fontes e a presença do sofrimento nocivo e dirigindo sua revolta contra aqueles colegas e até mesmo aqueles objetos (como os equipamentos de proteção) que denunciavam tais periculosidades. As possibilidades de darem outro destino ao sofrimento apresentava como via psicológica a sublimação, conceito reformulado por Dejours, a partir de Freud.

Dez anos depois, um novo movimento foi efetuado por esse grupo, instituindo uma outra abordagem, denominada Psicodinâmica do Trabalho (PDT), mais ampla que a PPT e a incorporando em seu anterior (quando se trata, de fato, de adoecimento mental). Novos conceitos vêm sendo criados e outros desenvolvidos. Tem aí um papel muito relevante o fenômeno (e o conceito) de psicodinâmica do reconhecimento, pois quando bloqueada o sofrimento não pode mais ser transformado em prazer, já que não encontra no trabalho mais qualquer sentido. O sofrimento “pode nesse caso ir apenas se amontoando e engajar o sujeito em uma dinâmica patogênica que, ao termo, leva à descompensação psíquica ou somática” (DEJOURS, 2010, vol. II, p. 110). Quando flui, opera poderosamente no fortalecimento do que se conceitua por identidade (identidade na diferença, na singularidade), que seria a “ossatura da saúde mental”. Persiste o entendimento da grande importância estratégica da ação dos coletivos de trabalho, cuja fragilização deixa os humanos no trabalho em risco de mergulhar nos transtornos mentais graves. E, nesse mesmo movimento o destaque para as profissões (registradas na figura do ofício), considerada em suas regras, suas línguas. Com a psicodinâmica do reconhecimento emergem os conceitos de confiança, espaço público interno de deliberação, transparência, julgamento (avaliação), duas formas de inteligência (a da prática e a deontica), melhor compreendendo as diferenças entre cooperação e coordenação. Destacamos aqui o conceito de real do trabalho (sempre enigmático), que emerge no hiato entre a tarefa e a atividade, quando o patrimônio técnico existente sobre aquele trabalho existente já não mais dá conta. Sua realidade se caracteriza pela resistência à descrição, trata-se de uma parte da realidade que resiste à simbolização, desafio para avançar em produtividade & qualidade, colaborando de forma significativa para a luta pela saúde. Do ponto de vista psicológico, esse é o elemento central na definição de trabalho: “aquilo que o trabalhador deve acrescentar de si para fazer frente ao que não dá certo quando ele se atém escrupulosamente à execução das prescrições” (DEJOURS, 2012, p. 54). Novos conceitos aí são construídos, como os de (resistência d) o real, revés, zelo, dentre outros.

Do ponto de vista metodológico e estratégico, a PDT considera que a intervenção dá fruto quando autorizada a partir da existência de uma demanda, com participação voluntária

dos trabalhadores envolvidos. À diferença da Ergonomia, nessa proposição nem se busca um diagnóstico, nem um “caderno de encargos”³ (com propostas de mudanças), nem o acompanhamento desse processo. Entende-se que são os trabalhadores envolvidos no processo que poderiam persistir como protagonistas das possíveis mudanças.

A outra abordagem clínica presente no campo da Clínica do Trabalho que mobilizamos é a chamada Clínica da Atividade. Sob a liderança científica de Y. Clot, ela se desenvolve a partir da França no final dos anos 1990, influenciado pela vivência do autor no grupo que engendrou a Ergologia nos anos 1980-90, mobilizando materiais da Psicologia sócio-histórica (especialmente Vigotski) e da abordagem dialógica de Bakhtin (trazendo os conceitos de gênero e estilo para pensar os mundos do trabalho). A partir da distância entre trabalho real e trabalho prescrito, Clot desdobra o conceito de atividade em atividade realizada e real da atividade. Procurando desenvolver o conceito de atividade presente na Ergonomia, o autor chama atenção para que ela é atravessada por conflitos, existindo um mundo para além da atividade “vitoriosa”, a efetivamente realizada, vista como parte ínfima do que se poderia fazer. Destaca a presença conflitiva das atividades concorrentes com a vitoriosa. Assinala o quanto cada um de nós é pleno, a cada momento, de possibilidades não realizadas, considerando-as da maior importância para entender o que se passa com os trabalhadores e o seu trabalho. É preciso estar também atento àquilo que não se faz, seja porque não se conseguiu e encontra-se suspensa (o que se tentará de novo, ou não, mais adiante), ou porque foi impedido. Assim como Dejours, à sua maneira Clot (2010), contribui para o que denomina “poder de agir” dos coletivos de trabalho. Traz os conceitos de gênero e estilo do discurso para pensar os mundos do trabalho, entendendo que a dinâmica de operação do gênero profissional – que seria um terceiro termo entre tarefa e atividade, operando como um prescrito informal, partilhado em todo meio de trabalho – e suas eventuais atualizações com as estilizações, tem uma função psicológica imprescindível para a saúde mental.

Em todos esses encaminhamentos aqui destacados a chave da questão da saúde está no caráter histórico e coletivo do trabalho, daí uma clínica do trabalho. Uma clínica do trabalhador deve estar presente secundariamente, quando os esforços coletivos de defesa da profissão, do ofício mostram falhas.

4. Pistas para compreender<-->transformar o que está em questão

Compreender e transformar o que está em jogo no campo da SM&T devem estar em sinergia, sem etapismos. Apreendemos melhor um fenômeno em seu movimento, daí precisamos operar com dispositivos que não congelem o que investigamos.

Segunda pista: nenhum tipo de disciplina científica isoladamente, nenhum tipo de abordagem estrita no interior de quaisquer dessas disciplinas é capaz de dar conta das questões que atravessam o campo da S&MT. É preciso preparar-se para o diálogo crítico, lidar positivamente com as controvérsias. Daí o horizonte da multideterminação gerando campos inter, multi, quicá transdisciplinares. Além desse tipo de diálogo, outro se revela

incontornável: o diálogo transaberes, pois nenhuma forma de saber – científico ou da prática – é capaz sozinho dessa tarefa. Um processo que exige humildade epistemológica para compensar o desconforto intelectual que se experimenta ao perceber que o outro – o protagonista do trabalho em análise – sabe coisas que o especialista treinado na ciência não capta e vice-verso, são culturas e inculturas recíprocas. Mas atenção: a proposta não se limita ao “ouvir os trabalhadores”, ter o protagonista como informante. Todo um conjunto de métodos e técnicas, segundo o princípio da controvérsia e confrontação já estão disponíveis na linhagem de autores a que nos referimos.

Terceira pista, a questão da atividade interacional, linguageira e comunicacional. Trata-se de um animal que fala, se comunica⁴, conversa. A dimensão comunicacional no trabalho é entendida, cada vez mais, como da maior relevância, mas não se reduz à captação e troca de informações entre receptor e emissor (sob influência da teoria das informações e da primeira cibernética), pois ele é o ator principal da aquisição de informações, ativa e intencionalmente buscadas e selecionadas no meio de trabalho. Trata-se então de atividade linguageira, relação interativa co-produzida, seja no processo de trabalho (considerando não só as linguagens operatórias), seja no de compreender<-->transformar o campo da SM&T. São complexas as relações entre trabalho e linguagem. No caso do processo investigativo, uma das dificuldades está no “dizer seu trabalho” (assim como no dizer de sua saúde), revelando-se uma difícil e insatisfatória tarefa compreensiva. O dizer estrutura o fazer no espaço e no tempo. Registre-se então que sendo atividade de significação para outrem, ela tem como ferramenta a organização material que é a língua. Ela tem uma função de descoberta, pois é graças à enunciação e aos desafios presente nas conversas com os pesquisadores (por exemplo) que se chega a dizer coisas que não se sabia ou não daquele jeito. E é um processo cognitivo, afetivo, engajando todo o corpo, mobilizando integralmente o sujeito falante em sua singularidade e complexidade no trabalho. Enfim, as pesquisas revelam a gravidade presente quando se instala a patologia da comunicação no trabalho (DEJOURS, 1992).

Quarta pista, a coordenação, que como a dimensão prescrita do trabalho coletivo, inclui as relações de autoridade e em especial a cooperação, “indissociável da economia da identidade e da saúde mental no trabalho” (DEJOURS, 2012 vol II, p. 109), além de ser um “poderoso dispositivo de estruturação das ligações de ajuda mútua, solidariedade e harmonia entre aqueles que trabalham” (p. 113). Dependente da mobilização espontânea daqueles que trabalham, ela envolve sempre uma atividade deliberativa em relação a regras e valores, em que joga fortemente a dinâmica do reconhecimento. Falar de cooperação contempla atividade produtiva e relação social, implicando um “viver junto”.

Quinta pista, a descoberta de que “trabalho tem sexo”, registrando-se a determinação não só de classe, mas também de gênero. Sabemos hoje que o adoecimento impacta diferentemente homens e mulheres.

Sexta pista, quando da análise da relação SM&T, que é necessário superar a tendência a segmentar, considerando a história pessoal e sócio-histórico-cultural de cada humano que trabalha, a forte ligação entre condições de vida e trabalho, entre trajetórias sociais e

profissionais. Falar em atividade situada não deixa de fora uma enorme diversidade de contextos interage, de forma complexa e integrada, incluindo também as variáveis da trajetória singular de cada trabalhador. Nesta interface deve-se considerar o avanço da idade, pois no curso de vida familiar o trabalhador vai assumindo diferentes papéis sociais.

A sétima pista remete às grandes mudanças em curso no plano das inovações tecnológicas e organizacionais. Ora, é no próprio movimento do real que novos possíveis devires estão presentes, mesmo que aparentemente impossíveis e ainda muito frágeis. A busca de ganhos de produtividade e qualidade são de grande interesse societário, não se reduzindo ao interesse de valorização de capital. O conceito de produtividade (não se trata de produtivismo) envolve uma relação inversamente proporcional entre gasto de energia e quantidade de produtos/serviços. Caso o aumento da quantidade de produtos/serviços venha gerando o desgaste crônico, a falência das energias envolvidas não se trata de maior produtividade. Assim, incremento de produtividade tem que estar acompanhado de menos desgaste nocivo, abrindo novas possibilidades para a saúde, especialmente a mental. Ao lado dessa questão, a da qualidade deixou de ser focada no produto/serviço para ser examinada no processo de sua produção. Nessa descoberta emergiu a figura do trabalhador que está na base do processo como figura absolutamente fundamental para que os problemas não deságuem no momento em que o processo já se configurou como mercadoria podre, “queimando” a marca. Ganhos de qualidade no processo e no produto seguramente são forte demanda do conjunto da sociedade. Ela traz consigo uma demanda por “qualidade de vida no trabalho”, movimento que precisa ser objeto de disputa e não simplesmente de denúncia quanto a seu caráter manipulatório pelo capital. Enfim, a busca de ganhos de produtividade&qualidade pode sim ser combinada com garantias de saúde&segurança.

A título de conclusão

Enfim, entendemos que as possibilidades de mudança estão já contidas no próprio movimento do real. Ou elas não existem... Claro, temos que buscar a maior clareza possível do quadro de nocividades para a saúde mental, das formas de adoecimento, de normopatias e desgastes (o plano da descrição da realidade) e o denunciar. Mas, para não ficarmos no meio do caminho (não morrer na praia dos desejos), é incontornável explorar o campo de possíveis, identificando-o no próprio movimento do real e reforçando o que nele seja indicador de transformações (ATHAYDE, 2011).

Com tanta frequência persistimos em defender uma lógica de ação profissional que designamos “compreender<-->transformar”, fazendo uso do vocábulo transformação. Mas devemos ter o cuidado de não perder de vista que, no processo de transformação social, pode-se ter obtido conquistas que devem ser preservadas, mantidas, ao menos até que rupturas qualitativamente efetivas abram espaço para novas conquistas, avançando. Assim, com o cuidado para não ser dirigido pelo medo das mudanças, deve hoje estar na pauta de nossa estratégia a possibilidade de defender as profissões em seu quadro atual, suas regras técnicas e jurídicas. Especialmente em uma conjuntura como a que vivemos no Brasil.

Referências

- ATHAYDE, M. Saúde 'mental' e trabalho: questões para discussão no campo da saúde do trabalhador. In: MINAYO-GOMEZ, C.; MACHADO, J.; PENA, P. G. (org.) Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.
- ATHAYDE, M.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C. Por uma Ergopsicologia: Uma caixa de ferramentas e pistas. In: TAVEIRA, I. M.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; FERREIRA (org.). Qualidade de Vida no Trabalho: estudos e metodologias brasileiras. Curitiba: CRV, 2015.
- ATHAYDE, M.; SOUZA, W. F. Saúde do Trabalhador. In: BENDASSOLI, P.; BORGES-ANDRADE, J. (org.). Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.
- ATHAYDE, M.; ZAMBRONI-de-SOUZA, P. C.; BRITO, J. Intervenção e pesquisa em Psicologia: uma postura ergológica. In: BENDASSOLI, P.; SOBOLL, L. A. (org.) Métodos de Pesquisa e intervenção em Psicologia do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.
- ATHAYDE, M.; BRITO, J. Ergologia e clínica do trabalho. In.: BENDASSOLI, P.; SOBOLL, L.A. (org.) Clínicas do Trabalho. São Paulo:Atlas, 2011.
- ATHAYDE, M.; MUNIZ, H.; FRANÇA, M.; FIGUEIREDO, M. Perspectiva da Ergologia e o campo da saúde mental e trabalho. In: GLINA, D. M.; ROCHA, L. E. (org.) Saúde mental no trabalho: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2003.
- ATHAYDE, V. O trabalho das pessoas com transtorno mental grave. Monografia de conclusão de Curso de Especialização em Saúde Mental e Atenção psicossocial. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2007.
- BENDASSOLI, P.; SOBOLL, L. A. (org.) Clínicas do Trabalho. São Paulo:Atlas, 2011.
- BENDASSOLI, P.; SOBOLL, L. A. (org.). Métodos de pesquisa e intervenção em Psicologia do Trabalho: Clínicas do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.
- BILLIARD, I. Santé mentale et travail: L'émergence de la Psychopathologie du Travail. Paris: La Dispute, 2001.
- BRITO, J.; ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. Trabalho, Educação e Saúde, v.1, n.2, p.63-89, 2003.
- CANGUILHEM, G. O Normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6ª ed., 2011 (original publicado em 1966).
- CANGUILHEM, G. Meio e normas do homem no trabalho. Pro-posições, v. 12, n. 12-13, p. 109-121, 1947/ 2001.
- CAPONI, S. Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, v. 4, n. 2, p. 287-307, 1997.

- CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- CLOT, Y. A função psicológica do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CLOT, Y.; FAITA, D.; FERNANDEZ, G.; SCHELLER, L. Entretiens em autoconfrontation croisée: une méthode em clinique de l'activité. Education Permanente, n. 146, p. 17-25, 2001.
- CLOT, Y.; LHUILER, D. (org.). Agir en Clinique du travail. Toulouse: Érès, 2010.
- CZERESNIA, D.; MACIEL, E. M.; OVIEDO, R. A. Os sentidos da saúde e da doença. Rio de Janeiro: EdFiocruz, 2013.
- DEJOURS, C. Trabalho Vivo, vols 1 e 2. Brasília: Paralelo 15, 2012.
- DEJOURS, C. (org.) Observations cliniques en Psychopathologie du Travail. Paris: PUF, 2010.
- DEJOURS, C.. Por um novo conceito de saúde. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 14, n.54, p. 7-11, 1986.
- DEJOURS, C. Travail: usure mentale. Paris: Le Centurion, 1980.
- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. Suicide et travail: que faire? Paris: PUF, 2009.
- DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital. Trabalho, Educação e Saúde, n. 9 (supl. 1), p. 46-67, 2011.
- GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. Compreender o trabalho para transformá-lo. São Paulo: Edgard Blucher, 2ª ed., 2005.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In: DEJOURS, C. (org.) Plaisir et souffrance dans le travail, v. 2. Paris: Ed. AOCIP. 1988.
- HOC, J.-M.; DARSES, F. (org.). Psychologie ergonomique. Paris: PUF, 2004.
- HUBAULT, F. (org.). Comprendre que travailler c'est penser. Toulouse: Octarès, 2001.
- JOBERT, G. Travailler c'est penser? De l'action intelligente à l'intelligence de l'action. In: HUBAULT, F. (org.). Comprendre que travailler c'est penser. Toulouse: Octarès, 2001.
- JOUANNEAUX, M. Le travail est une pensée en act. In: HUBAULT, F. (org.). Comprendre que travailler c'est penser. Toulouse: Octarès, 2001.
- LHUILER, D. Cliniques du Travail. Ramonville: Érès, 2006.
- MENDEL, G. Travailler c'est créer. In: HUBAULT, F. (org.). Comprendre que travailler c'est penser. Toulouse: Octarès, 2001.
- MENDES, R.; DIAS, E. Da Medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador. Revista de Saúde Pública, v. 25, n.5, p. 341-349, 1991.
- MINAYO-GOMES, C.; LACAZ, F. Saúde dos Trabalhadores: novas e velhas questões. Ciência e Saúde Coletiva, v. 19, n. 4, p. 797-806, 2005.
- NEVES, M.Y.; SELIGMANN-SILVA, E.; ATHAYDE, M. Saúde Mental e trabalho:

um campo em construção. In: ARAUJO, A. et al. (orgs). Cenários do trabalho. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ODDONE, I.; RE, A.; BRIANTI, G. Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail. Paris: Méssidor/Eds. Sociales, 1981.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed, 2001.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. Trabalho, Educação e Saúde, n. 9 (supl. 1), p. 19-45, 2011.

SCHWARTZ, Y. Un bref aperçu de l'histoire culturel du concept d'activité. Activités, v. 4, n.2, p. 122-133, 2007.

SCHWARTZ, Y. Ergonomia, filosofia e exterritorialidade. In: DANIELLOU, F. (org.), A Ergonomia em busca de seus princípios. São Paulo: Blucher, 2004.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). Trabalho & Ergologia: conversas sobre o trabalho humano. Niterói: EDUFF, 2ª edição revista e ampliada, 2010.

SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, E.; BRITO, J.; ATHAYDE, M.; NEVES, M. Y. A promoção de saúde a partir das situações de trabalho. Interface, v. 13, p. 107-119.

Notas:

¹ Para mais saber a respeito, consultar Mendes & Dias, (1991), Minayo-Gomes & Lacaz (2005), Athayde & Souza (2015).

² Parte de sua produção está sendo citada e registrada no tópico Referência.

³ Noção técnica clássica na ação ergonômica, fruto da análise ergonômica do trabalho (AET).

⁴ Algo que tem se intensificado nos mundos do trabalho, pois já não se trata da proposição taylorista de que tendo tarefas bem estruturadas seria dispensável pensar e verbalizar no local de trabalho.

Recebido em 5 de maio de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

SAÚDE DO TRABALHADOR: A CONTRIBUIÇÃO DE UM PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Perciliana Costa Rodrigues

Assistente Social e Mestre em Educação pela
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj
Coordenadora do Programa Espaço Servidor da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro - PESUERJ

Resumo:

A partir de uma análise sobre uma experiência em universidade pública através do hospital-universitário, voltada à saúde mental do trabalhador, o presente artigo pretende contribuir com reflexões acerca de uma política tão cara à classe trabalhadora e todos os seus segmentos. Ressalta-se que a Saúde do Trabalhador, enquanto campo recente de estudos, a partir de meados do século XX, apresenta novas categorias de análise e metodologias de intervenção, surgidas da experiência operária, se articulando com a crítica ao sistema capitalista e a proposição de uma nova ordem societária. Estando ainda em construção e sendo alvo de permanente disputa de políticas e saberes, o estudo crítico sobre a diversidade de possibilidades de implementação de ações nesse campo torna-se cada vez mais necessário, posto que os desafios colocados pelo modelo hegemônico do atual mundo do trabalho atingem a saúde da classe trabalhadora e mesmo a sua sobrevivência. A análise da experiência de um programa em saúde mental voltado aos trabalhadores da universidade, visa fortalecer a categoria trabalho como eixo central no campo da assistência dentro do Sistema Único de Saúde, conforme preconiza a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador. Saúde Mental e Trabalho. Assistência.

Worker's health: the contribution of a mental health care program in a public university

Abstract:

Starting from an analysis of an experience in a public university through the university hospital, focusing the worker's mental health, this article intends to contribute with reflections on such an expensive policy to the working class and all its segments. It is emphasized that workers' health, as a recent research area, from the Mid-Twentieth Century, introduces new categories of analysis and intervention methodologies, coming from working experience, articulating with the critique of the capitalist system and the proposition of a new societal order. Being still under construction and a target of permanent dispute of policies and knowledges, the critical study on the diversity of possibilities for implementation of actions in this field becomes increasingly necessary, since the challenges presented by the hegemonic model of the current world of work affect the health of the working class and even its survival. The analysis of the experience on a mental health program directed to the university workers, aims to strengthen the working class as the central axis in the field of assistance in the "Sistema Único de Saúde" (National Health System), as recommended by the "Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora" (National Health Policy of The Working Man and Woman).

Keywords: Worker Health. Mental Health and Work. Assistance.

Recebido em 5 de abril de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

1. CONTEXTUALIZANDO O TEMA

As mudanças no mundo do trabalho produziram, e ainda produzem, sérios reatamentos na saúde dos trabalhadores. O processo de reestruturação produtiva, o desmonte do Estado de bem Estar Social, o novo conceito de público e a lógica da privatização, trouxeram novas exigências para o trabalhador. Produziram a diversidade de vínculos de trabalho, a flexibilização de direitos históricos e, como consequência, a quebra dos laços de solidariedade e da identidade de classe e, maior complexidade na organização político-sindical. Numa perspectiva crítica dessa “nova” realidade, identificamos as mudanças nas relações e processos de trabalho, que aliados às (Contra) Reformas do Estado, tem significado um horizonte de perdas e efeitos negativos no processo de saúde-doença dos trabalhadores¹.

A partir do novo papel do Estado (não protetor e sim regulador), novos modelos de gestão (privatizantes) e a precarização do trabalho (aprofundado pelo projeto de regulamentação e ampliação da terceirização), os setores públicos, destacando-se a Saúde e Educação, passam a ser campos privilegiados de aplicação e expansão desse modelo. As universidades públicas, alvo de ataques na via do desmonte do público em favor do privado, sofrem com seu subfinanciamento e degradação das condições de trabalho e estudo, ao mesmo tempo em que a cobrança de metas e desempenhos se aprofundam².

Destacamos o modelo de análise centrado no conceito de desgaste mental no trabalho, cuja análise do processo de trabalho torna-se fundamental para compreensão da realidade que desencadeia ou agrava o sofrimento psíquico. Para o conceito de desgaste ver estudos de Laurell e Noriega (1989) e Selligmann-Silva (2011)³.

Em função dessa dura realidade, o processo de sofrimento/adoecimento de trabalhadores (técnico-administrativos e docentes) exige a implementação de políticas de assistência à saúde mental dos trabalhadores. É nesse perspectiva que queremos apresentar a experiência do Programa Espaço Servidor da UERJ (PESUERJ), implementado pela Unidade Docente-Assistencial de Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), na ótica da assistência integral à saúde do trabalhador.

2. SAÚDE DO TRABALHADOR:

Concepção e possibilidades em permanente tensão

Ao se falar em “saúde do trabalhador” falamos não apenas na saúde de quem trabalha mas, acima de tudo, de um conjunto de ideias, propostas, legislações, experiências e, especialmente, concepção e método, que se inserem historicamente na luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

A origem desse campo e do termo “saúde do trabalhador” esteve diretamente relacionada à luta do setor operário italiano, em meados do século XX, em defesa de condições dignas de trabalho e de vida, depois que os acidentes de trabalho matavam mais de um milhão de trabalhadores na Itália⁴ (Fadel e Barros, 2011). Essa luta em defesa da saúde implicou na luta por melhores condições de vida, ampliando assim o próprio conceito de saúde. Destacamos que o chamado campo da saúde do trabalhador tem como marco sua origem classista, no seio da classe operária, sendo esse um importante diferencial.

A origem da Medicina do Trabalho clássica, a partir da Revolução Industrial, insere-se como necessidade do Capitalismo, como forma de controle sobre o trabalhador e seu

corpo (força de trabalho). Resulta do processo de correlação de forças vivas e atuantes na realidade econômica e política. Dá início ao processo de regulação da relação “patrão-empregado” – Capital X Força de Trabalho. A consolidação do Direito Trabalhista e da própria Medicina do Trabalho, na relação contratual do trabalho, vai delinear sua localização no campo do Direito do Trabalho e não da Saúde Pública. Base de atuação tecnicista. Os danos que não evitados seriam então compensados num outro ramo do Direito: o Previdenciário.

A Medicina do trabalho tornou-se a variável técnica para solucionar os danos à saúde provocados pelos processos produtivos, sem possibilidade de interferir além dos preceitos normativos estabelecidos no contrato de trabalho firmado entre patrões e empregados. Inaugurava-se um campo médico subserviente ao contrato e ao interesse do capital produtivo (VASCONCELLOS E PIGNATTI, 2006 apud VASCONCELLOS E BARROS, 2011: 403)

De outra forma, a constituição do campo da saúde do trabalhador tem sua origem nos marcos da experiência operária e remete à ampliação do conceito de saúde:

O conjunto de características, advindas desse movimento e de seus princípios, moldou o conceito de saúde do trabalhador que se difundiu e passou a frequentar as reflexões sobre a construção de conhecimentos e políticas na dimensão das relações saúde-trabalho, em vários países do mundo, inclusive no Brasil.

O movimento da reforma sanitária brasileira consolidou a compreensão de que as relações saúde-trabalho estão contidas no campo de ação da saúde pública e introduziu no seu ideário essa perspectiva, na concepção ampliada de mudança do modelo sanitário do país. Nos moldes do conceito italiano original, surgiu o conceito técnico-normativo de saúde do trabalhador, inscrito na Constituição Brasileira de 1988 e consolidado na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080, de 19/09/1990), que dá organicidade ao Sistema Único de Saúde (SUS). (VASCONCELLOS, 2011:407)

As bandeiras consequentes desse modelo foram: Saúde direito de todos e dever do Estado; criação de estratégias de participação/controle social; a proposta de inclusão dos trabalhadores desde o planejamento até a execução das ações; a saúde do trabalhador está acima das leis ordinárias e por isso deve fazer parte da lei maior (Constituição Federal de 1988 e da lei 8080/90 do Sistema Único de Saúde - SUS): A saúde como direito e política de caráter universal.

Ao contrário da medicina do trabalho e da saúde ocupacional, que tiveram suas práticas construídas a partir das necessidades do setor fabril-industrial, limitadas às esferas do trabalho formal (“o chão de fábrica”), a Saúde do Trabalhador, diferentemente, com sua origem na experiência operária, construiu uma nova concepção, que se chocava com o sistema capitalista, e ampliou a luta por condições seguras de trabalho para a luta em defesa da própria vida, questionando a lógica do sistema social. Nasce da crítica ao modelo trabalhista-previdenciário, que deram base à saúde ocupacional (VASCONCELLOS E BARROS, 2011).

Do ponto de vista teórico-metodológico e político, esse novo campo de construção do saber e da ação política do operariado, propôs uma nova forma de intervenção sobre a realidade, reconhecendo a classe trabalhadora como sujeito histórico da transformação social e o saber operário como fundante de toda ação, muito diferente do que até então

propunha a prática da medicina do trabalho e da saúde ocupacional. Sem abdicar do saber técnico, com avanço de todas as disciplinas e da ciência, colocou o trabalhador e sua organização como centro de sua política. Portanto, a concepção de “Saúde do Trabalhador” está relacionada à luta e organização da classe trabalhadora, com base na experiência histórica do setor operário, numa perspectiva de mudanças sociais mais amplas e estruturais⁵.

O reconhecimento e afirmação do saber produzido pela própria classe operária, através de suas lutas, organizações e ações, afirma igualmente a não delegação do seu papel estratégico transformador, à ciência, à academia ou a qualquer outro sujeito social.

Numa perspectiva de saúde do trabalhador, todo o debate sobre legislação trabalhista e previdenciária, normas de segurança, uso de equipamento de proteção individual (EPI) e equipamento de proteção coletiva (EPC), ou seja, saúde e segurança do trabalho, deve estar contextualizado historicamente e subordinado à busca permanente do diálogo com as diferentes formas de organização dos trabalhadores e suas representações. Ou seja, falar em saúde do trabalhador é dar voz (um diferencial, portanto) a um sujeito social, embora por vezes apresentando-se como ser individual, com suas demandas e necessidades singulares e contradições. O reconhecimento de sua singularidade, ou de sua vivência de sofrimento ou adoecimento⁶, não pode significar a anulação de sua inserção social, como sujeito coletivo⁷, e os determinantes históricos do processo saúde-doença.

Por fim, reafirmamos os princípios históricos da saúde do trabalhador, demarcando um referencial teórico de todo o debate aqui presente, destacando o empoderamento do trabalhador como um dos mais importantes.

Embora sua afirmação ocorra mais no campo formal do que em ações efetivas, esses princípios estão presentes na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (decreto 7.602/2011 da Presidência da República) e regulamentada na Portaria 1.823 de 23 de agosto de 2012 do Ministério da Saúde:⁸

Art 3º Parágrafo único. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora alinha-se com o conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS, considerando a transversalidade das ações de saúde do trabalhador e o trabalho como um dos determinantes do processo saúde-doença (2012).

Sobre seus princípios e diretrizes: universalização, integralidade, participação da comunidade, dos trabalhadores (controle social), descentralização, hierarquização, equidade e precaução podem ser vistos no art.5º, do capítulo I. Para sua implementação a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, seu artigo 6º inciso III, propõe:

III - o conhecimento técnico e os saberes, experiências e subjetividade dos trabalhadores e destes com as respectivas práticas institucionais.

Parágrafo único. A realização da articulação tratada neste artigo requer mudanças substanciais nos processos de trabalho em saúde, na organização da rede de atenção e na atuação multiprofissional e interdisciplinar, que contemplem a complexidade das relações trabalho-saúde.

Devemos reconhecer importante avanço dessa Política como parte do SUS, portanto no seu pertencimento ao campo da saúde pública (coletiva), que de forma mais abrangente

inclui todos os segmentos da classe trabalhadora e não apenas os de vínculo formal de trabalho, obedecendo aos seus princípios de universalidade, integralidade e equidade.

Ao reconhecermos a política de saúde do trabalhador numa perspectiva ampliada, portanto universal e coletiva, reafirmarmos seu caráter de classe, e seu potencial poder transformador, reafirmando o trabalhador-sujeito social como o principal ator no jogo das relações sociais.

Além disso, reforçamos seu caráter de política pública de saúde, enquanto direito social constitucionalmente reconhecido, sendo esse um avanço e uma vantagem a medida em que a conformação da realidade do atual mundo trabalho revela um número crescente de trabalhadores com diferentes tipos de vínculos num mesmo ambiente de trabalho, do trabalho temporário, do trabalho familiar e informal⁹. Enquanto uma política pública de saúde, repetimos, de caráter universal, é também um avanço, comparada à política previdenciária e trabalhista que, limitada à esfera do trabalho formal, abrange apenas uma parcela dos trabalhadores.

No entanto, em contrapartida, ao mesmo tempo da regulamentação da lei, temos a aplicação de uma política de desconstrução do Estado, bem como de toda política pública e direitos sociais e do trabalho, frutos da luta social e de enfrentamentos históricos entre capital e trabalho. O mesmo governo (de caráter neoliberal) que reconhece um sistema público de saúde, como é o SUS, através de seu arcabouço jurídico, o desconstrói com aplicação de medidas que favorecem à privatização e a transformação em mercadoria daquilo que foi conquistado como direito social, saúde como direito de todos e dever do Estado. Embora não seja aqui o objeto de reflexão, é importante resgatar o contexto em que se insere aquela que é a política que defendemos, enquanto um referencial de nossas ações.

No âmbito das relações ministeriais em questão (Saúde, Trabalho e Emprego e Previdência), seja nas competências das diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal) e, da própria rede de serviços de saúde, muitos debates ainda estão em curso, num processo em construção e disputas permanentes, que revelam o caráter político do campo da saúde do trabalhador. Porém, destaca-se o papel crucial das ações de vigilância em saúde do trabalhador, numa concepção que supera o caráter “fiscalizador”, das esferas do trabalho e da previdência, e por isso deve contar com a participação ativa dos trabalhadores através, principalmente, de suas organizações representativas ou outras formas criativas que retratem a voz do trabalhador. Essa ação de vigilância deve ter como principal, espaço de referência institucional a rede de atenção à saúde do trabalhador através dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), vinculados à Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST)¹⁰.

Evidenciado na citada Portaria do Ministério da Saúde em seus objetivos (art. 8º), destacamos importante aspecto referente às ações intersetoriais:

IV - ampliar o entendimento de que a saúde do trabalhador deve ser concebida como uma ação transversal, devendo a relação saúde-trabalho ser identificada em todos os pontos e instâncias da rede de atenção;

V - incorporar a categoria trabalho como determinante do processo saúde-doença dos indivíduos e da coletividade, incluindo-a nas análises de situação de saúde e nas ações de promoção em saúde;

VI - assegurar que a identificação da situação do trabalho dos usuários seja

considerada nas ações e serviços de saúde do SUS e que a atividade de trabalho realizada pelas pessoas, com as suas possíveis conseqüências para a saúde, seja considerada no momento de cada intervenção em saúde; e

VII - assegurar a qualidade da atenção à saúde do trabalhador usuário do SUS.
[grifos nossos]

Para além da RENAST, outras contribuições que fazem parte da rede SUS devem ser reconhecidas, inclusive no campo da assistência. Embora não seja aqui o objeto de nossa reflexão, mas buscando novas perspectivas de intervenção, um debate bastante atual é a contribuição da Atenção Primária de Saúde (APS), diretamente nos territórios de sua ação e, sobre a necessidade de se ampliar o entendimento e alcance das ações em saúde do trabalhador, destacamos:

A coleta da história ocupacional é essencial para: auxiliar no diagnóstico e na definição do plano terapêutico e estabelecer a relação entre o agravo ou doença e o trabalho; possibilitar a notificação do agravo no Sistema de Informação de Agravo de Notificação (Sinan), quando pertinente; identificar possíveis riscos e perigos envolvidos no trabalho do usuário; orientar o trabalhador sobre seus direitos trabalhistas e previdenciários e sobre a gênese, a evolução e a prevenção de sua patologia; e desencadear ações de vigilância e intervenções em ambientes de trabalho de modo articulado com a Vigilância em Saúde. (DIAS e SILVA, 2013:38)

3. A CONTRIBUIÇÃO DO PESUERJ NO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Inicialmente ressaltamos o importante papel de Programas como o PESUERJ na criação e consolidação de espaços de acolhimento do trabalhador da universidade, no ambiente (ampliado) de trabalho, caracterizado pelo espaço do hospital-universitário, cuja demanda ao Programa se dá a partir do sofrimento ou adoecimento mental. A ampliação dessa demanda passa pela percepção do contexto de vida e de trabalho desse usuário-trabalhador.

Assim, tornar a categoria trabalho como um eixo fundamental no acompanhamento desse usuário-trabalhador, para além de um desafio permanente a todas as equipes de saúde, significa buscar conhecer, compreender e articular a realidade do processo de trabalho, sua relação com o processo saúde-doença e seus determinantes históricos. Portanto dar significado para sua vivência, enquanto parte de um coletivo, de um sujeito social. Reconhecer o trabalho como categoria central na vida dos trabalhadores, na sociedade capitalista, sendo fonte de sobrevivência, realização, sofrimento e exploração e, ao mesmo tempo, eixo organizador da vida; e também reconhecê-lo como mecanismo central de sua reprodução objetiva e subjetiva e, por vezes, mecanismo terapêutico. Ressalta-se a necessidade de uma abordagem que considere o trabalho não de forma abstrata e generalizada mas, inserida num contexto histórico determinado, com importante significado. Esse é um desafio permanente da equipe do PESUERJ, buscando ir além da oferta de um “tratamento”, *stricto sensu*.

Trata-se de uma escolha política, de perceber esse usuário-trabalhador enquanto um ser social, historicamente inserido em determinado contexto e que sofre os reatamentos das transformações do mundo do trabalho, nesse momento histórico, refletidos em sua saúde tanto física quanto mental. Neste aspecto, podemos buscar uma aproximação com

o que diz Dejours, no debate da psicodinâmica do trabalho sobre a importância de reconhecer a voz do trabalhador, sua capacidade criativa e a potencialidade de intervenção na realidade. As mudanças no mundo do trabalho, sobre a relação homem-tarefa, acentua a dimensão mental do trabalho industrial. Isso também se reflete no setor terciário, de serviços. A sensibilidade às cargas intelectuais e psicossensoriais de trabalho preparam o terreno para as preocupações com a saúde mental (Dejours, 1992).¹¹

Assim, o PESUERJ, deve superar qualquer característica de “mini-ambatório”, ou espaço privilegiado (no sentido pejorativo do termo) de atendimento aos que “são da Casa”, optando por ser um espaço de assistência que se integra à política de saúde numa perspectiva mais ampla, parte da política de saúde pública e do trabalhador. Nesse sentido, o reconhecimento do usuário do Programa enquanto “sujeito e trabalhador”, torna-se estratégico para consolidação dessa sua política, integrada nas ações preconizadas a nível da política pública nacional. Portanto, coerente com o preconizado na Política de atenção à saúde do trabalhador, destacamos:

A atenção à Saúde do Trabalhador contempla três níveis de atuação: a) a vigilância, aqui incluídas as ações destinadas à definição dos perigos e dos riscos inerentes a um processo de trabalho e à consequente promoção de medidas que visam ao adequado controle dos perigos e riscos e de controle médico, assim como um programa que permita a coleta e a análise dos dados gerados; b) a assistência à saúde, incluindo serviços de acolhimento, atenção, condutas clínicas e ocupacionais e um sistema de benefícios justo; e c) a abordagem e a conduta apropriadas aos determinantes sociais, individuais ou de grupos, que impactam negativamente na saúde da maioria dos trabalhadores. [grifos nossos]

Pela interdisciplinaridade da área e o amplo leque de ações, há necessidade da interveniência de setores públicos distintos, representados pelo Trabalho, pela Saúde e pela Previdência [grifos nossos], que deveriam atuar de forma conjunta e complementar. Estes setores, entretanto, trabalham com lógicas absolutamente distintas, fazendo com que a integração aconteça apenas em intenções e discursos, sem resultados práticos de expressão. (CHIAVEGATTO E ALGRANTI. 2013:25)

Como desafio permanente, o Programa se insere na complexidade da dinâmica universitária institucional, com seus diferentes órgãos e respectivas competências, bem como nas relações políticas que atravessam a própria constituição do espaço universitário. Assim como, se insere através do hospital-universitário, na rede SUS, sofrendo igualmente com suas fragilidades e contradições, como a falta de recursos humanos e materiais¹².

Outras características importantes que merecem nossa atenção, reafirmando sua identificação com o campo da saúde do trabalhador são: a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, e interinstitucionalidade e, a busca de ações integrais, buscando contribuir com a construção de uma política de prevenção, promoção, assistência e até mesmo vigilância, em que pese não ser esse seu objetivo, sua competência e habilitação. A percepção dos determinantes sociais nos processos de sofrimento e adoecimento, nos possibilita uma visão mais integral do sujeito e da própria realidade e, conseqüentemente, amplia e facilita um maior leque de intervenção nas ações de saúde.

A escuta e validação da voz do trabalhador, detentora de saber e de história, considerando-o como sujeito do processo, nos faz reconhecer as muitas afinidades entre as trajetórias das políticas de saúde mental e do trabalhador. No Brasil, tendo como

marco a VIII Conferência Nacional de Saúde, inspirada no movimento de construção do campo da saúde do trabalhador e da Reforma Psiquiátrica, uma revolução dos conceitos e aparatos teórico-metodológicos e técnico-operativos, contribuíram para constituição de um sistema público de saúde (SUS) muito avançado, que rompeu com uma concepção de saúde e de um modelo centrado na doença e hospitalocêntrico, de caráter corporativo e focal, mas que desde sua origem conviveu com ataques à sua nova concepção, especialmente os seus princípios de universalidade, integralidade e equidade, além da fragilidade em seu processo de custeio e financiamento.

A escuta atenta e qualificada nos espaços de acolhimento possibilita o estabelecimento de vínculos de confiança e de compreensão da realidade, implicando o sujeito tanto nas ações de assistência tanto quanto na revisão de seu papel, de vítima à sujeito transformador. Dessa forma ouvir atentamente o trabalhador e tudo o que se relaciona ao seu ofício, é cumprir as recomendações feitas por Ramazzini.

A escuta especializada do trabalhador, valorizada na atualidade na qualificação e humanização do cuidado, permite conhecer as tarefas mais frequentes que ele executa, as exigências em termos de esforço físico, posturas, gestos e movimentos(...). (DIAS e SILVA, 2013:37)

Muito bem apresentado por Fadel e Gaze, o método elaborado por Bernardino Ramazzini, em 1700 na Itália, efetuou a primeira sistematização de doenças do trabalho, numa perspectiva da integralidade, em sua obra *De morbis Artificum Diatriba*. Marco histórico no estudo destas enfermidades, serve como base teórica crítica aos modelos atuais desintegrados:

As bases de classificação e sistematização têm uma capacidade limitada de fornecer subsídios para análises mais totalizadoras sobre o trabalho, os grupos expostos e seus agravos decorrentes. Além de sua aplicação ser, via de regra, direcionada para o trabalho formal, um aspecto relevante é a ausência de diálogo entre os diversos sistemas processadores das informações. (FADEL E GAZE, 2009:2)

O distanciamento dessa perspectiva, em base nas formações profissionais departamentalizadas e na constituição de serviços e instituições de funcionamento isolado, não dialógico, ou por vezes, de suas práticas na lógica da disputa política dos recursos e das “competências”, acaba por ferir de morte os princípios que fundamentaram a construção do campo da saúde do trabalhador, baseado numa metodologia de abordagem integral da saúde. Na sua concepção, Ramazzini chamou a atenção para a busca do conhecimento da realidade em que o trabalhador está inserido, seu contexto, suas formas de vida e de trabalho, e não apenas suas atividades e doenças.

A noção de integralidade manifestava de certa forma uma indignação com esse modo de pensar. Ao defender que ações preventivas e assistenciais estejam articuladas, advoga-se que os formuladores das diversas políticas de saúde devem levar em conta ambas as dimensões. [...] Nesse sentido, o princípio da integralidade tem repercussões sobre o arranjo das instituições governamentais voltadas para formular e implementar as políticas de saúde. (MATTOS, 2003:38, apud VASCONCELLOS E GAZE, 2009 p.3)

Da mesma forma, pensando a existência de programas de suporte aos trabalhadores, como o PESUERJ, inseridos no sistema e rede de saúde pública, no campo da assistência,

buscando contribuir com a política de prevenção, promoção e vigilância, é fundamental superar qualquer visão corporativista de ações como um fim em si mesmas. Concordando com os autores:

Para além do significado clássico de integralidade que intenciona aproximar prevenção e cura no nível da ação em saúde, o conceito pode ser entendido, ainda, como intenção totalizadora de abordagens em saúde. Ou seja, integralizar o cidadão usuário nas suas necessidades, nas ações e serviços a ele direcionados, nos sistemas de informação em saúde, na estruturação de recursos e, enfim, nas políticas públicas de saúde, entendidas no caso brasileiro como sistêmicas. Tratando-se o SUS como uma política em permanente construção (Brasil, 2006), que busca superar as barreiras da política e suas ações decorrentes ainda fragmentadas, o princípio da integralidade desempenha relevante papel na sua consolidação. Vista em perspectiva ampliada, a integralidade pode ser compreendida como estratégia que se contrapõe à fragmentação do discurso e das práticas de saúde. [...] a incorporação da integralidade se constitui em desafio para a concretização do campo da saúde dos trabalhadores, no âmbito da reforma do modelo de atenção à saúde.

Integralidade nessa matéria implica em aproximações sucessivas entre prevenção, promoção, proteção, recuperação e reparação dos danos à força de trabalho, transpondo as barreiras limitantes da norma estatuída que rege as relações de trabalho, características bastante peculiares deste campo. (FADEL E GAZE 2009:5)

E ainda:

As ações de saúde dos trabalhadores podem ser sumariadas em: ‘assistência aos trabalhadores’ vítimas de [...] doenças relacionadas ao trabalho. Compreende as ações de diagnóstico, que incluem o estabelecimento do ‘nexo com o trabalho’, e de ‘recuperação da saúde’, envolvendo o ‘tratamento e a reabilitação’ [...]; as ações de ‘promoção e proteção da saúde’: a ‘vigilância da saúde’ [...]; acesso dos trabalhadores segurados pelo Seguro de Acidentes do Trabalho da Previdência Social aos benefícios previstos na legislação (MENDES E DIAS, 1999:444 apud FADEL E GAZE,2009:7) [grifos no original].

A despeito das contradições sobre a realidade do SUS, frente às ações dos diferentes governos e do atual modelo econômico, mas consonante com os objetivos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (2012), já tratadas anteriormente, destaca-se o papel do Ministério da Saúde, portanto o campo da Saúde Pública, nas ações de fortalecimento da concepção de saúde do trabalhador, numa visão de integralidade, ainda que numa perspectiva mais formal do que concreta:

[...] atenção integral à saúde dos trabalhadores, envolvendo a promoção de ambientes e processos de trabalho saudáveis, o fortalecimento da vigilância de ambientes, processos e agravos relacionados ao trabalho, a assistência integral à saúde dos trabalhadores, incluindo a reabilitação física e psicossocial. (BRASIL, 2011a apud DIAS E SILVA, 2013:32)

Reafirmando, portanto, o PESUERJ como “um dos dispositivos de atenção à saúde dos trabalhadores”, buscamos fortalecer a perspectiva ampliada e integralizadora desse

campo que, apesar dos avanços, continua, na prática, marginal dentro das ações institucionais e da política pública de saúde. O Programa pode cumprir assim seu papel estratégico de fortalecimento do campo da saúde do trabalhador.

4. ALGUNS DADOS PARA REFLEXÃO

Tem chamado a atenção de profissionais, estudiosos, órgãos governamentais, organismos internacionais e de representação dos trabalhadores o crescimento dos transtornos mentais, na população em geral e das categorias de trabalhadores. Dados da previdência social revelam que os afastamentos do trabalho, por mais de 15 dias, tem tido impacto relevante nos custos dos benefícios previdenciários e, conseqüentemente no âmbito da economia nacional. Cresce em todo o mundo o número de trabalhadores adoecidos pelo trabalho. Estudos tem demonstrado o crescimento na administração pública e nas universidades¹³.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) lançou a versão 2010 para a Lista de Doenças Profissionais, adotada desde 2002. A novidade é a inclusão de doenças de ordem mental e comportamental. Entre elas, coloca-se o estresse pós-traumático e deixa em aberto a inclusão de outras doenças não mencionadas, quando ocorra nexos com o trabalho.

O Brasil, desde 1999, possui uma lista mais completa. Assim são considerados desde transtornos com causas orgânicas como os advindos de intoxicação por mercúrio, chumbo e manganês quanto os de origem psicológica com nexos como depressão, estresse pós-traumático, transtorno do sono em trabalhadores de turnos e noturnos e burnout.

O aumento dos transtornos mentais, cujo impacto no trabalho é cada vez mais reconhecido pelo quadro de afastamentos através da previdência social, exige dos profissionais e pesquisadores da área o investimento em estudos mais aprofundados, que busquem a relação do processo de saúde-doença com o processo de trabalho. Isso sem falar da relação entre sofrimento ou adoecimento e o desemprego, considerando seu caráter estrutural.

Entre 2006 e 2014, dados do PESUERJ demonstram um aumento da procura pelo Programa em torno de 200%, passando de 111 para 296 respectivamente o número de usuários-trabalhadores em acompanhamento regular. O perfil de diagnóstico reflete dados da população geral atendida no mesmo ambulatório, identificando o quadro de depressão e os transtornos ansiosos-depressivos como aqueles de maior incidência e prevalência. Um levantamento focal no ano de 2011 demonstrou relação entre processo de adoecimento e trabalho, na ordem de 43%, superando as causas de origem clínica e de relações familiares. Sobre o perfil de gênero, em todos esses anos de implementação do Programa, a prevalência de trabalhadoras da universidade tem se mantido como maioria. Estudos sobre relação de gênero e adoecimento mental desse público pode ser um projeto futuro. Pesquisa sobre readaptação funcional, produto de trabalho de conclusão de curso (TCC) de estagiária de serviço social do Programa, no ano de 2013, demonstrou como esse fator (Readaptação Funcional) é de risco para saúde dos trabalhadores readaptados.

A procura do Programa pelos trabalhadores aposentados revela-nos que, apesar do afastamento cotidiano da instituição, permanecem os vínculos e a referência do hospital-universitário como espaço do cuidado, expressado na relação de confiança profissional.

Embora o segmento técnico-administrativo seja a maioria do público atendido, em relação ao segmento docente, não se pode afirmar que o sofrimento psíquico ou adoecimento mental é maior no primeiro grupo. Isto porque, primeiramente não é obrigatório o acompanhamento no PESUERJ. O acesso a outros meios de tratamento, inclusive no setor privado, pode ocorrer, e não tem um controle da instituição. A busca pelo tratamento, ocorre de forma espontânea ou por encaminhamento. Apesar disso, percebe-se leve crescimento da procura docente. Assim como de discentes da universidade, por vezes encaminhados pelos órgãos e outros programas da própria universidade.

A questão do afastamento do trabalho por licença médica tem se mantido em torno de 12%, acarretando menor prejuízo aos trabalhadores e à própria instituição, quando há mais de dez anos esta chegou 23%. Uma forte hipótese para tal redução é a de que, a medida em que o trabalhador encontra um lugar de cuidado que lhe oferece o suporte profissional especializado e interdisciplinar que possibilita melhor adesão ao tratamento, isso se reflete no decréscimo do índice de afastamento do trabalho. Assim, o trabalhador pode conjugar tratamento e atividade laborativa.

Do ponto de vista da rotina, ao chegar no espaço do ambulatório de psiquiatria, o trabalhador é acolhido por um membro da equipe (no geral pelo serviço social), que analisa sua demanda e encaminha junto aos demais componentes da equipe, para definição do plano terapêutico. As ações intra e interinstitucionais, na perspectiva da intersectorialidade, é parte do cotidiano de intervenção.

Para além da abordagem individual, no tratamento médico e psicológico e, no acompanhamento social, a abordagem grupal também é privilegiada, através do grupo de Reflexão, coordenado pelo serviço social da equipe, com base numa concepção crítica da realidade e operadora de ações sobre a realidade vivenciada pelos trabalhadores. Busca-se recolocar o sujeito, usuário-trabalhador, na condição de agente transformador de sua própria realidade, reforçando sua condição de sujeito social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo buscou-se contribuir com a divulgação e análise de um Programa voltado à saúde mental do trabalhador, cuja experiência cotidiana tem justificado sua existência e a necessidade de maior investimento por parte da universidade, especialmente em recursos humanos. A vulnerabilidade das condições do processo de trabalho tem colocado um horizonte cada vez mais adoecedor para o conjunto dos trabalhadores. O subfinanciamento da universidade, com destaque para o hospital universitário, tem impactado negativamente sobre as ações do programa, com redução de pessoal da equipe interdisciplinar e de outros recursos necessários.

Nosso grande desafio é, para além de resistir e lutar pela superação das adversidades produzidas pela atual realidade econômica e política no país e em nosso estado, é contribuir com a articulação de diferentes saberes e práticas, no sentido do fortalecimento de uma verdadeira (e ampliada) política de saúde do trabalhador. O PESUERJ pode e deve atuar neste sentido.

Referências

- ANTUNES, RICARDO. Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª edição. São Paulo: Cortez. Campinas: São Paulo, ed. Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ANTUNES R.; SILVA, Maria A. M.(orgs). O Averso do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CHIAVEGATTO, Cláudia V.; ALGRANTI, Eduardo. Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador no Brasil: oportunidades e desafios. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO). Vol.38. Num.127.P25-27. FUNDACENTRO. RJ. Jan/Jun 2013. Disponível em: <http://www.fundacentro.org.br/rbo> Acesso internet em: 8/4/14.
- DEJOURS, Cristophe. A Loucura do Trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo. Cortez e Oboré, 5 ed. Ampliada, 1992.
- DIAS, Elizabeth Costa; SILVA, Thaís Lacerda. Contribuições da Atenção Primária em Saúde para Implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO). Vol.38. Num.127.P. 31-43. FUNDACENTRO. RJ. Jan/Jun 2013. Disponível em: <http://www.fundacentro.org.br/rbo> Acesso internet em: 8/4/14.
- FREIRE, LÚCIA M. B. O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez ed., 2003.
- LEÃO, L. H. da Costa e VASCONCELLOS, L. C. Fadel de. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast): uma rede que não enreda. In Saúde, Trabalho e Direitos: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. EDUCAM, p. 453-489, 2011.
- PAIVA, Maria Júlia de e VASCONCELLOS, L.C. Fadel de. Modelo Operário italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. In Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. EDUCAM, p. 357-399, 2011.
- PINTO, GERALDO A. Origens da Expressão Organização do Trabalho. In A Organização do trabalho no Século 20 – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. Ed. Expressão popular, S. Paulo, 2007.
- POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA. Portaria 1.823 de 23/8/2012. Ministério da Saúde. Brasil.
- POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR. Decreto 7.602 de 7/11/2011. Presidência da República. Brasil.
- SILVA, Eduardo Pinto e. Subjetividade e sociabilidade. Rio de Janeiro. Revista Advir, n. 30, p. 19-31, Julho, 2013.
- VASCONCELLOS, L. C. Fadel de. Entre a Saúde ocupacional e a Saúde do trabalhador: as coisas nos seus devidos lugares. In Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória, Rio de Janeiro: EDUCAM, p. 401-422, 2011.
- VASCONCELLOS, L.c. Fadel; GAZE, Rosangela. Integralidade e doenças dos trabalhadores – o método em Ramazzinni. Itaipava. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2009. Disponível em: <http://www.segurançatrabalho.com.br/download/integralfadel.pdf>. Acesso internet em: 20/04/15.
- OIT. Tendências Mundiais de Emprego da OIT 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/contente/tendências-mundiais-de-emprego-da-oit-2010>. Acesso em: 04/06/14.

Notas:

¹ Sobre o tema da reestruturação produtiva ver estudos de ANTUNES(1995 e 2004); PINTO (2007) e FREIRE (2003).

² “A íntima conexão entre doença, vida moderna e progressos tecnológicos pode ser identificada na universidade. A morbidade de professor pesquisador da universidade pública mercantilizada é relacionável a práticas assentadas na competição, pragmatismo e na ideologia do produtivismo acadêmico”. (SILVA, 2013:25). Sem dúvida essa afirmativa pode ser aplicada ao segmento técnico-administrativo e demais trabalhadores na universidade, consideradas suas especificidades.

³ LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário. S.P., Hucitec, 1989. SELLIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. S.P., Cortez, 2011.

⁴ Importante e vasto estudo do processo histórico da luta pela saúde dos trabalhadores encontra-se em Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel de; Oliveira, Maria Helena Barros (orgs) Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Educam, Rio de Janeiro, 2011.

⁵ O Modelo Operário Italiano nasceu com a proposta de modificar conceitos e romper com o paradigma no qual a defesa da saúde deveria ficar a cargo das instituições oficiais. Assim, o saber operário passou a ter fundamental importância na construção de um novo ambiente de trabalho, já que a vivência operária detinha as informações e impressões da realidade vivida (ALONSO, 2007 apud PAIVA E VASCONCELLOS, 2011:385). (...) A participação ativa do trabalhador, o conhecimento e a sua autonomia possibilitaram, pouco a pouco, a construção do conceito de não delegação, cujo significado implica em não delegar à técnica tradicional e instituída e à gestão político-institucional o direito do controle das condições do ambiente de trabalho (2011:387).

⁶ Numa outra abordagem mas de importante contribuição, estudo desenvolvido por Christophe Dejours em seu célebre A Loucura do Trabalho (1992) destaca a vivência do trabalhador sobre seu adoecimento (seu sofrimento), para além da significação individual, como um reflexo do que o autor chama de “sistema coletivo de defesa contra a doença”. A negação do adoecer é parte da tentativa de sobrevivência material e subjetiva dos trabalhadores. Isso nos remete à questão: até que ponto eles se percebem com direito de adoecerem? Destaca, o autor, a importância de uma escuta qualificada desse trabalhador, a partir do que revela sua fala “Os doutores não escutam a gente. É preciso ir rápido. A gente tem a impressão que eles não acreditam em nós.” (1992:31).

⁷ O ser social e sua subjetividade são históricos. “O sujeito ontológico de Lukács é um sujeito coletivo, de decisões potencialmente alternativas que incluem a singularidade dos indivíduos. (...) Indivíduos subsumidos à força objetiva podem estabelecer uma relação de estranhamento com a objetividade (...). E este estranhamento mobilizar alternativas, potência e ato de alargamento do horizonte de possibilidades da causalidade posta.” (SILVA, 2013: 20-21)

⁸ O Decreto 7.602 de 07/11/2011 que trata da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador e estabelece as competências dos Ministérios do Trabalho e Emprego, Saúde e Previdência.

⁹ Documento Tendências Mundiais de Emprego da OIT 2010: (...) estima-se que o percentual de trabalhadores com empregos vulneráveis (a soma de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares) em nível internacional supera a 1,5 bilhão de pessoas, o que equivale a mais da metade (50,6 por cento) da força de trabalho global. Acesso internet em 04/06/2014.

¹⁰ Sobre análise crítica da constituição da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, criada pela portaria GM/MS 1.679 de 19 de setembro de 2002, ver LEÃO E VASCONCELLOS (2011: 453-489).

¹¹ “A ‘libertação da palavra’: se 1968 parece como uma data representativa na história da relação saúde-trabalho, é primeiramente em razão do desencadeamento verbal ocorrido durante os acontecimentos de maio de 68. No centro do discurso encontramos a luta contra a sociedade de consumo e contra a alienação.” (Dejours, Christophe, 1949- A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.” Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo. Cortez-Oboré. 1992. 5ª ed. Ampliada.

¹² No âmbito estadual, o corte previsto no orçamento da UERJ em 2015, está na ordem de 91 milhões (ver site diplan.uerj.br). Pelo governo federal, o contingenciamento para as universidades federais é de 30% e do 10 bilhões para o SUS (através da PCE 358 do orçamento impositivo), impactando sem dúvida na política pública de educação e de saúde.

¹³ VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão realizado em Niterói, Rio de Janeiro, no ano de 2010, debateu estudos sobre o tema.

Recebido em 5 de maio de 2015. Aprovado em 15 de junho de 2015.

Entrevista **Margarida Barreto**



Foto: Marcos Bergamasco/TCE

O assédio moral "retira do homem a sua humanidade"

O trabalho pioneiro da professora Margarida Barreto, “Uma jornada de humilhações”, é considerado, hoje, um marco no debate sobre assédio moral no trabalho, no Brasil. Resultado da pesquisa para a obtenção do título de mestre no Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em maio de 2000, a dissertação rapidamente extrapolou o círculo universitário, transformando-se em matéria de meios de comunicação não acadêmicos, em subsídio para discussões no mundo sindical, e até mesmo no âmbito jurídico.

Após o primeiro impacto provocado pela pesquisa, outras obras foram lançadas no país ao longo da última década, ampliando o conhecimento sobre o fenômeno e motivando a criação de mais de 80 projetos de lei em diferentes municípios do país, que objetivam inibir as práticas de assédio no ambiente de trabalho.

Roteiro: Sérgio Franklin
Supervisão: Perciliana Rodrigues

Por tudo isso, a professora Margarida Barreto é uma das principais referências para o estudo desta questão no Brasil, mantém um portal na Internet, com um numeroso e diverso acervo sobre a matéria (assediomoral.org) e participa de cursos e palestras em todo país para discutir o tema. Em meio a tantas atividades, que são desenvolvidas junto às que exerce como professora visitante na PUC/SP e no seu consultório médico, ela aceitou responder por *e-mail* às questões propostas por Advir.

“Uma das faces da violência genérica, o assédio moral no mundo trabalho tem se agravado nos últimos trinta anos, com as reformas do capital e adoção das políticas neoliberais. Neste contexto, o surgimento de novas formas de pressionar os trabalhadores por mais produção, implicando na sobrecarga de tarefas, na precarização das condições de trabalho, na deterioração das relações de amizade e ajuda mútua, com o estímulo à competitividade, estão diretamente relacionadas com o aumento de atos de violência moral e, logo depois, o emprego de estratégia mais sutil, que denominamos como assédio moral”, atesta a pesquisadora Margarida Barreto.

Os atos de violência e constrangimento aparecem, então, nas relações sociolaborais como a parte manifesta deste todo organizativo. Nesta entrevista à Advir, a professora Margarida Barreto ressalta que seria um simplismo considerarmos o assédio uma questão de personalidades, de caráter ou que a violência é inata e vive em nós: “Se assim pensamos, fica fácil imputar a responsabilidade destes atos aos próprios trabalhadores, como se a empresa não tivesse qualquer responsabilidade na pressão moral generalizada a que todos se submetem”.

A entrevistada aborda ainda as consequências do assédio moral para a saúde do trabalhador. “Estar exposto a humilhações repetitivas e atos de violência durante toda a jornada de trabalho é devastador. Não somente causa transtornos à saúde, mas, extingue a esperança no futuro, desintegra o vínculo social, fortalece o individualismo predador, corrói a cooperação e a confiança, derrota a solidariedade e retira do homem a sua humanidade”, esclarece.

Leia, a seguir, a íntegra da entrevista.

Advir: Na definição sobre “O que é assédio Moral” expressa no blog assediomoral.org, afirma-se que este não é um fenômeno novo. Novas seriam a intensificação, a gravidade, a amplitude e a banalização do fenômeno, além da abordagem que tenta traçar um nexo causal com a organização do trabalho e não como algo inerente ao trabalho. Fale-nos um pouco sobre isso. A definição refere-se aqui à organização do trabalho no sistema capitalista como um todo ou é possível identificar uma maior incidência do assédio em alguns tipos de atividades econômicas?

Margarida Barreto: Sim, o assédio laboral enquanto uma das faces da violência genérica é um fenômeno difundido no mundo do trabalho, em todos os continentes, e que tem se agravado nos últimos trinta anos, com as “reformas” do capital e adoção das políticas neoliberais que buscam e impõem uma planificação racional, local e simultaneamente defendem a não participação do Estado na economia, na medida em que creem que Estado emperra e impede a existência de um mercado livre entre os diferentes atores econômicos.

Daí, tantas mutações iniciadas no final dos anos setenta, quando o programa neoliberal foi implantado. Foram ações que visavam a minimizar o Estado, via reestruturações e programas de demissão incentivada ou voluntária (PDI e PDV) assim como a adoção de novas formas de gestão, seguindo a lógica empresarial de um Estado mínimo, enxuto e ágil. No início dos anos oitenta, a perspectiva era a de que tanto a economia como a política atuassem de forma independente, sem qualquer intervenção política na economia. É justo neste período

que se intensificam as terceirizações silenciosamente e, em especial, sob a batuta da “medicina de grupo”, que emergiu com força e exigia dos profissionais médicos ser pessoa jurídica, como promessa futurística de serem donos da empresa para a qual trabalhavam. E aqui, se ponderarmos sobre o surgimento de novas formas de pressionar os trabalhadores por mais produção, vamos constatar que o aumento de atos de violência moral e, logo depois, o emprego de estratégia mais sutil, que denominamos como assédio moral, está relacionado com a sobrecarga de tarefas, a precarização das condições de trabalho, a deterioração das relações de amizade e ajuda mútua, o estímulo à competitividade, ao individualismo, enfim com os novos modos de organizar e administrar o trabalho.

Neste ponto, é importante lembrarmos que o todo organizativo vai se manifestar nas partes (os trabalhadores), daí os atos de violência e constrangimento aparecerem nas relações sociolaborais como a parte manifesta deste todo organizativo. Se dicotomizarmos o todo das partes, talvez sem querer, colocaremos a responsabilidade dos atos de violência na personalidade de alguém, culpabilizando pessoas. Mas, pessoas dentro de uma instituição, pública ou privada, fazem parte de um corpo organizacional e devem se submeter às normas e preceitos vigentes na organização. Entretanto, isso não significa aceitar a violência como algo natural e normal, pois é torná-la ainda mais violenta. Se dissermos que a violência é própria das relações laborais, é como se ela tivesse vida própria e já não nos causa repulsa, pois ficamos insensíveis aos seus efeitos, tornando o mundo do trabalho insignificante para a

nossa vida particular. O que seria um autoengano, pois o trabalho continua central em nossas vidas.

Por isso, não dá para você separar os atos da pressão, ameaças e agressões constantes da busca por metas, produção e maiores lucros. Menos ainda, identificar diferentes nexos causais de assédio laboral, desconectando-os do contexto, como se não houvesse uma organização por trás de cada ser humano que ali trabalha. Seria simplismo considerarmos que o assédio é uma questão de personalidades, de caráter ou que a violência é inata e vive em nós. Se assim pensamos, fica fácil imputar a responsabilidade destes atos aos próprios trabalhadores, como se a empresa não tivesse qualquer responsabilidade na pressão moral generalizada a que todos se submetem. Mesmo quando as estatísticas nos revelam dados assustadores, como, por exemplo, que 20% dos trabalhadores hoje se sentem estressados em consequência de críticas e advertências sofridas diante de colegas de trabalho ou que 49% dos casos de assédio laboral ocorrem devido à assimetria nas relações, por abuso de poder e autoritarismo constante; ou mesmo quando encontramos que 25 % dos casos ocorreram entre os colegas ou ainda que 17% é uma combinação dos dois. Por trás destes atos, na aparência individual, tem uma organização que pensa a política de gestão, que estabelece as metas e que pressiona e exige recompensas, motiva ou castiga, em busca de maiores resultados. Assim, devemos nos questionar: Quem organiza e distribui as tarefas? Quem institui normas e exige disciplina? Quem determina a política de metas, sempre ascendente? Por que castiga e humilha quem não alcança a

produção? Por que discrimina quem adoece ou aqueles que criticam a jornada exaustiva? Por que um sindicalizado é visto como um exemplo maldito? Enfim, são inúmeros atos de violência que ocorrem no dia a dia laboral, onde o reconhecimento e respeito ao fazer fica na invisibilidade, dando a impressão de que as humilhações e constrangimentos são atos isolados que ocorrem entre duas pessoas. Quando há assédio laboral, todos, absolutamente todos, ficam expostos aos atos de violência, mesmo que sejam na condição de testemunhas. E todos sofrem em silêncio e com medo.

Advir: As novas tecnologias e sua interação com o mundo do trabalho criaram, em muitos casos, formas sutis de assédio, como a extensão do tempo de trabalho para além da carga horária. Como o debate aborda esta nova relação de trabalho?

MB: Na verdade, novas formas de relações foram estabelecidas via um forte discurso que exige dos trabalhadores excelência, habilidades, capacidade de comunicação, resiliência etc. Simultaneamente, há uma falácia disseminada de que as novas tecnologias dispensam pessoal, o que justificaria as demissões e estabelecimento de novos contratos quer sejam por tempo determinado, parcial, terceirizado, subcontratado ou mesmo o home office. Com as reestruturações e mudança do discurso, vendem a ideia de que o crescimento da empresa representa o crescimento de cada um. É como se todos fizessem parte de uma grande família e, portanto, já não são trabalhadores ou operários. E, sim, colaboradores e empreendedores, flexíveis no trabalho ante um mercado altamente exigente e competitivo. Esse é um discurso forte, e

todos se sentem parte da empresa, mesmo quando sua relação é mediada por uma terceirizada.

Deste modo, a nova forma de organizar e administrar o trabalho desponta como um esforço grande da empresa em ampliar a lucratividade e minimizar os custos. Significa que o trabalho cada vez será mais flexibilizado, o que redundará em condições mais precarizantes, uma vez que a flexibilização rouba o tempo do trabalhador com sua família e amigos em prol da produção. Logo, deve estar disponível para as demandas da empresa e aceitar a realização de multitarefas, ser adaptável e, até mesmo, aceitar certa mobilidade geográfica, a depender das necessidades da empresa. Fica fácil compreendermos “o porquê” da implementação de reestruturações e demissões ou do fechamento de postos de trabalho, retirada de benefícios, alteração de jornadas e quem permanece na empresa, se submete, mesmo que sobrecarregado e fazendo o trabalho por dois ou mais!

Na medida em que a organização do trabalho se fundamenta exclusivamente no aspecto econômico, não há tempo para laços afetivos ou solidariedade. Os contratos de trabalho, de alguma forma, legitimam a competição acirrada em todos os níveis, individualizam as culpas e os prejuízos pelo não atendimento de metas descabidas, tornam facilmente a empresa uma pessoa jurídica nômade, sem responsabilidades locais; coloca a guerra econômica como o alibi para justificar a sobrevivência da empresa a qualquer custo e gera um ambiente de trabalho no qual o abuso de poder, o autoritarismo enquanto atos de violência, faz morada permanente e todos lutam, quase inconscientes, pela per-

manência na “sua” empresa. Mais que isto, a empresa os faz sentir que, hoje, ter um emprego é uma dádiva e, por isso, devem se submeter a qualquer demanda sem pestanejar, visto que são privilegiados. Daí, em muitos casos, ter um emprego com alto salário é motivo de sujeição e, simultaneamente, chantagens e corrupção. Quando nada vai bem ou os lucros não estão além do esperado, todos são expostos às cobranças, às pressões, às ameaças, aos atos de humilhações e discriminações no ambiente de trabalho. E, se algo perturba o equilíbrio econômico da empresa, lança-se mão das demissões. Simples assim.

E quem serão os demitidos, preferencialmente? Os mais velhos de casa, os altos salários, os adoecidos. Nessa hora, é comum encontrarmos certa corrosão do caráter, quando um trabalhador se alia ao superior hierárquico, por exemplo, para perseguir um colega de trabalho que lhe parece concorrente, submetendo-o a todos os tipos de vexames e humilhações, reproduzindo os comentários negativos que escutam, fazendo cobranças e críticas permanentes ou, mesmo, isolando um colega por medo de tê-lo na equipe e não ultrapassar a meta instituída, o que colocaria em risco, também, o seu emprego. Nessa conjuntura, o clima organizacional é tenso, nefasto, tendo, com frequência, a complacência da empresa, que nada faz ou até aproveita a insegurança coletiva para ampliar as demissões, implantar o medo e sujeições. Resumindo, poderíamos dizer que existe, socialmente, uma permanente pressão para desregular o trabalho e reduzir os direitos dos trabalhadores; uma constante política de ampliação das práticas flexíveis de contratação da força de

trabalho; um aumento dos mecanismos de individualização das relações de trabalho, o que leva à fragmentação dos laços afetivos e de solidariedade; há um novo discurso empresarial em que todos os trabalhadores devem ser empreendedores, parceiros e colaboradores; vem aumentando as terceirizações e até quarteirizações, o que tem contribuído para o aumento dos casos de assédio moral e aparecimento de novas doenças.

Advir: Que efeitos sobre a saúde dos trabalhadores tais relações de trabalho podem provocar?

MB: Vários, em especial efeitos sobre a saúde mental. Estar exposto a humilhações repetitivas e atos de violência durante toda a jornada de trabalho é devastador. Não somente causa transtornos à saúde, mas, extingue a esperança no futuro, desintegra o vínculo social, fortalece o individualismo predador, corrói a cooperação e a confiança, derrota a solidariedade e retira do homem a sua humanidade. Muitas vezes, para enfrentar o sofrimento, o trabalhador acelera o ritmo, para demonstrar que é capaz, mesmo que isso signifique estar trabalhando acima de suas condições de saúde físicas/mentais.

Esse aspecto – acelerar o ritmo – gera sofrimento e contribui para o aparecimento de um quadro de depressão e, simultaneamente, de punições, quando não se alcançam as metas instituídas. Logo, a violência no local de trabalho não é uma abstração, ela é um processo objetivo entre atores objetivos e deixa consequências explícitas, ainda que, no mundo atual, o emprego esteja se transformando em algo precário e com ritmo intensificado. A banalização da violência no ambiente de trabalho não deixa

espaço para nenhuma gramática de construção de diálogo, visto que cada um está ocupado com a própria sobrevivência e imposição da produtividade. Um trabalhador que sofre apresenta vários distúrbios, que podem começar com um mal-estar que se acentua no tempo, dando lugar ao aparecimento de transtornos emocionais, tais como medo constante, tristeza, angústia, ansiedade, insegurança, estresse e que pode caminhar para depressão, síndrome do pânico, Burnout, ideações suicidas ou mesmo culminar com o suicídio, se ocorre simultaneamente uma demissão.

Advir: Qual o papel das equipes de saúde na atuação e prevenção do assédio moral?

MB: De grande importância, pois devem saber acolher, ouvir respeitosamente, sem julgamentos morais e compreender a dor do outro. Este é um grande desafio para todos os profissionais do campo da saúde. Devem pensar e realizar reuniões com todo o coletivo da alta hierarquia ao chão da empresa, esclarecendo o malefício dessas práticas, tanto para a empresa como, em especial, para os trabalhadores. É necessário pensar estratégias de combate à violência que poderia começar com um programa objetivo e direto de “tolerância zero à violência” no local de trabalho, exigência de respeito ao outro e reconhecimento no saber fazer. Como em qualquer ação preventiva, há que pensar em prevenção primária, secundária e terciária, sendo esta de longo prazo. Quando falamos em prevenção primária, esta seria a informação ampla, antes mesmo de casos de assédio sexual ou moral aparecerem.

Advir: Considerando ser um fenômeno presente em todo o mundo do

trabalho capitalista, que papel as redes de cuidado, de prevenção e de formação poderão cumprir junto aos trabalhadores e suas organizações?

MB: Em primeiro lugar, refletir sobre o discurso empresarial quanto a sua missão, visão, valores, qualidade de vida, sustentabilidade e ética corporativa. Afinal, o que significa? Não se pode pensar a exterioridade do discurso como mero conceito, mas algo que diz respeito às condições objetivas e subjetivas próprias do cotidiano das políticas e práticas organizacionais, omitidas, fornecidas ou negligenciadas pelo aparato normativo, estrutural e cultural que preside as decisões nas organizações. Toda decisão ou omissão tem impactos em maior ou menor grau e todos os líderes sabem disso, em especial quando admitem que a organização funciona com base em duas composições contraditórias e complementares: a competição e a colaboração.

O segundo elemento (colaborador e colaborar), apesar de reiteradamente ser usado, está sendo substituído pelo individualismo e egocentrismo, que levam ao esgarçamento dos laços de camaradagem e a acirrada competitividade. Daí, se pensarmos em prevenção, está colocado um desafio para as redes de cuidado, os centros de referência em saúde do trabalhador, os sindicatos, as associações de trabalhadores vítimas de assédio laboral: como compreender os atos de violência e sua temível eficácia, se não compreendermos o jogo identitário ligado à situação de trabalho?

É necessário compreender o assédio moral tanto no contexto das metas, disputas, punições, castigos e salve-se quem puder quanto nas relações assimétricas e antagônicas que existem na relação capital

versus trabalho, para daí analisar as causas da violência como um problema das organizações e pensar estratégias a curto, médio e longo prazos que tenham como norte a erradicação da violência do local de trabalho e, simultaneamente, o fortalecimento dos trabalhadores para o enfrentamento coletivo de atos e violação dos direitos no local de trabalho. É fundamental compreender que se o apoio é individual, a resistência deve ser coletiva e que o trabalho de prevenção e formação deve envolver equipe multidisciplinar.

Advir: Considera-se que este debate tenha apenas 15 anos no Brasil e a referência utilizada é a sua dissertação de Mestrado sobre o assunto. Desde então, o que se verificou de mudanças no país sobre a questão, especialmente em relação à sua visibilidade e sua abordagem legal?

MB: Inúmeras pesquisas foram realizadas como dissertações e teses de doutorado tanto no campo do Direito como no da Saúde do Trabalhador, da Psicologia, da Administração, da Sociologia e Antropologia. Surgiram vários projetos de lei em quase todos os Estados. Alguns promulgaram a lei e outros, vetaram. Hoje contamos com um dia nacional – 2 de maio – como o dia de combate ao assédio moral. Atualmente, há maior conhecimento dos trabalhadores acerca dos seus direitos e, conseqüentemente, maior compreensão de que o assédio moral constitui uma violação à sua dignidade, sua saúde e direitos fundamentais, constituindo, conseqüentemente, uma constelação de danos. Surgiram várias associações de vítimas de assédio e núcleos de estudos por todos os países. Houve um maior envolvimento do

Ministério do Trabalho e Emprego, que conta com núcleos de combate a discriminações em todo o país, atendimento e fiscalização. Em sua esfera, o Ministério Público do Trabalho tem agido de forma exemplar, aplicando o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) a muitas empresas que são denunciadas por abuso de poder e práticas coletivas de violação aos direitos e assédio moral. Mas, apesar de termos avançado, ainda falta muito!

Advir: Face à atual conjuntura de precarização do trabalho e rebaixamento dos direitos (vide PL 4330) e maior isolamento das categorias de trabalhadores em seus diferentes vínculos, como o assédio moral pode ser combatido?

MB: Para erradicar essas práticas, é necessário refletir sobre um novo modo de organizar o trabalho, na qual os trabalhadores tenham autonomia, participem da gestão, haja transparência de ações, sejam respeitados e reconhecidos no seu saber-fazer.

Entretanto, faz-se necessário não somente o envolvimento dos movimentos organizados, mas, fundamentalmente, compreender que o assédio laboral, apesar de se manifestar entre duas ou três pessoas, é uma questão organizacional e que abrange tanto a gestão quanto a cultura organizacional. Assim, ao pensar um processo organizacional, é preciso que este não prejudique ou viole direitos, que valorize a experiência de cada um, até porque os trabalhadores são seres que têm história, têm experiências e que estas devem ser respeitadas e valorizadas. Lembrar sempre que os trabalhadores não funcionam com controle remoto, ou dizendo de outra forma:

enquanto os dirigentes sindicais encaminharem um trabalhador que sofre para o advogado ou médico, o problema continuará no espaço fabril, pois um trabalhador assediado exhibe a organização de trabalho, fala das relações antagônicas, afirma a complexidade das relações e nos mostra a situação real das relações.

É necessário conhecer e pensar ações práticas que tenham como objetivo a transformação da organização de trabalho e das relações sociolaborais. Em uma mesa de negociação, não dá para aceitar que houve mudanças quando a cultura organizacional continua aprovando comportamentos de assédio moral ou não reconhece essa prática como problema de sua responsabilidade. É necessário que a pauta de lutas inclua o emprego seguro, sem mudanças repentinas na organização associadas a níveis extremos de exigência laboral; que a comunicação no local de trabalho deixe de ser escassa e as ordens confusas; que não continue a existir um péssimo relacionamento entre os “colaboradores” e a alta hierarquia e que a cultura organizacional estimule ou seja indiferente ao não atendimentos das necessidades fisiológicas; que as relações deixem de ser marcadas pela falta de respeito ao outro, pela fofoca disseminada e muita rivalidade entre colegas. Logo, há que sensibilizar, ouvir, formar, aprofundar a reflexão sobre a relação capital-trabalho e resistir coletivamente, exigindo mudanças mais amplas e necessárias. Unicamente encaminhar o assediado a outro foro e achar que a questão está resolvida seria um grande equívoco!

Advir: Segundo o blog, há hoje aproximadamente 80 projetos de lei que

visam à criminalização do assédio moral no Brasil, e alguns estados, como Rio e São Paulo, onde já há legislação sancionada. É possível assinalar mudanças de padrão com relação ao assédio nos locais em que já há legislação em vigor?

MB: Há categorias que avançaram na compreensão do assédio laboral como, por exemplo, a dos bancários, dos metalúrgicos, dos químicos, de telemarketing e professores. Entretanto, lembro que existir uma lei não significa que ela, por si, tenha vida, mesmo que reconheça que ela facilita os advogados, promotores e juizes, na hora da sentença e indenização. Mas, fazem-se necessárias ações.

O que devemos compreender é que o sofrimento da classe-que-vive-do-trabalho é cada vez mais intenso, em consequência das jornadas estendidas e sobrecarga de trabalho. Este aspecto levou ao surgimento de um fato interessante: todo ato de ameaça, agressão, ofensa que exija uma tomada de posição do trabalhador ou mesmo que gere uma exigência moral associada a humilhação, é comumente confundido como assédio laboral. O assédio pressupõe a repetição das desqualificações, ameaças e humilhações, durante a jornada de trabalho. Implica a exigência contínua de metas inatingíveis e ascendentes associadas a pressão moral generalizada.

Deste modo, se for um ato de violência, consideraremos como um dano moral e, neste sentido, poderíamos dizer que todo assédio é um bloqueio ao outro, um cerco que se estabelece como tática pedagógica, constituído por um conjunto de ações que degradam as condições de trabalho e causam sofrimento, daí o assédio constituir-se em uma constelação de danos morais que

quebra a vontade, desestrutura a personalidade, causa mal-estar e desânimo generalizado.

O assédio moral tem como marca distintiva a repetição de humilhações, constrangimentos, rebaixamentos, isolamento e outros atos de violência ao longo da jornada de trabalho e marca definitivamente o trabalhador, que se sente totalmente desmotivado e vê destruída a sua vontade.

A Lei Nº 11.948, de 16 de junho de 2009, veda empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a empresas que tenham prática de assédio moral e isso foi um avanço muito grande, pois o texto afirma, em seu Art. 4º, que: “Fica vedada a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BNDES a empresas da iniciativa privada cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente”. Mas, para que o texto legal tenha vida, é necessário que os trabalhadores e seus representantes lhes deem vida, exigindo sua implantação prática, até porque o sujeito da práxis não é o individuo isolado, mas a coletividade histórica.

Advir: A eficácia da lei depende, obviamente, da constituição da denúncia e esta de que haja informação da vítima sobre o estatuto criminal do assédio. Como você avalia esta produção de informação sobre o assunto hoje. Foi realizada alguma propaganda institucional sobre a lei do assédio moral?

MB: Sim. Anteriormente, disse a importância que tem nesta luta os Ministérios Públicos do Trabalho (MPTs) e o Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE), com campanhas e propaganda institucional via outdoors, audiências, seminários, atuação de fiscalização dos termos de ajustes de conduta e etc. Quase todas as categorias fizeram campanhas, cartilhas, folders, seminários, audiências públicas, montaram peças teatrais e histórias em cordel, condenando a prática. Os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador abraçaram as campanhas de enfrentamento à violência e até houve um sindicato, em Minas Gerais, que realizou concurso de monografias sobre o assédio moral, para dar maior visibilidade ao tema. Todas essas ações têm contribuído para maior visibilidade social do assunto.

Advir: Hoje, parece haver uma disseminação maior do debate sobre o assédio no serviço público. Há dados sobre como este debate ocorre no setor privado?

MB: Várias pesquisas apontam maior conhecimento do tema no meio empresarial e, conseqüentemente, identificação e não aceitação dessas práticas no local de trabalho. Talvez pela grande soma em dinheiro que perdem, quando são obrigadas a indenizar um trabalhador ou o coletivo que sofreu o assédio moral. Talvez porque compreenderam que, em um mundo das aparências, ter sua imagem arranhada não é um bom negócio. Mas, não nos enganemos. As empresas têm bons profissionais que estudam e pesquisam o tema, visando a um menor impacto nos negócios e na imagem da empresa. E, assim, criaram um “seguro” contra as perdas que um processo pode lhes causar.

Advir: E a prevenção? Como poderíamos constituir uma metodologia de

prevenção a casos de assédio moral no trabalho?

MB: Hoje, há consenso quanto às causas do adoecer em consequência do assédio moral e que frequentemente estão relacionadas aos fatores organizacionais, sem esquecermos que há fatores psicossociais transversando as relações sociais. Logo, é necessário garantir um enfoque multidisciplinar (com médico, psiquiatra, psicólogo, assistente social e advogado) em benefício das pessoas que sofreram o assédio.

Outro aspecto que é fundamental: devemos pensar estratégias de mudanças voltadas para médio e longo prazos, visando a mudar a forma de organizar o trabalho e garantindo o respeito, reconhecimento e autonomia dos sujeitos. Também é preciso levar em conta que o combate à violência laboral deve ser contínuo, e, por isso, insisto em que devemos buscar a causalidade, não somente indo à raiz dos problemas, mas, em especial, submergindo nas entranhas da relação capital e trabalho e encontrar suas contradições. Excluir essa dimensão é abstrair-se da realidade concreta, pois o assédio laboral deve ser compreendido como um risco não visível derivado dos modos de organizar e administrar o trabalho; das condições laborais estabelecidas e vetores psicossociais assumidos; da cultura organizacional que induz a reproduzir as fofocas e boatos pelo “ouvir dizer” do senso comum, contando com total tolerância dos gestores a essa nefasta cultura do disse-que-disse.

Advir: Quais as maiores dificuldades encontradas?

MB: Há muitos pesquisadores a serviço das empresas e não dos trabalhadores e,

muitas vezes, tentam confundir, dividindo o assédio em vários tipos ou focando na questão individual, sem qualquer vínculo com o processo produtivo. Há os que creem que o assédio é uma doença, quando, na verdade, essa prática constitui um fator de adoecimento. Outros tentam ridicularizar e banalizar a violência, afirmando que há uma “indústria do assédio”, minimizando os “gritos de sofrimento” dos trabalhadores. Existem ainda decisões judiciais, que, ao indenizar um trabalhador com ínfimo valor, pagando-o em prestações, o faz sofrer nova punição. Digo isso, pois nenhum trabalhador vai a justiça por dinheiro e, sim, pela violação de seus direitos, até porque dignidade não tem preço! Quando uma pessoa é humilhada reiteradamente, são seus direitos fundamentais que foram violados: o direito a honra, aonde sua reputação pessoal foi ultrajada, golpeando sua integridade moral. Uma pessoa que sofre o assédio tem impedida a sua comunicação pelos ataques

que sofre em consequência de sua convicção política ou religiosa; é desrespeitada em sua dignidade profissional, quando lhe passavam trabalhos de qualificação inferior porque questionou as decisões técnicas ou porque seus méritos foram menosprezados. Estes aspectos não tem preço! E um julgamento não pode constituir mais um rebaixamento e ofensa à sua dignidade! Se a empresa e seu preposto ofensor forem obrigados a pedir desculpas à vítima de assédio, em frente a todos os trabalhadores, pelos atos cometidos, isto será bem-vindo, devido ao cunho pedagógico da ação, tanto para o gestor como para empresa, que responde solidariamente nas ações. Entretanto, o ato de pedir desculpas não suprime a reparação financeira, servindo apenas como atenuante na fixação da pena e da reparação por dano moral, o que torna fundamental pensar estratégias coletiva de defesa contra o sofrimento causado pela organização.

Suplemento Especial

Golpe Empresarial-Militar no Brasil de 1964: Perspectivas

DISCIPLINAR O CAPITAL ESTRANGEIRO: O TRABALHISMO E O ANTI-IMPERIALISMO DE SÉRGIO MAGALHÃES

Roberto Bitencourt da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF
Professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro -
Faeterj-Rio/Faetec/SECT-RJ e coordenador do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*
em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação

Resumo:

O artigo tem como objetivo destacar determinadas ideias trabalhistas, assim como a sua recepção entre opositores e críticos conservadores. De maneira delimitada, o estudo toma como objeto de análise o pensamento econômico e político do deputado federal Sérgio Magalhães, que integrou, no intervalo temporal de 1954 a 1964, as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro. Propósito adicional do artigo representa o destaque concedido às propostas trabalhistas, de natureza anti-imperialista, sobretudo propugnadas por Magalhães, como mote para a identificação de algumas razões para o golpe civil-militar de 1964. O recorte temporal priorizado consiste nos anos de 1959 a 1964 e o trabalho se insere na linha de estudos da História das Ideias.

Palavras-chave: Sérgio Magalhães. Trabalhismo. Anti-imperialismo.
Golpe civil-militar de 1964.

Disciplining the Foreign Capital: The Labourism and The Anti-imperialism of Sérgio Magalhães

Abstract:

The article aims to highlight certain ideas of labor, as well as their reception among conservative critics and opponents. In a restrict way, the study has as object of analysis the economic and political thought of Sergio Magalhaes, a Brazilian Congressman, who joined between 1954 and 1964 the Brazilian Labour Party. Additional purpose of this article is the emphasis given to labourists proposals, mainly advocated by Sergio Magalhaes, to identify some reasons for the 1964 coup. Furthermore, this research prioritizes the years from 1959 to 1964. The work is part of studies in the History of Ideas.

Keywords: Sérgio Magalhães. Labourism. Anti-imperialism. Civil-military coup of 1964.

Apresentação

A palavra *esquerda* conforma uma categoria conceitual controversa, de modo que é oportuno oferecer alguma definição deste termo que utilizarei com certa frequência. Isso por que é das ideias de uma tradição política das esquerdas brasileiras, o trabalhismo, que o texto trata. Assim, o estudo está assentado em dois parâmetros explicativos: de um lado, recorre ao critério social, político e economicamente igualitário adotado por Bobbio (2001). Quanto mais os atores individuais e coletivos estiverem atentos à oferta de respostas igualitárias aos problemas da sociedade, e em acordo com a ampla participação nas decisões que afetam a todos/as, mais à esquerda aqueles se encontram. De outro, apoio-me na perspectiva de Rodrigues (2002, p. 36-37), que assinala a díade Estado/mercado. Quanto mais favoráveis à intervenção estatal na economia – ou, por outra, quanto menos adeptos da proeminência da empresa privada –, maiores as propensões dos sujeitos políticos encontrarem-se situados à esquerda. Essas considerações prévias são necessárias, pois irei abordar iniciativas, propostas e ideias que marcaram um período da História Republicana Brasileira, em que a esquerda possuía contornos ponderavelmente nítidos. Fenômeno distante do que experimentamos nos últimos anos.

Com base nos aludidos critérios, se pode afirmar que o trabalhismo representou a corrente política mais expressiva das esquerdas no regime democrático de 1946. Alcançou hegemonia no início da década de 1960 com as suas Reformas de Base – largo conjunto de reformas sociais, políticas e econômicas que figuraram como os principais itens da agenda pública nacional até o golpe civil-militar de 1964. O trabalhismo compartilhou um mesmo terreno progressista com comunistas, socialistas e setores católicos. Foi o alvo principal do golpe perpetrado em 1964. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo destacar determinados projetos e ideias trabalhistas, assim como a sua recepção entre os opositores e os críticos conservadores, em particular. De maneira delimitada, tomo como objeto de análise o pensamento econômico e político do engenheiro e deputado federal Sérgio Magalhães, destacado líder do diretório carioca do Partido Trabalhista Brasileiro. O recorte temporal explorado consiste nos anos de 1959 a 1964.

Se em nossos tempos o trabalhista Sérgio Magalhães encontra-se relegado ao esquecimento – efeito dos caminhos e descaminhos da memória política nacional forjada a partir do golpe –, contudo, ele personificou uma das principais lideranças das esquerdas brasileiras, entre 1955 e 1964. Foi um dos fundadores e mais atuantes membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), lançada em 1956, tendo sido seu presidente no candente intervalo dos anos de 1963-64. Formulou e defendeu uma miríade de projetos parlamentares que visavam disciplinar e inibir a participação do capital estrangeiro na economia nacional, de sorte a promover o que Magalhães entendia como a “emancipação econômica frente ao imperialismo”. Instituir limitações à remessa de lucros das corporações estrangeiras aos seus países-sede correspondeu ao tema pelo qual o deputado ganhou notoriedade, entre os seus contemporâneos.

Defensor das Reformas de Base preconizadas pelo governo do seu correligionário e presidente da República, João Goulart (1961-64), Sérgio Magalhães destacou-se também pelo exercício de uma intensa atividade pedagógica. Publicou livros, artigos e opúsculos que abordavam os seus projetos parlamentares e os seus diagnósticos acerca dos entraves ao desenvolvimento social e econômico do país. Sistemáticamente, publicou artigos de opinião em *O Semanário*, periódico que circulou entre os anos de 1956 e 1964 e que divulgava as ações e os ideais da FPN (DELGADO, 2003, p.149). Dedicado a veicular valores e informações políticas aos diferentes estratos da sociedade brasileira, por meio da circulação de textos lançados na esfera pública, com efeito, não é demasiado classificar o personagem como um “intelectual orgânico” do trabalhismo, para usar a oportuna categoria conceitual gramsciana.

Em conformidade com um pressuposto das análises associadas à História das Ideias, importa sublinhar que os intelectuais exercem uma significativa influência sobre a produção e a circulação de ideias. Sobretudo no período em questão, tendiam a orientar a conduta política e os sistemas simbólicos dos indivíduos e dos grupos sociais (ALTAMIRANO, 2007). Por conseguinte, a premissa teórica que norteia o estudo toma por referência as ponderações feitas por Pocock (2003, p.68): “A criação e a difusão de linguagens é, em grande medida, uma questão de autoridade das elites intelectuais”.

É plausível argumentar que as ideias de Sérgio Magalhães consistem em um recorte de análise sobre as propostas e as iniciativas do PTB, durante parte do regime democrático de 1946. Igualmente, permitem compreender algumas razões para as hostilidades dos setores conservadores e liberais ao trabalhismo, que culminaram no golpe civil-militar de 1964.

Perspectiva econômica e política: anti-imperialismo, nacionalismo e participação popular

As ideias econômicas e políticas esposadas por Sérgio Magalhães, durante o período em que atuou pelo PTB (1954-64), partem da análise sobre as características do concerto internacional dos povos e o perfil da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho. É no marco dessas reflexões que o pensamento trabalhista de Sérgio enreda diagnósticos sobre a economia brasileira e propostas de superação dos obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico, bem como atribui uma ênfase à dimensão participativa da democracia. Entre os anos de 1959 e 1964, expressando fecunda atividade intelectual, o personagem publicou diversos textos em jornais, livros, coletâneas e revistas.¹ Sérgio possuía relações com diferentes organismos intelectuais convergentes com ideias de esquerda, como a *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Jr., e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Estritamente no tocante ao ISEB, foi “bastante assessorado” por seus professores, como Roland Corbisier (MAGALHÃES, 1983).

Alguns escritos de Sérgio Magalhães tinham em vista divulgar e fazer circular os seus projetos parlamentares. Outros, de maior fôlego, exploravam questões mais abrangentes, mobilizando princípios políticos que deram corpo à sua perspectiva trabalhista e ao seu nacionalismo econômico. Pensamento econômico e político tributário do influxo das ideias, dos valores e das preocupações do seu tempo, os escritos do autor não deixavam de guardar proximidades com algumas categorias conceituais operadas pelo pensamento econômico heterodoxo latino-americano, refiro-me à CEPAL, e pelo marxismo.

Sérgio Magalhães (1960, p.97) concebia a ordem internacional dividida na “dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento”. Os países desenvolvidos conformariam um pequeno núcleo de nações industrializadas e os subdesenvolvidos estariam mergulhados nas sombras do colonialismo e do pauperismo. A pujança econômica e a qualidade de vida, de um lado, guardariam estreita relação com a opressão e a miséria, de outro. Assinalando as assimétricas relações internacionais estabelecidas, o autor entendia que os países industrializados “não se interessam pela industrialização dos subdesenvolvidos, porque acham que estes devem continuar como fornecedores de matérias-primas” (MAGALHÃES, 1964, p.25).

O deputado trabalhista frisava que essa relação desigual entre os povos havia ganhado maior dramaticidade com a emergência dos Estados Unidos à condição de potência hegemônica mundial. A economia mundial, anterior à posição alcançada pelos EUA, estava assentada em uma relação de “complementaridade econômica entre países de exportação colonial” (produtos agro-minério-pecuários) “e países avançados”. Entretanto, “uma grande modificação” veio a ocorrer com o papel assumido pela economia norte-americana. Em suas palavras: “Se trata de um país que se apresenta ao mundo tanto como grande produtor de artigos manufaturados como de produtos agrícolas”, sendo os EUA “concorrentes dos países atrasados” (MAGALHÃES, 1960, p.23-24). Ademais, o domínio técnico-científico obtido pelas nações “superindustrializadas” permitia a elas atenuar as suas necessidades de compras da produção primária das nações subdesenvolvidas, pois aquelas aplicavam o conhecimento tecnológico de sorte a elaborar produtos substitutos, sintéticos (IDEM, p.123).

Com o incremento tecnológico das potências capitalistas, aumentavam “as exigências dos povos subdesenvolvidos, visivelmente empenhados na luta contra o atraso e a miséria” (MAGALHÃES, 1960, p.28). Vista a industrialização como uma necessidade urgente para os países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil, todavia, limitações de outra ordem se faziam presentes: os empréstimos de governos das nações subdesenvolvidas junto aos EUA, em especial obtidos no EXIMBANK – órgão oficial creditício dos EUA. Empréstimos que poderiam proporcionar recursos financeiros canalizados para a industrialização dos “países atrasados”, mas que, “além de escassos, estão sempre condicionados à realização de compras nos próprios Estados Unidos” (MAGALHÃES, 1959 a, p.13). Acompanhando a sua reflexão, os empréstimos tinham como contrapartida o estímulo à própria indústria americana.

Nesse cenário, o capital sediado nos “países altamente industrializados” representava “excedente” que precisava encontrar “meios para escoar”, consistindo a exportação de capital “necessidade imperiosa” para aqueles países. Uma nação “subdesenvolvida presta serviço à superindustrializada quando recebe capitais desta” (MAGALHÃES, 1959 b, p.5). Ao invés de proporcionar benefícios compartilhados entre as nações que sediavam e as que recebiam os investimentos, de acordo com Magalhães (1959 c, p.301-303) o único propósito do capital estrangeiro era o de “operar a repatriação do capital e dos lucros fabulosos que auferem nos países de economia colonial”, amortizando o “investimento num prazo extremamente curto”. Adicionalmente, recebia “favores e estímulos fiscais e cambiais que o torna muito oneroso ao país” (MAGALHÃES, 1962, p.11). Alguns desses “favores” consistiam nas garantias oferecidas pelo governo brasileiro aos empréstimos firmados pelas corporações estrangeiras com bancos internacionais e sediados no Brasil, bem como uma legislação débil, que permitia a remessa ilimitada de lucros para o exterior, favorecendo a superioridade da “parte reinvestida” – isto é, apoiada em recursos e lucros alcançados no mercado brasileiro – em relação “ao ingresso de capital” propriamente estrangeiro e “novo” (MAGALHÃES, 1960, p.18). Com efeito, o intelectual trabalhista entendia que a economia brasileira, apesar da escassez de recursos, longe de ser importadora, era “exportadora de capitais”. Em sua avaliação, “o capital alienígena tem desempenhado em nosso País o papel de bomba de sucção de recursos” (MAGALHÃES, 1960, p.16). Em comunhão com esse esquema de percepção, Sérgio teve a companhia, entre outros, do igualmente trabalhista Leonel de Moura Brizola.

Nessa conjuntura, estava a ocorrer um processo de “reforçamento do setor estrangeiro da economia nacional”, segundo Magalhães (1960, p.14-15) estimulado pela Instrução no.113 da SUMOC, editada em 1955 – SUMOC, órgão federal que desempenhava a atribuição de autoridade monetária antes da criação do Banco Central. A norma governamental liberava a importação de máquinas e equipamentos, independentemente da existência de um parque fabril já instalado e que poderia prover esses bens às empresas estrangeiras atuantes no país (MAGALHÃES, 1960, p.14-15). Com base no diagnóstico delineado, Magalhães (1964, p.27) assinalava que o Brasil havia se tornado um “quintal do imperialismo”.

No curso do tempo, ajustando e modificando suas propostas legislativas consoantes ao intento de disciplinar, senão mesmo restringir, a atuação das corporações internacionais no país, em conformidade com a dinâmica da correlação de forças políticas, Sérgio Magalhães progressivamente defendeu iniciativas rigorosas naquele sentido. Menciono três propostas do personagem, bastante ilustrativas das soluções preconizadas para a “emancipação econômica do Brasil”, conforme almejava. A primeira e mais notória tratava da limitação da remessa de lucros. Compreendia o limite máximo anual permitido de 8% de lucros sobre o capital originariamente investido pelas corporações internacionais na economia brasileira (MAGALHÃES, 1959 a, p.17). Igualmente significativa era a conceituação dada aos “reinvestimentos” destas empresas. Sérgio propunha a sua definição

como “capital nacional em mãos de residentes no exterior”, de sorte a fazer com que perdessem “paulatinamente o direito de operar remessas para o exterior com base num capital que não é estrangeiro, mas fruto de rendas obtidas em nosso País” (MAGALHÃES, 1959 d, p.12-13). Acompanhando a sua perspectiva, se pode argumentar que se tratavam de iniciativas que tinham em vista a progressiva nacionalização do capital inicialmente estrangeiro e a preservação de poupança e divisas na economia nacional. Ambas as medidas advogadas por Sérgio foram acolhidas pelo Decreto-lei de janeiro de 1964, assinado pelo presidente João Goulart, na regulamentação da lei da remessa de lucros – com a diferença que o limite às remessas, no Decreto, era um pouco superior, de 10% sobre os lucros anuais. Complementarmente, afetando ao sistema financeiro, o deputado petebista propôs a proibição de empréstimos oficiais a empresas estrangeiras (MAGALHÃES, 1959 d, p.20-22) e o “funcionamento da carteira de depósito nos bancos estrangeiros” (MAGALHÃES, 1962, p.14). Os bancos e demais serviços financeiros, sob controle internacional, eram interpretados como atividades de típica “sobrevivência colonial” (MAGALHÃES, 1959 a, p.39). Por extensão, medidas que guardavam o objetivo de gerar uma industrialização autônoma, sob a justificativa de que “o Brasil pode autofinanciar a industrialização se detiver, se impedir essa criminoso evasão de recursos para o exterior” (MAGALHÃES, 1959 c, p.14).

Para o deputado trabalhista, apenas os empreendimentos econômicos controlados pelo Estado, assim como pelo capital privado nacional, poderiam gerar a ambiência favorável a um desenvolvimento econômico e social “independente”. Essa era concebida a via político-econômica que poderia permitir a “fabricação nacional de equipamentos”, promovendo um “melhor conteúdo à economia, em particular, e à sociedade, em geral” (MAGALHÃES, 1960, p.21). Tenderia, segundo a sua perspectiva, a estimular o desenvolvimento de tecnologia nacional própria, com implicações potencialmente positivas no perfil mais adensado do emprego e, em consequência, na formação educacional brasileira.

Nos escritos de 1959 e 1960, Sérgio Magalhães concedeu especial equilíbrio aos atores econômicos em evidência, enquanto agentes da mudança do sistema produtivo e da estrutura de poder nacional. Todavia, nos seus textos publicados em 1962 e em 1964 é perceptível uma ênfase maior atribuída às empresas estatais, existentes ou a serem criadas. É plausível argumentar que a intensidade das lutas interclasses e o acirramento da polarização política, nos primeiros anos do decênio de 1960, tenham contribuído para uma aposta menor no papel e no apoio da “burguesia nacional”. Em uma sociedade dependente e subalterna ao exterior, como a brasileira, em que os interesses capitalistas nacionais e estrangeiros estão, em regra, entrelaçados, importantes setores empresariais viram-se estimulados a aderir às teses da “ameaça ao capital estrangeiro e à iniciativa privada”, de acordo com Fernandes (2005, p.251-254). A “burguesia nacional” preferiu tomar os trabalhadores – acrescento, também os grupos políticos que os representavam, como o PTB de Sérgio Magalhães –, como “inimigos naturais” (FERNANDES, 2005, p.310).

No tocante aos recursos externos, Sérgio considerava “benéfico” apenas o “capital empréstimo, quando concedido ao Governo para encaminhá-lo às empresas estatais ou às empresas brasileiras de acordo com a composição do seu capital” (MAGALHÃES, 1962, p.9). Como obter tais recursos “benéficos” para a economia nacional, dadas as limitações no plano internacional? Segundo o próprio autor, “as Nações mais desenvolvidas, especialmente os EUA”, recorriam “à pressão política para manter os países periféricos na condição de aliados” (MAGALHÃES, 1960, p.25). Em meio à restritiva ordem internacional da Guerra Fria, de maneira nada trivial, diga-se, o personagem preconizava a Política Externa Independente como ação complementar às iniciativas de política econômica interna. Uma saída para as restrições políticas, econômicas e creditícias imperantes. Argumentava sobre as “possibilidades inovadoras no comércio exterior com os países subdesenvolvidos”, bem como com o “Leste Europeu e a Ásia” (MAGALHÃES, 1960, p.24). Pregava a ideia de que o “Brasil necessita afastar decididamente todos os obstáculos existentes no intercâmbio” com essas nações, inclusive a União Soviética (IDEM, p.157-158) – então demonizada pelos EUA e pelas forças políticas conservadoras nacionais. Política externa articulada à propugnada política econômica interna, de modo a promover a “transferência do poder econômico da jurisdição estrangeira para a nacional. Essa é a base das Reformas de Base” (MAGALHÃES, 1964, p.17). Em outras palavras, operando com a gramática marxista, assim argumentava Magalhães (1960, p.16): “A uma base industrial dominada pelo capital estrangeiro terá de corresponder um aparelho estatal que lhe seja dócil, que se adapte às suas exigências, que defenda os seus interesses”. Portanto, “a infra-estrutura modela a feição da superestrutura”. Limitar, senão mesmo remover, o elemento “alienígena” da economia nacional possibilitaria, por conseguinte, além da “libertação econômica”, a construção de uma ordem política democrática, dotada de “órgãos mais representativos do povo brasileiro”.²

A maior parte dos escritos de Sérgio, publicados em livros e em revistas de perfil acadêmico, priorizava temas de natureza econômica. Entretanto, em seus artigos publicados no jornal *O Semanário*, entre 1963 e 1964, e reproduzidos na obra *Prática da Emancipação Nacional*, editada em 1964, o intelectual trabalhista conferiu expressiva importância à temática propriamente política. Tomando o “latifúndio e o imperialismo” como inimigos a serem combatidos, pois “velhos aliados na exploração do povo”, Magalhães (1964, p.15) acentuava a “mobilização popular” como recurso fundamental para as mudanças socioeconômicas e políticas. Entendia que era preciso criar “antes de tudo o fortalecimento do regime democrático, com a presença do povo no processo político” (MAGALHÃES, 1964, p.47). Transcendendo os marcos da democracia representativa, preconizava o acionamento da dimensão participativa em apoio à aprovação das Reformas de Base, acaloradamente debatidas na esfera pública do período. Para o personagem, as classes trabalhadoras deveriam ter voz ativa nos processos decisórios da sociedade e do Estado. Fazendo menção a dois itens das Reformas de Base, assim se exprimia: “Não se pode fazer reforma agrária sem a participação dos lavradores, do mesmo modo que não se pode fazer reforma bancária sem a participação dos bancários” (MAGALHÃES, 1964, p.45).

Uma perspectiva que sublinhava o direito dos sindicatos e demais organismos populares em participar da construção da agenda coletiva. Ideias que conflitavam abertamente com o esquema de percepção de alguns dos principais jornais da época (como *O Globo*), que defendiam, como de resto ainda defendem, uma concepção “elitista e publicista da opinião pública” (CARVALHO, 2010). Uma concepção de opinião pública que conferia e confere centralidade às vozes dos circuitos empresariais, das instituições representativas da democracia (como os partidos e o Legislativo) e às próprias empresas de comunicação. Estreito conjunto de vozes tidas como “legítimas representantes da opinião pública”. Na esteira da reflexão de Carvalho (2010), se pode afirmar que esse esquema polarizado de percepção consiste em uma nuance relevante para se compreender o golpe civil-militar de 1964. A respeito, vejamos a recepção das ideias anti-imperialistas e trabalhistas de Sérgio, sobretudo entre as forças conservadoras e privatistas.

A lei da limitação da remessa de lucros: tramitação, aprovação, adversários e contestações

Sérgio Magalhães ingressou no PTB em 1954, sendo eleito no escrutínio desse ano a deputado federal pelo Rio de Janeiro, então Distrito Federal (DIAS, 2001). Participou, em 1956, da formação de uma importante frente interpartidária, na Câmara dos Deputados, chamada Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Integrada em sua maioria absoluta por parlamentares petebistas, defendia no manifesto inaugural as ações que se seguem: a estatização “da exploração das nossas riquezas e recursos naturais básicos”; o comércio multilateral, apoiado no fim das “discriminações ao intercâmbio comercial e cultural com todos os povos”; a limitação das remessas de lucros das empresas estrangeiras; e a “nacionalização das agências de publicidades”.³ Essas agências eram tidas por expressivos políticos e intelectuais nacionalistas da época, como Nelson Werneck Sodré, como fontes de financiamento dos principais meios de comunicação. Portanto, sob essa perspectiva, as agências estrangeiras de publicidade “condicionavam os meios de comunicação do pensamento em nosso país” (SODRÉ, 2011, p.592).

Durante o curso do tempo, em sintonia com o incremento do dinamismo organizacional e mobilizatório das forças populares e esquerdistas, de acordo com Delgado (2003, p.150), “os políticos da Frente assumiram muitas vezes a função de porta-vozes de organizações” como o Comando Geral dos Trabalhadores, o Pacto de Unidade e Ação, as Ligas Camponesas e a União Nacional dos Estudantes, “junto ao Poder Legislativo”. Possuía o apoio de segmentos das Forças Armadas, da intelectualidade, da classe trabalhadora e dos estudantes, comprometidos com as causas propagandeadas pela Frente. Sua “pregação nacionalista” denotava uma “admirável irradiação” pela sociedade (AFFONSO, 2014, p.411). Dada a natureza fluida de um ideário e de uma retórica nacionalista, passível de ser apropriada por diferentes interesses e estratos sociais, o nacionalismo da FPN denotava aspirações de esquerda e, por isso, dividia a sociedade brasileira, possuía “um caráter conflituoso” (GUIMARÃES, 2001), por contrapor-se a sólidos interesses de grupos

econômicos nacionais e internacionais. *Grosso modo*, os apelos à participação popular nos processos decisórios da sociedade, o distributivismo, o intervencionismo estatal e o antiliberalismo econômico consistiram em dimensões decisivas da plataforma programática da FPN, sobretudo nos estertores do regime democrático de 1946.

Conforme relato do então deputado federal Almino Affonso (PTB/AM), também integrante da FPN, o norte doutrinário da Frente era comprometido “com a democracia” e portador de “um viés socialista” (AFFONSO, 2014, p.392). Dado o perfil da coalizão que apoiou ao golpe – setores militares e capitalistas urbanos, grandes proprietários rurais, frações das classes médias, governo dos EUA, maioria dos veículos de comunicação (FICO, 2004; MONIZ BANDEIRA, 2010; CARVALHO, 2010) –, não foi gratuito, em consequência, que “os integrantes da FPN” tenham se transformado “nos principais alvos das cassações e perseguições políticas no âmbito do Congresso Nacional” (DELGADO, 2003, p.150).

Exercendo o mandato de deputado federal pelo PTB carioca, entre 1955 e 1964, Sérgio Magalhães desenvolveu uma intensa produção legislativa. Apresentou inúmeros projetos de lei, dos quais sobressaiu a atenção dedicada ao deslocamento do poder econômico dos capitais estrangeiros para o Estado e os setores privados nacionais. Traduzindo e refinando a expressiva inspiração getulista do partido, os projetos apresentados por Sérgio tinham o apoio da direção partidária, como se vê em pronunciamento do então presidente nacional petebista, João Goulart, em 1º de maio de 1959: “Uma das causas do pauperismo de que padece o Brasil, a principal mesmo, está na sangria da economia brasileira, explorada por investidores estrangeiros que, depois, remetem para o exterior juros, dividendos e royalties”.⁴ Sob a ótica do jornal *O Estado de S. Paulo* – cuja linha editorial era, e é, caracterizada por um conservadorismo do ponto de vista político e pelo liberalismo, sob o ângulo econômico –, a perspectiva manifestada por João Goulart era concebida como fruto de “pura ignorância e demagogia”. Nessa interpretação de viés privatista, o país precisava atrair os investimentos estrangeiros e, por extensão, “acessar-lhes com promessas e vantagens, relativamente à segurança e aos lucros da operação”.⁵

Projeto de lei (no. 224/1959) apresentado por Sérgio Magalhães, em abril de 1959, que visava modificar os termos da exploração das riquezas do subsolo nacional (MAGALHÃES, 1959 a, p. 55-64), era recebido pelo “Estadão” do modo que segue: de um lado, louvava o reconhecimento do projeto à “eficiência da iniciativa particular” (nacional, diga-se) e, de outro, acentuava os “perigos” do “agravamento da intervenção do Estado”.⁶ Outros dois projetos apresentados à Câmara dos Deputados, no mesmo ano, buscavam a exigência de registro das parcelas dos capitais, dos dividendos e dos lucros cabíveis aos investimentos estrangeiros nos balanços das empresas, assim como a sua respectiva publicação no Diário Oficial da União (projetos nos. 140/1959 e 181/1959). O deputado trabalhista visava à coleta oficial de dados sobre a participação do capital estrangeiro na economia nacional, de modo a permitir o “conhecimento metucioso da nossa realidade objetiva” (MAGALHÃES, 1959 a, p.35). O mero aceno ao levantamen-

to de informações estatísticas, como se pode depreender dos projetos em questão, foi veementemente questionado pela Federação e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP/CIESP. Para a assessoria jurídica das poderosas entidades empresariais tratava-se de uma “ofensa” às “pessoas físicas estrangeiras, uma vez que pelo fato de serem eleitas para compor diretorias ou conselhos fiscais, traria para as empresas um tratamento discriminatório, colocando-as em situação de desigualdade com relação às brasileiras”. Em suma, o projeto era interpretado pela/o FIESP/CIESP como reflexo de “uma desnecessária restrição ao capital estrangeiro”.⁷

Foi o projeto de lei da remessa de lucros (no.1/1959), apresentado à Câmara em março de 1959 – posterior e sucessivamente modificado, reapresentado e complementado, entre outros, pelo deputado federal socialista Barbosa Lima Sobrinho (PSB/PE) – que proporcionou notoriedade ao mandato parlamentar de Sérgio Magalhães. Vale frisar: projeto que integrou o leque das Reformas de Base, formuladas anos a fio pelos trabalhistas (SILVA, 2013) e defendidas pelo governo Goulart. O projeto procurava limitar a transferência de lucros das empresas estrangeiras aos seus países-sede (MAGALHÃES, 1959 a, p.19-22). De acordo com o historiador marxista Caio Prado Jr. (1959, p.10), então sintonizado com a “linha nacionalista”, segundo suas próprias palavras a única “compatível com os nossos interesses”, Magalhães representava “uma das mais destacadas figuras” entre os “nacionalistas e progressistas da política brasileira” (PRADO JR., 1959, p.1). O historiador considerava que o projeto, “positivamente”, contribuiria “para desestimular esses empreendimentos” internacionais no país (IDEM, p.9-10).

Alcançando repercussão na agenda pública, o projeto teve um caminho sinuoso e não deixou de contar com a oposição de diferentes setores, sobretudo os associados ao universo empresarial. Segundo o governador de São Paulo, o conservador Carvalho Pinto, o projeto iria vedar “praticamente nossas relações com o exterior e tornará o Brasil um país ilhado”.⁸ Adotando opinião convergente, *O Estado de S.Paulo* reiterava a sua posição favorável à participação do capital estrangeiro na economia brasileira, por implicar em “vantagens ao meio social”. Entendia que o projeto preconizado por Sérgio denotava um sentido “tipicamente totalitário”.⁹

Por conta da sua orientação política anti-imperialista e congruente com a mobilização e as demandas dos trabalhadores urbanos e rurais – defendendo as “aspirações das massas, a tomada de consciência do povo”¹⁰ – Sérgio era acusado pelo “Estadão” de ser um “dos mais destacados campeões da demagogia extremista e antidemocrática”.¹¹ Em 1960, candidato da coalizão das esquerdas trabalhista, comunista e socialista ao governo da Guanabara (hoje cidade do Rio de Janeiro), tendo por opositor máximo o candidato conservador Carlos Lacerda (UDN/GB), apresentou-se com um programa que buscava relacionar a “opressão imperialista” com as condições de vida dos estratos populares.¹² Por essa razão, o “JB” o criticava, por se utilizar “do surrado e desmoralizado arsenal de conceitos e de expressões” da “tribo comunista”, que promete o “céu, o mar e talvez o ar”.¹³ Perdeu a eleição para Lacerda, por pequena diferença de votos.

O projeto de lei da limitação da remessa de lucros foi aprovado no Congresso Nacional em 1962. O personagem argumentou anos depois que a hostilidade que o seu projeto recebia da imprensa era motivada por “subsídios” que as empresas de comunicação recebiam do capital estrangeiro (MAGALHÃES, 1983). Ainda segundo a memória do trabalhista, pouco após a apresentação do projeto na Câmara, a ideia já havia sensibilizado setores das classes trabalhadoras, mesmo nos rincões do interior gaúcho. Também os estudantes mobilizaram-se a favor da lei.¹⁴ Atribuindo ao acaso – como o acolhimento da proposta por Jânio Quadros, na campanha eleitoral de 1960 à Presidência da República – e ao desconforto dos parlamentares (contrários ao projeto) junto a amplas faixas da opinião pública, a “inusitada” repercussão gerou condições favoráveis à aprovação da lei na Câmara (MAGALHÃES, 1983). É provável que o insignificante peso que a televisão possuía na época tenha possibilitado a reverberação do tema.

Mas, segundo o *Última Hora* – único grande jornal sintonizado com o ideário trabalhista, que interpretava o sentido do projeto de lei como uma “proibição de vir assaltar o País”¹⁵ –, a aprovação pelo Poder Legislativo desagradou “às fontes ianques”. Estas contaram com a “missão do general Mark Clark”, que, a pedido do presidente dos EUA, John Kennedy, veio ao Brasil “alertar sobre o perigo da infiltração comunista”.¹⁶ Conforme as memórias de Darcy Ribeiro, “à época chefe da Casa Civil”, o embaixador norte-americano Lincoln Gordon encontrou-se com o presidente Goulart para solicitar sua alteração na lei, de sorte a “que se deixasse de distinguir o capital estrangeiro do capital nacional pertencente a estrangeiros” (AFFONSO, 2014, p.435). Por seu turno, Sérgio Magalhães não deixou de denunciar as pressões “de poderosos grupos internos e externos” que queriam o engavetamento da lei.¹⁷

A lei foi regulamentada por decreto da Presidência da República, em janeiro de 1964. Saudada por *O Semanário*, o jornal nacionalista afirmava que a regulamentação da lei da remessa de lucros “já provocou o embarque a Washington de Lincoln Gordon, que afirmou ao partir que o ato ferirá os interesses de firmas norte-americanas”. Ainda de acordo com a matéria, “o Presidente João Goulart agiu certo: o que é bom para as empresas americanas não é bom para o Brasil”.¹⁸ Por sua vez, entendia o *Jornal do Brasil* que o decreto incorria em “falta de realismo” e em “mero verbalismo de legisladores e governantes”, tendo como “destino” travar “o desenvolvimento econômico nacional”.¹⁹ Imediatamente após a publicação do decreto, o deputado federal Bilac Pinto (UDN/MG), presidente da conservadora, privatista e golpista União Democrática Nacional, alegava a vigência de uma “guerra revolucionária” no país. Atribuía a responsabilidade a João Goulart e reivindicava o seu *impeachment*.²⁰

Cumprir observar que transcorridos menos de três meses da regulamentação da lei ocorreu o golpe civil-militar. Segundo o relato oferecido pelo então jornalista do *Correio da Manhã*, Francisco Pedro do Coutto (2011), ao apresentar o decreto, Jango convocou Sérgio Magalhães ao Palácio do Planalto e disse: “Sei que estou assinando minha deposição”. Poucos anos depois da sua destituição, em entrevista concedida no exílio

uruguaio, Goulart sublinhou a participação do governo dos EUA no movimento golpista, acentuando que “a lei que regulamentou a remessa de lucros de empresas estrangeiras ‘causou grande perturbação ao governo’”.²¹

Após a ruptura do regime democrático, Roberto Campos – ministro do Planejamento do governo ditatorial do mal. Castelo Branco –, em julho de 1964, revelou a intenção de alterar a lei da remessa de lucros do deposto governo do presidente Jango. O ministro assinalou a existência de um caráter “policialesco” na lei. Considerava ainda que estava apoiada em “teses da esquerda” e que desejava o “perecimento do capitalismo” no país.²² A lei da limitação da remessa de lucros, defendida por Sérgio Magalhães e regulamentada por João Goulart, sofreu, então, dois conjuntos de modificações jurídicas (BRASIL, 1964; BRASIL, 1965). Estas tinham em vista adaptar a lei à nova ordem econômica, social e política instaurada no país.

Ao invés de disciplinar o capital estrangeiro, como pretendiam os trabalhistas e demais forças das esquerdas, o país viu-se compelido a uma dura e sombria disciplina imposta às classes trabalhadoras e populares. Era esse o propósito dos golpistas e dos setores que apoiaram a ditadura civil-militar instalada em 1964. Silenciar as vozes anti-imperialistas, nacionalistas e distributivistas do trabalhismo consistiu em igual objetivo dos golpistas e aderentes da ditadura.

Referências

- AFFONSO, Almino. *1964 na visão do ministro do trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2014.
- ALTAMIRANO, Carlos. “Ideias para um programa de história intelectual”. In: *Tempo social*, São Paulo: USP, v. 19. n. 1, jun. 2007, p. 9-17.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo: Unesp, 2ª ed., 2001.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói: EdUFF; Nitpress; 2010.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In: *O Brasil republicano*, livro 3, FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154.
- DIAS, Sônia. “Sérgio Magalhães”. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*, v. 3, ABREU, Alzira A.; et al. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2. ed., 2001, p. 3469-3472.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 5ª ed., 2005.

FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, César. “Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília”. In: *República no Catete*, CARVALHO, Maria Alice R. (org.). Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 155-175.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. São Paulo: Unesp, 8ª ed., 2010.

POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO JR., Caio. “Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional”. In: *Revista Brasiliense*: São Paulo, n. 23, mai./jun. 1959, p. 1-10.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: EdUSP, 2002.

SILVA, Roberto Bitencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Rio de Janeiro: Faperj, Niterói: EdUFF, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2011.

Fontes primárias

BRASIL. *Lei no. 4390*. Brasília, 29/08/1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4390.htm#art3 . Acesso em: 23/01/2014.

_____. *Decreto no. 55762*. Brasília, 17/02/1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D55762.htm . Acesso em: 23/01/2014.

COUTTO, Francisco Pedro do. “Lei de remessa de lucros é o instrumento para conter a lavagem de dinheiro”. *Tribuna da Internet*, 01/11/2011. Disponível em: <http://tribunadaimprensa.com.br/?p=25116> . Acesso em: 25/01/2014.

FOLHA DE S.PAULO. “A visão de Jango”. São Paulo, 02/04/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/159394-a-visao-de-jango.shtml> . Acesso em 02/04/2014.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, edições de 1960-1964.

MAGALHÃES, Sérgio. *Novo regime para os investimentos estrangeiros*. Rio de Janeiro: Itambé, 1959 a.

_____. *Pela abolição dos privilégios às empresas estrangeiras*. Rio de Janeiro: Itambé, 1959 b.

_____. “Capitais estrangeiros”. In: *Sopram os ventos da liberdade*, Antologia nacionalista, vol. 2, Movimento Nacionalista Brasileiro (org.). São Paulo: Fulgor, 1959 c, p. 301-309.

_____. “Investimentos estrangeiros”. In: *Revista Brasiliense*: São Paulo, n. 23, mai./jun. 1959 d, p.11-25.

_____. *Problemas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____ et al. *A questão da remessa de lucros*. Rio de Janeiro: Ed.Universitária, 1962, p.3-20.

_____. *Prática da emancipação nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

_____. *Sérgio Magalhães (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC História Oral, 1983.

O ESTADO DE S.PAULO. São Paulo, edições de 1959-1964.

O SEMANÁRIO. Rio de Janeiro, edições de 1956-1964.

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, edições de 1960-1962.

Notas

¹ Parte da obra de Sérgio Magalhães, publicada no período e mobilizada pelo texto, encontra-se relacionada ao final.

² MAGALHÃES, Sérgio. “Libertação ou vassalagem”. O Semanário, Rio de Janeiro, no. 323, ano VIII, 21-27 fev. 1963, p.1

³ O Semanário. “Política nacionalista definida em 11 pontos”. Rio de Janeiro, ano I, n. 34, 1956, p.9.

⁴ DANTAS, Pedro. “O principal e os juros”. O Estado de S.Paulo, 03/05/1959, p. 4.

⁵ Idem.

⁶ O Estado de S.Paulo. “Nova legislação mineira”. São Paulo, 11/06/1959, p. 4.

⁷ O Estado de S.Paulo. “Apresentação dos balanços de determinadas empresas”. São Paulo, 11/12/1959, p. 20.

⁸ O Estado de S.Paulo. “Governador faz críticas ao projeto de remessa de lucros”. São Paulo, 12/12/1961, p. 4.

⁹ DANTAS, Pedro. “Os problemas são dois”. O Estado de S.Paulo, 12/12/1961, p. 4.

¹⁰ O Estado de S.Paulo. “Os petebistas lançam o nome de Jango que não se define”. São Paulo, 03/05/1959, p. 4.

¹¹ O Estado de S.Paulo. “Derrota dos extremistas”. São Paulo, 14/03/1962, p. 3.

¹²Última Hora. “Nacionalistas cariocas (1ª convenção) apóiam Sérgio”. Rio de Janeiro, 26/08-01/09/1960, p. 6.

¹³Jornal do Brasil. “Injúrias ao vento”. Rio de Janeiro, 30/09/1960, p.3.

¹⁴Última Hora. “Sudene, Cuba e lucros”. Rio de Janeiro, 09/12/1961, p. 3.

¹⁵Última Hora. “Ora bolas”. Rio de Janeiro, 01/12/1961, p. 5.

¹⁶Última Hora. “As pressões e o general Mark Clark”. Rio de Janeiro, 10/09/1962, p. 3.

¹⁷Última Hora. “Sérgio denuncia pressão externa para engavetar a lei da remessa de lucros”. Rio de Janeiro, 24/09/1962, p. 4.

¹⁸O Semanário. “Regulamentação da lei de remessas de lucros é vitória do povo”. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 369, 23-29 jan. 1964, p. 1.

¹⁹Jornal do Brasil. “Falta de realismo”. Rio de Janeiro, 21/01/1964, p. 6.

²⁰Jornal do Brasil. “UDN vive a guerra revolucionária”. Rio de Janeiro, Coluna do Castello, 23/01/1964, p. 4.

²¹Folha de S.Paulo. “A visão de Jango”. São Paulo, 02/04/2014.

²²O Estado de S.Paulo. “Defendidas alterações na lei de lucros”. São Paulo, 08/07/1964, p. 1.

Recebido em 30 de setembro de 2014. Aprovado em 31 de outubro de 2014.

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E A DITADURA MILITAR NO BRASIL: FECHA-SE O CERCO À AUTONOMIA E LIBERDADE SINDICAIS

Cleier Marconsin

Doutora em Serviço Social pela UFRJ
Professora-Adjunta da Faculdade de Serviço Social
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Pesquisadora do Observatório do Trabalho no Brasil - FSS/UERJ

Resumo:

Este texto traz reflexões sobre a organização dos trabalhadores no período da ditadura militar e entende o golpe de abril de 1964 como parte de um longo processo sócio histórico brasileiro em íntima conexão com as questões internacionais. O golpe visou interromper as lutas políticas e sociais dos trabalhadores da cidade e do campo, que exigiam reformas estruturais na sociedade brasileira em conjunto com os estudantes e a pequena burguesia urbana. A ditadura militar, ao se implantar, para garantir a política econômica do grande capital, fechou o cerco à autonomia e à liberdade sindicais com base na Lei de Segurança Nacional, modificando regressivamente a legislação trabalhista. Entretanto, não obstante a cooptação e a violenta repressão, setores organizados dos trabalhadores desenvolveram diferentes mecanismos de resistência, possibilitando, cumulativamente, na crise da ditadura, o ressurgimento das lutas e, durante a década de 1980, a construção de importantes instrumentos da classe, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Palavras-chave: Sindicatos. Ditadura Militar. Direitos Trabalhistas.
Liberdade e Autonomia Sindicais.

The organization of the workers and the military dictatorship in Brazil: the siege of the trade union autonomy and freedom.

Abstract:

This text debates the workers organization in the period of the military dictatorship and understands the coup of April 1964 as part of a long historical Brazilian process in close connection with international issues. The coup aimed to disrupt political and social struggles of the workers of town and country, who demanded structural reforms in Brazilian society together with the students and the urban petty bourgeoisie. The military dictatorship, in order to ensure the economic policy of the Capital, closed the encirclement of union autonomy and freedom based on the National Security Law, regressively changing labor laws. However, despite the violent repression, and cooptation, organized sectors of workers developed different resistance mechanisms, accumulating forces for the resurgence of the struggles when the dictatorship crisis started and, during the 1980s, for the construction of important instruments of the class, as Central Única dos Trabalhadores (CUT) and the Partido dos Trabalhadores (PT).

Key words: Unions. Military Dictatorship. Labor Rights. Trade Union Autonomy and Freedom.

Introdução

O golpe militar de abril de 1964, no Brasil, materializou-se em um quadro de forças internacionais e nacionais de acirramento da contradição entre as necessidades postas pela acumulação capitalista e “a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político” (NETTO, 1991, p. 26). As tensões econômicas, os conflitos, as lutas políticas e sociais nacionais e internacionais, no período diretamente anterior ao golpe, engendraram, para Netto (1991, p. 26), uma crise da forma de dominação burguesa no país. Por um lado, a burguesia nacional dirigente encontrava-se tensionada pela necessidade de definir-se entre um modelo de acumulação capitalista nacionalista, independente — para promover a industrialização do Brasil — e a continuidade do modelo dependente. Por outro, as lutas políticas e sociais em que as classes trabalhadoras e setores da pequena-burguesia exigiam reformas estruturais aprofundavam a crise, engendrando, nos termos de Arcary (2004), uma “esquina perigosa da história”. A solução para ambas as situações se deu através do golpe articulado por forças burguesas nacionais e internacionais, em abril de 1964, e dentre outras coisas, provocou um retrocesso de grande monta em relação à organização e aos direitos sociais e políticos dos trabalhadores conquistados desde o início do século. Direitos esses conquistados - e não outorgados como mostra a história oficial - com muita resistência e luta!

Se mundialmente falando, as dificuldades para os trabalhadores se organizarem foram de grande monta, no Brasil, isso se deu de maneira ainda mais acentuada. A transformação capitalista que substituiu a sociedade escravocrata e agrária — após quatro séculos de relações políticas limitadas às cúpulas aristocráticas agrárias e à elite letrada — (IANNI, 1994) não significou abertura aos trabalhadores da cidade e do campo, ao contrário, as relações foram sempre restritivas para essa classe.

Como mostra Fernandes (2006), a burguesia brasileira não associou liberalismo e democracia, mas liberalismo e autocracia, engendrando uma sociabilidade autoritária. Vianna (1978, p.6) entende que não há, necessariamente, associação entre liberalismo e democracia, mostrando que é histórica essa ausência de coincidência entre um e outra. Se, especialmente na Europa, o liberalismo só defrontou-se com o problema da democracia a partir da ação dos movimentos sociais para ampliar direitos - sendo o sindical o primeiro deles -, em terras brasileiras o processo foi ainda mais obstaculizado. O liberalismo, no Brasil, foi absorvido através da antiga estreiteza do período senhorial-escravocrata, em que essa concepção política formatava os ideais de autonomia em relação à coroa, transformando em cidadãos-iguais apenas os integrantes do estamento senhorial.

Mergulhados nessa realidade, os trabalhadores desenvolveram suas lutas por direitos trabalhistas de maneira persistente e renhida, obrigando a ortodoxia liberal, também em terras brasileiras, a defrontar-se com o problema da democracia, obrigando o Estado a intervir na regulamentação dos direitos do trabalho, embora a repressão continuasse célere. No mesmo processo, os trabalhadores se organizaram de diversificadas formas, como

mostram as iniciais Associações de Socorro Mútuo e Caixas Benéficas (com fins assistenciais e corporativos), passando pelas Ligas Operárias (que buscavam reunir operários de vários ofícios, mas já com objetivo de luta em defesa de interesses comuns), até os Sindicatos, organizados com base nas relações de produção e as formas superiores como Federações, Confederações e Centrais. Claro que várias tendências confluíram-se no período, com os anarco-sindicalistas, os comunistas, os socialistas, os católicos, e outras.

Sem a pretensão de superestimar o protagonismo dos trabalhadores, juntamente com determinações econômicas e políticas nacionais e internacionais, foram suas lutas, apesar da dura repressão - através de greves localizadas ou gerais, sabotagens, publicações periódicas de jornais e revistas anarquistas e comunistas, etc. -, que engendraram, desde fins do século XIX, mas principalmente nas primeiras décadas do século XX, o seu aparecimento no cenário político brasileiro. No bojo desse contexto, observamos o reconhecimento da questão social por parte do Estado e da burguesia e sua configuração através de legislação trabalhista e de medidas de política social, especialmente a partir da Revolução de 1930.

Ao mesmo tempo, é visível que a relação de forças alcançada pelos trabalhadores organizados não foi suficiente para garantir uma legislação mais ampla, mais inclusiva e impedir o controle dos sindicatos pelo Estado, imposto desde seus inícios e aprofundado no Estado Novo (VIANNA, 1978). Mas é necessário destacar que mesmo no processo de redemocratização, após a Segunda Guerra Mundial o controle não foi superado constituindo-se uma marca no movimento sindical, reavivada às últimas consequências após o golpe militar de 1964, na vigência da autocracia burguesa - como denomina Florestan Fernandes (2006).

1. O golpe militar e a organização dos trabalhadores

No período imediatamente anterior ao golpe, em especial aquele que compreende o governo Kubitschek — de 1955 a 1960 — observa-se alterações significativas na sociedade brasileira, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Do ponto de vista econômico, para Mendonça (1988, p.47), nessa fase avançou-se a relação associada ou dependente ao capitalismo internacional.

Do ponto de vista político, destacamos, em função do recorte do texto, as importantes renovações que tiveram curso na vida sindical. Observa-se a substituição, por novas lideranças, da burocracia imposta nas direções dos sindicatos durante o Estado Novo e o crescimento do peso político dos trabalhadores em empresas estatais no movimento sindical. Ainda no caminho da renovação, destaca-se a criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA) em inícios de 1960¹, na perspectiva da formação de uma central sindical; a fundação, pelo PCB, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB), em 1954 e a criação, em 1955, da denominada Liga Camponesa da Galiléia sob a liderança

do advogado Francisco Julião, inicialmente no nordeste, e depois em Minas Gerais e no sul do país, voltada para a luta pela terra (BANDEIRA, 1977). Para Melo (2008, p.42), ainda em 1960, “foi conformado o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul”.

Entretanto, não obstante as lutas, os avanços na organização dos trabalhadores no campo e a ampliação do regime de liberdade², foi um processo inconcluso já que não houve, no governo Kubitschek, a incorporação de novos direitos trabalhistas ou alterações substantivas na normatização corporativa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os sindicatos continuaram atrelados ao Estado e, tampouco, legalizou-se o Partido Comunista. Ao final desse período, a política econômica do governo Kubitschek dava sinais de esgotamento, provocando insatisfações em amplos setores da sociedade, incluindo os trabalhadores, sendo que nas eleições gerais, a oposição teve uma vitória, elegendo Jânio Quadros para presidente.

Para Jânio Quadros, a crise vivida pelo país era moral e político-social, mas segundo Yamamoto e Carvalho (1985, pp.352-362), o crescimento econômico era tratado como “solução para os problemas da nação, interessando a todos e a todos beneficiando com seus frutos”. Ao par com esse discurso, implantava-se a política de estabilidade financeira e anti-inflacionária, sendo centrais o arrocho salarial e a contenção de créditos. No mesmo processo, o governo Jânio Quadros esquivava-se de adotar mecanismos de contenção da evasão de divisas, reivindicação central do movimento sindical e político. Ao desgaste da popularidade em decorrência da condução adotada, Jânio Quadros procurou responder, conforme Ianni (1991, p.206), com uma “política externa independente”. Mas o caminho não se viabilizou e ele renunciou em agosto de 1961, mesmo ano em que tomou posse.

Em meio à forte instabilidade política na sociedade brasileira João Goulart - Vice-Presidente³ - assumiu o governo. Observa-se, no período, desde a tentativa de impedir sua posse - através de um golpe - garantida pela mobilização popular e a resistência organizada⁴ até a imposição do parlamentarismo, encerrado através de um plebiscito popular em janeiro de 1963.

Assim, nos anos de 1961- 64, o Brasil viveu uma grave crise econômica e política em decorrência do país ter se tornado dependente dos investimentos diretos de capital e de tecnologia internacionais, desde 1950, o que vulnerabilizou a economia quando a entrada de capital externo reduziu-se. A inflação tornou-se central, com a economia crescendo de maneira insuficiente frente ao aumento populacional⁵, revelando “o encerramento de uma fase de expansão e diferenciação da economia brasileira” (IANNI, 1991, p.208).

Os novos programas de desenvolvimento buscados pelo governo João Goulart inviabilizavam-se frente às dificuldades de ordem econômica e política. Ianni (1991, p.196) mostra que não havia condições econômicas e políticas nacionais e internacionais para conciliar “ideologia nacionalista e capitalismo nacional” ou “ideologia nacionalista e capitalismo associado (ou dependente)”. As disputas ídeo-políticas entre esses projetos

aguçaram-se em demasia entre a burguesia, mas também agudizavam-se as contradições entre as classes sociais no meio urbano e no rural.

Observa-se, também no período, um salto de qualidade em termos de organização sindical, com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) — que avançava na constituição de uma central dos trabalhadores — atuando juntamente com o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e outras associações regionais, sendo a região do ABC paulista a mais combativa. A recomposição salarial e o 13^o salário eram lutas centrais desenvolvidas através de comícios, assembleias, passeatas, greves, etc. Conjugavam-se a essas a defesa das Reformas de Base — agrária, tributária, universitária — do fim das remessas de lucro e das liberdades democráticas.

Além dos estudantes, que participavam ativamente através da União Nacional dos Estudantes (UNE), operava-se crescente politização dos setores urbanos médios, com a formação de movimentos sociais diversos, de mulheres, contra a carestia, etc.

A luta no campo acirrou-se em inícios de 1960 e as ocupações de terra espalharam-se pelo país, atingindo os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Bahia, Goiás e Paraíba. A reforma agrária, que não se realizara, tornava-se premente⁶. Em termos de organização sindical também os avanços no campo foram significativos. Foram legalizados, em 1962, os sindicatos rurais criados desde 1954, nascendo dessa efervescência política a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), que integrou o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), através do Pacto de Unidade e Ação (PUA). Os comunistas atuavam em vários sindicatos, na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB), mas também na Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). As Ligas Camponesas tinham hegemonia no campo e participava dela o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), fundado em 1953. Segundo Giannotti (2007, p.173), a Igreja Católica organizava-se no campo através da ala “conservadora” que disputava com os comunistas e com as Ligas Camponesas e do “setor progressista”, buscando a criação de sindicatos através do Movimento de Educação de Base (MEB). Conforme Schwarz (1978, p.69), nesse processo, “o trabalhador rural entrava, de um mesmo passo, no mundo das letras e no dos sindicatos, da constituição, da reforma agrária, em suma, de seus interesses históricos”. O “setor progressista” articulava-se com a esquerda e, posteriormente, constituiu-se importante base de atuação da Teologia da Libertação. O PCB constituía “fração mais moderada” do movimento, todavia, com maior influência na esquerda urbana⁷.

Mesmo com as diferenciações no movimento sindical, os dirigentes das organizações urbanas e rurais tinham como centro avançar em termos de participação nas decisões políticas na sociedade. Apesar da articulação orgânica entre sindicatos rurais e urbanos ser frágil porque muito incipiente, a intenção era fazer avançar esse processo. Para Frederico (1979, pp.120-122), houve uma “aceleração” da consciência dos trabalhadores, colocando em questão “a continuidade do atrelamento sindical aos objetivos governamentais” por

parte de importantes segmentos. Intensificando as lutas e as greves, os trabalhadores deixavam claro que o projeto nacional-desenvolvimentista repartia a renda de forma desigual. No mesmo movimento, as lutas engendraram um transbordamento “para o campo propriamente político” da “luta econômica”, o que levava setores do movimento sindical a buscar a superação da sociedade do capital (FREDERICO, 1979, pp.120-122).

Desde a redemocratização do país após a Segunda Guerra Mundial com a superação do Estado Novo até esse período, além da estabilidade no emprego, que ganhou *status* constitucional, os trabalhadores conquistaram o 13^o salário, reivindicação central do movimento sindical desde 1953, após uma greve considerada por muitos autores como a primeira greve geral do Brasil, já que envolveu trabalhadores em nível nacional. Em 1963, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural.

Tratava-se, de fato, de um quadro de efervescência político-social por parte dos trabalhadores preocupante para a burguesia brasileira, voltada, historicamente, a mantê-los excluídos da vida política nacional. Afinal, como mostra Fernandes (2006, p.385-386), no Brasil, o “consenso burguês mostrou-se invariavelmente tímido e hostil” às pressões vindas “de baixo” em função do seu “temor de classe”.

A burguesia não se colocava frente ao “problema da democracia (mesmo entendida como uma “democracia burguesa”)", mas ao “problema da ordem”, ou seja, de uma “ordem burguesa” que “devia ser salva”, equilibrada e “consolidada”. Desde a crise da Primeira República — com raros e curtos intervalos —, a burguesia brasileira agiu através de “pressões de cima para baixo”, na busca de submeter os trabalhadores “ao controle institucional da dominação e do poder”, sustentando-se por mecanismos de “opressão e repressão, normais ou extraordinários, do Estado nacional”. Ordem essa que teve poucos avanços em relação às condições vividas pelas sociedades capitalistas centrais, sendo seu fundamento uma permanente relação de controle e tutela sobre a “classe dos outros” (FERNANDES, 2006, pp.385-386).

Mas a efervescência afetava também aos interesses do capitalismo internacional porque alimentava e era alimentada pelo clima sociopolítico vigente em todo o mundo. Segundo Netto (1991, p.142), a década de 1960 foi marcada por “terremotos” econômico-sociais e político-culturais que afetaram a sociedade contemporânea, sendo fenômeno de caráter internacional. No Brasil, acirrou-se a contradição entre as necessidades postas pela acumulação capitalista e “a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político”. Potencializada e aprofundada pelas tensões, conflitos e lutas políticas e sociais, essa contradição engendrou, para Netto (1991, p. 26), uma crise da forma de dominação burguesa no Brasil.

Por um lado, a burguesia dirigente encontrava-se tensionada pela necessidade de definir-se entre um modelo de acumulação nacionalista, independente — com intervenção do Estado — para promover a industrialização do Brasil e a continuidade do modelo econômico-político de desenvolvimento dependente. Por outro, os conflitos e as lutas

políticas e sociais em que as classes trabalhadoras e setores médios urbanos exigiam direitos e reformas estruturais aprofundavam a referida crise. Potencializado esse complexo de elementos, ao longo do tempo, estaria em risco o projeto de dominação burguesa e não apenas a forma como ele se desenvolvera até então. A solução se deu em um quadro de força através do golpe de abril de 1964.

2. Organização dos trabalhadores e autocracia burguesa: fecha-se o cerco à liberdade e autonomia sindical

A autocracia burguesa aprofundou o modelo de desenvolvimento dependente ou associado (IANNI, 1991) e, por via de consequência, da secular tradição heterônoma que marca a nossa formação. Ao mesmo tempo, expressou de maneira cabal a exclusão política dos trabalhadores — negando seus direitos enquanto classe — bem como as soluções pelo alto, também históricas no Brasil. O golpe militar de 1964 reforçou o papel do mercado, autonomizou a economia da política, aprofundou a dependência externa. As linhas mestras do padrão concretizaram, para Netto (1991, p.31), a modernização conservadora em acordo com os interesses “do monopólio capitalista: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis, etc.”.

Para o autor, um primeiro elemento a orientar essa condução foi a política de salários, sob o comando do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS). Controlava-se rigorosamente os acordos salariais privados e os reajustes no serviço público. Era a política do arrocho salarial, visando o “combate à inflação”, de acordo com as condições postas pelas “forças do mercado”, tendo em vista a “predominância da livre empresa”, privilegiada pela autocracia burguesa. O segundo elemento foi a restrição ao crédito e o terceiro refere-se ao estímulo aos investimentos externos diretos (IEDs) e à exportação. Com a colaboração ativa, segundo Ianni (1981, pp.5-11), do “sistema multilateral da Aliança para o Progresso” o objetivo era “acelerar a taxa de desenvolvimento econômico”. Alicerçada pelo acirramento da repressão sobre as lideranças dos trabalhadores urbanos e rurais, definiu-se, assim, a economia política do lema “segurança e desenvolvimento”. Para Ianni (1981, p. 8):

Segurança, no sentido de “segurança interna”, envolve o controle e a repressão de toda organização e atividade política das classes assalariadas, para que o capital monopolista tenha as mãos livres para desenvolver a acumulação. E *desenvolvimento*, no sentido do florescimento das “forças do mercado”, com a “predominância da livre empresa no sistema econômico”. Foi assim que se definiu e consolidou, ao longo de todos os governos da ditadura, o núcleo principal do planejamento econômico estatal: o Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura.

Mais do que nunca, a questão social foi tratada com o binômio repressão seletiva/assistência. Para garantir o arrocho salarial, com base na doutrina da segurança e desenvolvimento, a autocracia burguesa utilizou-se da repressão policial, da censura, de leis próprias para a política salarial, além da intervenção em sindicatos, federações e confederações⁸. As organizações sindicais sofreram intervenção e seus dirigentes tiveram os direitos políticos cassados pelo art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1969, tornando-os inelegíveis para qualquer cargo administrativo ou de representação sindical. Sob a égide da “ditadura do grande capital”, como conceitua Ianni (1981), uma sistemática repressiva desenvolveu-se, plasmando-se, segundo o autor (1991, p. 69), “tanto uma relação arbitrária das condições de contrato de trabalho até a alteração do significado econômico e político do sindicato; tanto a militarização da fábrica como a generalização da violência policial”.

Entre 1964 e 1967, primeiro momento da ditadura militar (NETTO, 1991), o movimento sindical foi amordaçado, com repressão e intervenções. Os interventores dos militares nos sindicatos constituíam-se, conforme Mattos (2002, p. 67), de “representantes dos antigos grupos dirigentes”, que tinham sido “desalojados dos cargos de direção das entidades pelas vitórias nas eleições sindicais dos militantes de esquerda ligados ao PCB e ao PTB, nos anos que antecederam ao golpe”. A ditadura esvaziou os sindicatos, afastou as correntes de esquerda, entretanto não conseguiu aniquilá-las completamente. A condução política dessas correntes deslocou-se para a organização autônoma dos trabalhadores a partir do local de trabalho.

Em 1967 e 1968, com um breve arrefecimento da perseguição a lideranças sindicais não alinhadas ao governo, segundo Mattos (2002, p. 70), a esquerda buscou formar “movimentos intersindicais contrários à política salarial do governo, sendo o mais conhecido o denominado Movimento Intersindical contra o Arrocho (MIA)”, com foco no fim do arrocho salarial, livre negociação e reforma agrária. Em 1968, retomou-se as greves. Em Contagem (MG) e em Osasco (SP)⁹, os trabalhadores objetivavam o fim do arrocho salarial e o contrato coletivo de trabalho (GIANNOTTI, 2007, pp.198-200).

No mesmo período, os estudantes¹⁰ também passaram a desenvolver ações de contestação política como passeatas e atos diversos¹¹. Para Netto (1991, p.37), formou-se uma frente ampla, unificando estudantes, sindicalistas e deputados oposicionistas, “sinal inequívoco da ruptura do pacto contrarrevolucionário”, provocando alterações na realidade. No mesmo processo, “por fora da política institucional, condensavam-se polos (básica, mas não exclusivamente, de extração pequeno-burguesa), que concebiam a liquidação do arbítrio como ultrapassagem da dominação burguesa”. Embora a ação da frente ampla de oposição não incidisse “nos centros decisórios do Estado”, ainda para Netto (1991, p.38), a autocracia burguesa respondeu com a “militarização do Estado e da sociedade”. Através do Ato Institucional nº 5 (AI-5) fechou o Congresso, cassou mandatos de sindicalistas e deputados oposicionistas, prendeu estudantes, deixou os direitos políticos individuais sujeitos à suspensão por 10 anos, decretou o fim do *habeas corpus*, etc. O ano de 1968

tornou-se um marco da ditadura, para o autor, abrindo-se, desde então, “o genuíno momento da autocracia burguesa”¹².

Foi um processo que atingiu aos diferentes setores e aspectos da sociedade, não apenas os direitos do trabalho. No âmbito da cultura, vale destacar a proibição de filmes, peças teatrais, livros e a prisão e exílio de vários de seus expoentes.

A partir desse contexto sócio-histórico em que predominava a repressão combinada com medidas significativas no âmbito da economia, para Antunes (1988, pp. 108-109), viveu-se, no Brasil, o denominado *milagre brasileiro*. A “contenção de créditos — responsável pela intensificação do processo de monopolização do capital — o corte nos gastos públicos” e o aumento da carga tributária deram “novo dinamismo ao padrão de acumulação”, expandindo intensamente a economia.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a construção de “um setor dinâmico no parque industrial brasileiro”, acelerado pelo “milagre”, segundo Antunes (1988, p.128), fez surgir um proletariado cujas características diferiam tanto quantitativa como qualitativamente da indústria tradicional. As indústrias concentravam grande número de trabalhadores e, por sua vez, concentravam-se, também elas, em determinadas regiões, como no ABC paulista¹³. Considerando-se o pilar da política econômica da autocracia burguesa - o arrocho salarial - para Antunes (1988, pp.108-109), os trabalhadores viviam uma “tendência persistente à depreciação salarial, à constante subtração do *quantum* referente à remuneração do trabalho em benefício do mais-valor apropriado pelo capital monopólico” acompanhada do crescimento vertiginoso da produtividade¹⁴. Vigorava, segundo o autor (1988, pp.163-164), “a superexploração do trabalho”, combinando longas jornadas de trabalho¹⁵ “com uma intensidade extenuante do processo produtivo — num parque industrial tecnologicamente avançado e com significativa concentração operária”. Juntamente com os trabalhadores em geral, os metalúrgicos foram submetidos às “altas taxas de *turn-over*”, rotatividade decorrente também de um exército de reserva historicamente significativo que “favorece e possibilita a tendência constante à depressão salarial”. No bojo desse processo como um todo, Antunes considera que o “mundo do trabalho” vivia uma “realidade despótica e opressiva, um ritmo extenuante de trabalho, controlado pelo cronômetro taylorista e pela produção em série fordista” que se desenvolvia através de “uma jornada de trabalho prolongada pelo mecanismo das horas extras e pelos turnos de trabalho”. Nas áreas industrializadas, uma “massa migratória” aumentava o contingente de trabalhadores não-qualificados e semi-qualificados, levando ao limite o “grau de exploração da força de trabalho”. Os trabalhadores, então, ainda de acordo com Antunes (1988, p.164), viveram no cotidiano do trabalho e de vida “o pauperismo estrutural que particulariza e penaliza o conjunto dos assalariados em nosso país”.

Essa economia política imprescindível ao capital monopolista só pode ser concretizada com a proibição de greves, o desmantelamento das organizações e movimentos políticos, sindicais e populares bem como prisão¹⁶, deportação e morte de suas vanguardas.

Foram muitos os operários que tiveram os seus direitos políticos cassados, ou que passaram a ter grandes dificuldades para encontrar emprego, devido ao fato de os seus nomes estarem incluídos nas “listas negras” que as empresas passaram a organizar com a colaboração da polícia. Houve ameaças, prisões, sequestros, mortes e desaparecimentos (IANNI, 1981, p.69).

Mas também foram impostas modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regidas pela Lei de Segurança Nacional:

Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento (CLT: Decreto-Lei nº 3 de 27/01/1966).

Foram vários os retrocessos em termos de direitos trabalhistas, mas podemos destacar três, muito significativos: a proibição do direito de greve, com a Lei nº 4330 de junho de 1964, conhecida como lei anti-greve; o arrocho salarial, que se desenvolvia através de reajuste anual baseado em índices unificados relativos à inflação e o fim da estabilidade aos dez anos de serviço, substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Decreto nº 53.914¹⁷, de 02/05/64, que aparecia como se fosse uma opção aos trabalhadores. Todas medidas extremamente regressivas.

As possibilidades de a classe trabalhadora colocar-se como sujeito no cenário político nacional ficaram completamente obstaculizadas, com graves perdas de direitos assegurados anteriormente. Ao mesmo tempo, a função de assistência nos sindicatos voltou a ganhar ênfase como ocorrera no Estado Novo, em detrimento da defesa de direitos dos trabalhadores. Para Mattos (2002, p.73):

Após nova leva de intervenções, os governos militares, em inícios dos anos 1970, trataram de valorizar um “novo” modelo de atuação sindical pautado pela ação exclusivamente assistencial e afinada com as ideias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva. Este lado assistencial dos sindicatos seria fortalecido pela injeção de recursos do governo, via financiamentos e doações, e reforçado pela conjuntura de início da crise da saúde pública e fim dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Como apenas repressão não sustentaria esse estado de coisas, para garantia de um *consenso mínimo*, a autocracia burguesa foi obrigada a assimilar reivindicações importantes dos trabalhadores na legislação trabalhista. Passou-se a ter cobertura previdenciária a quase totalidade dos trabalhadores urbanos, incluindo-se alguns direitos para os empregados domésticos e uma parte do meio rural, através do Fundo Rural (FUNRURAL).

Além do FUNRURAL, na CLT, através do Decreto-Lei nº 926 de 10 de outubro de 1969, os trabalhadores rurais passaram a ter Carteira de Trabalho. A assimilação dessas reivindicações não afetava os interesses monopolistas, antes, dava-lhes grandes vantagens, e ao mesmo tempo, foram mistificadas, como historicamente se faz em terras brasileiras em que os direitos são mostrados como favor ou outorga.

Considerações finais

As informações e reflexões sobre o período, trazidas aqui, mostram que a ditadura militar fechou o cerco à autonomia e à liberdade sindicais, já tão cerceadas desde as origens dos sindicatos. Nesse processo, as organizações dos trabalhadores foram atacadas, através de prisões, exílios e mortes de suas lideranças¹⁸, bem como pela imposição de interventores nos sindicatos. Procedimentos necessários à política econômica da ditadura, ou seja, nos termos de Netto (1991, p.31), para atender os interesses “do monopólio capitalista: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis, etc.” com rebaixamento e até supressão de direitos trabalhistas. Esse tratamento da questão social pela autocracia burguesa, no Brasil, ao mesmo tempo em que interditava a participação política dos trabalhadores, de suas organizações e de partidos de esquerda, para manter o mínimo de consenso, assimilava reivindicações históricas da classe trabalhadora, que interessavam economicamente ao monopólio, no mesmo movimento de mistificação dos direitos, mostrados como favor ou outorga.

Em terras brasileiras, portanto, a luta dos trabalhadores por direitos trabalhistas e por liberdades democráticas se conjuga e tem sido árdua. Inclusive, demonstra isso, a continuidade da resistência dos trabalhadores durante a ditadura. Para Mattos (2002, p.75), se “as greves por categoria e a chegada de grupos políticos de esquerda às direções sindicais eram impossíveis, dado o alcance da repressão”, isso não significou um silêncio e uma inatividade totais, porque “os ativistas mais combativos não desistiram do trabalho de organização dos trabalhadores nas empresas”. Giannotti (2002) também fala dos ativistas que construíram comissões de fábricas, fazendo nascer a luta de dentro para fora¹⁹.

Deste trabalho e das situações de superexploração vivenciadas na carne pelos trabalhadores que produziam o “milagre econômico”, resultaram diversos movimentos grevistas por empresas, de pequena duração e com motivações em geral ligadas a atrasos de pagamentos ou acidentes nas plantas industriais.

Eram lutas “subterrâneas” que confrontavam-se com a ditadura, mas também com a estrutura sindical vigente (MATTOS, 2002, p.76). Dentre as correntes que atuavam nessa linha, o autor destaca a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP), que nasceu em fins dos anos 1960, e procurou, ao longo de toda a década seguinte, dar

enfrentamento aos grupos ligados à perspectiva sindical da ditadura e à intransigência patronal no âmbito das fábricas. Giannotti (2007, p.211) aborda a existência de um grupo de sindicalistas que assumiu a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, sendo alguns deles “do PCB, outros oriundos de diversas organizações políticas”, mas a maioria vinda “com a bagagem da experiência vivida da exploração”. Tal grupo também buscava ampliar onde e como fosse possível os espaços de participação dos trabalhadores. Esse processo, cumulativamente, trouxe resultados significativos tempos depois com a crise da ditadura e o ressurgimento das lutas, as quais deram origem, por exemplo, na década de 1980 à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Importantes confrontos, então, possibilitaram a construção de espaços políticos, mostrando, finalmente, na época, que quem luta conquista!

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. São Paulo: Ensaio, Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1988.
- ARCARY, V. *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva Marxista*. São Paulo, Xamã, 2004.
- BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- BEHRING, E. R. *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2006.
- FREDERICO, C. *Consciência Operária no Brasil*. Col. Ensaio. 2ª Ed., São Paulo, Ática, 1979.
- GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Col. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *O colapso do populismo no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 1985.

KUCINSKI, B. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1982.

MARCONSIN, C. *Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo*. 262f. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social - ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

MATTOS, M. B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.

MELO, D. B. *A crise dos anos 60*. Exame de qualificação (Mestrado em História). Niterói (RJ), UFF, 2008.

MENDONÇA, S. R. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1988.

NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo, Cortez, 1991.

SCHWARZ, R. *Cultura e política: 1964-1969. O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Legislação Consultada

BRASIL. Lei nº 4.330 de 1º junho de 1964. Constituição da República Federativa do Brasil, 1964. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>>. Acesso em 01/2009.

BRASIL. Decreto nº 53.914. Brasília, (DF). Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/5/1964, Página 4122 (Publicação Original), 1964. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>> Acesso em 02/2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3. Consolidação das Leis do Trabalho, 1966. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>>. Acesso em 02/2009.

BRASIL. Ato Institucional nº 05 de 13 de dezembro de 1968. Constituição da República Federativa do Brasil, 1968. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/>>. Acesso em 11/2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 926 de 10 de outubro de 1969. Consolidação das Leis do Trabalho, 1969. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em 11/2008.

Notas

¹ Essa criação deu-se na Segunda Conferência Nacional Sindical no ano de 1961. (MELO, 2008).

² Ao mesmo tempo ocorriam importantes greves, com destaque para a dos “700 mil em 1957”, a denominada “greve da paridade” desencadeada em novembro de 1960, as greves pela “Legalidade de 1961”, as de 1962 que tiveram natureza política, “a greve dos 700 mil em São Paulo em 1963, só para citar aquelas de impacto nacional” (MELO, 2008, p.13).

³ Em virtude do sistema eleitoral vigente no período era possível eleger presidente e vice de partidos distintos.

⁴ Principalmente pelo governador Leonel Brizola - do Rio Grande do Sul.

⁵ “Nos anos de 1961-64, a economia brasileira apresentou as seguintes taxas de crescimento: 7,3; 5,4; 1,6 e 3,1. Como nesse mesmo período a população crescia a uma taxa de 3,1% ao ano, em 1963 houve descapitalização no país; e em 1964 a taxa de crescimento da economia foi anulada pelo aumento populacional”. (IANNI, 1991, p.208).

⁶ A burguesia usava o art. 141 da Constituição Federal, que previa o pagamento de indenização, em dinheiro, para as desapropriações por interesse público, barrando a reforma agrária. O Congresso recusava-se a modificar o artigo. (BANDEIRA 1977).

⁷ O surgimento de outras organizações de esquerda também é uma das características desse momento histórico, através de dissidências no PCB, como a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP) em 1961, a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1962. Para aprofundar a questão ver: MELO, D. B. A crise dos anos 60. Exame de qualificação. Mestrado em História. Niterói (RJ), UFF, 2008. Arquidiocese de São Paulo. Brasil Nunca Mais. 8ª Ed., Petrópolis (RJ), Vozes, 1985.

⁸ Entre 1964-1970 houve 652 intervenções sindicais. (GIANNOTTI, 2007).

⁹ A greve de Contagem (MG) durou uma semana. Apesar da repressão, obteve 10% de abono, transformado em julho de 1968 em “abono emergencial” a todos os trabalhadores. Em Osasco, foram seis dias, com ocupação da cidade e das fábricas, pelo exército, que interveio no Sindicato dos Metalúrgicos, prendendo sua direção e 500 trabalhadores. (GIANOTTI, 2007, pp.198-200).

¹⁰ Em outubro, lideranças estudantis realizaram um congresso da UNE — clandestino — em Ibiúna (SP). Os mais de oitocentos estudantes presentes foram presos e os jornais, no período, ainda sem censura prévia, destacaram esse episódio.

¹¹ No mês de março de 1968, em uma passeata no Rio de Janeiro, a polícia matou um estudante, Edson Luís, o que provocou, em todo o país, uma onda de manifestações e protestos durante o ano todo. Em junho, a Passeata dos Cem Mil tornou-se a maior manifestação ocorrida até então, mas grandes atos foram organizados em outras grandes capitais, como Recife, São Paulo, etc., sempre acompanhados de grande repressão, sendo que, naquele ano sete manifestantes foram mortos, a maioria no Rio de Janeiro.

¹² Data desse período o surgimento de organizações clandestinas de esquerda, voltadas para a “luta armada”, sendo que parte delas reivindicava o legado marxista e algumas nasceram de cisões do PCB. Para um estudo sobre essas organizações consultar J. GORENDER. *Combate nas Trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. 5ª edição. São Paulo, Ática, 1998; N. MIRANDA; C.TIBÚRCIO. *Dos filhos deste solo - Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Boitempo Editorial/Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999; A. OZAÍ. *História das Tendências no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Proposta, [s.d.], entre outros.

¹³ Em São Bernardo, na década de 1970, por exemplo, 125.000 trabalhadores estavam vinculados a mais de 500 fábricas. Nos municípios do ABC paulista que tinham proximidade entre si, formava-se um conglomerado compacto de 210.000 operários metalúrgicos. Mas também isso ocorria nos distritos industriais de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e, em menor escala, no interior de São Paulo. (KUCINSKI, 1982). (ANTUNES, 1988).

¹⁴ Entre 1968-1974 o aumento do número de veículos produzido por trabalhador nas indústrias automotivas foi de 71%. (ANTUNES, 1988).

¹⁵ Durante o *milagre brasileiro*, a jornada semanal de cinco dias de trabalho atingiu 56 horas. (ANTUNES, 1988).

¹⁶ A condenação de 17 líderes do CGT totalizou 184 anos. (GIANNOTTI, 2007).

¹⁷ A Lei 5107 de setembro de 1966 colocou esse “fundo unificado de reservas” sob a administração do Banco Nacional de Habitação.

¹⁸ Sempre importa lembrar que a ditadura travou uma férrea perseguição, com prisões arbitrárias, exílios e assassinatos de trabalhadores organizados, de integrantes dos grupos de luta armada, mas também de comunistas ligados à orientação do PCB, que não optaram por essa forma de luta, mas pela luta política, por mais limitada e limitante que fosse no auge da repressão.

¹⁹ Os levantamentos realizados no período identificam mais de duas dezenas de movimentações dos trabalhadores, sejam greves curtas e operações tartaruga em várias empresas entre 1973 e 1974.

Recebido em 30 de setembro de 2014. Aprovado em 31 de outubro de 2014.

O GOLPE DE 64 E O MANIQUEÍSMO POLÍTICO

Valter Duarte

Professor Associado do Instituto de Filosofia e
Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IFCS/UFRJ

Resumo:

A partir de considerações a respeito de maniqueísmo político e da importância de recorrer a maiorias ou a movimentos de massas para obtenção de legitimidade, o autor relaciona o Golpe de 1964 a dois descumprimentos de acordos com os militares e levanta a hipótese de a Ditadura Civil-Militar dele decorrente ter sido o princípio do fim da influência dominante da Revolução de 1930 e da sua maior consequência a Ditadura do Estado Novo e a oportunidade que no longo prazo da luta pelo comando do capitalismo brasileiro não escapou aos sucessores da Revolução de 1932 de levarem São Paulo à liderança da política nacional, liderança essa ligada ao crescimento do individualismo, à maior divulgação do ideário liberal e ao aparecimento do neocorporativismo como política para as massas trabalhadoras no Brasil.

Palavras-chave: Maniqueísmo político. Revolução. Capitalismo.
Golpe. Ditadura. Presidência.

The military coup and the political manichaeism

Abstract:

Starting from considerations concerning political Manicheism and about the importance of resorting to majorities or mass movements to attain legitimacy, the author relates the 1964 coup d'état to two instances of not honoring an agreement with the military. He suggests that the civil-military dictatorship that resulted from the coup was the beginning of the end of the predominant influence of the 1930 Revolution and of its greatest outcome: the Estado Novo's dictatorship. He also hypothesizes that the coup afforded an opportunity in the long term struggle for the command of Brazilian capitalism that was not missed by the successors of the 1932 Revolution to make São Paulo State the leader of national politics. Such leadership is connected to the growth of individualism, to the greater diffusion of "economic" liberalism, and to the appearance of neocorporativism as a policy for the working masses.

Keywords: Political Manicheism. Revolution. Capitalism.
Military coup. Dictatorship. Presidency.

Para tratar do tema delicado que propomos, pois capaz de ferir suscetibilidades e levar a rejeições sumárias de seus pareceres simplesmente por admitirmos que os inimigos também têm as suas razões, optamos por começar fazendo referência a um fenômeno pouco considerado: o maniqueísmo político. Além de reduzir a complexa e inesgotável realidade política a dois antagonistas, é ele que leva a posições políticas dogmáticas contra ou a favor de ações ou de princípios e razões de agir. Desse modo, impede que se reconheça que depois de aceitar um acordo com partes opostas há o perigo de pensar que se tem o monopólio moral da questão de modo a imobilizar politicamente a outra parte. Esse dogmatismo ronda a avaliação dos dois fatos aqui lembrados que nos levarão a pensar nas prováveis relações entre a Revolução de 1930, a Revolução de 1932 e o Golpe Civil-Militar de 1964 propondo lhes dar atualidade na política brasileira.

Maniqueísmo não é um fenômeno de oposição escatológica de valores restrita a religiões. Espalhou-se por vários sistemas de representação e criação da realidade. Nem a política, que Maquiavel poupou da eticidade, escapou da sua influência. Daí o muito que nela se faz, e não acaba de acordo com a vontade e os ideais de seus atores, por se acreditar num Juízo Final que consagre quem esteja do suposto lado certo dos fatos e da história.

No maniqueísmo político a primeira disputa é sempre em torno da definição de quem representará o *bem* e de quem representará o *mal*. Não há saída. Ambas as partes se consideram o *bem*, aquela destinada à vitória no Juízo Final. Porém, nem os fatos nem a história sabem qual lado é um e qual lado é o outro, muito menos qual é o lado certo. Os fatos e a história não estão do lado de ninguém.

Para fundamentar a pretensão de estar do lado do *bem* e, assim, do suposto lado certo, para além de todos os valores e em favor dos valores escolhidos, está o apoio das majorias. Sejam as chamadas *democracias* ou as ditaduras, todas recorrem a elas conseguindo de fato o seu apoio ou fraudando a representação desse apoio em propaganda ou eleições suspeitas. Em relação a isso, o crescimento do proletariado e a ideia de existir uma classe trabalhadora em geral ganharam destacada importância para fundamentar as principais reivindicações de legitimidade. São *as massas*, e recorrer a elas é fazer o que chamam de *política de massas*, estar do lado da maioria, *estar com as massas*, *estar com o povo*, daí haver quem chame isso de *populismo*¹.

Não nos importa, porém, procurar alguma definição conceitual para as relações entre líderes e majorias ou qualquer regularidade entre elas. Essas breves considerações vêm a propósito da questão inicial deste artigo e, mais adiante, das suas consequências, sem perder de vista a incompatibilidade na política brasileira entre aqueles que por vezes demonstraram poder de decisão e a maioria da população a ponto mesmo de intervenção em favor daqueles que, derrotados ou incapazes de ganhar eleições, tantas vezes disseram a abominável sentença *o povo não sabe votar*.

Se há política, há oposição de vontades, de ideais ou de outras particularidades humanas em sociedades e a violência é o seu meio extremo e próprio de decidir, raramente sendo de maiorias a possibilidade de usá-la, muito menos o monopólio de seu uso legítimo. Por isso, em relações sociais entre partes inconciliáveis ou até nas crises entre partes conciliáveis nas quais se chega a tréguas ou a outros acordos confiar no apoio da maioria e desconsiderar a parte oposta dando efeito à tentativa de descumpri-los pode ser um erro fatal, em especial quando a parte que não cumpre o acordo está desarmada e a parte contrariada é de militares. A história brasileira do século XX tem o que contar a esse respeito, ainda mais porque os beneficiários foram terceiros.

A questão pede esclarecimentos. Há indicações a serem vistas neste artigo, que no seu todo não deverá ser considerado mais do que um conjunto de hipóteses, de o Golpe de 1964 ter aberto o caminho para que os ideais de base da Revolução de 1930 fossem vencidos pelos ideais de base da Revolução de 1932 em relação à prática do capitalismo no Brasil e à autonomia relativa de São Paulo e aos ideais paulistas de liderança no país. Numa ironia da história, a crise entre lideranças civis e militares protagonistas da vitoriosa Revolução de 1930 e das suas consequências institucionais deu margem a que lideranças civis da derrotada Revolução de 1932 e seus sucessores predominassem no comando do capitalismo no Brasil e dessem a São Paulo a maior influência na política no país, embora sem preponderância de maioria absoluta e em nada parecida com o que foi a sua maior influência por meio do PRP, Partido Republicano Paulista, até 1930.

Hoje, o Brasil de mais de 140 milhões de eleitores não se dá conta das raízes desse fato nem de que tem relação com a proclamação do *Fim da Era Vargas* por Fernando Henrique Cardoso; nem ele. Não faz muito tempo, a composição política do país em termos de lideranças teve uma reviravolta que isolou os militares e aniquilou o trabalhismo, em rigor, as partes executoras e a principal doutrina derivada da Revolução de 1930. Nos seus lugares estão os concertos de oligarquias que ora formam partidos, ora se formam nos partidos e por meio deles disputam uns contra os outros a Presidência, sendo talvez todos eles dependentes de lideranças paulistas que não desconhecem o seu próprio poder de comando.

Para que isso acontecesse, dois descumprimentos de acordos políticos, por tudo aquilo que acirraram contra Getúlio Vargas e o getulismo, podem ter feito do Golpe de 1964 o princípio do fim dos efeitos da Revolução de 1930 e o começo do progressivo domínio do que pode ser relacionado à Revolução de 1932, ambas vinculadas a diferentes propostas de condução do capitalismo no Brasil.

Foram eles: a prorrogação do Estado Novo sem realizar o plebiscito que estava previsto na sua Constituição para aprová-lo ou não² ligada à tentativa de Getúlio de provocar indiretamente movimento de massas trabalhadoras em favor de sua continuação na Presidência e a antecipação para 6 de janeiro de 1963 do plebiscito que aprovaria ou não o parlamentarismo com que os opositores militares de João Goulart condicionaram a sua

posse na Presidência em 1961³ a que seguiu crescente movimento de massas em favor de reformas de base. Foram fatos que provocaram conspirações e intervenções militares que, certamente com parte de apoio civil, mesmo com resultados diferentes - a primeira encerrou uma ditadura e levou às eleições de 1945 e à Assembleia Constituinte de 1946 e a outra levou à Ditadura Civil-Militar de 1964 -, desafiaram e comprometeram o movimento de massas trabalhadoras no país, com destaque para a parte orientada pela doutrina trabalhista.

Isso porque, apesar de todo o anticomunismo com que os autores representaram aquelas intervenções, muito maior na intervenção de 1964, elas foram mais exatamente reações militares ao getulismo - tanto na pessoa de Getúlio quanto na de seus sucessores -, sem terem sido reações ao trabalhismo e às suas políticas de proteção social dos trabalhadores ou às suas políticas de comando e orientação governamentais da industrialização e do capitalismo no Brasil, como foi a intenção dos civis que apoiaram aquele golpe. Se a Ditadura Civil-Militar de 1964 se fez inimiga da Ditadura do Estado Novo, do getulismo e do que este lhe parecia representar não se deve isso a diferenças entre as políticas governamentais de ambas. A incompatibilidade entre os condutores daquelas ditaduras na maior parte compatíveis entre si no comando e orientação da industrialização e do capitalismo no Brasil tem outras razões.

Decerto que a afinidade entre elas pode ser estendida aos governos sucessores do getulismo e até mesmo às orientações que dominaram o Brasil desde a Revolução de 1930 até o espírito da Constituição de 1988, constituição esta anterior ao fim da União Soviética e às suas consequências morais espalhadas pelo mundo, como o crescimento do ânimo neoliberal no Brasil e o avanço do neocorporativismo que ora vem pugnando por reformas constitucionais e até por nova Assembleia Constituinte.

Houve também afinidade na centralização política que em ambas inviabilizou os arremedos de federalismo adotados no Brasil em diferentes constituições. Centralização que começou com a política de intervenção nos Estados promovida pelo Governo Provisório da Revolução de 1930, foi interrompida pela Constituição de 1934 e voltou com o Estado Novo em 1937. No caso da Ditadura Civil-Militar, mesmo a mudança da apresentação institucional do país, de Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil na Constituição de 1967, mantida na Emenda de 1969, não logrou esconder o sentido inverso das relações de comando político entre a União e os Estados, haja vista as eleições indiretas dos governadores e a nomeação dos prefeitos das capitais e das estâncias hidrominerais.

Com efeito, o fato decisivo para que se possa falar de capitalismo brasileiro foi a Revolução de 1930. Não a entendemos, porém, como revolução burguesa como tantos a trataram inspirados nas etnocêntricas teorias de origem europeia. A única burguesia então existente no Brasil, aquela formada em São Paulo, que havia fundado o Partido Democrático e o CIESP, aderiu a ela talvez na ilusão de que pudesse tomar o seu próprio rumo, como ficou bem clara no *governo de quarenta dias*, de 26 de outubro a 4 de

dezembro de 1930, cujo significado de proposta alternativa e autônoma para romper com a República Velha gerou a crise com o Governo Provisório, a qual evoluiu até a Revolução de 1932.

Em rigor, aquela burguesia ficou à margem do comando derivado da Revolução de 1930 e seguiu assim por muito tempo. Foi tratada como coadjuvante no capitalismo brasileiro por todos os governos que podem ser considerados sucessores daquela revolução, entre os quais podem ser incluídos até os da Ditadura Civil-Militar de 1964. Foi o contrário do que conquistou em São Paulo, onde venceu o domínio das oligarquias que controlavam o PRP, embora em aliança com elas para barrar qualquer pretensão de política operária ou para se posicionar contra o comando centralizado dos governos federais na industrialização e no capitalismo praticado no país.

A Revolução de 1930 foi levada a efeito principalmente por comandantes militares de carreira em favor de causas e ideais inspirados na caserna, que se ligaram às muitas divergências civis entre aqueles que foram bases de apoio a Washington Luiz no início de seu governo em novembro de 1926. Não foi uma revolução civil, ou puramente civil como foi o processo revolucionário inglês do século XVII, que não chegou a ser burguês, embora com a participação de burgueses.

Vale lembrar uma das raízes daquela revolução: a Coluna Prestes. Por mais que se tenha apego a teorias interpretativas que não admitem ações políticas sem base na sociedade como um todo ou nos sujeitos da produção, não é possível encontrar nada dessa natureza naquela rebelião de jovens oficiais. Se aquela rebelião de militares teve apoio popular, e teve, foi da população desorganizada que nem sequer pode ser considerada como então possuidora do que seria uma classe social na extensão de todo o país. Dos proprietários civis de meios de produção do campo ou da cidade e dos mandatários políticos não o teve, salvo o empenho isolado de alguns deputados, como o maragato Batista Luzardo (Carneiro, 1977, 1, 325-347).

Não é estranho que tenha sido assim em 1930, nem herético dizer isso. O capitalismo é um fenômeno político, com raízes na vida militar, haja vista que vem do aproveitamento e do desenvolvimento dos atributos combinados ao cálculo aritmético de uma das mais influentes criações humanas para representar comandos fundamentados no monopólio da violência legítima: o dinheiro. À parte os governos, o fato de no final serem burgueses e não militares muitos daqueles que estão entre os principais comandantes monetários do mundo não contradiz essa consideração. Nada há de *ordem econômica* no mundo; *economia* não existe. Podemos mesmo dizer que os burgueses vieram a ser os principais comandantes pelos meios incruentos que representam a violência legítima dos governos, os meios monetários, o que melhor os vincula às suas origens históricas nas guerras e no banditismo do que o fato de tornarem-se donos de meios de produção em constante transformação técnica.

Quanto à afinidade dos militares com o comando do capitalismo, ela não é nova nem é uma exclusividade brasileira. Aliás, a afinidade dos militares com qualquer tipo de comando que eles possam influenciar ou dominar é notória. Daí muitas das dificuldades de no Brasil afastá-los da Presidência da República - instituição que eles mesmos, em particular os do Exército, fundaram, ocuparam, aceitaram consolidar nos termos da sua formação civil e da qual foram constantes eminências pardas - parecerem insuperáveis. Tem pouco tempo o processo que os levou às condições de hoje em que estão moralmente controlados, de modo velado, sem dúvida, mal se sabendo até quando isso será possível.

Acontece que a mais antiga das raízes desse controle, a raiz das atuais instituições políticas brasileiras, é raiz também do atual descontrole da nossa sociedade em relação aos seus valores integrativos. Embora em 1930 ainda fosse pouca a consciência daquilo do que realmente tratava, o desejo da burguesia paulista de autonomia de comando no capitalismo brasileiro, que no decorrer de suas consequências tornou-se desejo de comandá-lo totalmente ou, no mínimo, de preponderar no seu comando, tem relação direta com o liberalismo no Brasil, por isso mesmo com a abertura para a entrada e o atual O fato é que aquela crise iniciada com o *governo de quarenta dias* e o seu final incondicional, que se resumiu na negação do desejo de autonomia de São Paulo no capitalismo brasileiro - provável razão das acusações de intenções separatistas da Revolução de 1932 - não demorou a levar as lideranças paulistas a um projeto nacional próprio, cuja melhor expressão foi a fundação do Partido Constitucionalista, que teve logo o nome mudado para União Democrática Brasileira, UDB, de modo a não provocar suspeitas de que estivesse comprometido apenas com motivações regionais e o nome que deram à Revolução de 1932.

Foi aquele projeto nacional o que melhor definiu a parte que na crise de comando do capitalismo brasileiro interviria em favor não apenas da burguesia paulista e sim de todos aqueles que no Brasil pretendessem falar e agir em favor da *iniciativa privada*. Foi uma proposta de liderança, porém, que nem sempre teve como aliados os que entendiam aquilo como um projeto burguês. Muitos comandos regionais de proprietários privados que aderiram a esse projeto ao longo do tempo mantiveram no país a mentalidade à qual daremos o nome de *fazendária* e não exatamente empresarial, mesmo entre as lideranças paulistas⁴.

Em rigor, em qualquer país no qual exista o capitalismo, as atividades empresariais, isto é, burguesas, que são as de usar dinheiro para ganhar mais dinheiro por meio de relações com trabalho assalariado e assim caracterizam esse tipo de ordem monetária, coexistem com as atividades fazendárias, aquelas que dizem respeito às condições básicas da existência de um país, nas quais se tem o abastecimento, a educação, a saúde, a segurança interna e externa, os transportes, o saneamento e a habitação.

Em princípio, as atividades burguesas estariam limitadas à esfera da produção de bens de consumo e as atividades governamentais à esfera dos serviços. Porém, há algum tempo

aqui no Brasil como em outros países os burgueses ultrapassaram os limites da produção e passaram da condição de provedores complementares de serviços que os governos não conseguem cumprir integralmente a provedores principais desses serviços. As atividades burguesas foram estendidas da produção aos serviços. As atividades fazendárias foram feitas objeto de atividades burguesas, como se vê por aí nos planos de saúde e na previdência privada, por exemplo.

No Brasil, antes da Revolução de 1930, muito por conta de ainda não se ter aqui um país decididamente industrializado e capitalista, predominavam nessa coexistência as atividades fazendárias, que a seu modo eram próprias também dos latifundiários. Só com aquela revolução, veio o início da lenta modificação em favor das atividades empresariais, porém, com apoio, supervisão, garantia e até mesmo comando ou orientação governamental, sem que isso significasse abandono ou relaxamento das atividades fazendárias como bem marcou a política socialista do Estado Novo, que chegou a desenvolver essa parte como nunca se fez na história brasileira. Tudo em contrário ao ideal do liberalismo, que espreitava a possibilidade de levar essa coexistência a relações extremas em favor dos comandos empresariais.

Com o fim do Estado Novo, coerentes com esse tipo de participação por comando ou orientação do capitalismo com raízes na Revolução de 1930, os governos brasileiros não abandonaram as políticas públicas fazendárias, em especial as destinadas aos centros urbanos. O crescimento do capitalismo não implicava sucateamento dos serviços públicos nem omissão em relação ao desenvolvimento tecnológico e industrial ou em relação a políticas sociais para combater a miséria e a pobreza. O espírito da Revolução de 1930 continuou comandando as políticas públicas.

Acontece que a indicação de certa regularidade de comportamento eleitoral em favor dos partidos de origens getulistas desesperou seus opositores com raízes na Revolução de 1932 ao ponto de durante vários anos apelarem para tudo que pudesse quebrar aquela tendência. Conseguiram, enfim, o Golpe de 1964, que se deu muito mais por crise entre sucessores dos comandantes civis e militares da Revolução de 1930 do que por motivos burgueses. Em rigor, perseguiram desde 1945 um resultado eleitoral para a Presidência que lhes fosse favorável e, não obtendo, incentivaram golpes como o de novembro de 1955, sem sucesso, o da adoção do parlamentarismo em 1961, que não deixou de ter sua face golpista, até o decisivo Golpe de 1964.

É certo que não havia de ser de uma hora para outra que um país emaranhado numa multiplicidade de contradições entre realidade e representação iria deixar que os burgueses que aderiram a aquele golpe pudessem se livrar delas e dominassem o comando do país, em rigor, as suas Prefeituras, os seus Governos e a sua Presidência em favor de ideais liberais. O que se resolveu de saída com o Golpe de 1964 foi a crise interna entre os principais sujeitos executivos e doutrinários decorrentes da Revolução de 1930, afastando-se o getulismo, mas sem eliminar o espírito de conciliação entre as funções fazendárias e a

opção por orientar ou comandar o capitalismo brasileiro que ainda levaria a Ditadura Civil-Militar no seu decorrer a ser muito mais militar do que civil⁵.

Então, para falar sobre o primeiro dos dois descumprimentos aqui indicados, convém lembrar que por mais que se possa encontrar queixas entre as partes, as relações entre Getúlio e os principais líderes militares desde os preparativos da Revolução de 1930 foram das mais sólidas e respeitadas, pouco sujeitas a impasses ou vacilações. Foi o que se viu no enfrentamento a todas as resistências e se destacou na intervenção militar nas instituições políticas civis por ocasião da decretação da Constituição do Estado Novo.

Porém, há coisas em política que não são ditas nem escritas embora façam parte do que deva ser cumprido. Muito da coesão entre Getúlio e os líderes militares se deu assim. Só que tal informalidade, pelo seu caráter silencioso, parece ter sido aproveitada por Getúlio para que seus aliados militares calassem diante de suas manobras continuístas, o que deu certo de início, mas não era de modo algum garantia de que ficassem omissos caso o ditador lhes parecesse faltar com a lealdade. Se os militares ficaram calados quando Getúlio aproveitou a declaração de guerra ao Eixo mais a formação da FEB e o seu envio à guerra para olvidar o que dispusera a Constituição do Estado Novo, não deixaram de se reunir para agir e depô-lo da Presidência.

Tudo porque as possibilidades políticas devidas à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial eram ambíguas. Se a declaração de guerra funcionou como se decretasse um segundo estado de emergência para que Getúlio não cumprisse o disposto no art. 175, que combinava o art. 187 com o art. 80, ela tinha em si nova obrigação não dita nem escrita: encerrar um regime que mais se assemelhava ao dos inimigos do Brasil derrotados na guerra do que à ordem chamada de *democracia* vigente em parte de seus vencedores.

Assim desde que se considerou como certa a vitória dos Aliados, essa segunda obrigação começou a ser objeto de pressões veladas ou explícitas não pelo plebiscito e sim por um passo a mais que implicaria o fim do Estado Novo e eleições livres para Assembleia Constituinte e Presidência. Não era esse o desejo de Getúlio. Por isso, bem ao seu estilo, sabedor do quanto se especulava e se movimentava a esse respeito nos bastidores da política por todo o país, especialmente entre os militares, Getúlio não tomou nenhuma iniciativa que parecesse direta nesse sentido, à parte o lançamento em 13 de março de 1945 da candidatura do General Eurico Gaspar Dutra, que, devido à timidez política do seu colaborador militar, foi vista com desconfiança na ocasião e não como uma declaração de intenções em favor de eleições presidenciais.

Então, se era daquilo que se falava nos bastidores da política e já se tinha como inevitável, era preciso por trás da cortina de fumaça da candidatura do General Dutra contrariar as eminências pardas da política brasileira para continuar na Presidência. Para Getúlio, era a hora de aproveitar o culto à sua personalidade levado a efeito durante o Estado Novo e mobilizar as massas trabalhadoras em apoio à sua continuação como presidente.

Mas não seria ele quem iria mobilizá-las e comandá-las nas ruas⁶. Sempre haviam feito isso por ele. Só que aqueles que até ali haviam organizado e mobilizado tropas e massas em favor da sua liderança não estavam em favor das suas pretensões continuístas. Em todo caso, não seriam os únicos; outros poderiam fazer. Desse modo, Getúlio tomou a primeira medida para encontrar quem naquela ocasião mobilizasse massas trabalhadoras por ele: a anistia dada aos presos políticos em 18 de abril de 1945. Não se deu conta de que estava provocando a dissidência entre ele junto com seus seguidores e os comandantes militares da Revolução de 1930, o que no longo prazo provocou o fim da influência daquela revolução no comando da industrialização e do capitalismo no país.

Como Getúlio esperava, aquela anistia não demorou a colocar Luís Carlos Prestes no seu palanque. Com a então capacidade de mobilização de trabalhadores própria dos comunistas juntando-se à das lideranças sindicais, Getúlio encontrou de fato outros mais que fizessem por ele o que não queria fazer por si mesmo para não se comprometer com os que atuavam nos bastidores da política. Palavras de ordem surgiram e mobilizaram em seu favor: *Constituinte com Getúlio*, proclamada por Prestes, e *Queremos Getúlio*, do movimento queremista. Mas o crescimento daquele movimento de massas desafiava os militares⁷.

Assim, até que, com o vazamento das suas providências para mudar a Chefatura da Polícia do Distrito Federal e para ela nomear o seu irmão Benjamin Vargas, Getúlio provocou a iniciativa do principal chefe militar da Revolução de 1930, General Góes Monteiro, então Ministro da Guerra, para depô-lo da Presidência em 29 de outubro de 1945. Aquele ato, com tropas nas ruas para garanti-lo, marcou o início da oposição declarada entre militares e massas trabalhadoras que persiste na política brasileira até os dias de hoje com muitos preconceitos de parte a parte, principalmente dos militares em relação aos trabalhadores.

Foi inevitável que naquela época vinculassem os movimentos de massa dos trabalhadores ao comunismo e, por extensão injusta e preconceituosa, lançassem essa suspeita básica que ganhou força e até hoje paira sobre todos os movimentos de trabalhadores no país. Mas desde aquele tempo, embora só até o Golpe de 1964, os vincularam também aos políticos suspeitos ou simplesmente acusados sem provas de tramar a construção de uma república sindical no Brasil. Nesse caso, o alvo principal foi João Goulart, perseguido e claramente vetado por muitos militares para assumir a Presidência da qual foi deposto.

Por isso, se tomarmos conhecimento das crises políticas brasileiras nos anos 50 para falar do segundo dos dois descumprimentos aqui lembrados, não nos cabe a inocência para falar do parlamentarismo como condição imposta. Foi um golpe, sem dúvida, uma manifestação de arbítrio dos antigetulistas, só que terminou num acordo em que os dois lados cederam a pressões para evitar a guerra interna, tendo sido o meio de dar posse na Presidência a um político vetado para ela pela maior parte dos militares. Houve satisfação e insatisfação nos dois lados em confronto. A Presidência foi entregue a Jango sem poderes

executivos até o plebiscito para aprovar ou não o parlamentarismo, marcado para nove meses antes da data estabelecida para o fim daquele mandato, 31 de janeiro de 1966, que depois do golpe ainda seria prorrogado em um ano em favor de Castello Branco na Presidência.

Por mais que doa, pois doeu e dói nos trabalhistas terem tido que aceitar aquele acordo, o fato é que ele foi aceito e formalizado no Ato Adicional Nº4. Por sua vez, por mais que tivesse grande expressão política, o crescente movimento de massas já no parlamentarismo era uma tentação perigosa demais para ceder a ela e romper com a sua formalização. As possibilidades de provocar conspiração e intervenção militares não podiam ser olvidadas⁸. O problema, porém, era controlar tanto otimismo e confiança que vinham dos movimentos de massas trabalhadoras (Skidmore, 2010, 321-329) e esperar até 1965 pelo plebiscito e a provável vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais.

O próprio PTB reconheceu o veto informal a Jango – censura oficial não dita nem escrita – quando não o lançou nem cogitou lançá-lo candidato à Presidência em 1960, como seria indicado para a alternância entre PSD e PTB, preferindo lançar o Marechal Lott por tudo o quanto este fizera e representava como defensor da legalidade. Não eram desconhecidos os perigos de provocar os militares com Jango. E pensar que massas desarmadas podiam intimidá-los foi de uma inocência a toda prova, ainda mais porque não lhes faltaria, como não faltou, apoio de partidos e de movimentos de massas conservadoras e reacionárias para lhes dar o apoio civil complementar.

Naquele movimento de diversas tendências que se representavam como unidade anticomunista nem de longe sobressaíram os únicos que no longo prazo poderiam se aproveitar daquela cisão definitiva entre militares e trabalhistas: os sucessores políticos e ideológicos da Revolução de 1932. É certo que eles ainda não podiam fazer prevalecer - até porque não as tinham desenvolvidas e propagadas como estão hoje - as ideias sobre *livre iniciativa, economia de mercado, estado mínimo* e outras derivadas do credo liberal. Porém, não perderiam por esperar para dar ao Golpe de 1964 o significado histórico que os militares não saberiam lhe dar. No capitalismo brasileiro não se conhecia bem a ideologia burguesa. O movimento de massas que com as suas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* apoiou aquele golpe se deu com palavras de ordem inspiradas em valores católicos.

Havia muito a ser elaborado e conquistado no que diz respeito aos ideais liberais, mais ainda a ser vencido em termos de obstáculos uma vez que entre militares e civis golpistas não havia afinidades nas questões de comando da industrialização e do capitalismo no país. Além disso, o capitalismo vivia seu tempo de *welfare state keynesiano*, que aqui no Brasil custou a chegar, mas chegou com o nome de *milagre econômico* não muito depois do AI-5. Portanto, apesar do Golpe de 1964, não se podia adivinhar quando haveria contexto favorável para que as raízes da Revolução de 1932 vingassem no país como um todo.

Unidos aos militares principalmente por laços anticomunistas, os civis golpistas, à parte os que se tornaram dissidentes, como Carlos Lacerda, ainda tiveram de abrir mão do projeto político que ligou a extinção dos partidos políticos do AI-2^o à Constituição de 1967 pelo total apoio ao AI-5 e à Emenda Constitucional de 1969, providências estas de explícita declaração de estado de beligerância interna no país. Por isso, ainda que se possa falar de burgueses paulistas explicitamente insatisfeitos com a condução do capitalismo pela Ditadura Civil-Militar, nada passou de simples registro da permanência dos ideais da Revolução de 1932 no quadro de subserviência ao amplo comando do país pelos militares. Apesar de ter afastado o getulismo, a Revolução de 1930 ainda predominava.

A única rebeldia paulista que aproveitou a força de São Paulo contra o comando dos militares e prosperou teve como líder Paulo Maluf. Com uma carreira política iniciada à base de nomeações por homens de grande influência na ditadura ou mesmo por algum dos generais ditadores, que jamais deixou de prestigiar; com passagens na Vice-Presidência e na Presidência da Associação Comercial de São Paulo e sabedor daquilo que podia influenciar o voto dos convencionais paulistas, Maluf venceu a convenção da ARENA contra Laudo Natel, que fora indicado pelo presidente Ernesto Geisel, e saiu candidato único ao Governo de São Paulo em 1978.

Quase ao final do seu mandato de governador, renunciou para obter expressiva votação para deputado federal. Foi o meio que encontrou para mostrar popularidade que legitimasse o uso e o abuso que fez da força do Governo de São Paulo para conseguir votos e vencer Mário Andreazza na convenção do PDS, Partido Democrático Social, o sucessor da ARENA, e sair candidato à Presidência do Brasil nas regras criadas pela ditadura. Valeu-se de alguma parte da velha oposição paulista à centralização política do país e quase que fez das regras da centralização ditatorial que impunha eleições indiretas o meio final de tornar-se presidente do Brasil. Foi impedido por dissidentes do PDS que se aliaram ao PMDB e elegeram Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985, em eleição indireta legitimada por massas que apoiavam o *bem* representado por Tancredo Neves e a *democracia* contra o *mal* representado por Paulo Maluf e a ditadura que ele apoiou e enganou em causa própria.

O fato é que Maluf mostrou que existiam grandes possibilidades de liderar, alcançar a Presidência e até dominar o Brasil por meio de São Paulo. Com a ação de outros políticos, foi o que acabou acontecendo. Ainda que não tenha maioria absoluta de população ou de eleitores, São Paulo quase prepondera no país. Os concertos de oligarquias que alcançaram a Presidência nas últimas eleições foram todos eles liderados por partidos fundados por políticos paulistas. Até o partido neocorporativista que cumpriu a função antigetulista necessária para depois da Ditadura Civil-Militar aniquilarem de vez o trabalhismo, o PT, em nova vitória da Revolução de 1932 sobre a Revolução de 1930, foi fundado por lá.

Se algo restou decorrente da Revolução de 1930, está no Código Penal, na CLT, talvez em outros códigos jurídicos, nas estatais, em alguns restos de organização sindical

e partidária e no espírito de proteção social da Constituição de 1988, mas sofrendo ataques, os mais variados, para minimização ou extinção. A vitória no campo de batalha sobre a Revolução de 1932 perdeu sua força nas contradições de seus comandantes. Batalhas ideológicas cheias de equívocos que levaram os vencedores a brigar entre si deram a vitória aos perdedores, sem dúvida, porque souberam se aproveitar. Cada vez mais individualista, o país parece acostumar-se com a migração de populações carentes para abastecer São Paulo com mão de obra para os trabalhos mais penosos do capitalismo, como em escala menor acontece em outras regiões.

Enfim, muito poderá ser esclarecido se estudarmos as relações entre os ideais da Revolução de 1932, os políticos e as associações burguesas que os preservaram em São Paulo, o desenvolvimento das ideias liberais no Brasil, o crescimento do individualismo no país e a adoção do neocorporativismo como política para os trabalhadores assalariados. Apesar de tudo o que se possa falar de naturais de outros estados nas candidaturas à Presidência e da distribuição de comandos ou ministérios por políticos de vários estados, é fato notório que desde 1989, pelo menos, São Paulo é a eminência parda da política brasileira até na geração das novas oposições políticas que disputam entre si no atual maniqueísmo político brasileiro, que reduz tudo a democracia e ditadura, a representação do *bem* e a vitória no Juízo Final.

Referências

- BENEVIDES, M. V. M. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1981.
- BRANCO, C. Castello. *A Renúncia de Jânio – Um depoimento*. Rio de Janeiro. Ed. Revan 3ª edição, 1996
- CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, O Último Caudilho*. 2 volumes. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1978.
- CAMARGO, A. e GÓES, W. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.
- COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe...* Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Branco, 3ª edição, 1956.
- D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 6ª edição, 1998.
- DUARTE, Valter e FERREIRA, Ezilda. *A Renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba, Editora CRV, 2011.
- . *40 Anos de um Golpe que não terminou*. In: ACHEGAS. net, Revista de Ciência Política, número 22, março/abril de 2005. www.achegas.net.

DUARTE, Valter. *Fernando Henrique e a Civilização*. In: ACHEGAS.net, Revista de Ciência Política, número 6, abril de 2003. www.achegas.net

———. *O PT finalmente disse a que veio*. Artigo publicado nos Anais do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2002.

———. *Neocorporativismo, FMI e o primeiro ano do Governo Lula*. In: ACHEGAS.net, Revista de Ciência Política, número 14, dezembro de 2003. www.achegas.net

FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

———. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

———. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

———. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

LABAKI, Amir. *1961: A Crise da Renúncia e a Solução Parlamentarista*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

MADISON, J. HAMILTON, A. JAY, J. *Os Artigos Federalistas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução revista por Leandro Konder. In: *Marx: Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1974b, v. XXXV. (Os Pensadores)

MICHELS, Robert. *Los Partidos Políticos*. Tradução para o espanhol de Enrique Molina de Vedia. Buenos Aires, Amorrortu editores, 2v, 2003.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Tradutor não indicado. São Paulo, Abril Cultural, 1973, v. XXI. (Os Pensadores)

MORAES, D e VIANA F. *Prestes: Lutas e Autocríticas*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1982.

NETO, Lira. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo. Editora Contexto, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SILVA, H e RIBAS, M. C. *Os Presidentes*. Coleção com vários títulos. Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi e LAMARÃO, Sérgio (org.). *Getúlio Vargas e Seu Tempo*. BNDES, 2004.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, Brasileira, volume 349, 1973.

VICTOR, Mário. *Cinco Anos que Abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 2ª edición, 1977.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na prática política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DOCUMENTOS

Constituições do Brasil. Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.

Constituição da República Federativa do Brasil. S. Paulo, Ed. Saraiva, 33ª edição, atualizada, 2004.

AGRADECIMENTOS

A **Weber de Barros Júnior**, pelos comentários e revisão.

Notas

¹ Sobre esse tema, por exemplo, ver: Ferreira, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; Ianni, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Weffort, Francisco. *O populismo na prática política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

² A declaração de guerra ao Eixo em 8 de agosto de 1942 e a redação dos artigos relativos a mandato presidencial e plebiscito favoreceram Getúlio para aquela prorrogação, embora a parte *não dita* dos acordos e expectativas políticas indicassem o contrário: *Art. 80. O período presidencial será de seis anos...Art. 175. O primeiro período presidencial começará na data desta Constituição. O atual presidente da República tem renovado o seu mandato até a realização do plebiscito a que se refere o art. 187, terminado o período presidencial fixado no art. 80, se o resultado do plebiscito for favorável à Constituição...Art. 186. É declarado em todo o país o estado de emergência...Art. 187. Esta Constituição entra em vigor na sua data e será submetida ao plebiscito nacional na forma regulada em decreto do Presidente da*

República... Os oficiais em serviço ativo das Forças Armadas são considerados, independentemente de qualquer formalidade, alistados para os efeitos do plebiscito.

³ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº4 ATO ADICIONAL *Institui o Sistema Parlamentar de Governo...Art. 20 – A presente emenda,, denominada Ato Adicional, entrará em vigor na data da sua promulgação pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal...Art. 22 – Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo, ora instituído, mediante leis votadas nas duas casas do Congresso Nacional pela maioria absoluta dos seus membros – Parágrafo Único – A legislação delegada poderá ser admitida por lei votada na forma deste artigo...Art. 25 – A lei votada nos termos do Artigo 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta do sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do término do atual período presidencial. (Brasília, em 2 de setembro de 1961)*

⁴ Com todo o cuidado para não tratarmos a distinção feita no emprego dos adjetivos *empresariais* e *fazendárias* como definida e não sujeita a discussão, bem como o de lembrar que economia não existe, indicamos o autor e um dos trechos em que nos inspiramos para considerá-la, Max Weber: *O oposto a “empresa” – um tipo de orientação econômica (pelo lucro) – é pelo contrário “fazenda” (orientação para a cobertura de necessidades). Porém a oposição entre “empresa” e “fazenda” não é exhaustiva (Weber, 1977, I, 89). (aspas do autor)*

⁵ Palavras do ex-presidente- ditador Ernesto Geisel: *Eu tenho fama de estatizante. A estatização resulta de uma situação forçada! O sujeito não é estatizante porque gosta, é estatizante porque é a única maneira de fazer as coisas, e se não fizer as coisas o país não se desenvolve...E a iniciativa privada não se interessa pelo real desenvolvimento do país (Ernesto Geisel, apud D’Araujo e Castro, 1998, 249- 251).*

⁶ Palavras de Alzira Vargas, nas quais devemos considerar seu envolvimento emocional com os problemas do pai, sobre a falta de liderança dos trabalhadores na crise de 1954, porém significativas para o comportamento político de Getúlio como um todo e em especial em 1945: *Faltou liderança. Faltando liderança faltava tudo. Quando digo que faltou liderança, você me perguntará evidentemente por que Getúlio não liderou. Não liderou porque ele era um homem que jamais lutava em benefício próprio. Se ele sentisse que para resolver um problema de cunho pessoal era preciso que ele próprio liderasse o movimento dos operários, jamais o faria. Em benefício de um terceiro, talvez, mas não dele. (Alzira Vargas, entrevista nos Ensaios de Opinião, 2-1, 1975)*

⁷ Ao “queremismo” juntava-se a campanha “Constituinte com Getúlio”, que já era antiga mas cresceu rapidamente a partir de setembro e outubro. Temos aí a gênese do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, que nasceu ligado aos comunistas. Aliás, o “queremismo” e a campanha “Constituinte com Getúlio” são a mesma coisa, ambos deram base ao nascimento do PTB e ambos provocaram a derrocada do regime...Durante as reuniões dos generais com Góes, eu aticei muito, dizendo que o Exército havia feito o Estado Novo e que o Estado Novo estava passando para as mãos dos inimigos tradicionais das Forças Armadas, isto é, os comunistas. (Cordeiro de Farias, apud Camargo e Góes, 2001, 334 e 336)

⁸ Em 27 de outubro de 1965, a Ditadura Civil-Militar extinguiu os partidos políticos então existentes e criou a *governista* ARENA, Aliança Renovadora Nacional, e o *oposicionista* MDB, Movimento Democrático Brasileiro, como meios provisórios de participação política institucional até a criação de novos partidos políticos, o que só ocorreu a partir do fim dessas alternativas em dezembro de 1979.

Recebido em 30 de setembro de 2014. Aprovado em 31 de outubro de 2014.

GOLPE DE 64: A FACE VIOLENTA DE ALGO MAIOR

Pedro Luiz Santiago Senne

Professor do Instituto de Ciências Sociais – ICS-Uerj

Resumo:

Esse artigo sustenta a opinião de que o golpe de Estado de 1964 foi parte de um conflito maior: o tipo de modernização a ser imposto sobre a sociedade brasileira. O projeto intervencionista aumenta a presença do Estado na sociedade, especialmente em seu núcleo, a propriedade privada. Os corolários desse pensamento são o desenvolvimentismo, o populismo e o estatismo. O crescimento da força do intervencionismo acontece quando novos grupos sociais vêm da massa e passam a reivindicar um lugar no processo político. Por outro lado, o projeto liberal corresponde às necessidades de manter a propriedade privada como um valor acima dos outros e de colocá-la livre dos constrangimentos das reformas sociais, econômicas e políticas. Aqui uma tríade é importante para a definição da alma do projeto liberal: o privatismo, a internacionalização do mercado nacional e a minimização dos direitos sociais. O “regime de 64” recusou-se a fazer uma escolha entre um ou outro projeto, ou seja, fez sua própria síntese de acordo com a posição da burocracia dos militares no contexto nacional, e passou adiante o conflito que perdura até o presente.

Palavras-chave: Privatismo. Estatismo. Desenvolvimentismo.

The military coup in 64: the violent face of something bigger

Abstract:

This article sustains the opinion that the coup d'état in 1964 was part of a bigger conflict: the sort of modernization to be imposed on Brazilian society. The interventionist project enlarges state's presence on the society, specially on its core, the private property. The corollaries from this thinking are the “developmentism”, the populism and the statism. The interventionism appears as a great force when new social groups come from the mass to vindicate a place in the political process. On the other hand, the liberal project corresponds to the needs to maintain the private property as a value above others and put it free from the constraints of social, economical and political reforms. Here a triad is important for the definition of the soul of liberalism: the privatism, the internationalization of national market and the downing of social rights. The “64 regimen” refused do make a choice between one or another project, that's to say, did its own synthesis, according to the position of military bureaucracy in the national context, and passed over forward a conflict that endures to the present.

Keywords: Privatism. Statism. Developmentalism.

Ao final da década de 1970, a IV Conferência das Classes Produtoras (IV CONCLAP) - 1977, uma manifestação de empresários, reunidos no Rio de Janeiro, reivindicou a liberalização da economia brasileira por meio da diminuição da intervenção do Estado em seu funcionamento.ⁱ Em pauta, a desestatização e a desregulação como instrumentos para alcançar um sistema econômico privatista. Esse acontecimento, ainda na vigência do regime militar, implantado com o Golpe de 64, longe de ser extemporâneo, entrou no compasso de uma distensão lenta e gradual levada a cabo pelo presidente Ernesto Geisel com o fito de suavizar as pressões que o regime vinha sofrendo com os impactos das crises mundiais de energia e de crescimento. A perspectiva de drástica redução nos índices de expansão da economia brasileira afetava diretamente o ponto de equilíbrio sobre o qual o regime autoritário apoiava a legitimidade de sua existência: organizar a estrutura econômica nacional para um salto no seu desenvolvimento. Embora o período Geisel ainda sustentasse um crescimento, isso se fazia a custo de um profundo endividamento, ao lado da implantação das indústrias de bens de capital. Entretanto, estava claro para vários setores sociais que o regime deveria mudar e cada um deles pôs-se a agir com crescente articulação para plasmar os rumos e a conclusão desse processo chamado de redemocratização. O ano de 1978 veria o renascimento do movimento de trabalhadores com suas reivindicações, a princípio no terreno econômico e de organização, que logo se prolongaria para o terreno do remodelamento das instituições do Estado.

O recrudescimento do conflito direto entre o estrato empresarial e a camada organizada dos trabalhadores, especialmente na grande indústria, ainda sob a mediação do regime autoritário, trouxe características que espelhavam as novas condições econômicas e sociais criadas com o desenvolvimento acelerado da economia brasileira nos anos anteriores. A orientação ideológica dos trabalhadores estava atada, então, a uma concepção de controle social do processo econômico, com especial ênfase na distribuição da renda.ⁱⁱ Por sua vez, o alto empresariado sentia-se duplamente ameaçado pela diminuição das expectativas de crescimento futuro com a crise latente e pela pressão oriunda dos trabalhadores e suas demandas.

Limitados, cada um, aos instrumentos de ação próprios permitidos pelos governos autoritários, e insuficientes para a resolução a seu favor dos problemas postos pela crise de crescimento e do fim do regime controlado pelos quartéis, trabalhadores e empresários puseram-se a lutar pelo cabedal do Estado, o qual, ao deter os pontos-chave do ordenamento econômico, como controle sobre a infraestrutura econômica do país e dos mecanismos de sua mudança, também poderia decidir os parâmetros do confronto.

A luta econômica torna-se claramente luta política para moldar o Estado pós-regime militar. Os militares deixam aos poucos de encarnar o poder político, enfraquecidos em sua atuação como mediadores e árbitros, mas tentam deixar regras para os futuros contendores do jogo político. Simultaneamente empreendem o recuo para os quartéis, a abertura para a reorganização do sistema político a partir do sistema partidário, a liberalização na organização dos trabalhadores e outros agrupamentos sociais, e diminuição progressiva da intervenção do Estado diretamente na economia.

As múltiplas faces que surgem do desdobramento da transição refletem as diversas componentes da sociedade brasileira posta em marcha a procura de redefinições institucionais. Aparece no plano partidário o multipartidarismo; a organização dos trabalhadores ao tornar-se mais livre empreende uma rota que envolve, ao mesmo tempo, uma aglomeração em grandes centrais e uma diversificação de orientação ideológica; o empresariado transita vacilante seguindo seus interesses parciais entre a adoção de um liberalismo nacionalista, minoritário, ou liberalismo internacionalista, acompanhando a onda da globalização.

Sobre esta base movente, certos eixos sobressaem em nossa cultura política, que desenhou o jogo da redemocratização com o fim do período militar.

O conceito de cultura política é relativamente novo e visto por muitos como uma versão não marxista do conceito de ideologia.ⁱⁱⁱ Cultura política é um conceito que busca fixar a compreensão de certos aspectos dos fenômenos políticos que se caracterizam por estabelecer identificações, definir interações e o senso político, sendo permeável às consequências das ações políticas. Com isso, há um caráter fluido na cultura política, cujo grau depende das circunstâncias do contexto vivido. A complexidade da sociedade induz à multiplicidade de faces contraditórias, denominadas na literatura como subculturas políticas. A observação de atitudes, regras, crenças, expressões e símbolos, por exemplo, dão indícios sobre o fenômeno num dado grupo ou sociedade escolhida e permitem considerar a adequação da cultura à estrutura de funcionamento da política.^{iv}

A cultura política brasileira prevalecente é de cunho modernizante. De fato, a modernização como viés de compreensão e resolução dos problemas nacionais há muito está cristalizada em nossa cultura política lato sensu. Ao menos, desde a década de 1930 a modernização tornou-se o emblema do Estado qualquer que fosse o seu arranjo institucional. De Getúlio Vargas, ainda em seu primeiro período, até os recentes governos de Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff encontra-se uma ansiosa busca pela modernização do país.

Em que pese as críticas à conceituação de modernização como processo de construção da modernidade, ela ainda possui um valor heurístico para entender o conjunto de mudanças induzidas nas sociedades pela dinâmica ascendente da complexificação e instauração de conflitos que desembocam em estruturas sociais inovadas. Mesmo que de maneira predominante a modernização esteja associada ao movimento de caráter emancipatório geral, os diferentes contextos de sua realização podem dar sentidos bem diversos, e inclusive opostos, para os grupos da sociedade envolvidos diferencialmente.

O século XX assistirá o Brasil em acelerada transformação estrutural de sua economia que passa de essencialmente agrária para industrial e verá o desenvolvimento do povoamento voltar-se para os centros urbanos. Num lapso de tempo estreito o país transmuta-se com tal intensidade que a maneira tradicional de lidar com os novos problemas não tem mais eficácia. Esse momento de descompasso entre a fase político-institucional e a fase produtivo-estrutural da sociedade é o momento em que se afirmam os alicerces da

cultura política presente, a qual adquiriu um caráter múltiplo, refletindo as contradições da transformação por que passou a sociedade.

A afirmação desses valores, sua cristalização parcial e sua capacidade mobilizadora trazem a necessidade de arranjos contínuos para a inclusão dos seus termos e da correspondente camada social no plano decisório mais elevado. A alternância entre regimes de expressão mais democrática e os de expressão mais autoritária é consequência dos impasses advindos dos confrontos entre as componentes presentes na cultura brasileira para definir as dimensões da modernização.

Em que consiste a cultura política brasileira hoje é, na sua essência, um reflexo de sua formação nos últimos oitenta anos e das vicissitudes por que passou o processo de modernização, abrindo dois campos modernizantes divergentes para emprestar significado e conduzir as relações políticas.

O campo intervencionista é originado das novas experiências de intervenção do Estado nos problemas sociais para equilibrar as consequências da rápida mudança na sociedade brasileira. Nele o estatismo, o desenvolvimentismo e o populismo aparecem como aspectos definidores das tarefas do Estado e das relações que mantém com a sociedade, da mesma forma que regulam as aspirações dos diversos estratos sociais.

O estatismo é entendido como ação direta do Estado na esfera econômica de modo a articular os elementos esparsos do mecanismo produtivo e distributivo do país, mas afirma o valor da iniciativa privada de maneira geral, a qual, por sua vez, é vista como fraca para empreender os investimentos estratégicos e os controles que garantiriam a expansão continuada capaz de absorver a demanda por crescimento de renda e oferta de emprego, e dessa forma, tornar a complexificação do sistema econômico o motor da mudança de partes da estrutura social. O Estado cumpre, assim, uma função de implantação dos pontos nodais da economia, justamente os que requerem uma visão de longo prazo e também um planejamento que apenas o poder público é capaz então. Com isso, adquire com o tempo, e na medida do seu sucesso para fazer deslanchar o progresso material, uma força que o torna suspeito ante as consciências privatistas. O tremendo poder que reúne para regular o sistema econômico não precisa mais que medidas administrativas de órgãos reguladores ou de empresas estatais, desdenhando os processos políticos de barganha nas instâncias legislativas onde o setor privado mantém seus representantes. O Estado, leia-se Executivo, obtém a capacidade de decidir ganhadores e perdedores no processo econômico sem ter que sofrer qualquer sansão da publicidade dos seus atos. Mas o que mais assusta aos seus opositores é que esse poder pode ser usado pelos detentores ocasionais do ápice do poder político num regime democrático. A simultaneidade de democracia e de estatismo torna a propriedade privada presa possível das demandas da massa da nação, interferindo no funcionamento da economia privada através dos mecanismos regulatórios do Estado e de suas empresas.

O estatismo gozou de legitimidade enquanto foi capaz de realizar o pensamento desenvolvimentista. O desenvolvimentismo, em que pese as diversas correntes nele

embutidas foi, no dizer de Ricardo Bielschowsky, “[...]a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerado como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros.”(BIELSCHOWSKY, 2000: 77) Para além de uma concepção econômica, o desenvolvimentismo incorporou-se à cultura política brasileira como um dos seus aspectos fundamentais, pois, encarnava uma das aspirações mais profundas numa situação de transformação estrutural da sociedade: o anseio de mobilidade social. O desenvolvimentismo foi desejável não só como solução racionalizada para o problema econômico e social, mas também como mote altamente mobilizador das energias de diversos grupamentos sociais, gerador de lealdade e disciplina políticas. Símbolo do desenvolvimentismo como estratégia econômica e recurso político foi o governo JK.

O populismo, no Brasil, está associado à intensa atividade interventora do Estado. Frequentemente apontado como um mal em si e responsável por um atraso institucional que legou impasses, desordens e um golpe de Estado, o seu verdadeiro papel deveria ser avaliado à luz das condições momentâneas que o tornaram necessário. A canalização das expectativas não só quanto ao sistema econômico, mas também quanto ao sistema político foi essencial para estabilizar o processo de transformação acelerada, e o populismo ao ocupar o lugar de apelos ideológicos mais radicais reduziu o espaço destes, sem reprimir completamente pressões por uma estrutura mais permeável às demandas de baixo. Ao contrário de considerar que ele foi a fonte dos impasses e, finalmente, do golpe em 1964, deve-se atribuir a ele ter sustentado uma mediação do acesso da massa aos processos de decisão, filtrando e relativizando suas demandas.

O outro campo de nossa cultura política de modernização converge para o colo do liberalismo. Embora não tendo desaparecido de cena depois de 1930, não teve a supremacia garantida, mesmo durante o período autoritário pós-64, que continuou a empreender práticas desenvolvimentistas e estatistas. Seu fortalecimento é prenunciado ao fim do regime militar e ao longo dos primeiros governos civis pós-85. A crise que se abatera sobre o Brasil, especialmente a crise da dívida, desorganizou a capacidade do Estado de empreender a sustentação das políticas de crescimento e retirou o chão de uma transição de longa duração, pois, ainda sob as regras do autoritarismo a candidatura de oposição foi vitoriosa, embora negociada. Esse abreviamento acusa os estragos da direção tomada nas decisões dos governos militares às expectativas das diversas classes e grupos sociais e que resultaram na “década perdida”.

As últimas tentativas de fazer sobreviver o esquema anterior em proveito da nova situação política de redemocratização foram os Plano Cruzado e posteriores até o governo Collor. Mas imediatamente, o esgotamento daquelas políticas repercutiu no fortalecimento dos grupos liberais que acenaram com outros eixos de valores para a cultura política. Esses eixos são o privatismo, a internacionalização do mercado interno e a flexibilização dos direitos sociais.

O pensamento privatista considera que o empreendimento econômico privado é o único adequado a uma sociedade liberal e moderna porque reduz o arbítrio do Estado

quanto ao fundamento da sociedade civil: a propriedade privada. O privatismo radical que antes estava relegado a um segundo plano, mesmo no meio empresarial, ganha força com a crise. Nesse período, a capacidade de articulação e de iniciativa do Estado foi travada pela interseção dos interesses financeiros, bem apoiados a partir do exterior, os quais embasaram a expansão das concepções liberais de que o Estado estava falido para as tarefas de investimento na modernização econômica e social. Cabia-lhe tão somente incentivar a iniciativa privada, equacionando seu peso no nó financeiro e monetário do país através do desinvestimento, ou seja, da privatização. O imenso patrimônio do Estado passou a ser transferido à iniciativa privada, sem, no entanto, resolver os gargalos que travavam a economia. A empresa nacional não aproveitou muito este ciclo, gerando uma desnacionalização de setores importantes.

A internacionalização do mercado interno foi a resposta do liberalismo desde o presidente Collor. A abertura aos investimentos externos sem planejamento ou cuidados sobre os setores vitais expôs a fraqueza competitiva de nossa iniciativa privada que, conseqüentemente, ou foi absorvida por esse capital externo, ou, então, passou a investir em produtividade para manter-se. A estratégia de integração ao mercado global, ou seja, a inserção do Brasil no processo de globalização com o governo Fernando Henrique Cardoso privilegiou a integração financeira como forma de resolver o gargalo das contas externas. O Plano Real de estabilização monetária teve essa função de tornar previsível nosso sistema monetário e permitir um fluxo de investimentos financeiros capaz de ganhar tempo até a adaptação completa do país ao modelo liberal. A concentração de renda e as crises no balanço de pagamentos levaram a uma reação negativa a toda essa estratégia de integração.

Como condição para recuperar o dinamismo da economia sem romper os modelos privatista e de inserção global do país, aparece o terceiro eixo do liberalismo: a flexibilização dos direitos sociais, especialmente do trabalho. Do sistema previdenciário aos acordos trabalhistas, todos os direitos são questionáveis quando colidem com a necessidade de aumentar a competitividade da economia.

O processo de redemocratização dos anos 80 até hoje apresentou muitos momentos espetaculares, mas sempre foi o mesmo – a luta entre duas concepções de modernização econômica, social e política, e suas origens podem ser traçadas em momentos bem mais longínquos. O intervencionismo e o liberalismo não são os únicos aspectos de nossa cultura política, mas são os mais gerais, os mais elaborados intelectualmente e aqueles que se constituíram em políticas públicas e de Estado, deixando referências históricas que as gerações sucessivas usarão como medida de sucesso ou fracasso.

Hoje, porém, encontramos-nos presos a uma armadilha. A redemocratização fez-se num momento em que o modelo de modernização lançado em meados do século XX sofria os baques da crise internacional e requeria uma reestruturação para poder ir adiante. Encontrou o liberalismo afirmando-se externa e internamente como alternativa não só política, mas também como técnica – técnica de administração dos negócios públicos e técnica de ordenamento institucional.

O enfrentamento natural entre uma força cadente e outra que almeja a supremacia exprimiu-se em termos do velho versus o novo, do ultrapassado versus o adventício, do fracasso versus o sucesso e do falso versus o verdadeiro. O estatismo, o desenvolvimentismo e o populismo assumiram um sinal negativo enquanto o privatismo, a internacionalização do mercado interno e o recesso dos direitos sociais apareceram com sinal positivo.

No espectro político-partidário, a defesa do arranjo anterior ficou por conta dos agrupamentos de centro-esquerda e dos elementos fisiológicos que não anteviam alternativa para o vasto manancial de cargos proporcionado pela base produtiva e de controle econômico do Estado sobre a vida do país. Adicionalmente, temia-se que o desarranjo do quadro anterior pudesse lançar confusão num sistema político já instável por conta da adaptação às novas regras democráticas. A sustentação dos preceitos liberais, por sua vez, era mais retórica do que prática e titubeava por uma tímida desburocratização.

Apenas o governo Collor de Mello, talvez por seu relativo isolamento dos grandes interesses concretos imiscuídos no sistema partidário das grandes siglas, ousou derrubar a porta da interferência do Estado diretamente na matriz produtiva. Tomando como seu o programa genérico do neoliberalismo internacional, iniciou, sem cerimônia o desmonte do sistema herdado de décadas. Mais surpreendente que a ousadia do presidente foi a passividade do esquema intervencionista diante de sua destruição. Nenhuma defesa contundente e nenhuma perda de governabilidade em função disto. Esse foi o incentivo para a continuidade da substituição do intervencionismo pelo liberalismo, o qual foi acelerado com o advento do Plano Real e do governo Fernando Henrique Cardoso.

As perspectivas pareciam promissoras enquanto os efeitos das políticas públicas liberais iniciais satisfaziam os anseios reprimidos de modernização, cevando a crença e a esperança no valor prático dessas ideias.

Mas a rápida desilusão que se seguiu pôs em xeque a orientação liberal e trouxe à tona as concepções pouco antes meras expressões do passado sem volta. A tentativa de Fernando Henrique de soterrar a herança getulista mostrou-se pífia, pois, não se trata da herança de um homem, mas de várias gerações que lograram transformar, com sucesso, um país e foram marcadas politicamente pelos ingredientes principais dessa luta, assumindo-os como valores de sua cultura política.

Objetivamente, a sociedade brasileira possui carências e necessidades que encontraram maior ou menor possibilidade de solução em políticas conduzidas sob certa orientação. O intervencionismo mostrou, no passado, que soube sanar algumas delas; o liberalismo talvez por uma conjuntura vacilante, não chegou a apresentar resultados incontestáveis de sua superioridade. O passado do intervencionismo é rico, mas o passado esmaece com o tempo; o liberalismo não chegou a formar legiões de crentes com os mesmos largos espaços na cultura política nacional, mas está firmemente entrincheirado nos agrupamentos com maior influência sobre o equilíbrio da modernização através de fatores financeiros e das relações econômicas internacionais.

Os valores do estatismo, do desenvolvimentismo e do populismo perderam sua luz máxima, mas os do privatismo, da internacionalização do mercado interno e da flexibilização dos direitos sociais não alcançou a supremacia incontestável.

O jogo político não prescinde, hoje, de qualquer desses elementos mobilizadores de nossa cultura política, pois, nenhum deles cumpriu integralmente o seu papel, nenhum conseguiu esgotar as suas tarefas. Não houve ainda um encontro decisivo que resolvesse a ambiguidade dos valores políticos da sociedade brasileira atual. Nem mesmo a mão militar conseguiu apontar um caminho exclusivo. Talvez, hoje, a ascensão do individualismo na sociedade brasileira possa fazer pender a balança, mas assistiu-se, também, o movimento contrário em prol da solidariedade. Viver e ver.

Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUALINO, G (org). Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- CARONE, E. O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importância na Economia Nacional (1827-1977). Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.
- DEAN, Jodi (org.). Cultural Studies and Political Theory. Ithaca: Cornell University Press, 2000.
- Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- EATWELL, R.; Wright, A.(org) Contemporary Political Ideologies. London/New York: Printer, 1999.
- GERMANI, G. Sociologia da Modernização. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1974.
- LANGONI, C. G. A Política Econômica do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV/APEC, 1978.
- MANGABEIRA, W. Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia e Política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

Recebido em 30 de setembro de 2014. Aprovado em 31 de outubro de 2014.